

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Departamento de Linguística, Línguas Clássicas e Vemácula
Doutorado em Linguística

A POLÊMICA CONSTRUÍDA
RACISMO E DISCURSO DA IMPRENSA
SOBRE A POLÍTICA DE COTAS PARA NEGROS

André Ricardo Nunes Martins

Orientadora: Profa. Dra. Maria Izabel Santos Magalhães

Brasília
2004

**A POLÊMICA CONSTRUÍDA
RACISMO E DISCURSO DA IMPRENSA
SOBRE A POLÍTICA DE COTAS PARA NEGROS**

André Ricardo Nunes Martins

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em lingüística do Departamento de Lingüística, Línguas Clássicas e Vernácula, da Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em lingüística.

Banca Examinadora

Dr. Jacob Louis Mey - (UniVersidade do Sul da Dinamarca - Pesquisador Associado - Nelis/Ceam/UnB)



Profa. Dra. Célia Maria Magalhães (UFMG)

Profa. Dra. Maria Cristina Diniz Leal (Pesquisadora Associada – Liz/UnB)

Prof. Dr. José Jorge de Carvalho (Dan/ UnB)

Profa. Dra. Maria Izabel Santos Magalhães (Liv/UnB – orientadora)

Já sonhamos juntos
Semeando as canções ao vento
Quero ver crescer nossa voz
No que falta sonhar
Já choramos juntos, muitos se perderam no
caminho
Mesmo assim não custa inventar uma nova canção
Que venha nos trazer sol de primavera
Abre as janelas do meu peito.

A lição sabemos de cor
Só nos resta aprender."

(Beto Guedes e Ronaldo Bastos, *Sol de Primavera*)

Sumário

Agradecimentos	i
Resumo.....	jj
Abstract	iii
Capítulo 1: Introdução.....	1
Primeira parte: Quadro teórico-metodológico	
Capítulo 2: Raça, racismo e ação afirmativa	8
2.1 - Raça como categoria - da conceituação científica à relevância política	9
2.2 - Racismo ontem e hoje	12
2.2.1 - O racismo como fenômeno social e político	12
2.2.2 - O racismo no Brasil.....	16
2.2.3 - Ação afirmativa.....	22
Capítulo 3: Discurso, imprensa e racismo	36
3.1 - Linguagem e poder	36
3.2 - Discurso e modernidade tardia	46
3.3 - Discurso e imprensa.....	50
3.4 - Imprensa e minorias.....	60
3.5 - Discurso e racismo.....	66
Segunda parte: Análise do discurso	
Capítulo 4: A polêmica construída.....	70
4.1 - Negros(as) e cotas no discurso da imprensa	73
4.2 - Seleção I exi ca I.	75
4.3 - Os títulos.....	79
4.4 - Uso da negação.....	83
4.5 - Modalidade	99
Capítulo 5: Argumentação e retórica no debate das cotas	111
5.1 - A argumentação.....	111
5.1.1 - Estruturas argumentativas e estratégias discursivas na construção do discurso das cotas.....	116
5.2 - Figuras de linguagem	122
5.2.1 -A metáfora no discurso das cotas.....	122
5.2.2 -Ironia: da rejeição às cotas à inteNenção militante	132
Capítulo 6: Racismo e discurso da imprensa	145
6.1 - De política pública a sistema de cotas, uma disputa por sentidos	145
6.2 - A representação dos atores sociais	151
6.2.1 - A representação dos negros	156
6.3 - O racismo ignorado.....	164

Capítulo 7: Considerações finais	169
Anexo 1	176
Anexo 11	178
Anexo 111	179
Referências bibliográficas	192
Obras especializadas	201

Sumário das figuras

Figura 2.1: Fundamentos das políticas de AA segundo G. Ezorsky - réplicas a críticas.....	28
Figura 3.1 - População residente, por cor ou raça, segundo a situação do domicílio e o sexo.....	65
Figura 3.2- As cotas para negros e o esquema sócio-discursivo do racismo.....	67
Figura 6.1- Relação dos gêneros discursivos e posição sobre as cotas.....	151
Figura 6.2 - Formas de identificação da agência na iniciativa da política de cotas.....	153
Figura 6.3 - Relação dos atores sociais e intervenção no debate das cotas na imprensa...	155

Agradecimentos

Esta página é uma tentativa de fazer Justiça a todas as pessoas que me ajudaram nessa caminhada de quase quatro anos. Entre uma menção parcial e injusta, optei por uma citação representativa dos diferentes contextos que vivenciei nessa caminhada.

Por meio de *Solange* e de *Cibele* agradeço a todos os colegas da pós-graduação da Lingüística com quem partilhei descobertas, dificuldades, experiências e perspectivas. No Senado, contexto de trabalho para o qual voltei parte das atenções e energias nesse período, contei com a compreensão e incentivo de muitos colegas. Agradeço em especial ao diretor de Comunicação, *Armando Rolembergue* e ao colega *Helival Rios*, pelo apoio concreto no tempo certo, o que viabilizou minha licença por seis meses do dia-a-dia da TV Senado.

Em Barcelona, pude contar com a orientação valiosa e pontual do professor *Teun van Dijk*, até mesmo na localização e empréstimo de livros fora de circulação. Devo a ele a sugestão para afinar o projeto de tese. Agradeço ao professor *Tony Sadia* que me abriu as portas para a temporada de estudos na Universidade Pompeu Fabra, à professora *Montserrat Ribas*, pela troca de idéias, aos colegas *Alex*, *Marta*, *Cristiane* e *Patrícia* e aos amigos *Jaime* e *Joyce*, que tornaram mais leves meus dias de quase exílio.

À professora *Izabel Magalhães* - exemplo de competência acadêmica e de sensibilidade humana - reconheço a participação decisiva em toda essa jornada, por meio do diálogo, do conhecimento partilhado, da orientação paciente, das sugestões criativas e da interação como um todo.

Na pessoa de *Jacinta*, do Liv, agradeço o apoio de todos os servidores públicos e outros profissionais que prestaram um grande auxílio no dia-a-dia desta pesquisa. O colega *Júnior*, da TV Senado, foi uma mão na roda na utilização de recursos do computador.

Agradeço também a *Ana*, minha irmã, na casa de quem me internei nas últimas semanas de finalização da tese, para refletir e escrever.

A *Darlene*, ao *Augusto* e ao *Isaque*, a gratidão emocionada e carinhosa pelo suporte que têm me dado para seguir no projeto e na estrada.

Reconhecendo a vida como uma dádiva e as chances de crescimento como oportunidades para servir, sou grato a *Deus* por essa jornada trabalhosa, cheia de percalços, mas ao final exitosa.

À memória da colega *Adriana Viana*, da primeira turma de doutorandos em Lingüística da Universidade de Brasília, faço o registro da saudade diante da partida e do reconhecimento pela luta e pela caminhada entre os colegas do Liv.

Resumo

Esta tese investiga o racismo discursivo de que são vítimas os afrodescendentes no Brasil, cerca de 45% da população brasileira, por meio da análise do discurso da imprensa sobre a política de cotas para negros nas universidades. Com base na Análise de Discurso Crítica e, especialmente, nas contribuições teórico-metodológicas de N. Fairclough, T. A. van Dijk e R. Fowler, examinamos textos de seis principais gêneros discursivos – reportagem, editorial, artigo, coluna, entrevista e carta ao (à) editor(a) – provenientes de três importantes jornais brasileiros, *Folha de S. Paulo*, *Jornal do Brasil* e *A Tarde*, selecionados entre janeiro de 2002 e dezembro de 2003.

Identificamos e analisamos o modo pelo qual a seleção vocabular, os títulos, o uso da negação, o emprego da modalidade, a argumentação e o uso da metáfora e da ironia manifestam-se nos textos, construindo sentidos a serviço de um determinado projeto ideológico. É uma operação ideológica, portanto, que determina a mobilização de sentidos nesse processo discursivo, fazendo com que uns prevaleçam em detrimento de outros. Os textos são vistos como produtos de um processo dinâmico e sua análise é ancorada na análise das práticas discursivas e sociais.

Nessa perspectiva, consideramos como a linguagem se manifesta a serviço do poder, sendo o discurso a realização da “linguagem como prática social”, e como as cotas para negros e o debate realizado na imprensa são produtos da relação dialética de três âmbitos ou dimensões sociais: o racismo, o discurso e a imprensa. Cada um desses âmbitos tem sua própria especificidade, interagindo dialeticamente de modo a constituir uma *esfera pública* em que atores sociais atuam, tomam posição e são representados em relação às cotas. Consideramos a construção de um consenso na sociedade brasileira sobre o racismo e as políticas de ação afirmativa, bem como de uma luta hegemônica pelo controle desse consenso. O debate das cotas na imprensa é local de manifestação e de reprodução dessa luta.

A análise realizada mostra as estratégias discursivas para se descaracterizar as cotas como política pública relevante e como, por meio desse debate, os afrodescendentes são representados no discurso da imprensa. Consideramos, ainda, como essa representação favorece o racismo discursivo e como a realidade do racismo é apresentada ou ignorada no discurso da imprensa.

Palavras-chave: racismo discursivo, imprensa e minorias, cotas para negros, análise de discurso crítica, argumentação e retórica, esfera pública.

Abstract

This thesis investigates discursive racism which victimises millions of people of African descent – nearly half of Brazilian population – through the analysis of the Press discourse about affirmative action for black students in public universities. Based upon Critical Discourse Analysis (CDA) and, specially, the theoretical-methodological contributions by N. Fairclough, T. A. van Dijk and R. Fowler, we examine texts from six genres – newspaper report, editorial, article, column, interview and letter to editor – selected from three influential Brazilian newspapers, *Folha de S. Paulo*, *Jornal do Brasil* and *A Tarde*, collected between January 2002 and December 2003.

We identify and analyse the ways in which the vocabulary, headlines, negation, modality, argumentation, metaphors and irony appear in the texts, construing meanings in the service of a certain ideological project. So, it is an ideological operation that determines the mobilisation of meanings in this discursive process, causing that some predominate over others. Texts are seen as the products of a dynamic process and its analysis is based on the analysis of discursive and social practices.

In addition, we consider how language operates in the service of power. In this view, discourse is seen as “language as social practice”. So, the quotas (affirmative action), and the debate which occurs in the Press are products of the dialectical relation among three social domains: racism, discourse and the Press. Each of these has its own specificity, interacting dialectally in order to constitute a *public sphere* in which social actors act, take position and are represented in relation to the quotas. We consider the construction of a consensus in Brazilian society about racism and affirmative action policies. Also, there is a hegemonic struggle for the control of this consensus. The quotas debate in the Press is a site for the manifestation and reproduction of this struggle.

The analysis shows the discursive strategies which question the quotas as relevant social policy and how, through this debate, Black people are represented in the Press discourse. We also examine how this representation in this discourse favours discursive racism and how racism is represented or ignored in the Press discourse.

Key-words: discursive racism, press and minorities, affirmative action for blacks, critical discourse analysis, argumentation and rhetoric, public sphere.

Capítulo 1

Introdução

Nos últimos anos, pesquisas têm apontado a difícil situação de desigualdade social que atinge a população afrodescendente no Brasil frente ao conjunto de não-negros e mesmo em comparação com a média nacional. M. A. S. Bento (2003) cita um estudo sobre os indicadores de desenvolvimento da população negra, conduzido por Marcelo Paixão e Wania Sant'Anna, publicado em 1997, que utiliza os indicadores de desenvolvimento humano (IDH) levantados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), apontando os seguintes dados:

- * a população negra no Brasil ocupa a 101^o posição, ao passo que a população branca está em 46^o lugar;
- * entre os maiores de 25 anos, o analfabetismo de negros e negras é da ordem de 18,2% enquanto que o de brancos e brancas é de 7,7%
- * entre as crianças entre 10 e 14 anos, o analfabetismo de negros e negras é da ordem de 16,6% enquanto que o de brancos e brancas é de 1,9%;
- * 70% da população negra não completam o ensino fundamental e apenas 2% dos negros e negras conseguem entrar na universidade;
- * apesar do considerável progresso econômico no Brasil entre o começo e o final do século XX, os dados demonstram que negros e negras vivem situação idêntica à que viveram seus avós na década de 1920.

A mesma autora apresenta dados de outro estudo, o Mapa da População Negra, publicado em 2000, pelo Instituto Interamericano Sindical pela Igualdade Racial: contra 25,9% da população branca que vivem em habitações rústicas, 73,1% dos negros e negras encontram-se nessa situação; enquanto 28,3% dos brancos e brancas não dispõem de banheiro ou o compartilham com outras famílias, 71% dos negros e negras vivem nessa circunstância; 71,3% da população negra não desfrutam de energia elétrica contra 28% da população branca nessa situação.

Conclui a pesquisadora:

Na verdade, viver numa sociedade marcada pela desigualdade racial, onde um dos grupos tem supremacia concreta e simbólica sobre o outro, conforma uma visão de mundo diferenciada para todos os implicados. Assim, tentar diluir o debate sobre raça analisando apenas a classe social, o que observamos tão freqüentemente, é uma saída permanentemente utilizada. Com certeza, a questão de classe é importante, mas não esgota a explicação do fenômeno (id.: 108).

Nessa mesma linha, R. Henriques (2002) aponta “os limites das políticas universalistas na educação”, em pesquisa na qual examina o impacto das variáveis ‘raça’ e ‘gênero’ no desempenho da população brasileira no sistema de ensino. Segundo o estudo, enquanto os negros constituem

45% da população, sua participação na população pobre é de 64% e entre os indigentes, os negros somam 69% do total. Já os brasileiros brancos representam 54% de toda a população, constituindo, no entanto, apenas 36% dos pobres e 31% dos indigentes.

A pesquisa acompanha o item da escolaridade como fator de mobilidade social. Analisando especificamente o recurso da alfabetização, o estudo mostra que enquanto na população branca, o analfabetismo atinge 8,3% das pessoas a partir dos 15 anos de idade, na população negra, esse percentual é mais do que o dobro, 19,8%. O pesquisador observa:

O recorte racial, no entanto, explicita, no domínio da alfabetização, um cenário de fragilidade estrutural na igualdade de oportunidades entre brancos e negros. A incidência do analfabetismo, e portanto, a privação dessa característica elementar das oportunidades básicas do indivíduo, é significativamente maior entre os negros (id.: 38).

Ao tempo em que constata “melhoria nos níveis médios de escolaridade de brancos e negros ao longo do século”, Henriques ressalva que “o padrão de discriminação, isto é, a diferença de escolaridade dos brancos em relação aos negros se mantém estável entre as gerações” (id.: 93). Acentuando a importância da educação como recurso para a progressão no mercado de trabalho, o pesquisador chama a atenção para o fato de que grande parte da diferença salarial entre os dois segmentos da população pode ser explicada pela desigualdade específica no que se refere à educação. Tal desigualdade é atribuída a dois fatores:

uma parte derivada da discriminação gerada no interior do sistema educacional e outra parte derivada da herança da discriminação educacional infligida às gerações dos pais dos estudantes (id.: 31)

Tais estudos científicos – por mais eloqüentes que sejam, no sentido de apresentar um diagnóstico verossímil da realidade brasileira – não produzem por si só um nível de conscientização social e de repúdio a essa vergonha nacional que leve a uma decisão política efetiva de reverter esse quadro de desigualdades. A adoção das políticas de ação afirmativa é uma dessas frentes de combate. A resistência levantada nos últimos anos contra a adoção de uma dessas políticas, a que prescreve cotas para negros na universidade, dá uma idéia de que como o problema do racismo e o consenso social a respeito do assunto são questões mal resolvidas na sociedade brasileira.

No livro *Negros na universidade* – resultado de uma pesquisa feita em meados da década de 1990, em uma universidade pública do Rio de Janeiro – M. D. P. Teixeira (2003) tenta fornecer elementos para se compreender os mecanismos de sucesso que permitem a alguns negros chegarem ao ensino superior no Brasil. A pesquisadora identifica “a persistência das formas de preconceito e discriminação raciais que marcam suas trajetórias” e que tal aspecto opera, interferindo quanto a projetos e a escolhas do(a) estudante negro(a) – determinando, por exemplo, a opção por cursos menos concorridos e de menor *status* social “ao mesmo tempo em que indicam

para a tendência de manutenção dos mesmos mecanismos de ascensão social do passado” (id.: 243).

As entrevistas realizadas, trechos das quais são reproduzidos no livro, mostram de forma exemplar o peso e a pressão que os estudantes negros têm que enfrentar para transpor o vestibular e levar com sucesso um curso universitário. A autora conclui:

Assim, é possível estabelecer uma analogia entre cor ou raça – cursos e carreiras, o que conduz à conclusão de que, apesar de todo o progresso social e trajetórias de sucesso alcançados por esses negros, (...) os níveis de desigualdade entre brancos e negros ainda são intensos e permanecem através da renovação dos mesmos preconceitos do passado, envolvidos pelas formas de reprodução das classes sociais que conduzem à limitação da mobilidade social ascendente (idem).

O presente trabalho nasce de uma inquietação e de uma convicção. A inquietação diz respeito aos limites impostos ao processo de democratização na sociedade brasileira, em especial no que concerne à inclusão da população afrodescendente, o acesso ao poder político, ao discurso na esfera pública e à representação justa e proporcional na mídia. A convicção envolve o entendimento de que, sendo injustificável tal exclusão, a qual se explica pela perspectiva do fenômeno denominado racismo, faz-se necessário tomar posição frente a essa realidade e pôr o conhecimento científico a serviço da luta anti-racista. Aqui tratamos de linguagem, de como a linguagem está vinculada ao poder e de como pode ser usada para manter o *status quo* ou para combatê-lo.

Assumimos como dever, moral e ético, a tarefa de contribuir, como analista do discurso, para o avanço do processo de democratização na sociedade brasileira e, em especial, nos meios de informação. Inicialmente, estávamos estimulados, do que são prova trabalhos anteriores e nossa vinculação profissional e sindical, a examinar a relação discurso e democratização na sociedade brasileira, focalizando, em especial, o discurso da mídia referente à relação justiça e cidadania, às minorias e movimentos sociais e ao processo político brasileiro.

Posteriormente, a pesquisa avançou rumo ao exame de um tópico específico dentre os vários que compunham o interesse inicial. Examinando textos da imprensa que tratam da representação dos negros, observamos a emergência de um momento crítico das relações raciais no Brasil, qual seja, o enfrentamento da necessidade de se adotar políticas de ação afirmativa no país. Um estudo piloto realizado em textos da *Folha de S. Paulo*, referente ao ano de 2002, evidenciou a relevância do tema das cotas para negros na universidade. De 274 textos identificados que tratam de negros no Brasil – comunidade, pessoas, entidades e movimentos – como assunto principal ou secundário, encontramos 75 entre reportagens, editoriais, entrevistas, artigos, colunas, notas, cartas de leitores e chamadas de primeira página que, ou tratam das cotas como principal tema ou a ele se referem em alguma medida. Ou seja, quase um terço do total de textos do jornal no ano de 2002 com foco nesse segmento da população brasileira trata de cotas.

O que fundamenta o interesse por esse assunto? Que postura a imprensa assume diante do debate sobre as cotas? O que revela esse engajamento? Foram essas algumas das questões iniciais. A motivar-nos para a pesquisa uma tríade de compromissos. O primeiro é o de contribuir para a percepção de uma realidade grave, o racismo que atinge – pela exclusão e pela representação discursiva desfavorável – negros e negras na sociedade brasileira. O segundo compromisso é o de pôr o estudo da linguagem a serviço da luta contra o racismo, identificando seus mecanismos de reprodução no e por meio do discurso. O terceiro compromisso é o de cooperar com o processo de democratização na imprensa, ao examinar a participação da instituição na reprodução do racismo e sugerir maior abertura dos meios de informação à presença equânime dos diversos segmentos étnicos que compõem a sociedade brasileira.

A) Do objeto

Como objeto de trabalho, a pesquisa centra-se no discurso da imprensa sobre a política de cotas. O *corpus* consiste de textos publicados por três jornais diários de grande circulação e reconhecido prestígio social: *Folha de S. Paulo*, *Jornal do Brasil* e *A Tarde*. A escolha desses se justifica pela proeminência dos dois primeiros como veículos de projeção nacional, sendo cada qual publicado nas duas maiores metrópoles brasileiras. Já *A Tarde*, além do fato de ser publicado na terceira maior cidade brasileira e sua relevância como veículo regional, justifica-se também pela conhecida proeminência que os negros e suas entidades organizadas têm em Salvador.

O período de levantamento dos textos – 2002 e 2003 – corresponde não somente ao período de implantação da política de cotas, mas também ao último ano do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso e ao primeiro da administração do presidente Luís Inácio Lula da Silva. A conjuntura propicia assim a irrupção de expectativas e considerações de ordem política face à transição governamental, animada pela discussão pública de uma política que, como se verá, tem suscitado uma séria divergência tanto entre pessoas comuns, quanto entre autoridades e especialistas.

Integram o *corpus* da pesquisa textos dos mais variados gêneros do jornalismo. O levantamento dos mesmos foi feito junto aos bancos de dados dos jornais entre os meses de novembro/2003 e janeiro/2004. Para selecionar os textos, adotamos o critério de que os textos deveriam ou tratar de cotas raciais ou se reportar aos negros como segmento social no Brasil. Inicialmente, fizemos uma breve análise de cada um dos textos referentes aos negros, num total de 1.533. Em seguida, foram escolhidos apenas os textos que, ou tratavam da política de cotas como primeiro tema, ou que a ela se referiam em algum momento. O processo de seleção resultou em 352 textos, sendo esse portanto o *corpus* restrito do estudo.

B) Objetivos da pesquisa

A pesquisa tem como objetivos:

- 1º) Investigar como se constrói o discurso da imprensa sobre a política de cotas para os negros nas universidades.
- 2º) Examinar como é feita a representação dos negros no discurso da imprensa.

3º) Investigar como o racismo se manifesta no discurso da imprensa.

C) Questões de pesquisa

A balizar a investigação, três questões são propostas:

- a) Que sentidos são recorrentes no discurso da imprensa sobre a política de cotas, como eles são fixados e que operação leva à fixação de alguns em detrimento de outros?
- b) Que lugar social¹ é construído para os negros no discurso da imprensa e de que modo são representados?
- c) Como a imprensa contribui para a reprodução do racismo no Brasil, que mecanismos favorecem o racismo discursivo (confira Cap. 2, Seção 2.2.1 e Cap. 3, Seção 3.5) e como podem ser eliminados?

*** **

O livro compõe-se de duas partes. A primeira, com dois capítulos, trata dos pressupostos teórico-metodológicos que fundamentam a pesquisa. No Capítulo 2, analisamos a construção teórica dos conceitos de raça e racismo. Vemos como o racismo se constitui nas ciências sociais, e como o mesmo se manifesta na realidade brasileira. Examinamos, ainda, a questão das políticas de ação afirmativa no contexto da luta contra o racismo, a polêmica que suscita e a discussão do assunto voltada para a conjuntura nacional.

As questões referentes à linguagem a serviço do poder, o discurso como local de manifestação da ideologia e a instituição imprensa são alguns dos enfoques do Capítulo 3. Discutimos aí porque o trabalho ancora-se na Lingüística e, especificamente, na Análise de Discurso Crítica, refletindo também o impacto dos desenvolvimentos propiciados pela modernidade tardia, dentre os quais a ênfase na transdisciplinaridade, no engajamento crítico do analista do discurso, na defesa de valores como democracia (conceito que abordamos na Seção 3.2), o respeito às diferenças e fortalecimento de grupos minoritários em desvantagem frente à sociedade abrangente. Examinamos a relação discurso e imprensa, imprensa e minorias e, também, propomos um modelo de compreensão do tipo de racismo discursivo manifestado nesse debate sobre as cotas.

A segunda parte é voltada para a análise. Compõe-se de três capítulos. No Capítulo 4, fazemos inicialmente uma apresentação e discussão geral dos textos desta pesquisa, tanto o *corpus* ampliado quanto o restrito. Analisamos, ainda, a manifestação nesse discurso de marcas lingüísticas, como a seleção vocabular, a construção dos títulos, o uso da negação e o emprego da

¹ O emprego da linguagem a serviço da constituição de um lugar social para os negros implica o uso de marcas lingüísticas, dentre as quais a pressuposição, para atribuir ao grupo social perspectivas do senso comum e manter, desse modo, o controle de sentidos e imagens sobre o grupo (Magalhães, 1995).

modalidade. No Capítulo 5, examinamos a intervenção de outras marcas lingüísticas, como a argumentação, e o emprego de figuras de linguagem como a metáfora e a ironia.

No Capítulo 6, examinamos a relação dos textos com as práticas sociais. Analisamos como o discurso da imprensa sobre as cotas é construído e como está relacionado à questão do racismo. Para isso, investigamos a representação no discurso dos atores sociais, de um modo geral, e dos negros em particular.

No Capítulo 7, temos as considerações finais. Ali sugerimos possibilidades de abertura na relação discurso e minorias na realidade brasileira, de modo a fortalecer a luta contra o racismo e em favor da inclusão da população afrodescendente e de uma representação mais justa e igualitária na esfera pública e no discurso da imprensa.

Apresentamos no Anexo I, termos e expressões usadas para caracterizar a política de cotas, com cinco tabelas, mostrando a relação desses termos com os jornais e nos anos de 2002 e 2003. No Anexo II, trazemos a relação dos principais adjetivos atribuídos à política de cotas.

Parte 1

Quadro teórico-metodológico

Capítulo 2

Raça, racismo e ação afirmativa

O racismo é um dos aspectos presentes no contexto social e político em que se desenvolve a segunda grande guerra mundial (1939-45). A política nazista de extermínio voltada para judeus, ciganos e outros segmentos sociais mostrou de modo contundente até que ponto os governos e sociedades podem chegar com o fomento e o livre curso de idéias racistas. O nazismo não vingou e sua derrota conduziu a toda uma reformulação política da Europa e a um equilíbrio tenso da política mundial. O repúdio mundial ao anti-semitismo e às práticas racistas do III Reich e a aprovação da Declaração Universal dos Direitos do Homem foram sinais claros de que o racismo institucionalizado começava a se tornar algo insustentável em meados do século XX.

Lado a lado com a mudança da conjuntura política mundial, as ciências sociais trouxeram novos enfoques sobre fenômenos tais como raça, etnia, racismo e cultura. Anteriormente, o nazismo havia se baseado em teorias que preconizavam a existência não só de raças na espécie humana como também de hierarquias entre elas. Já em meados do século XX, essa linha de pensamento começa a ser superada. Os avanços se manifestaram também no campo social e político. Nos Estados Unidos, por exemplo, o movimento pelos direitos civis capitaneado pelos negros desembocou na remoção de todo um aparato racista legal e na conquista de políticas de ação afirmativa ou medidas de reparação. Não obstante, os trabalhos acadêmicos, como veremos, têm demonstrado que o racismo não é coisa do passado.

Se no mundo o fenômeno do racismo passou por desdobramentos consideráveis, no Brasil não foi diferente. Ademais, a realidade nacional, no que se refere a esse assunto, traz enfoques específicos. Era quase incontestável até recentemente a idéia de que não havia racismo no Brasil. Esta investigação lança luz sobre dois fenômenos, o racismo e o discurso da imprensa, ou antes sobre a sua interseção, vista mediante o exame do debate que é feito no Brasil da política de cotas para negros nas universidades públicas.

Neste capítulo, vamos examinar o anteparo teórico e metodológico que sustenta a investigação. Na Seção 2.1, a seguir, discutimos os conceitos teórico de raça e exploramos sua relevância como categoria de análise, para o que discutimos trabalhos acadêmicos sobre a questão. As Seções 2.2.1 e 2.2.2 dedicam-se a examinar o racismo como fenômeno social e político e a forma como ele tem sido tratado nos trabalhos acadêmicos. Investigamos ainda as especificidades do racismo à brasileira. A terceira e última Seção dedica-se à discussão das políticas de ação afirmativa e seu papel no combate à realidade do racismo. Examinamos ainda a contestação que as mesmas têm sofrido e como intelectuais e líderes do movimento negro têm considerado a questão da oportunidade e relevância desse tipo de política para o caso brasileiro.

2.1 – Raça como categoria – da conceituação científica à relevância política

Nos últimos cem anos, o conceito de raça aplicado à espécie humana evoluiu de uma categoria científica evocada na legitimação de práticas de racismo para uma categoria científica de valor basicamente instrumental a serviço da luta contra o racismo. O que teria possibilitado tal mudança? Vamos examinar alguns estudos que consideram raça como categoria de análise e o debate que fazem de raça como conceito científico.

Segundo D. T. Goldberg (2002), o conceito de raça surge na consciência social européia de modo mais ou menos explícito no século XV. Anteriormente, entre os gregos embora houvesse manifestações de discriminação etnocêntrica e xenofóbica e mesmo a reivindicação de uma superioridade cultural, não haveria, de acordo com ele, evidências seguras de que tais desigualdades fossem determinadas biologicamente.

No período medieval, categorias teológicas presidem a distinção e valoração de indivíduos e grupos. Assim, a discriminação e a exclusão servem a uma ordem diferente. Na passagem desse período para a modernidade dá-se também uma mudança, segundo Goldberg, de um discurso da identidade humana e personalidade definido em termos religiosos para um definido em termos de raça.

A emergência do empirismo levou à classificação de diferenças perceptíveis entre as pessoas, deduzindo-se a partir daí diferenças naturais. Já o pensamento racionalista propôs distinções inatas iniciais (especialmente mentais) como forma de explicar as disparidades de comportamento percebidas.

Na genealogia que traça para o racismo moderno, C. West (2002) observa a existência de duas fases específicas. A primeira está relacionada ao papel da estética clássica e das normas culturais na legitimação da supremacia branca. Também a instituição da ciência serviu como instrumento nessa operação. Raça, denotando principalmente a cor da pele, foi empregada pela primeira vez como um meio de classificar os seres humanos por um físico francês chamado François Bernier em 1684.

A segunda fase, segundo West, é possibilitada por desdobramentos na antropologia, valorizando aspectos estéticos e defendendo a superioridade da pessoa branca. A espécie humana seria única, mas as variações seriam causadas por três fatores: clima, estado da sociedade e hábitos de vida. West mostra, então, que o Iluminismo, através de vários de seus expoentes, deu guarida a essas idéias e as legitimou.

R. Miles (1993), em sua abordagem histórica do conceito de raça, mostra que o termo 'race' aparece na língua inglesa no século XVII e, no século seguinte, já é usado nos escritos científicos na Europa e nos EUA, com o objetivo de nomear e fornecer explicação para certas diferenças fenotípicas entre seres humanos. No pensamento do século XIX, segundo Miles, a teoria da 'raça' é dominante. A idéia em vigor na época é que haveria na população mundial um

número de raças distintas, cada qual com uma capacidade biologicamente determinada para o desenvolvimento cultural.

Miles observa que é o emprego da teoria pelos nazistas que vai provocar reações críticas tanto na Europa quanto nos EUA. Esse movimento crítico leva à criação do conceito de racismo na década de 1930. Já naquele momento, estudos passaram a refutar a hierarquização de raças do ponto de vista da biologia, criticando o apelo à ciência feito pelo nazismo para justificar o viés racista de sua política. No entanto, os autores da época mostravam-se divididos quanto à existência ou não de 'raça'.

Miles recupera a contribuição de autores marxistas como O. Cox e Szymanski que, segundo ele, teriam incorporado as idéias de 'raça' e 'relações de raça', atribuindo às mesmas *status* analítico dentro da estrutura de pensamento do marxismo, embora não reconhecendo nelas um conteúdo especificamente marxista. Já P. Gilroy, segundo Miles, confere ao conceito de 'raça' um valor descritivo e o emprego como categoria de análise.

'Raça' deve ser mantida como uma categoria analítica não porque corresponda a qualquer absoluto biológico ou epistemológico, mas porque se refere à investigação para o poder que as identidades coletivas adquirem por meio de suas raízes na tradição. (Gilroy, 1987: 247 apud Miles, 1993: 41)

Dessa forma Miles propõe então:

Não existem 'raças' e portanto não existem 'relações de raça'. Há somente uma crença de que essas coisas existem, uma crença que é usada por alguns grupos sociais para construir um Outro (e portanto o Eu) no pensamento como um precedente para a exclusão e a dominação, e por outros grupos sociais para definir o Eu (e assim construir um Outro) como um meio de resistência e exclusão. Por conseguinte, se usada de alguma forma, a idéia de 'raça' deve ser usada apenas para referir de modo descritivo a certos usos da idéia de raça. (id.: 42)

O. H. Gandy (1998), na discussão que faz sobre a construção social da raça, sugere o emprego de raça como um construto teórico – produto do reino das idéias, pensamento, reflexão e mesmo da imaginação. "Seu sentido é negociado ou, como muitos preferem, contestado por causa das formas em que o sentido tem sido ligado historicamente à distribuição das oportunidades de vida (id.: 35)

Gandy alude ao trabalho de M. Banton (1977), relacionado à realidade dos negros norte-americanos, e que admite uma evolução em quatro estágios para o processo de construção social da raça como categoria analítica significativa. O primeiro é o estágio da 'tipologia racial' – em que se busca caracterizar as raças segundo grupos de atributos físicos; tais aspectos apoiariam a perspectiva de que brancos, negros e amarelos seriam espécies biológicas distintas. O segundo estágio é representado pelo darwinismo social, que introduziu a idéia de uma hipótese da evolução

como um meio de explicar as variações aparentes nas características raciais; sua manifestação em grupos foi entendida, assim, como um tipo de adaptação às condições ambientais. O terceiro estágio, ligado à proto-sociologia, considera a construção da raça como um problema das relações sociais, econômicas e culturais, sendo significativa aí a influência marxista.

No quarto e último estágio, representado pelo movimento *black power*, nota-se um nacionalismo emergente; a identidade dos negros é politizada pelos líderes intelectuais do movimento dos direitos civis. Estes apropriam-se do conceito de raça como um recurso estratégico de modo a explicar não uma suposta inferioridade – como o haviam feito os grupos brancos europeus e americanos no período anterior – mas como evidência de que a prática social havia gerado e reproduzido para eles uma condição socioeconômica inferior.

Para Gandy, se Banton reeditasse seu livro no final da década de 1990 certamente incluiria o multiculturalismo como o quinto estágio, sendo esse, segundo Gandy, “um movimento político que estende o aspecto da *escolha* envolvida na construção do que significa ser negro(a), asiático(a) ou mesmo branco(a) em termos culturais que implica mais do que a biologia e, de fato, realça as origens sociais” (id.:40).

Essed (2002) observa que a raça é notadamente uma construção ideológica e não simplesmente uma construção social, porque a idéia de ‘raça’ nunca existiu fora de uma estrutura de interesse de grupo.

Nota-se assim que a revisão de teorias em meados do século XX determinou pouco a pouco o abandono do conceito de raça com base numa perspectiva biológica. No entanto, a relevância atual das relações raciais e do racismo impediu que o uso da categoria fosse descartado mormente nas ciências sociais.

Temos em vista, neste trabalho, raça como uma categoria de análise, sem nenhum julgamento de valor do ponto de vista da biologia e mesmo como distinção de perspectivas culturais entre os grupos humanos, para o que entendemos que o conceito de etnia seria mais pertinente. Defendemos, portanto, um emprego estratégico do termo¹, em reconhecimento ao papel que considerações baseadas em questões de raça desempenham nas diversas formações sociais. Assim, não é possível ignorar que, no dia-a-dia, as comunidades continuam a ver a si mesmas e às demais como estruturadas em torno de diferenças que vão do aspecto estético aos valores culturais. Tais diferenças são entendidas como sendo de ordem racial. Ademais, as diferenças desempenham papel preponderante na disputa pelo poder na sociedade e no acesso a bens materiais (meios de produção, salários, condições de saúde, transporte e moradia) e simbólicos (sistema de ensino, cultura e lazer), o que tem levado ao racismo.

¹ Nas falas contrárias à adoção de cotas, a discussão conceitual sobre raça está presente nos dados desta pesquisa. Como exemplo, temos o caso de um professor, articulista do Jornal do Brasil que alega a superação do conceito de raça no campo das ciências naturais para argumentar que não faz sentido políticas públicas baseadas nesse critério. Trata-se de um sofisma, como veremos.

Um aspecto interessante é observar como o conceito de raça pode funcionar no contexto de uma minoria frente à sociedade abrangente. M. Marable (2002) identifica duas tendências na visão de liberais e progressistas sobre a comunidade afro-americana: uma seria o desenvolvimento de instituições negras fortes e a preservação de uma cultura afro-americana e sua identidade, a outra seria a inclusão ou assimilação dos negros na sociedade branca americana. Marable entende que a existência de instituições negras separadas ou mesmo de uma comunidade auto-definida como negra não se constitui necessariamente um impedimento para a cooperação inter-racial bem como para o diálogo multicultural.

2.2 – Racismo ontem e hoje

A priori, podemos definir racismo como sendo discriminação baseada em questões de raça. Trata-se, é claro, de uma definição muito abrangente e talvez por isso mesmo pouco precisa. E certamente problemática, tendo em vista que críticos do sistema de cotas para negros nas universidades brasileiras – uma das possibilidades em termos de política de ação afirmativa – costumam apontar um suposto caráter discriminatório e mesmo racista do sistema de cotas ao beneficiar negros em detrimento de não-negros.

2.2.1 – O racismo como fenômeno social e político

Discutimos, na primeira Seção, o conceito de raça. Aqui, vamos notar como o conceito é explorado para ensejar a construção do racismo. Para o cientista social jamaicano S. Hall (2002), raça figura como um aspecto saliente das formações sociais. Ele sugere duas tendências dominantes e abrangentes nesse campo de investigação. A primeira engloba estudos sobre estruturas econômicas internas, relações entre aspectos econômicos internos e externos; já a segunda compreende pesquisas sobre as relações sociais entre estratos racial ou étnico diferentes, diferenças culturais, uma teoria plural mais rigorosa e formas de dominação ou desvantagem política, baseadas na exploração de distinções raciais.

Cada tendência exhibe algo de seu próprio núcleo racional. Assim, pode não ser possível explicar raça em referência às relações econômicas exclusivamente. Mas a primeira tendência é certamente correta quando insiste que estruturas raciais não podem ser compreendidas adequadamente fora do quadro dos conjuntos específicos das relações econômicas (id.: 42).

Para Hall, o nível da análise econômica torna-se um ponto de partida para uma explicação da emergência e da operação do racismo. Ele também defende uma interseção entre as duas premissas do método marxista: a materialista, que propõe que a análise das estruturas política e ideológica seja baseada nas condições materiais de existência, e a histórica, que aponta para um viés histórico determinante. A primeira sem a segunda conduziria a um reducionismo econômico; já a segunda sem a primeira, levaria a um relativismo histórico.

Segundo ele, “raça é assim, também, a modalidade em que a classe é vivenciada, o meio pelo qual as relações de classe são experienciadas, a forma pela qual são apropriadas e defendidas” (id.: 62). O capital reproduz as estruturas de classe e o faz, de acordo com Hall, segundo a perspectiva da raça. Mas o que é arregimentado em prol da dominação pode ser também mobilizado em favor da resistência. Como nota Hall:

As ideologias do racismo permanecem estruturas contraditórias, que podem funcionar tanto como veículos para a imposição de ideologias dominantes, quanto como formas elementares para (imposição de) culturas de resistência (id.: 64).

Na perspectiva que adotamos, é útil debater os conceitos de racismo e racismos. O primeiro termo, no singular, pode designar a ideologia racista que envolve a justificação da diferença entre as pessoas com base em distinções de apelo racial, usada para legitimar relações de dominação ou as desigualdades no acesso ao poder e a recursos materiais e simbólicos. O segundo termo, no plural, volta-se para a manifestação concreta do racismo de acordo com referenciais ou recortes distintos. Assim é que haveria um racismo contemporâneo ou novo em contraposição a um racismo velho, de apelo científico. Uma variante do eurocentrismo, isto é, a supervalorização da cultura e da estética branca européia – dominante nas elites brancas do continente americano – seria, portanto, um caso concreto de racismo e que atinge milhões de pessoas dos Estados Unidos ao cone sul da América. O racismo simbólico ou discursivo teria a ver com a prática do racismo no domínio do discurso, da formulação de representações (sentidos e imagens). Já o racismo cotidiano implicaria a noção de práticas racistas institucionalizadas no dia-a-dia das pessoas.

Examinemos mais detalhadamente esses casos concretos de racismo que guardam, como se poderá ver, uma especificidade própria de quem os identifica e analisa segundo parâmetros de cada pesquisa. O racismo velho é vinculado ao tempo em que a ciência foi usada como base para justificar a dominação por meio do reconhecimento de distinções de ordem biológica entre as raças e de uma hierarquização entre elas. No caso americano, esse tempo está ligado à segregação racial do período anterior à adoção das políticas de ação afirmativa, com a exclusão dos negros da vida pública, sobretudo no sul dos Estados Unidos, e toda a manifestação de violência física e psicológica e os linchamentos praticados pelos brancos.

Esse viés foi de certa forma superado pelos desdobramentos nas ciências sociais, pela superação do apelo à biologia para afirmar o reconhecimento e a hierarquização de raças e pelo novo momento na política em que a sociedade americana, em sua maioria, assume, no que toca aos negros, a necessidade de combater a herança escravista e de adotar medidas de integração. O que, para setores da sociedade, poderia significar o fim do racismo, líderes negros e especialistas têm defendido que se trata, na verdade, de um novo estágio do racismo.

T. A. van Dijk (1991) observa que o racismo moderno abandona o pressuposto da noção biológica de raça ou suas hierarquias raciais associadas. Em vez disso, aponta a perspectiva da construção sociocultural adaptada ao contexto histórico presente.

Uma das implicações dessa transformação de racismo em etnicismo é o desenvolvimento de uma ideologia que reconhece diferenças sócio-culturais entre grupos étnicos diferentes, mas nega as diferenças de poder, e conseqüentemente a dominação da cultura ocidental. (id.:28)

B. Kleiner, ao discutir a ideologia racista moderna, cita McConahay (1986) que descreveu o racismo moderno com base nos seguintes pilares que refletiriam um pensamento neoconservador predominante: a) o sucesso do movimento pelos direitos civis nos EUA teria tornado a discriminação uma coisa do passado; b) portanto, os negros não devem ser favorecidos de modo tão forte; c) suas táticas e demandas são injustas e não-democráticas; d) portanto, os negros estão obtendo mais atenção das instituições da sociedade do que eles de fato merecem; e) o racismo é algo ruim, mas as crenças alimentadas por não-negros não são racistas, apenas fatos empíricos; e f) o racismo, de acordo com os racistas modernos, seria consistente tão somente com os princípios e práticas daquela versão hoje fora de moda: crenças sobre a inteligência dos negros, ambição, honestidade e outras características estereotipadas, tanto quanto apoio para a segregação e para atos de discriminação aberta ou explícita.

T. A. van Dijk (1991) também estabelece um vínculo entre racismo contemporâneo e eurocentrismo quando sustenta que pessoas de origem européia dominam pessoas de outras origens, em especial na Europa, América do Norte, África do Sul, Austrália, e Nova Zelândia. Tal dominação pode assumir várias formas nas áreas da economia, sociedade e cultura e ainda hegemonia política. Essas formas em geral se expressam em características diferentes, geralmente valoradas negativamente atribuídas a pessoas dominadas (id.:24).

Para Essed (1991), o racismo contemporâneo tem a ver com a herança de um passado escravista e colonialista. Os séculos de opressão e conflitos geraram o tipo de relações atuais entre brancos e negros, primeiro mundo e terceiro mundo.

Assim, o racismo persiste na sociedade americana apesar do sucesso trazido pelo movimento dos direitos civis e certamente influenciado pelos impactos deste. Essed (idem) refere-se a Gaertner e Dovidio que usaram a expressão de Kovel 'racismo reverso' para designar um tipo específico de ambivalência na sociedade americana, manifestada pela ocorrência simultânea de crenças liberais de igualdade e de sentimentos e crenças contra os negros, não-admitidos.

Essed também atribui a Sears e Kinder o uso da expressão 'racismo simbólico', para designar o fato de que muitas pessoas mantêm atitudes raciais relativamente progressistas como

uma questão de princípio ao tempo em que desaprovam as implicações da política de ação afirmativa.²

Para Essed, o racismo contra os negros nos EUA ainda manifesta parcialmente algo do que era típico do período anterior, isto é, uma segregação completa em especial em áreas residenciais. No entanto, no nível ideológico, dá-se uma mudança na racionalização legitimadora do racismo do âmbito biológico para o social e cultural. Dessa forma, as mudanças normativas passam a combinar com uma relutância crescente a ver a raça como determinante fundamental do privilégio branco e da pobreza negra. A autora critica os estudos estruturais do racismo, sugerindo que uma definição de racismo há que reconhecer as macro propriedades do racismo (estruturais e culturais) tanto quanto as micro desigualdades que perpetuam o sistema. Segundo ela, “de uma perspectiva macro, o racismo é um sistema de desigualdades estruturais e um processo histórico, ambos criados e recriados mediante práticas de rotinas (id.:39).

A autora também destaca que o racismo é tanto estrutura quanto processo. É uma *estrutura* uma vez que há dominação racial e étnica que é reproduzida pelo sistema mediante a formulação e aplicação de regras, leis e regulamentos e por meio do acesso a recursos e de sua alocação. Por sua vez, racismo é um *processo* porque estruturas e ideologias não existem à parte das práticas diárias mediante as quais são criadas e confirmadas.

O racismo cotidiano é um complexo de práticas operativas mediante relações heterogêneas (de classe e gênero), presentes em relações de raça e etnia e produzindo essas relações. Tais relações são ativadas e reproduzidas como práticas (id.: 50).

Para a manifestação do racismo cotidiano, segundo Essed, concorrem: (a) noções racistas socializadas que são integradas em sentidos que determinam certas práticas; (b) práticas com implicações racistas que se tornam familiares e repetitivas; e (c) relações raciais e étnicas subjacentes que ocorrem e são reforçadas por meio dessa rotina ou dessas práticas familiares em situações diárias” (id.:52).

Em razão disso, segundo Essed, as pessoas vão se envolver de modo diferenciado no processo do racismo cotidiano. Tal participação vai depender do gênero, classe, *status* e outros fatores que determinam o conteúdo e estrutura de suas vidas diárias.

Para Gandy, raça e gênero surgem como aspectos estruturais. Reelaborando a contribuição de Dawson (1994) e de Sigelman e Welch (1991), ele sugere:

A discriminação racial é um processo que em um grande número de locais ou situações estruturadas não varia segundo os níveis de classe. Sugerimos, por exemplo, que a probabilidade de afro-americanos serem discriminados no emprego, no mercado imobiliário, ou em financiamentos para aquisição de imóveis, ou seguro de casa, no usufruto de

² Essa atitude observada pelos pesquisadores referidos por Essed é encontrada nos dados desta pesquisa não apenas nas manifestações dos leitores, mas também nos editoriais e nos artigos.

serviços públicos, no sistema de justiça criminal, ou no usufruto de serviços médicos não varia de modo significativo em razão da classe social (id.: 31).

As oportunidades para os afro-americanos, segundo Gandy, dependeriam mais de sua condição racial do que de sua posição de classe. E a condição racial seria assim um indicador de uma posição dentro da estrutura social que seria, em muitas formas, teoricamente diferente daquela definida pela classe social.

Uma das perspectivas para se abordar o racismo nos dias de hoje é a sua expressão no campo do discurso, como veremos no capítulo seguinte. Por ora, vamos considerar brevemente a contribuição de van Dijk (2000a) que propõe uma abordagem analítica do discurso como meio de examinar um novo tipo de manifestação do racismo. Segundo ele, o 'novo racismo' pretende ser democrático e respeitável daí porque o primeiro passo, nesse sentido, é negar que seja racismo. Definindo racismo como "um sistema social de desigualdade 'étnica' ou 'racial'", van Dijk identifica dois componentes principais: o social e o cognitivo. O primeiro estaria relacionado a práticas discriminatórias diárias, no nível micro de análise, e ainda organizações, instituições, estruturas legais e outras, no nível macro. O segundo componente englobaria crenças, conhecimentos, atitudes, ideologias, normas e valores.

O discurso desempenha, assim, um papel preponderante na reprodução do racismo. Segundo van Dijk, "o discurso como uma prática social do racismo é, ao mesmo tempo, a principal fonte para as crenças racistas das pessoas" (id.: 36). Em um trabalho anterior, van Dijk (1992) já havia observado que a negação do racismo é um aspecto constitutivo do novo racismo. Ele também aponta diversas estratégias de negação entre as quais as do tipo 'negação do ato', 'negação do controle', 'negação da intenção' e 'negação do objetivo'; as mitigações por meio do emprego de minimizações e eufemismos³, e de estratégias cognitivas e sociais relacionadas: justificação, excusas, alegação de provocação e responsabilização da vítima, inversão.

2.2.2 – O racismo no Brasil

Investigar o funcionamento do racismo no Brasil é tratar de uma situação bem peculiar no contexto mundial. Isso não simplesmente por assumirmos que cada realidade social guarda sua própria especificidade, mas sim porque a peculiaridade nacional reveste-se de uma relevância ímpar, seja pela reconhecida característica de ser o país com o maior número de negros fora do continente africano, seja pela decantada harmonia nas relações raciais – tese que vigorou nos círculos acadêmicos até recentemente e que ainda parece ter peso na opinião pública – e pela imagem que o país construiu em volta disso.

³ Segundo van Dijk, "acts in which racism is undeniable tend to be described in terms of 'discrimination', 'prejudice', 'stereotypes', 'bias', 'racial motivation', but not as 'racist'" (1992: 93).

Entre fins do século XIX e começo do século XX, predominava entre os intelectuais brasileiros um certo desprezo pela miscigenação. A tese, baseada em fundamentos teóricos naturalistas, era a de que a mistura das raças seria a responsável pela degeneração das raças. Expressam tal pensamento, entre outros, intelectuais como Nina Rodrigues, Sílvio Romero, João Batista Lacerda e Euclides da Cunha (Schwarcz, 2001; Freyre, 1990). Rompendo com essa linha de pensamento, Manuel Bonfim, Alberto Torres, Edgar Roquette-Pinto e outros contestaram a perspectiva racista então em voga (Skidmore, 1994). Por sua vez, o sociólogo Gilberto Freyre passa a considerar a miscigenação como um traço constitutivo e positivo do povo brasileiro. E de tal modo reconhece esse aspecto na população que o generaliza.

Todo brasileiro, mesmo o alvo, de cabelo louro, traz na alma, quando não na alma e no corpo – há muita gente de jenipapo ou mancha mongólica pelo Brasil – a sombra, ou pelo menos a pinta, do indígena ou do negro. (...) A influência direta, ou vaga e remota, do africano (id.: 307).

No entanto, ao tempo em que constrói a idéia de um tipo nacional distinto, formado a partir do amalgamento de povos europeus, africanos e americanos, Freyre sugere que o racismo não é uma marca forte nas relações raciais no Brasil, minimizando a violência, física e simbólica, exercida contra negros e indígenas ao longo dos séculos. Para Schwarcz (2001), “Freyre mantinha intocados em sua obra, porém, os conceitos de superioridade e de inferioridade” (id.: 28). Nesse sentido, diz a autora, Freyre constrói a miscigenação como sinônimo de tolerância. Opinião também acentuada por E. R. Bastos (1986) que identifica na obra de Freyre “uma visão de *conflito social* marcada pelo equilíbrio”. Segundo a autora, para Freire, “é a mistura de raças que possibilita a convivência pacífica de elementos contraditórios; é ainda a miscigenação que constitui o elemento fundamental de nossa nacionalidade” (id.: 54).

Novas abordagens sobre o fenômeno do racismo no Brasil surgem em meados do século XX, com base em pesquisas patrocinadas pela Unesco. O irônico é que a motivação inicial dos estudos era o de mostrar como a sociedade brasileira poderia se constituir em modelo para outros países que enfrentavam sérios problemas internos relativos às relações raciais, como a África do Sul e os Estados Unidos. Segundo Schwarcz (idem), enquanto alguns dos estudos “engajaram-se no projeto desenvolvido pela instituição, outros passaram a realizar uma revisão ampla” (id.: 33). Entre esses autores encontram-se Costa Pinto, Roger Bastide, Florestan Fernandes. A partir daí, passa-se a apontar a questão das discriminações e as inconsistências da tese da democracia racial.

Apesar de toda a pesquisa que vem sendo feita nas últimas décadas, o aporte de dados quanto à desigualdade entre negros e brancos, fornecido por institutos de pesquisa aplicada e veiculados pela mídia e o fortalecimento do movimento negro nos últimos anos, o reconhecimento do racismo pela sociedade brasileira ainda é uma questão que desperta polêmica. Schwarcz

(idem) apresenta dados de duas pesquisas realizadas no Brasil sobre a questão racial. A primeira, feita em São Paulo por ocasião do centenário da Abolição, em 1988, mostrou que “enquanto 97% dos entrevistados afirmaram não ter preconceito, 98% disseram conhecer, sim, pessoas e situações que revelavam a existência de discriminação racial no país” (id.: 76). A segunda pesquisa foi realizada pelo jornal *Folha de S. Paulo*, em 1995, e trouxe resultados semelhantes. Para 89% dos entrevistados, existe preconceito de cor no Brasil, mas somente 10% admitiram ter preconceito. Não obstante, de forma indireta, 87% manifestaram algum tipo de preconceito racial.

Para Schwarcz, embora pareçam distintos, os resultados das diferentes investigações convergem no seguinte ponto: “ninguém nega que exista racismo no Brasil, mas ele é sempre um tributo do “outro” (id.: 77). A dificuldade não se daria, portanto, quanto ao reconhecimento oficial do preconceito, mas sim quanto a admiti-lo na intimidade.

Esse conjunto de argumentos demonstra como estamos diante de um tipo particular de racismo; um racismo sem cara, que se esconde por trás de uma suposta garantia da universalidade das leis e que lança para o terreno do privado o jogo da discriminação (id.: 78).

À questão quanto a ser o Brasil um país racista, J. B. B. Pereira (1996a) a responde, apontando para a ambigüidade como uma característica do modelo racial brasileiro. Ambigüidade essa a qual o pesquisador propõe apreender por meio de quatro pares dialéticos.

O primeiro dele é representado pela questão racismo verdadeiro *versus* racismo falso. Muitas pessoas, aí inclusos políticos, personalidades dos mais variados setores, jornalistas e pessoas comuns, crêem que racismo mesmo só seria representado por aqueles modelos mais execráveis e institucionalizados já produzidos na história, a exemplo da situação dos Estados Unidos anterior à conquista dos direitos civis para o povo negro na década de 1960, da Alemanha nazista e da África do Sul do *apartheid*. Os problemas raciais no Brasil, é claro, não se encaixariam nesse perfil.

Deste ponto de vista, o clamor das vítimas desse *racismo contemporizador* soa falso, distante do verdadeiro, daquele cruel que a história do país não conhece e não quer conhecer. (id.:76)

O segundo par é representado pelo discurso e prática social. Aí, vai-se notar que enquanto a retórica, oficial ou não, representa o país como a pátria da democracia racial, “a leitura dos fenômenos sociais revela o retrato de uma estrutura social extremamente injusta e cruel com a população negra”(id.:77). O povo negro e a sua cultura formam o terceiro par. Enquanto a cultura afro tem gozado de um crescente prestígio na sociedade, o(a) negro(a) “aguarda, lutando a sua maneira, que os seus pares sociais o reconheçam, também, como histórico e legítimo construtor da sociedade brasileira” (id.:77).

O último par dialético, proposto por Pereira, é representado por raça e classe. Ele, assim como outros pesquisadores, recusa a idéia de que os fenômenos de ordem racial possam ser explicados e resolvidos tão somente pela perspectiva de classe.

É claro que a situação racial no país, por se expressar dentro de um sistema de classes, está, por assim dizer, contaminada por muito daquilo que define classe social. Nem poderia ser diferente. Porém, não se pode confundir as duas instâncias e nem ignorar o peso da variável raça nas relações sociais e nos projetos de mobilidade social da população negra no Brasil (id.: 78).

K. Munanga (1996) explora o fato de que enquanto para os liberais, o racismo tem a ver com a falta de cultura e instrução compatíveis com a economia pós-industrial, para a esquerda, racismo está ligado à questão de classe. Ele sustenta, no entanto, que o racismo antinegro não é mera sobrevivência do passado marcado pela escravidão, uma vez que a sociedade tem produzido novas formas de racismo como outros enfoques e sem ligação com o passado escravista. Ele cita Gonzales e Hasenbalg, para quem o perfil de desigualdades raciais “não é um simples legado do passado, ele é perpetuado por uma estrutura desigual de oportunidades sociais na qual negros e brancos são expostos no presente” (1982: 98 *apud* Munanga, 1996: 82). Assim, mesmo quando negros usufruem das mesmas oportunidades dos brancos, a desigualdade está presente, o que seria prova do fator racial como determinante e específico nessa realidade.

Os raros negros instruídos que escaparam dos trabalhos manuais menos remunerados e conseguiram ocupar posições reservadas aos brancos recebem salários inferiores aos colegas brancos do mesmo nível de formação (id.: 83).

Propondo-se a responder à ‘indagação clássica’ sobre o problema básico do(a) negro(a) ser devido à raça ou à classe, o renomado geógrafo H. Santos (1996) entende que a opressão experimentada pelos afrodescendentes no Brasil seja dupla, “de raça e de classe, nessa ordem. Até porque a cor da pessoa é o que se sabe primeiro” (id.: 114). Segundo ele, na questão racial ocorre um círculo vicioso que se inicia com as dificuldades econômicas dos não-brancos, retroalimentadas, por sua vez, pelos seus efeitos.

Santos aponta a dicotomia baixa renda/escolaridade inferior como aquilo que dá ensejo às *razões estruturais* das diferenças entre negros e brancos no Brasil. Assim, os efeitos surgidos daí repercutem no âmbito do pensamento coletivo “em que o preconceito e a não-identidade têm papel significativo” (id.: 116). Uma idéia equivocada desempenha notável influência nesse contexto, a crença de que “a imobilidade social dos não-brancos decorre da incapacidade natural deles” (id.: 116). Para isso concorreriam o papel dos meios de comunicação, a violência policial, a não-identidade racial dos não-brancos e a manutenção do *status-quo*.

O entendimento dessa problemática é fundamental no discurso sobre as cotas para negros nas universidades públicas. A negação do racismo, sua minimização ou restrição a contextos

isolados vão se manifestar nas falas dos que se opõem às cotas. Já os favoráveis à medida vão apontar para a força do racismo na sociedade brasileira e mostrar as cotas como um remédio para corrigir desigualdades raciais.

Para A. S. A. Guimarães (2002), o movimento negro, na luta contra a discriminação e as desigualdades raciais na sociedade brasileira, tem encontrado resistências na opinião pública. E mesmo no âmbito da academia, o entendimento quanto à questão da identidade racial e das formas de combate ao racismo tem sido motivo de polêmica entre ativistas negros e intelectuais. Entre as críticas dos intelectuais estão a de que “o movimento negro tenta impor categorias raciais americanas ao Brasil, e a de que professa a crença em raças biológicas (racialismo)” (id.: 57). Reconhecendo que algumas das críticas têm sido bem fundamentadas, Guimarães denuncia porém “parologens e acusações gratuitas de ‘racismo às avessas’, ‘intelectuais a serviço do imperialismo norte-americano’, ‘subordinação cultural’, etc.” (id.: 58).

Neste livro, consideramos que a própria resistência ao debate sobre o racismo no Brasil e as formas em que essa resistência se dá tanto na opinião pública, na imprensa como na academia são em si evidências do racismo. Essa restrição ao reconhecimento desse desequilíbrio nas relações raciais e mesmo a recusa ao debate livre sobre o tema não devem ser tomadas como um tabu social simplesmente e sim como a manifestação de controle ideológico da esfera pública.

Outra perspectiva a se considerar no exame do racismo à brasileira é a indiferença para com as desigualdades existentes entre a população negra e a população branca. Nos últimos anos, têm sido freqüentes a realização e a veiculação na mídia de pesquisas – de iniciativa tanto de instituições públicas quanto de ONGs – que retratam aspectos dessa realidade. Não dispomos de estudos que informem e analisem o impacto da divulgação desses dados sobre as elites ou sobre a população em geral. O fato é que, apesar disso, o mais corrente é se apelar a políticas universalistas quando se fala de medidas para combater esse quadro social, o que não deixa de ser coerente com a crença generalizada de que o problema é antes de ordem social do que racial.

Nesse sentido, a luta contra o racismo e em favor de políticas específicas nesse terreno envolve também ganhar o debate público em que a maioria, tanto dos conservadores quanto dos progressistas, adversários que são em tantas causas, parece unida em uma mesma percepção, a de que o racismo na sociedade brasileira, se existente, não seria algo tão relevante assim. Segundo E. H. P. de Oliveira (2001), nesse assunto, conservadores e progressistas compartilham a idéia de que “um *racismo à brasileira* não passa de uma histeria coletiva de uma minoria negra radical” (id.:10) [grifo do autor].

“O silêncio dos diferentes partidos políticos, das organizações religiosas, das instituições sociais de desenvolvimento, das universidades, dos sindicatos, dos meios de comunicação, entre outros, mostra-se cada vez mais um silêncio de consentimento” (id.: 10)

Contra essa indiferença que se faz notar, tanto na opinião pública quanto na academia, pesquisas científicas realizadas nos últimos anos apontam a persistência da desigualdade histórica

entre brancos e negros na população brasileira. R. Henriques (2002: 93), por exemplo, ao investigar a relação entre as variáveis de 'raça' e de 'gênero' no sistema de ensino, observa a existência de um 'racismo estrutural', 'geralmente negado e ocultado', responsável por 'mecanismos e práticas discriminatórias no interior da escola'. Como vimos na Introdução, a desigualdade entre a população negra e a população branca, manifestada no nível de escolaridade, Henriques a credita a dois fatores: um, a discriminação gerada no interior do sistema educacional; o outro, o relacionado à 'herança da discriminação educacional' vivida pela geração precedente e reproduzida à mais nova.

E de vez que, segundo o pesquisador, a desigualdade de renda no Brasil "está, em grande medida, associada à desigualdade na distribuição da educação entre a população adulta brasileira" (id.: 29), o resultado final torna-se previsível. Enquanto os negros, 45% da população, são 70% dos 10% mais pobres, apenas 15% dos 10% mais ricos são negros.

Considerando a necessidade de reverter esse quadro de desigualdade, Henriques propõe:

As diferenças fundamentais entre crianças e jovens de cor branca e de cor negra, no que se refere ao acesso, permanência e aprendizado, requerem políticas de inclusão com preferência racial, políticas ditas de ação afirmativa, que contribuam para romper com o circuito de geração progressiva de desigualdade. A necessidade de uma ação anti-racista que enfrente o desafio histórico de integrar as perspectivas "universalista" e "diferencialista" se encontra no centro de um processo de desnaturalização da desigualdade racial. Portanto, faz-se necessário redefinir os horizontes de igualdade de oportunidades entre brancos e negros, estabelecendo políticas públicas explícitas de inclusão racial (id.: 96).

Com relação à construção da identidade nacional, em trabalho recente, J. M. Norvell (2002), aponta 'duas afirmações contraditórias' nos estudos sobre a construção da identidade étnica do povo brasileiro. A primeira, a de que teríamos aqui no Brasil uma mistura de três sangues e raças, a indígena, a negra e a européia. A segunda, a de que "os *brasileiros* se misturaram, e continuam a fazê-lo, *com* indígenas e negros" (id.: 256). E conclui, de modo lapidar:

É possível dizer "brasileiros misturaram-se com negros e índios", mas é impensável dizer "brasileiros misturaram-se com portugueses ou europeus". O "brasileiro" é, portanto, um paradoxo genealógico que, em uma construção lingüística, é uma mescla, um produto de três raças diferentes; como sujeito gramatical ativo, porém, mistura-se com duas dessas raças, mas não com a terceira, a européia, porque há, neste caso, uma suposta continuidade. O momento originário em que as raças fundadoras se unem para formar o Brasil mostra-se paradoxal, pois é um momento que nunca poderia ter ocorrido, por um lado, porque, pergunta-se: em que ponto do passado as raças existiram como entidades puras? Por outro lado, o momento originário não pode ter terminado, porque é a "mistura de raças" que define a identidade nacional brasileira no presente. Além do mais, esse momento paradoxal, nesses textos acadêmicos, ocorre na cama e ocorre entre raças e linhagens de sangue, não entre pessoas (id.: 256).

A construção do Brasil como nação e como povo tem sido feita, portanto, com base nessa identificação com a herança portuguesa, europeia, branca. Há uma contribuição de um povo europeu, o português, que em terras tropicais recebe 'contribuições' de outras raças. A mistura de raças, de que o Brasil é exemplo singular, já seria por si um bom indicativo de uma recusa histórica a discriminar. No entanto, como Norvell sugere, já nessa opção de definir o povo brasileiro e sua história, há um evidente recorte racista, em que a superioridade tecnológica europeia é transposta para o terreno da cultura e da política. Assim, por essa perspectiva, dos três elos do amálgama que define o povo brasileiro, o branco é tido como superior.

Independentemente dos embates no âmbito das ciências sociais, o enfrentamento da questão racial na sociedade brasileira parece atravessar um período de ebulição na atual conjuntura nacional. Conquistas significativas para a comunidade negra nos últimos anos também fazem parte desse cenário. Entre essas conquistas, podem ser citados o fortalecimento de entidades e ONGs ligadas à comunidade negra; parcerias entre ONGs e grandes empresas com vistas à promoção de negros e negras; a adoção de cotas para negros em algumas universidades, o debate gerado e o enfoque sobre o tema em projeto de lei sobre democratização do acesso à universidade encaminhado pelo governo federal; a criação da Secretaria Nacional de Promoção da Igualdade Racial; a nomeação do primeiro negro para a mais alta corte judiciária do país⁴; uma presença ainda restrita, porém crescente de artistas negros e negras em programas de televisão e o crescimento de iniciativas legislativas voltadas para o combate ao racismo e a promoção da população negra. A luta pelo reconhecimento do problema, sua inserção entre as prioridades do país e a adoção de um leque de políticas de ação afirmativa, porém, prossegue.

Um aspecto constitutivo da negação do racismo na sociedade brasileira – comprovado nos dados desta pesquisa – é a falta de reconhecimento tanto da luta e da tradição histórica do movimento negro por meio de suas múltiplas entidades, intervenções e iniciativas quanto da legitimidade e credibilidade do movimento negro para falar pela comunidade negra e sobre assuntos que lhe dizem respeito diretamente.

A recuperação de dados históricos sobre a organização do movimento negro no Brasil foge aos propósitos deste trabalho. No entanto, vale dizer que trabalhos anteriores têm trazido inúmeros exemplos da saga histórica dos negros no Brasil na luta por reconhecimento, pela conquista de direitos e no combate ao racismo e à discriminação (Reichmann, 1999; Barcelos, 1999; Munanga, 1996a).

Outro aspecto, observado por Munanga (1996b), é que diferentemente dos EUA e da África do Sul, onde a luta dos negros contou, em grande medida, com a colaboração estreita de pessoas brancas que integravam inclusive, entidades associativas, exibindo portanto um caráter

⁴ Sabe-se que, no passado, houve outros ministros identificados como negros. De todo modo, trata-se de um caso muito exemplar haja vista o propósito explícito de que se revestiu o ato – assumido pelo Governo e assim tratado pelos meios de massa – bem como o compromisso do renomado jurista na luta contra o racismo do que sua produção intelectual é prova.

inter-racial, no Brasil esse aspecto não se manifesta. Embora integracionista, o movimento negro no Brasil nunca foi inter-racial, apesar da solidariedade de alguns intelectuais. Para Munanga, tal fato equivale a dizer que o problema é do negro e não de brancos movidos pelo 'mito de democracia racial' (id.: 217).

2.2.3 – Ação afirmativa

A ação afirmativa pode ser vista sob uma perspectiva mais abrangente como políticas públicas voltadas para a reparação de injustiças cometidas contra minorias raciais bem como para a promoção de grupos minoritários – aqui incluindo as de tipo racial, para favorecer negros e outras minorias étnicas, as relacionadas a gênero, em prol das mulheres, e as que beneficiam outros segmentos⁵, como portadores de deficiência ou militares veteranos de guerra.

O debate sobre essa questão implica recuperar uma discussão prévia sobre a desigualdade no acesso a bens e serviços por parte de etnias ou grupos sociais diferenciados no contexto de uma sociedade que ao tempo que os envolve formalmente como atores sociais, em grande medida também os exclui do que as desigualdades sociais e o poder político limitado são evidências. Enquanto o senso comum tende a naturalizar as desigualdades no acesso e usufruto dos bens materiais e simbólicos, torna-se relevante contextualizar tal realidade como um aspecto da dominação política que submete parcela majoritária da população à exploração por parte de uma elite, vista aqui como um conjunto de pessoas que “dispõem de maior acesso aos valores e ao seu controle” (Nina, 1986: 1036 apud Silva, B. 1986).

O acesso aos bens pelos consumidores em geral pode ser francamente influenciado, no nível das tomadas de decisão nos vários escalões envolvidos nos processos de produção e distribuição, por fatores não-econômicos como, por exemplo, aspectos de estrutura de poder que têm influência direta na tomada de decisões nesses vários escalões (idem, ibidem).

O exemplo mais contundente desse tipo de política pública vem da experiência americana. C. Martindale e L. R. Dunlap (1997) fornecem elementos históricos sobre a presença afro-americana nos Estados Unidos, em especial a cobertura feita pela mídia. Não cabe aqui nos determos no exame desses fatos históricos, vamos, não obstante, destacar alguns aspectos: as primeiras medidas em prol da igualdade dos negros frente à sociedade americana, a reação dos brancos sobretudo no sul dos EUA, a organização social e política dos negros, o fortalecimento do racismo a partir dos anos de 1890, com a ocorrência de manifestações de violência, inclusive de linchamentos, a grande migração de negros rumo aos Estados do norte, a segregação dos negros

⁵ A lei do estado do Rio de Janeiro que beneficiou candidatos negros com reserva de cotas nas universidades públicas do estado também contemplou alunos egressos da rede pública de ensino. A justificativa prende-se ao fato de que alunos do sistema público em geral são carentes e estariam em condições desiguais para concorrer ao vestibular, haja vista a defasagem entre o ensino público e o privado tanto no ensino fundamental quanto no ensino médio.

nas forças armadas na I Guerra Mundial, o renascimento cultural nos anos de 1920, com a popularização da música negra.

Por ocasião da II Guerra Mundial, surgem mais protestos contra a discriminação a que estão submetidos os negros na sociedade, ao mesmo tempo em que o Governo americano busca garantir a participação dos soldados negros desenvolvendo políticas voltadas para a comunidade negra. O reconhecido heroísmo dos combatentes negros acrescido de uma conscientização cada vez mais crescente das desigualdades entre negros e brancos trazem um impacto positivo no modo como as organizações negras passaram a exigir a igualdade para os negros.

O livro *An American dilemma: the negro problem and modern democracy* (Um dilema americano; a questão do negro e a democracia moderna), do sociólogo sueco Gunnar Myrdal, publicado em 1944, aponta a necessidade urgente de se resolver a questão do negro na sociedade americana, explorando a incoerência entre a democracia pregada e a situação de discriminação vivida pela comunidade negra nos EUA. Por essa época, uma série de decisões no campo legislativo e judicial leva ao enfraquecimento das medidas segregacionistas. Entre o final da década de 1950 e a década de 1960, uma seqüência de movimentos, protestos e manifestações evidencia a insatisfação dos negros com as restrições legais impostas à comunidade sobretudo nos estados do Sul, a exemplo dos impedimentos para o exercício do voto, e à falta de perspectivas para os negros.

Os governos de Kennedy, Johnson e Nixon finalmente incorporam no plano federal uma série de medidas de ação afirmativa sobretudo nas áreas de educação e emprego. O enfoque da política era atingir nas diversas empresas e instituições e também nas universidades, uma proporção de trabalhadores, funcionários e alunos negros correspondentes à proporção que os negros têm na sociedade americana.

Muitas dessas medidas sofreram contestação nos anos de 1980, no governo Reagan, no que ficou conhecido como reação conservadora. Por outro lado, nos círculos acadêmicos, há um forte debate sobre a ação afirmativa. J. W. Nickel, J. L. Cowan, P. W. Taylor, M. D. Bayles, R. A. Shiner, A. H. Goldman, P. Woodruff, R. Amdur, B. R. Boxill, L. H. Newton, S. Hook, T. E. Hill Jr., G. Ezorsky e M. Marable abordam vários aspectos relacionados às políticas de ação afirmativa. As contribuições trazidas pela maioria desses autores aparecem num livro editado por S. M. Cahn (1995), *The affirmative action debate*. Os questionamentos correspondem basicamente a dois tipos de filiação: uma, de ordem ético-moral, a outra no âmbito da eficácia das medidas.

1) a negritude foi e é uma característica moralmente irrelevante; o fundamento da compensação é que essa característica foi usada no passado para submeter a tratamento injusto pessoas que a manifestavam; de sorte que no presente a negritude torna-se característica moralmente relevante como base para compensar pessoas pelas injustiças do passado (J. W. Nickel, 1995a);

2) a reparação devida a negros justifica-se pela realidade da história individual de cada um, não pelo passado pois o grupo que sofreu as injustiças no passado já não existe (J. L. Cowan, 1995);

3) a compensação devida a negros visa restaurar o equilíbrio da justiça, uma vez que, havendo um grupo de pessoas que foi injustiçado, alguma forma de compensação deve ser feita a esse grupo; a negritude passa a ser uma característica cuja relevância moral é vinculada ao princípio da justiça compensatória; assim, ignorar o fato de que uma pessoa é negra seria ignorar o fato de que há uma prática social em que ações injustas são dirigidas contra pessoas negras; o grupo social dos negros hoje é resultado das injustiças do passado (P. W. Taylor, 1995);

4) a reparação é devida aos negros como grupo e não a um indivíduo específico; no entanto, como o grupo não é uma instituição organizada como um estado, uma igreja ou empresa, a única forma de prover reparações ao grupo é fazê-lo aos membros do grupo (M. D. Bayles, 1995);

5) a reparação é devida aos negros pelas injustiças cometidas contra eles no passado; não deve entrar em questão a negritude como característica moralmente relevante (R. A. Shiner, 1995);

6) duas premissas contestam a acusação de que a ação afirmativa é discriminação inversa: i) para que um tratamento diferente seja discriminatório (e injusto por essa razão), ele deve ser baseado em uma característica moralmente irrelevante; ii) um tratamento diferente aos negros, a propósito de reparação, não se baseia em uma característica irrelevante (como se fosse baseado na raça em vez de na injustiça); pode-se admitir uma distinção entre a justificação e a administração da ação afirmativa: a primeira refere-se aos prejuízos que muitos negros sofrem e as necessidades especiais que muitos têm por conta da discriminação, já a segunda prende-se à manifestação em uma pessoa dessas necessidades e prejuízos acrescidos de outras características, como raça e renda atual (J. W. Nickel, 1995b);

7) no caso da contratação preferencial, os programas de compensação devem ser administrados numa base individual que leve em consideração o sofrimento dos indivíduos de um mesmo grupo minoritário alvo de determinada política de compensação (A. H. Goldman, 1995);

8) as políticas de discriminação compensatória não são parte de um padrão que é errado; a compensação está limitada a uma escala que não reduzirá injustamente o respeito ao grupo compensado; a compensação por discriminação é devida a todos os membros do grupo relevante em virtude da filiação àquele grupo (P. Woodruff, 1995);

9) quanto à questão sobre quem deve pagar a compensação, dois princípios estão presentes: ela deve ser paga pelos causadores da injustiça, aqueles cujas ações injustas deram ocasião à necessidade de compensação; a compensação também deve ser paga por aqueles que se

beneficiaram da injustiça cometida, seja direta ou indiretamente (por exemplo, riqueza herdada originalmente adquirida por meios injustos); na aplicação dos princípios, os custos da compensação devem ser distribuídos na proporção do grau de responsabilidade ou benefícios recebidos; uma regra é possível: aplicar o primeiro princípio sempre que possível e o segundo, nos demais casos; o fato é que é extremamente difícil, a rigor, aplicar esses princípios a casos concretos; os custos tanto poderiam ser assumidos por pessoas especificamente ou pela sociedade como um todo (R. Amdur, 1995);

10) o problema, para alguns, não seria a compensação, mas sim a reparação; no entanto, ambas são partes da justiça, possuem objetivos diferentes, e por isso a compensação não pode substituir a reparação; a compensação é para garantir uma competição justa bem como a proteção dos perdedores; as premissas em questão consideram que, primeiro, cada indivíduo é igual em valor e dignidade ao outro e tem direitos iguais na busca dos meios de garantia da própria vida, e, segundo, os indivíduos envolvidos devem ser membros de uma comunidade; a compensação teria a ver com o ajuste da situação presente, com a diminuição de desvantagens impeditivas de ganhos futuros; já a reparação volta-se para a correção das injustiças do passado, o que nem sempre pode assegurar igualdade de oportunidades; sendo a comunidade branca como um todo que impede os descendentes dos escravos de exercerem seus direitos de propriedade, é ela, como um todo, que deve assumir o custo da reparação (B. R. Boxill, 1995);

11) o favorecimento tanto a negros quanto a mulheres é discriminação inversa, viola a igualdade pública que define a cidadania e fere a lei; nenhuma violação da justiça pode ser justificada; o contexto que se pressupõe em qualquer discussão de restituição é o contexto de cidadania plena pré-existente, no entanto, nenhum direito de reparação poderia existir para os excluídos, primeiro, porque fora da área da justiça definida por lei, não fazem sentido os 'direitos de grupo', uma vez que nenhuma lei reconhece tal grupo ou os indivíduos incluídos nele, como membros portadores de direitos, e segundo, porque fora da área de proteção da lei, não faz sentido pensar em violação de direitos; assim, o total de recompensa não pode ser decidido por um critério objetivo (L. H. Newton, 1995);

12) não se trata de justiça, pois as injustiças históricas ocorreram em tempos passados, não há como fazer justiça para essas vítimas hoje; pode-se alegar que as medidas são temporárias, mas na verdade não é garantida sua eliminação futura; outro aspecto a considerar é que a ausência ou baixa presença de representantes de minorias em certos postos não tem a ver com a falha em alcançar tais posições e sim com atitudes sociais e expectativas estereotipadas; é possível e deve-se garantir as necessidades básicas de alimento, abrigo, saúde e educação a todos os cidadãos, mas não se pode garantir a cada um contra falha educacional; a discriminação inversa ameaça

essa progressão; faz crescer as tensões existentes entre grupos diferentes, transformando uma sociedade pluralista em uma mais polarizada (S. Hook, 1995).

Além dos teóricos cujas contribuições apresentamos, vamos examinar mais detidamente três autores: T. E. Hill Jr., G. Ezorsky e M. Marable. A idéia de que os argumentos a favor e contra as políticas de ação afirmativa são feitos de perspectivas morais diferentes e que é isso que alimenta a controvérsia está contida na perspectiva de T. E. Hill Jr. (1995). Segundo esse autor, a ação afirmativa discrimina no sentido de que presta atenção em uma diferença, o que, segundo ele, é compatível com o fato de que as instituições públicas devem 'discriminar' e o fazem de modo justificado, por exemplo entre cidadãos e não cidadãos, jovens e pessoas mais experientes, pessoas talentosas e menos talentosas e quem paga e quem não paga suas contas. Quanto a ser ou não justa, isso depende de vários fatores: a natureza da instituição, os direitos relevantes das partes envolvidas, os propósitos e efeitos de tal distinção, entre outros.

Hill Jr. nota que apontar uma certa categoria como arbitrária só é possível se a mesma não detém uma boa justificativa, o que não seria o caso da ação afirmativa para os negros. Sobre violar direitos de homens brancos – em função de que as políticas têm privilegiado especialmente mulheres e pessoas negras – o autor considera que, a rigor, nenhum cidadão tem um direito absoluto a uma vaga em uma universidade pública. O direito seria relativo, devendo ser admitido, ao se levar em conta as funções sociais da universidade, as expectativas razoáveis de pagantes e apoiadores reais e potenciais, o número de vagas disponíveis, os méritos relativos de outros candidatos entre outros fatores. O que conta como justificativa depende, de modo crucial, da avaliação dos propósitos legítimos da instituição na seleção de categorias que emprega no processo de recrutamento de estudantes.

Segundo Hill Jr., em razão da limitação de recursos, há que se tomar decisões sobre que conhecimento deve ser buscado, a quem deve ser oferecido em cada instituição. O papel da universidade tem a ver com a integração de “uma rede complexa de instituições públicas em um país comprometido com ideais democráticos e frente a problemas sociais profundos” (id.: 177). Uma das perspectivas da ação afirmativa seria, portanto, a utilitária, ou futura, uma vez que a adoção das mesmas tem a ver com oportunidade de benefícios futuros. Outra perspectiva a ser considerada baseia-se em argumentos que levam em conta questões passadas.

Hill Jr. observa que a ação afirmativa deve ter um propósito central, qual seja comunicar uma mensagem clara à sociedade, ou seja, a ação afirmativa não é somente um instrumento para boas relações raciais no futuro ou um pagamento respeitoso de um débito provocado no passado. Ela implica o ideal de sermos relacionados a outros seres humanos ao longo do tempo de modo que “nossas histórias e biografias refletem as respostas daqueles que se preocupam profundamente com a oportunidade justa, a confiança mútua e o respeito por todos” (id.: 189).

G. Ezorsky (1991), ao discutir a relação entre racismo e justiça, considera que as práticas de recrutamento de funcionários, normalmente tidas como neutras, causam de fato um certo impacto sobre grupos minoritários.

O efeito adverso dessas práticas neutras sobre os negros também contribui para a perpetuação de atitudes racistas. Os indivíduos, ao crescerem em uma sociedade em que os negros são visivelmente predominantes nos empregos mais baixos, tendem a acreditar que os negros naturalmente pertencem a esse ambiente (id.: 10).

De um modo mais abrangente, a ação afirmativa tem a ver – segundo Ezorsky – não simplesmente com uma postura passiva de não discriminação, mas sim com medidas ativas, com vistas a aumentar, de modo significativo, o recrutamento e a promoção de minorias. A autora identifica dois tipos de ação afirmativa: uma, não específica, que engloba esforços para recrutar negros sem fixar metas numéricas ou cronograma de contratação; e outra, específica, que determina alvos numéricos definidos e cronometrados para aquele propósito.

Ezorsky destaca o impacto positivo dos programas de ação afirmativa. Negros em posição de prestígio na sociedade servem como modelo para crianças negras, o que é um reforço à auto-estima da criança e da comunidade, um incentivo ao desenvolvimento de aspirações vocacionais e ao aprendizado por parte de estudantes negros.

As políticas de ação afirmativa (AA) admitem uma perspectiva de reparação, o que tem a ver com as injustiças do passado, e uma perspectiva de compensação, voltada para corrigir os males do presente e construir um futuro com relações inter-raciais mais equilibradas. Segundo Ezorsky, da perspectiva de compensação, isto é, voltada para o futuro, o propósito da AA é reduzir o racismo institucional. Isso acontece na medida em que os negros movimentam-se no propósito de atingir a integração ocupacional. Uma vez atingido esse propósito, milhões de negros já não serão mais impedidos injustamente, haja vista os efeitos de sua história de racismo, de alcançar os benefícios do emprego. Já, de uma perspectiva voltada para o passado, os negros têm uma reivindicação moral de compensação pela ofensa do passado. A injustiça suprema perpetrada contra os negros – a escravidão – requer tal compensação (id.: 73).

Tendo por referência o contexto norte-americano, Ezorsky rebate muitas das críticas feitas aos programas de ação afirmativa, como veremos no quadro a seguir.

Figura 2.1: Fundamentos das políticas de AA segundo G. Ezorsky – réplicas a críticas

Crítica formulada	Contestação
<ul style="list-style-type: none">• Candidatos brancos rejeitados sofrem discriminação inversa.	<ul style="list-style-type: none">• Tal rejeição não seria racismo, já que não se baseou na noção de inferioridade racial.

<ul style="list-style-type: none"> • Os negros não podem ser beneficiados independentemente de outras minorias étnicas, também em desvantagem. • O que seria uma presença baixa ou quase nula de representantes de uma minoria em um setor pode ser explicado por uma predileção tradicional de um grupo por certas profissões. • A baixa condição dos negros na sociedade tem a ver com limitações individuais, já que representantes de outras minorias étnicas têm conseguido sucesso em várias áreas. • AA reforça o preconceito branco ao permitir que um(a) branco(a) melhor qualificado(a) seja preterido(a) em favor de um(a) candidato(a) negro(a). • AA pressupõe uma inferioridade dos negros. • AA só tem ajudado negros em melhor situação. • AA só atende à minoria racial, não tem um apelo mais abrangente. • O sofrimento pelas injustiças do passado só pode ser enfrentado e superado, nunca reparado. 	<ul style="list-style-type: none"> • A política é devida às vítimas do racismo; nem todos os grupos étnicos são vítimas de racismo. • Os negros têm uma 'história distintiva' (leia-se escravidão e racismo) que os conduziu a trabalhos mal-remunerados e de nenhum prestígio na sociedade. • A situação dos afro-americanos e a de outros imigrantes – europeus, asiáticos e mesmo negros recém-chegados – não são análogas; há distinções básicas que devem ser consideradas. • O julgamento dessas medidas como preferência racial ou privilégio é ideológico. • A preferência dada aos negros tem a ver com o racismo que lhes roubou capacidades para a competição equilibrada. • Os negros menos qualificados também têm se beneficiado; pessoas com auto-estima destruída precisam de política específica. • A política tem beneficiado negros, outras minorias e mulheres; juntos seriam mais de 50% da população. • Se assim fosse, não se justificariam reparações a veteranos de guerra, sobreviventes do Holocausto e vítimas de acidentes industriais.
---	--

<ul style="list-style-type: none"> • Os negros nascidos em famílias abastadas não deveriam ter acesso a esses programas já que não foram vítimas de discriminação. • AA não alcança as pessoas negras que mais necessitam. • AA não respeita o livre direito dos empregadores de contratar ou demitir a quem quiserem. • AA prejudica candidatos não-negros. • AA despreza o sistema meritocrático. • AA pode prejudicar a auto-estima dos negros. 	<ul style="list-style-type: none"> • Os negros nas classes média e alta também experimentam discriminação de vários tipos (sistema de empréstimo, juros, contratos, segregação residencial e escolar). • A política não pode beneficiar quem não tem os requisitos necessários em determinada situação; na prática, tanto as pessoas bem qualificadas como trabalhadores com baixa instrução têm sido beneficiados. • Os contextos do mercado e do emprego devem estar sujeitos à intervenção do estado que deve regular políticas e procedimentos em favor da sociedade. • Deveriam ser criados fundos de compensação para pessoas não-negras comprovadamente prejudicadas em razão de AA. • Na prática, o sistema de mérito é posto em segundo plano de várias formas, independentemente de AA. • A idéia pressupõe que os candidatos beneficiados não merecem tal tratamento.
--	--

M. Marable (2002), ao analisar a reação contrária à ação afirmativa na sociedade americana, aponta dados que comprovam a presença da discriminação contra negros em vários setores da sociedade, o que justificaria a necessidade de medidas nesse sentido. Assim, defende, se a ação afirmativa deve ser criticada, tal crítica deve se dar quanto ao fato de ela não ter sido implementada o bastante para “transformar as relações de poder de fato entre negros e brancos dentro da sociedade americana (id.: 352).

Para Marable, diante dos dados e do perfil da desigualdade racial, seria um grave erro ceder à tentação economicista da mudança de orientação das reformas de critério de raça para a

neutralidade quanto à raça, concentrando-se apenas em critérios de renda e classe. Ao qualificar como falso o debate sobre a necessidade de escolher entre raça ou classe, apela para a defesa da ação afirmativa, argumentando em favor de uma luta que transcenda a esfera política parlamentar, recordando, nesse ponto, como é que se deu a implantação dessas medidas na sociedade americana. De acordo com Marable, lutar por ação afirmativa é trabalhar por um ideal mais amplo – a eliminação da desigualdade racial e de gênero, do preconceito e da discriminação, em busca de um país democrático.

Voltando à realidade brasileira, observamos que a questão da ação afirmativa surge com força em 2002, um ano de eleições gerais no país. Iniciativas nos âmbitos do governo federal, por parte de alguns ministérios, e do Supremo Tribunal Federal, passaram a incluir reserva de vagas para afrodescendentes no preenchimento de cargos comissionados. Também com relação a empresas prestadoras de serviço ao governo, passou-se a exigir que reservassem parte das vagas a afro-brasileiros nos contratos com órgãos e empresas públicas. O percentual é fixado entre 20 e 30%.

Pouco antes de se licenciar para concorrer à eleição para presidente, o governador do Rio de Janeiro, Antony Garotinho, encaminha à Assembléia Legislativa projeto que estabelece reserva de vagas nos cursos de graduação das universidades estaduais para afro-brasileiros e alunos oriundos de escolas públicas. Não observamos, nos dados da pesquisa, nenhuma reação contrária às iniciativas no âmbito dos Ministérios e do STF, especificamente, senão no conjunto das críticas à ação afirmativa como um todo e, em especial, à política de cotas nas universidades públicas.

Entendemos que a concentração de críticas sobre a política de cotas nas universidades e não sobre as iniciativas na esfera da administração pública e do STF tem a ver, em parte, com o caráter provisório e limitado das últimas, mas sobretudo com a posição estratégica que a universidade tem como instituição de reprodução cultural e social na sociedade (Bourdieu, 1974: 311). Ponto alto do sistema de ensino, a universidade tem papel fundamental na formação dos quadros dirigentes da elite do país. Como nota Bourdieu:

o sistema escolar cumpre uma função de legitimação cada vez mais necessária à perpetuação da “ordem social” uma vez que a evolução das relações de força entre as classes tende a excluir de modo mais completo a imposição de uma hierarquia fundada na afirmação bruta e brutal das relações de força (idem).

O poder simbólico, de que trata Bourdieu (1989), como “esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (id.: 7), e ainda como “um poder de construção da realidade” (id.: 9), tem na universidade, portanto, uma instituição fundamental de controle e de reprodução social. Trata-se, não resta dúvida, de uma área estratégica, diante da qual é fundamental que se garanta o acesso para os representantes da elite. Mesmo porque as vagas nas universidades públicas, consideradas como de melhor nível e, portanto, com maior prestígio social, não são suficientes, o que gera

intensa disputa pelas mesmas. Nesse sentido, as cotas podem ser vistas como um fator desestabilizador dos esquemas de reprodução do poder simbólico.

A seguir, vamos examinar a contribuição trazida por pesquisadores sobre a necessidade de ação afirmativa no caso brasileiro. Para V. R. Silvério (2002), o dilema do país tem a ver com os desafios sobre como incluir sem preterir e, de fato, integrar, levando em consideração aquilo que é específico da população afro-descendente. Especificidades essas relacionadas tanto ao processo histórico-social singular ocorrido no Brasil quanto à identidade particular que o referido grupo manifesta.

“Assim, a compreensão de novos sentidos e possibilidades de uma construção democrática, que tenha por base o reconhecimento de nossas diferenças étnico-raciais de inserção no mercado de trabalho e no sistema educacional, aparentemente impõe a necessidade de políticas de discriminação positiva” (id.: 98).

Fundamental na luta pela admissão das políticas de ação afirmativa para os negros no Brasil é o reconhecimento de que há racismo e discriminação e de que tais problemas dizem respeito ao conjunto da sociedade e ao estado. Como desenvolve M. de L. Teodoro (1996):

É por ser um problema global da sociedade brasileira que o racismo é tão incômodo e precisa ser combatido. Combater o racismo no Brasil implica uma mudança radical da sociedade e do Estado (id.: 95).

E ainda:

É por ser radicalmente causa e consequência de vários outros problemas nacionais, que o racismo requer políticas públicas e ação vigorosa de toda a sociedade (id.: 97).

A pesquisadora M. A. da Silva (2002) rechaça a idéia de que a política de ação afirmativa não pode ser implantada em benefício dos negros no Brasil uma vez que seria quase impossível se definir quem é negro(a) no Brasil. Segundo ela, trata-se de uma contradição posto que tal alegação só é feita quando é para se beneficiar a população negra e não quando é para excluí-la dos benefícios. Ela também mostra o largo emprego da medida no mundo, aplicada a negros, mulheres, indígenas ou outros grupos minoritários, citando os casos da Índia, Malásia, Nigéria, Alemanha, Israel, Colômbia, Canadá e África do Sul, não se restringindo portanto aos EUA.

J. B. B. Gomes (2002), então procurador da República e professor de direito e hoje ministro do Supremo Tribunal Federal, em um artigo em que analisa aspectos jurídicos relacionados à ação afirmativa, discute o princípio de igualdade, contrapondo “uma noção dinâmica, militante, de igualdade” ao conceito de igualdade jurídica meramente formal. Defendendo uma atuação do Estado firme e ativa em busca da concretização da igualdade consolidada nos textos constitucionais, Gomes aponta a ação afirmativa como “a mais eloqüente manifestação da moderna idéia de Estado promotivo, atuante”. Segundo o autor, a ação afirmativa é como “um

remédio de razoável eficácia” contra políticas de exclusão que prejudicam minorias. Defende, no entanto, uma ampla conscientização da própria sociedade e das lideranças políticas sobre a realidade da discriminação por motivação racial, a necessidade de eliminá-la e de reduzir as desigualdades sociais que operam nesse contexto.

Gomes questiona o destino dos recursos públicos que cabe ao Estado administrar, mostrando como no Brasil os negros têm sido prejudicados por um “esquema perverso de distribuição de recursos públicos em matéria de educação”. Segundo ele, há respaldo na Constituição de 1988 e no direito brasileiro para se implementar políticas de ação afirmativa para a população negra.

É, portanto, amplo e diversificado o respaldo jurídico às medidas afirmativas que o Estado brasileiro decida empreender, no sentido de resolver este que talvez seja o mais grave de todos os nossos problemas sociais: o alijamento, a marginalização do negro na sociedade brasileira (...) Resta tão-somente escolher os critérios, as modalidades e as técnicas adaptáveis à nossa realidade, cercando-as das devidas cautelas e salvaguardas (id.: 141).

Nessa mesma perspectiva de abordagem, o presidente do Supremo Tribunal Federal, Nelson Jobim⁶, considera que a política de cotas deve ser encarada não quanto à avaliação sobre se são boas ou não, e sim com relação à necessidade e à funcionalidade. Reconhecendo a existência e a força do racismo na sociedade brasileira, o presidente do STF também observa que só na década de 1990, a legislação brasileira incorporou a criminalização ampla do crime de racismo e preconceito racial. Defendendo a política de cotas como um instrumento para a realização do princípio da igualdade no mundo real das pessoas, ele entende que as cotas devem prevalecer pelo tempo que for necessário para se atingir o fim a que se propõe.

S. Carneiro (2001), ao criticar a resistência de parcela da população brasileira às cotas para negros, observa que tais políticas sempre operaram no Brasil, só que beneficiando os brancos. A prioridade agora seria inverter o sinal. D. Moreira (2003), ao argumentar em favor da ação afirmativa, perseguindo a perspectiva da reparação, condena as críticas por parte da imprensa e dos formadores de opinião contra as reparações aos povos afrodescendentes, mostrando que as reparações feitas aos judeus pelo genocídio durante o nazismo e aos japoneses pelas injustiças praticadas nos EUA durante a Segunda Guerra Mundial nunca foram alvo de tamanha contestação. E arremata:

Não podemos continuar nutrindo a ilusão de que efêmeros e limitados ganhos institucionais, legislações anti-racistas e o sistema de cotas poderão enfrentar, mesmo que a médio prazo, a pobreza avassaladora e a exclusão sócio-racial. Não há precedentes históricos para se manter ilusões dessa natureza (id.: 91).

⁶ Em palestra realizada na Universidade de Brasília, em 21/10/2004, no seminário *Políticas de Cotas e Justiça Social: Pressupostos Jurídicos para a Inclusão na Universidade*, promovido pela instituição.

Contrário à instituição de políticas de ação afirmativa, as quais considera equivocadas, N. B. Santos (2003) entende que não é possível falar em reparação aos afrodescendentes uma vez que “o tráfico negreiro e a escravidão são irreparáveis”. Ele também observa que se trata de uma política discriminatória e ineficiente por “não resolver a questão da inclusão da população negra”. Como estratégia para inclusão, integração e construção da cidadania, o autor reforça a idéia de que a saída seria a universalização das políticas sociais básicas, de perspectiva estrutural.

Guimarães (2002) cita dados divulgados pelo instituto de pesquisas *DataFolha*, relativos ao ano de 1995, como sustentáculo de seu argumento de que “o povo brasileiro não rejeita políticas afirmativas, inclusive em sua forma extrema de cotas (...) Quem as rejeita são as classes médias e as elites, inclusive intelectuais” (id.: 71). Segundo ele, há três argumentos na base das críticas à adoção das políticas afirmativas no Brasil. São eles: 1º) “tais políticas contrariariam os ideais de uma sociedade liberal, democrática e igualitária”; 2º) elas vão contra os valores nacionais, em especial o anti-racialismo; 3º) elas não poderiam ser aplicadas no Brasil porque não haveria sujeitos reclamando tais medidas, a polêmica seria fruto de uma vanguarda minoritária distanciada da população.

Ao contra-argumentar, Guimarães considera que a ação afirmativa na verdade radicaliza a democracia liberal. Sobre o anti-racialismo brasileiro, o autor demonstra que o mesmo não deve ser tomado como se fosse anti-racismo. Isso porque, na sociedade brasileira, convivem tanto ideais progressistas de negação de raças humanas e de harmonia entre os diferentes quanto preconceitos e discriminações sutis. Ao contrário do que sugerem os críticos, essas políticas poderiam favorecer a tolerância em vez do conflito racial. Por fim, Guimarães mostra que a divisão entre negros e brancos está bem presente na sociedade brasileira. Ele critica no argumento a idéia de que “ninguém sabe quem é preto no Brasil” que tem como pressuposto o pensamento de que “políticas que levem em conta a autoclassificação racial serão burladas por pessoas que gostam de levar vantagem em tudo” (id.: 75).

Por fim, vale considerar que a sociedade brasileira já convive há algum tempo com experiências de ação afirmativas, as quais, pelo que consta, não despertaram reações negativas como as cotas para negros nas universidades têm gerado. Uma delas beneficia portadores de deficiência com reserva de vagas em concursos públicos. Outra, no âmbito político-eleitoral, favorece mulheres com um percentual de 30% das candidaturas apresentadas pelos partidos nas disputas para cargos proporcionais.

Guimarães (2002) cita duas leis que vigoraram no Brasil e que tinham por base o princípio da ação afirmativa. Uma, a chamada lei de dois terços, em vigor na década de 1940, reservava esse percentual de vagas no mercado de trabalho para brasileiros natos. Outra, a lei 34/18 (de incentivo fiscal) que visava a combater desigualdades regionais nos anos de 1960.

Assim, a reação negativa não é tanto contra o método e sim contra os beneficiários da medida. A corroborar essa interpretação, observamos no discurso da imprensa uma animosidade contra as cotas para negros, deixando fora da polêmica, no caso das universidades do Rio de

Janeiro, as cotas que beneficiam alunos egressos da rede pública de ensino – em que o fator racial não é o aspecto distintivo.

Ora, não parece que o movimento negro esteja inovando ao propor medidas de ação afirmativa. De igual modo, não parece que setores da elite ao reagirem tão fortemente a esse tipo de política pública para os negros estejam fazendo algo muito diferente do que tem sido a tônica das relações inter-raciais no Brasil desde o fim da escravidão.

*** **

Vimos neste capítulo, como o conceito de raça tem sido tratado nos trabalhos acadêmicos, desde seus fundamentos na biologia e na antropologia, o uso político que se fez do conceito, até seu mais recente aproveitamento como categoria analítica diante da relevância do racismo como um aspecto da realidade de sociedades contemporâneas. Examinamos ainda como o racismo se constitui em fenômeno social e político, os desdobramentos que o mesmo experimentou nos últimos anos e quais as características dos tipos principais que tem assumido nessas sociedades. Exploramos também como o racismo manifesta-se na conjuntura brasileira. Por fim, exploramos a questão das políticas de ação afirmativa, seu papel no combate à realidade do racismo, a contestação que têm sofrido e como as mesmas têm sido consideradas por intelectuais e militantes do movimento negro no Brasil.

No próximo capítulo, vamos examinar o outro pólo de fundamentação teórica desta pesquisa, o discurso, sendo este visto como a linguagem na prática social, e sua relação com a instituição imprensa. Vamos explorar ainda as relações entre racismo, discurso e imprensa, desenvolvendo um modelo de apreensão do fenômeno sócio-discursivo do racismo, contexto no qual o debate das cotas se realiza e é examinado nesta pesquisa.

Capítulo 3

Discurso, imprensa e racismo

Este trabalho orienta-se pela perspectiva de que a linguagem constrói a realidade social. Sendo o racismo um fenômeno social, entendemos que a linguagem desempenha um papel relevante e específico em sua constituição. As perspectivas sobre as raças, as relações raciais, as estruturas racistas, bem como o uso político das diferenças entre as pessoas de etnias diferentes são construídos e reproduzidos por meio da linguagem na prática social. A natureza eminentemente discursiva do racismo não deve ser tomada em detrimento de outras dimensões constitutivas do fenômeno, a saber, as condições materiais, sentimentos, desejos e outros valores.

Esta pesquisa busca examinar como, no discurso da imprensa sobre a política de cotas para negros e negras nas universidades públicas, a linguagem é posta a serviço de uma determinada perspectiva ideológica que, ao tempo em que rejeita as cotas, alimenta o racismo contra os negros no Brasil. Notamos, ainda, como a mobilização de sentidos contrários ou mesmo favoráveis às cotas – com a fixação de uns em detrimento de outros – revela uma questão de poder e controle. A compreensão desse contexto pode ser muito útil na discussão sobre a democratização na sociedade brasileira, na medida em que permite perceber desigualdades quanto ao acesso, a disponibilidade e o controle dos bens materiais, dos recursos simbólicos e da própria representação política entre os diversos grupos sociais.

3.1 – Linguagem e poder

Antes de explicar as razões de nossa escolha teórica dentro da lingüística, é importante assumirmos a realidade multifacetada do fenômeno da linguagem e o caráter plural da lingüística. Admitimos o valor específico e a relevância das várias perspectivas dentro da lingüística e as vemos como contribuições pertinentes dentro dos propósitos a que se propõem. Assim, de acordo com o fenômeno da linguagem que se pretende examinar, uma ou outra perspectiva teórica possibilitará uma melhor aplicação do instrumental teórico e resultados mais proveitosos. A princípio, gostaria de reconhecer a contribuição de duas dessas perspectivas que, embora distintas da teoria com que fundamentamos esta pesquisa, são úteis no enquadramento do fenômeno da linguagem que fazemos aqui.

Uma dessas contribuições é a trazida por M. A. K. Halliday (1975) – em seu trabalho sobre a gramática sistêmico-funcional – no qual chama a atenção para o fato de que no dia-a-dia o usuário da língua faz uso de um sistema de opções disponíveis para se comunicar. Esse sistema vem a ser a ‘gramática’ da língua, à qual o usuário recorre para se fazer entendido. Desse modo, reforça o autor, “não é ‘no vácuo’, mas sim no contexto das situações de fala que o usuário da língua faz suas escolhas” (id.: 147).

Segundo Halliday, a linguagem desempenha três funções básicas, quais sejam: 1^a.) serve para expressar o conteúdo da experiência que o usuário tem do mundo real, o que inclui o mundo interior de sua própria consciência; tal função ele denomina de 'ideacional'; 2^a.) serve para estabelecer e manter relações sociais, para a expressão dos papéis sociais, que incluem os papéis comunicativos criados pela linguagem mesma; essa seria a 'função interpessoal'; e, por fim, 3^a.) serve para propiciar os meios de estabelecer correspondências consigo mesma e com certos aspectos da situação em que se usa; o que ele chama de 'função textual'.

Da proposta de Halliday, salientamos a relevância da perspectiva da linguagem em seu contexto de uso cotidiano em que os usuários se restringem a um leque específico de possibilidades de escolhas da língua. Assim, entendemos que fica patente, já pela perspectiva de Halliday, que se trata de um mito a idéia de que a pessoa é totalmente livre para expressar o que quer. Ao contrário, seja pelas sanções sociais, seja pelo risco de não se fazer entendida, uma pessoa há que se ater a um quadro restrito de possibilidades em sua prática discursiva. As escolhas têm a ver com as funções da linguagem e o propósito que se quer atingir.

Outra perspectiva na lingüística – a pragmática – enfoca o uso da língua na comunicação humana como um fator determinado pelas condições da sociedade (Mey, 2001). Aqui a idéia é “examinar criticamente, e tentar entender, o funcionamento social da linguagem e suas várias manifestações de uso” (id.: 320).

Nesta pesquisa, examinamos a linguagem em seu contexto social. Tal enfoque desvenda questões políticas relevantes, as quais podem implicar conseqüências sérias para as pessoas. Às práticas e aos eventos relacionados à linguagem estão associadas questões como filiação étnica, pertencimento a comunidades políticas, religiosas e associativas, aspectos relacionados ao gênero, prestígio social, entre outras.

Ao tratarmos, portanto, da linguagem nessa perspectiva, temos consciência de que há aspectos relevantes relacionados, os quais podem ter efeitos na qualidade de vida das pessoas e, até mesmo, resultar em risco de morte para algumas delas. Em países que vivem conflitos interétnicos, em que existe dominação por parte de uma ou mais etnias, a língua falada pelos cidadãos ou mesmo a pronúncia evidenciada pelos falantes pode ser um indício de filiação étnica, o que pode implicar até mesmo uma sentença de morte para alguns.¹ A língua materna de uma pessoa, a capacidade de se comunicar em outros idiomas, a forma como cada um se expressa em sua própria cultura e as variedades lingüísticas a que pode recorrer nas diversas interações são alguns dos aspectos peculiares da identidade social de uma pessoa.

Esta pesquisa reconhece que a linguagem detém um papel crucial na reprodução do racismo. Isso equivale a dizer, primeiramente, que a linguagem opera na construção do racismo,

¹ O lingüista indiano, radicado no Brasil, K. Rajagopalan comentou sobre situação de perigo que enfrentou em um momento de crise política na Índia, envolvendo conflitos interétnicos. Segundo ele, seu domínio da língua hindi foi determinante na preservação de sua integridade física (comunicação em palestra na Universidade de Brasília em 2001).

ou seja, ela desempenha um papel ativo na forma como o racismo se constitui, daí porque podemos falar em uma dimensão discursiva do racismo. Em segundo lugar, conquanto práticas e eventos racistas não devam ser reduzidos a uma questão de linguagem, esta e aqueles desenvolvem uma relação entranhada e constante de intervenção dialética. Assim, tanto a linguagem contribui para manter ou modificar práticas racistas como essas influenciam a linguagem. Na Seção 3.5, vamos nos deter no exame dessa questão.

Por ora, tenhamos em mente que, pela perspectiva adotada nesta pesquisa, a linguagem não é neutra, nem uma estrutura à parte da sociedade. Ao contrário, linguagem e sociedade interagem em uma relação dialética. Processos sociais influenciam o desenvolvimento da linguagem, consagram formas de falar, desprestigiam outras, interditam alguns sentidos, promovem outros e acrescentam novos termos e expressões ao vocabulário das pessoas. De igual modo, a linguagem intervém na construção de sentidos e imagens, o que propicia modos específicos de ver e interpretar a realidade social. Por fim, observamos também que, embora ambas as dimensões, linguagem e realidade social, tenham seus próprios mecanismos de realização e desenvolvimento, as mudanças operadas em uma necessariamente influenciam a outra, a cada momento, e, quase sempre, sem que os cidadãos e usuários da língua as percebam.

Assumindo como princípio a compreensão de que a linguagem não é, nem pode ser neutra, propomos que a linguagem em sua prática social está a serviço do poder. Aqui, poder é visto não em sua perspectiva individual, mas sim em sua dimensão política, isto é, relacionada a sua manifestação na estrutura social. Fairclough (1989), ao explorar o relacionamento entre poder e linguagem, aponta dois aspectos principais: o 'poder no discurso' e 'o poder por trás do discurso'.

O primeiro aspecto tem a ver com a situação de participantes poderosos exercendo o controle e impondo restrições às contribuições de participantes não poderosos. Esse tipo de intervenção pode se dar quanto ao conteúdo, às relações sociais nas práticas discursivas e quanto às posições de sujeito que as pessoas podem ocupar no discurso. Já o segundo aspecto – 'o poder por trás do discurso' – propicia a idéia de que toda a ordem de discurso é construída e mantida unida como um efeito oculto do poder. Vamos discutir adiante o conceito de ordem de discurso, mas por ora basta dizer que enquanto 'ordem social' diz respeito à estruturação de um 'espaço' social específico, dentro de vários domínios associados a vários tipos de prática, 'ordem de discurso' tem a ver com uma ordem social vista de uma perspectiva discursiva (Fairclough, 1989: 29).

Ainda segundo Fairclough, tanto o 'poder no discurso' como o 'poder por trás do discurso' não se constituem em atributos permanentes de qualquer pessoa ou grupo social, algo acima de disputa. Ao contrário, "aqueles que detêm o poder em um momento específico têm que reafirmar constantemente seu poder, e aqueles que não o detêm estão sempre buscando tentar alcançá-lo" (id.: 68). Com isso, Fairclough chama a atenção para a luta social presente no discurso, mostrando que em todos os níveis, o poder é sempre um aspecto de disputa "no curso da luta social".

Nesse sentido, esta pesquisa explicita a luta social em torno da questão do racismo contra os negros na sociedade brasileira. O reconhecimento do problema, a delimitação de suas fronteiras e implicações, as medidas para combatê-lo, o acesso da comunidade negra à imprensa, tanto como fonte das notícias quanto como consumidora de jornais e outras publicações, constróem a arena política em que o poder se manifesta no discurso e por trás do discurso.

O exame do papel da linguagem, nesse particular, é fundamental para se compreender como essa realidade é constituída. Nesse caso, segundo Fairclough (1995):

explorar se uma proposição implícita particular ou um conjunto delas está funcionando ideologicamente é uma questão dentro de um conjunto geral de perguntas que podem ser feitas sempre que uma representação for selecionada dentre outras disponíveis ou sempre que identidades ou relações forem construídas de uma forma e não de outra. As perguntas são (a) quais são as origens sociais dessa opção? De onde e de quem vem? (*a quem representa?*, por exemplo) (b) quais as motivações para se fazer essa escolha? (c) qual o efeito da escolha, incluindo seus efeitos (positivo ou negativo) sobre os vários interesses daqueles envolvidos? (id. 15).

Dois perspectivas complementares do poder podem ser úteis aqui (Chouliaraki e Fairclough, 1999). Uma, que o toma como invisível, auto-regulador e inevitavelmente subjugador – o ‘biopoder’ na acepção de Foucault (1977). E outra, que relaciona poder à ‘dominação’, visão essa que se baseia na idéia da sobredeterminação entre práticas internas e externas e que “estabelece elos de causa entre práticas sociais institucionais e as posições de sujeito no campo social abrangente” (id.: 24).

Em T. van Dijk (1996), encontramos um resumo de questões referentes ao poder por meio dos seguintes princípios: a) “o poder é uma propriedade das relações entre grupos, instituições ou organizações sociais”; b) “o poder social é definido em termos do *controle* exercido por um grupo ou uma organização (ou por seus membros) sobre as *ações* e/ou as *mentes* de outro grupo (ou de seus membros)”; c) “o poder de um grupo ou instituição específica pode ser ‘distribuído’, e pode ser restringido a um *domínio* ou um *âmbito* sociais específicos”; d) “a dominação é aqui entendida como uma forma de *abuso* do poder social, isto é, como um exercício de controle legal ou moralmente ilegítimo sobre outros no interesse próprio de alguém, redundando freqüentemente em desigualdade social”; e) “o poder é *baseado* no acesso privilegiado a recursos sociais valorizados”; f) “o poder social e a dominação são freqüentemente *organizados* e *institucionalizados*”; g) “a dominação é raramente absoluta; é freqüentemente *gradual*, e pode encontrar mais ou menos *resistência* ou contra-poder dos grupos dominados” (id.: 84 ss) [grifos do autor].

Conceito diretamente relacionado ao de poder é o de ideologia. Para J. B. Thompson (1998a), ideologia deve ser vista como “sentido a serviço do poder”. Segundo o autor, “estudar a ideologia é estudar as maneiras como o sentido serve para estabelecer e sustentar relações de dominação” (id.:76). No caso específico dos estudos da linguagem, torna-se relevante examinar

como a ideologia opera por meio da linguagem e de que modo essas operações atuam na constituição dos sujeitos sociais. O próprio Thompson identifica cinco modos de operação da ideologia: a legitimação, a dissimulação, a unificação, a fragmentação e a reificação. Esses modos por sua vez propiciam diversas estratégias de construção simbólica.

T. Eagleton (1997), ao comentar as diversas abordagens sobre o conceito de ideologia, discute também suas implicações e argumenta em favor da relevância desse conceito nos dias de hoje, haja vista que, de modo prático, a ideologia como pensamento está na origem dos movimentos políticos e possibilita a integração de uma sociedade. Segundo Eagleton, “estudar uma formação ideológica é, portanto, entre outras coisas, examinar o complexo conjunto de ligações ou mediações entre seus níveis mais e menos articulados” (id.: 55). O autor fortalece a perspectiva do discurso, ao reconhecer que “a ideologia é antes uma questão de ‘discurso’ que de ‘linguagem’ – mas uma questão de certos efeitos discursivos concretos que de significação como tal” (id.: 194).

Em uma outra abordagem, van Dijk (1998) define ideologia como “a base das representações sociais partilhadas por membros de um grupo”. Por meio de operações de legitimação com base na linguagem, ela desempenha função primordial na produção discursiva dos mecanismos de sustentação do poder, seja pela via da manutenção e controle seja pela via da contestação e da mudança.

Nesta pesquisa, identificamos a intervenção predominante de uma ideologia racista na prática discursiva da imprensa. Em contrapartida, uma ideologia anti-racista também se manifesta, construindo sentidos opostos e que confrontam o consenso social estabelecido. A mobilização e a fixação de sentidos de uma ou outra formação ideológica leva-nos a considerar com especial atenção o conceito de hegemonia. Com base na teoria de Gramsci² – que vê na hegemonia uma característica fundamental da luta pelo poder nas sociedades capitalistas modernas – Fairclough (2001a) considera a hegemonia tanto como liderança quanto como dominação nos vários âmbitos da sociedade (economia, política, cultura e ideologia). Nesse sentido,

Hegemonia é o poder sobre a sociedade como um todo de uma das classes economicamente definidas como fundamentais em aliança com outras forças sociais, mas nunca atingido senão parcial e temporariamente, como um ‘equilíbrio instável’. Hegemonia é a construção de alianças e a integração muito mais do que simplesmente a dominação de classes subalternas, mediante concessões ou meios ideológicos para ganhar seu consentimento (id.: 122).

² Fairclough (1997) mostra como em Gramsci “o poder político da classe dominante dessas sociedades baseia-se numa combinação de ‘dominação’ – poder estatal no sentido mais restrito da expressão, controle das forças de repressão e capacidade de fazer uso da coerção contra outros grupos sociais – e de ‘liderança intelectual e moral’, ou ‘hegemonia’ (Forgacs, 1988: 249). Nesse sentido, o Estado é uma combinação de ‘sociedade política’ (o domínio público, o domínio do poder estatal, no seu sentido mais estrito) e de ‘sociedade civil’ (o domínio privado, o domínio da hegemonia)” (id.: 79).

Uma das dimensões dessa luta pela hegemonia é o discurso. Dessa forma, o estudo do discurso extrapola o domínio estrito da lingüística, para examinar também a construção da realidade social. Nesse sentido, nos últimos anos, a análise do discurso tem recebido contribuições de pesquisadores de diversas áreas do conhecimento, vindo a constituir-se em um ponto de interseção entre vários campos de pesquisa. A transdisciplinaridade manifesta-se, assim, como um dos aspectos distintivos nessa linha de investigação.

O filósofo M. Foucault (1986) foi um dos pesquisadores a adotar a perspectiva do discurso. Ao enveredar por essa área, contribuiu para o seu fortalecimento e prestígio. Assim é que seus estudos sobre a história da sexualidade, a prisão, a loucura e a construção do conhecimento valem-se do discurso e valorizam a mediação deste na construção da realidade social. Deve-se a Foucault a formulação de conceitos como 'ordem do discurso' e 'formação discursiva' – que discutiremos adiante – bem como a caracterização do discurso como responsável ativo pela construção ou constituição da sociedade em várias dimensões.

No desenvolvimento de suas pesquisas, Foucault lança mão do conceito de enunciado, tomado não como uma frase, ou uma unidade, mas antes como “uma função que cruza um domínio de estruturas e de unidades possíveis e que faz com que apareçam, com conteúdos concretos, no tempo e no espaço” (id.: 99). Segundo ele, o enunciado está presente “sempre que se possa reconhecer e isolar um ato de formulação” (id.: 93). Podemos vislumbrar em sua obra a seguinte questão que ele mesmo explicita:

“segundo que regras um enunciado foi construído e, conseqüentemente, segundo que regras outros enunciados semelhantes poderiam ser construídos? A descrição de acontecimentos do discurso coloca uma outra questão bem diferente: como apareceu um determinado enunciado, e não em outro lugar” (id.: 31).

Nesse sentido, valemo-nos de enunciados extraídos de textos sobre a política de cotas para os negros e que integram o processo discursivo na imprensa para identificar e analisar um tipo específico de racismo, o discursivo. No exame dos textos de vários gêneros discursivos, encontramos enunciados que mesmo procedentes de atores sociais diferentes, de posições de sujeito e de contextos distintos constróem, no entanto, uma mesma cadeia de sentidos interligados, reforçando, assim, uma determinada perspectiva ideológica, seja contrária ou favorável às cotas.

Mas os enunciados não se constituem de forma isolada. Eles irrompem em textos, produtos de um discurso. O lingüista britânico N. Fairclough (1992), define discurso na perspectiva de 'linguagem como prática social'. Em vez de abordagens restritas dos fenômenos lingüísticos, a análise do discurso atribui especial relevo à contextualização (Pedro, 1997). O sujeito caracteriza-se como um agente social que é construído e que, por sua vez, contribui para a construção dos processos discursivos. Fugindo ao caos da in-comunicação, um texto reúne e estabelece sentidos, conferindo uma necessária organização interna e pondo a linguagem a serviço de algum interesse.

Na perspectiva que vem sendo abordada por Fairclough e outros, conhecida como Análise de Discurso Crítica (doravante ADC) ou também Teoria Social do Discurso, notam-se duas implicações na noção do discurso como prática social. A primeira delas é que o discurso é um modo de ação; a outra é que existe uma relação dialética entre o discurso e a estrutura social. O papel de construção do discurso pode ser considerado, ainda segundo o autor, em três tipos de contribuição: primeiro, o discurso coopera para a construção das 'identidades sociais' e 'posições de sujeito'; segundo, o discurso atua no campo das relações sociais entre as pessoas e, terceiro, o discurso intervém na construção de sistemas de conhecimento e crença. O resgate das possibilidades de mudança e da atuação transformadora do sujeito impingiram nuanças distintas na trajetória de investigação do discurso.

Segundo Fairclough (idem), enquanto o discurso tem ainda o sentido de 'texto e interação', o texto é considerado como 'uma dimensão do discurso' ou ainda o 'produto' escrito ou falado do processo de produção textual. Aqui é importante observar que tanto um quanto o outro são processos, ensejam uma dinamicidade própria dos fenômenos sociais. Assim, o discurso é não somente o conjunto dos vários textos como a relação desses com a realidade social. E o texto, embora produto acabado, tem início em textos que o antecederam e abre caminhos para o surgimento de novos.

Fairclough (2001c) também considera o discurso em relação às práticas sociais, o qual se manifestaria de três formas. Primeiramente, "como uma parte da atividade social dentro de uma prática". Em segundo lugar, o discurso manifesta-se nas representações. Assim, os atores sociais produzem representações de outras práticas como representações ('reflexivas') de sua própria prática, no desempenho mesmo de suas atividades dentro da prática. Ocorre, então, um processo de recontextualização em que os atores sociais incorporam outras práticas em suas próprias práticas e as representam diferentemente, conforme eles são posicionados na prática. A representação figura, pois, como um "processo de construção social de práticas". Em terceiro lugar, o discurso manifesta-se em formas de ser, na constituição das identidades.

Ainda segundo Fairclough (2001b), a vida social é constituída por "redes interconectadas de práticas sociais de diversos tipos (econômico, político, cultural e outros)" (id.: 122). Cada uma delas seria integrada pelos seguintes elementos: atividade produtiva, meios de produção, relações sociais, identidades sociais, valores culturais, consciência e semiose. Num certo sentido, eles são elementos diferentes, mas não separados; "cada qual 'interioriza' os outros sem ser reduzível aos mesmos" (id.: 122). Nesse ponto, Fairclough considera a ADC como "análise dos relacionamentos dialéticos entre semiose (a linguagem incluída) e outros elementos das práticas sociais" (id.: 123). Aqui, o autor toma semiose como uma realidade mais abrangente que discurso, já que admite além da linguagem verbal outros modos de comunicação como a linguagem corporal, por exemplo.

A semiose na representação e auto-representação de práticas sociais constituem discursos. Discursos são representações diversas da vida social as quais são posicionadas de forma

inerente – atores sociais posicionados diferentemente ‘vêm’ e representam a vida social em formas diferentes, discursos diferentes (id.: 123).

Ao reelaborar o conceito de ‘ordem do discurso’, com base na obra de Foucault, Fairclough (2001a) o considera na perspectiva da dinâmica das instituições e da sociedade, definindo ‘ordens de discurso’ como “a totalidade de práticas discursivas dentro de uma instituição ou sociedade e o relacionamento entre elas” (id.: 67). Para o autor, o conceito de ‘ordens de discurso’ é preferível ao de ‘interdiscurso’ – muito usado entre os autores da escola francesa de análise de discurso¹. Isso porque o primeiro explica melhor os tipos de configuração de interesse para sua análise (Magalhães, 2001). No caso desta pesquisa, o que está sob investigação é a ordem de discurso da imprensa, examinada sob a particularidade de três jornais e da especificidade de discurso sobre as cotas para negros.

Eminentemente dinâmico, o processo discursivo é sempre um movimento de fixação, deslocamento e dominância de sentidos em que os diversos textos, como vimos anteriormente, não irrompem num vazio histórico. Ao contrário, fazem referência a outros textos, projetam-se, fortalecidos por aqueles que os antecederam e, em si mesmos, são atravessados por sentidos provenientes de formações discursivas distintas. E, ainda, a compreensão de cada texto torna-se possível dentro da ordem de discurso e da formação discursiva às quais o mesmo está ligado e que propiciam a mobilização de alguns sentidos na construção da mensagem.

O conceito foucaultiano de formação discursiva é considerado pelo lingüista francês M. Pêcheux como “aquilo que em uma dada formação ideológica ... determina ‘o que pode e deve ser dito’” (Pêcheux, 1982: 111, itálico no original *apud* Fairclough, 2001a). Pêcheux refere-se também a uma certa propriedade que chama de discursividade, descrevendo-a como a inserção na história dos efeitos lingüísticos, incluindo aí a análise do imaginário no relacionamento dos sujeitos com a linguagem. Já Fairclough (2001a) distingue os conceitos de ‘intertextualidade’ e ‘interdiscursividade’. Ambos expressariam a constituição heterogênea dos textos. O primeiro conceito – proposto por J. Kristeva ao final dos anos 1960, como parte da leitura que faz da obra de M. Bakhtin – refere-se à “propriedade que têm os textos de ser cheios de fragmentos de outros textos, que podem ser delimitados explicitamente ou mesclados e que o texto pode assimilar, contradizer, ecoar ironicamente e assim por diante” (Fairclough, 2001a: 114). Já a interdiscursividade tem a ver com ‘o princípio da primazia da ordem de discurso’, o que põe o foco sobre ‘tipos de convenção’ das ordens de discurso.

A ADC firma-se então pelo exame lingüístico específico dos textos e pelas análises das práticas discursivas e das práticas sociais que permitam compreender as estruturas sociais de

¹ Para uma discussão sobre as distinções e especificidades entre as perspectivas britânica e francesa de análise do discurso sugerimos o trabalho de I. Magalhães (2000a: 81 ss).

opressão, fornecendo, assim, subsídios para uma abordagem crítica, numa tentativa de desvendar sentidos que engendram relações de poder.

Em Fairclough (1992), o processo discursivo é visto sob uma perspectiva tridimensional por meio de três dimensões constitutivas, a saber, o texto, a prática discursiva – incluindo aqui, a produção, a distribuição e o consumo textual – e a prática social. Para analisar um discurso, é preciso levar em conta a descrição do texto, a interpretação da prática discursiva e a explicação da prática social.

Em Chouliaraki e Fairclough (1999: 60 ss), a proposta de análise de discurso crítica torna-se mais complexa e envolve o cumprimento dos seguintes passos. Em primeiro lugar, faz-se necessário identificar um problema, ou seja, identificar “uma percepção de um problema relacionado ao discurso em uma parte da vida social”. Em segundo lugar, é preciso identificar os obstáculos a serem superados, o que é possível por meio de três tipos de análise: a) análise de conjuntura, o que se dá por “uma especificação da configuração de práticas nas quais o discurso em foco está localizado”; b) análise da(s) prática(s) particular(es), “com especial atenção à dialética entre o discurso e outros momentos”; e c) análise do discurso propriamente dita, “orientada simultaneamente para a estrutura e para a interação”.

Em terceiro lugar, é preciso investigar qual a função do problema na prática, ou seja, “se e como o aspecto problemático do discurso que está em foco tem uma função particular dentro da prática”. Aqui emergem considerações sobre os resultados da(s) prática(s), o trabalho ideológico aí envolvido e como superar o problema. Em quarto lugar, deve-se considerar as formas possíveis de superar os obstáculos. Assim, o objetivo torna-se “discernir recursos possíveis para mudar as coisas”. Por fim, cabe uma reflexão sobre a análise que suscita questões como “o relacionamento entre a prática teórica do(a) analista e os exemplos práticos que são analisados”.

Os autores também mostram que o processo interpretativo engloba a compreensão e a explicação. Nesse sentido, a ADC reconhece que qualquer texto “pode ser entendido de maneiras diferentes”. Ao mesmo tempo em que não há um único sentido para um texto, há um limite para aquilo que um texto pode significar. Esse limite é fixado no fato de que “entendimentos diferentes do texto resultam de combinações diferentes das propriedades do texto e das propriedades (posição social, conhecimentos, valores, etc.) do(a) intérprete”. Assim, a ADC não defende uma compreensão específica de um texto, mas sim uma explicação específica.

Uma explicação redescreve as propriedades de um texto (inclusive a extensão das compreensões que o mesmo propicia) ao usar um quadro teórico particular para localizar o texto na prática social (id.: 67).

Em Fairclough (2003), há a proposta de um outro esquema triangular para a compreensão do fenômeno da linguagem na prática social. Assim, haveria estruturas sociais (línguas), práticas sociais (ordens de discurso) e eventos sociais (textos). A manifestação de uma língua implica um potencial e possibilidades específicas e necessariamente a exclusão de outras. Uma ordem de

discurso, por sua vez, remete à questão da organização social e ao controle da variação lingüística. Já os textos são os elementos dos eventos sociais, não sendo simplesmente os efeitos das potencialidades definidas pela linguagem, mas constituindo-se também em referência às ordens de discurso. Nas palavras de Fairclough:

os textos não são apenas efeitos de estruturas lingüísticas e de ordens de discurso, são também efeitos de outras estruturas sociais, e de práticas sociais em todos os aspectos, desse modo torna-se difícil separar os fatores que moldam os textos (id.: 25).

Nesse sentido, esta pesquisa propõe-se a analisar o discurso da imprensa sobre as cotas para negros e negras nas universidades brasileiras, tendo em foco a dinamicidade dos textos, as práticas discursivas e as práticas sociais. Para isso, selecionamos um conjunto de textos que se constitui, portanto no *corpus* de pesquisa (confira Seção 4.1). Nele investigamos as marcas lingüísticas, isto é, que fenômenos da linguagem – seleção lexical, o emprego dos títulos, os usos da negação e da modalidade, a argumentação e a retórica – ali se manifestam e que sentidos constróem, sua relação com as práticas discursivas e sua interação com as práticas sociais. Que efeitos de sentido essas operações lingüísticas propiciam? Como ocorre o movimento de reforço, esvaziamento e sustentação dos sentidos por meio do uso e da interligação dessas marcas no texto? O exame das marcas lingüísticas leva-nos, ainda, a identificar que categorias são mais relevantes no processo discursivo presente nos textos.

Também, em prosseguimento, busca-se interpretar as práticas discursivas, ou seja, como funciona o discurso da imprensa. Que papel esse discurso exerce na sociedade em questão? Que gêneros discursivos são utilizados aí e de que forma o são, ou seja, como é que a interdiscursividade opera nessa prática? Como a prática discursiva em foco contribui para a emergência de alguns sentidos e a prevalência de uns em detrimento de outros.

Por fim, propõe-se a explicação da prática social. O que está em jogo no interior da sociedade que se analisa e que leva à valorização de alguns dos vários sentidos que promanam de ordens de discurso distintas. Como se dá a luta pela fixação de sentidos? De que modo o poder se manifesta no engendramento de sentidos, na fixação e na reprodução dos mesmos? Como se dá a resistência? Que sentidos são utilizados para se contrapor às estratégias discursivas dominantes? Estratégias discursivas, como discute van Dijk (1998), são formas usadas pelas elites para manipular ‘conhecimentos’ e ‘opiniões’ em atitudes como, por exemplo, a de enfatizar as implicações ideológicas que são menos inconsistentes com os interesses dos grupos dominados e a de minimizar aquelas que se revelam inconsistentes com esses interesses. Aqui vamos considerar como estratégia discursiva qualquer mobilização de sentidos que implique perspectivas ideológicas específicas no processo discursivo.

3.2 – Discurso e modernidade tardia

Esta pesquisa investiga o discurso da imprensa sobre as cotas para negros e negras, considerando o conceito de ‘esfera pública’ – proposto pelo sociólogo alemão J. Habermas – para caracterizar, nas palavras de Fairclough (2003):

uma zona de conexão entre os sistemas sociais e o ‘mundo da vida’, o domínio da vida cotidiana, em que as pessoas podem decidir sobre questões sociais e políticas como cidadãos e em princípio influenciam as decisões quanto a políticas públicas (id.: 44).

Valendo-se da contribuição de Habermas quanto à questão da ‘mudança na esfera pública’, Chouliaraki e Fairclough (1999) observam que “uma esfera pública é constituída como uma forma particular de usar a linguagem em público” (id.: 5). Assim, a proliferação de esferas públicas é, antes de mais nada, a proliferação de formas de se usar a linguagem, o que conduz ao ponto central da questão política contemporânea da democracia⁴ – o enfrentamento de forças globais, que existem fora das estruturas democráticas, e a necessidade de se reconhecer e valorizar a diferença.

Ao considerar o que implicaria uma esfera pública produtiva, argumentam que ela deveria constituir tanto um ‘lugar’ quanto uma ‘prática’,

nos quais os indivíduos como cidadãos (isto é, fora do governo e de outros sistemas institucionais) podem juntos abordar (talvez com membros do governo etc.) questões de fundo social e político, de modo a permitir acesso a todos os interessados, o que constitui um diálogo efetivo entre os envolvidos, e leva à ação (id.: 64).

Quanto à possibilidade de diálogo efetivo na esfera pública, os autores sugerem que o mesmo envolveria uma simetria entre os participantes, uma liberdade de representação e de participação e uma orientação simultânea para a aliança e para desenvolver uma nova voz partilhada sobre o assunto em apreço.

Segundo eles, pluralidade e fragmentação têm sido aspectos marcantes da vida social moderna, com especial enfoque sobre as diferenças sociais.

A conjuntura social suscitada pelo debate público sobre a ação afirmativa para a comunidade negra no Brasil propicia um espaço de rearrumação de posições de sujeito na esfera pública em que o movimento negro e também brancos solidários intervêm no processo, contrapondo-se a um discurso conservador. O discurso dominante promove sentidos que reforçam o *status quo* reinante no país e oferece resistência à demanda por políticas de ação afirmativa. Trava-se, como sugere P. Bourdieu (1989), uma “luta simbólica pela produção do senso comum

⁴ Para A. Touraine (1999), democracia “é antes de tudo o regime político que permite aos atores sociais formar-se e agir livremente” (id.: 345). Três princípios dariam consistência, segundo Touraine, ao processo democrático: ‘o reconhecimento dos direitos fundamentais’, ‘a representatividade social dos dirigentes e da sua política’ e ‘a consciência de cidadania’.

ou, mais precisamente, pelo monopólio da nomeação legítima como imposição oficial – isto é, explícita e pública – da visão legítima do mundo social” (id.: 146). Bourdieu também chama a atenção para o fato de que

as estratégias que os agentes empregam para levarem a melhor na luta simbólica pelo monopólio da imposição do veredicto, pela capacidade reconhecida de dizer a verdade a respeito do que está em jogo no debate, são a expressão das relações de força objectivas entre os agentes envolvidos e, mais precisamente, *entre os campos* diferentes em que eles estão implicados – e em que ocupam posições mais ou menos elevadas (id.: 55).

Falamos em rearrumação porque a nova demanda e sua força no debate conduzem os agentes sociais a participar desse debate – editorialistas, repórteres, especialistas, técnicos e profissionais, líderes e representantes da comunidade negra, personalidades públicas, leitores e a opinião pública de um modo geral – levando-os a uma tomada de posição diante do tema. Sendo a ação afirmativa e a própria questão do racismo contra os negros no Brasil assuntos tabu, sua discussão num momento especial como esse, de mudança de governo, tende a reformular posições e a desestabilizar o consenso social formado em torno da questão.

Daí porque, por exemplo, nota-se, de modo recorrente, que os participantes contrários às cotas manifestam-se também refratários ao reconhecimento da gravidade do racismo, quando não até mesmo de sua existência, e contrapõem a manifestação do racismo no Brasil em relação à situação em outros países, assumindo que, na sociedade brasileira, as relações raciais são menos traumáticas e cruéis. Por sua vez, percebe-se o apelo a uma ligação com as origens africanas, cumprindo nesse discurso a função de álibi contra possíveis acusações de práticas discriminatórias ou de indisposição contra as demandas da comunidade negra.

Por outro lado, descrevendo as forças sociais nesse processo, notamos que, de um lado, os contrários às cotas podem contar com o engajamento dos jornais, de largos setores das elites dominantes e com a força do *status quo* vigente na sociedade, fruto de uma hegemonia construída ao longo da história e com implicações específicas na questão das relações raciais. De sua parte, os favoráveis às cotas podem valer-se de um apoio crescente da opinião pública, inclusive de representantes da elite política, de uma articulação política com organismos internacionais e com ONGs de prestígio e, a partir de um certo momento, com o apoio de integrantes do novo governo no plano federal.

Essa ‘luta’ por sentidos na esfera pública e em especial na ordem do discurso da imprensa é um dos momentos ou dimensões da conjuntura social, no que se refere à implantação da ação afirmativa para a comunidade negra no Brasil. Sua relevância está no fato de que ali, de modo muito especial, trava-se uma batalha por hegemonia. Do sucesso dos defensores das cotas em construir e manter um equilíbrio estável hegemônico no reconhecimento do racismo e da necessidade de ação afirmativa depende o avanço desse tipo de política e de novas conquistas para a comunidade negra no Brasil.

Nesta pesquisa, reconhecemos que o novo momento nas relações sociais no Brasil é, de certo modo, reflexo da emergência nas sociedades contemporâneas de uma conjuntura marcada por mudanças de ordem tecnológica, social e econômica que se processam a partir da segunda metade do século XX, o que leva à constituição do que se convencionou chamar pós-modernismo ou modernidade tardia. Tal conjuntura gera efeitos também sobre a prática discursiva que tem sofrido o processo de valorização dos eventos de letramento⁵, da luta ideológica no interior do discurso e do conflito de sentidos entre igualdade e diferença. Toda essa discussão interessa de perto à ADC e tem sido objeto de pesquisas nos últimos anos.

M. Featherstone (1997) apresenta quatro características dessa mudança de mentalidade: o afastamento de ambições universalísticas das narrativas mestras com ênfase na totalidade, no sistema e na unidade e a conseqüente valorização do conhecimento local, da fragmentação, do sincretismo, da 'alteridade' e da 'diferença'; a "dissolução das hierarquias simbólicas" e seus julgamentos canônicos de gosto e de valor numa opção pelo "colapso populista da distinção entre a alta cultura e a cultura popular"; a "tendência à estetização da vida cotidiana" e a "descentralização do sujeito".

Paralelos à modernidade tardia, surgem processos como a globalização e as transformações no capitalismo. Featherstone explica a globalização como "senso de compressão global, no qual o mundo é progressivamente visto como 'um só lugar'" (id.: 117). A globalização teria por base a liberalização econômica que traz o abandono gradativo de barreiras tarifárias e uma abertura ao fluxo internacional de bens, serviços e capitais.

As transformações no capitalismo caracterizam-se pelo crescimento das organizações transnacionais, a tendência à desregulamentação nas relações de trabalho, o enfraquecimento do poder dos governos nacionais, a popularização das tecnologias de comunicação como o computador, o correio eletrônico e a internet; o fortalecimento dos blocos de países de base econômica e/ou política como a Comunidade Européia, o Mercosul e a Alca; as fusões de megaempresas e a emergência do capital especulativo financeiro.

Para Fairclough (1995), a linguagem contemporânea da mídia de um modo geral sofre a influência de duas tensões. Uma é a tensão entre informação e entretenimento. Outra é a tensão entre público e privado. Ambas são indicativas de duas tendências: a tendência de assuntos públicos na mídia assumirem, de modo crescente, um caráter conversacional e a de se mobilizar, de modo crescente, na direção do entretenimento, tornando-se ainda mais um efeito dos interesses de mercado (id.: 10).

Essas mudanças têm-se refletido na cultura, nas relações sociais, na produção de conhecimentos, na elaboração de novas teorias. Nos últimos anos, pesquisadores nas Ciências

⁵ Usamos aqui a definição dada por D. Barton (1994: 36ss): "todos os tipos de ocasiões na vida cotidiana em que a palavra escrita desempenha um papel. Podemos nos referir a esses como eventos de letramento. (...) Eventos de letramento são as atividades específicas em que o letramento tem um papel; devem ser atividades repetidas e regulares."

Sociais têm valorizado questões como identidade, diferença, raça e gênero, representação simbólica, esfera pública. Segundo Chouliaraki e Fairclough (1999), um aspecto importante na conjuntura contemporânea, caracterizada por mudanças econômicas, sociais e culturais é que essas “existem tanto como *discursos* tanto como processos que estão ocorrendo fora do discurso e que os processos que estão ocorrendo fora do discurso são substantivamente formados por esses discursos” (id.: 4).

Eles também criticam o equívoco de uma noção idealista que resumiria a vida social ao discurso e retomam a visão de D. Harvey (1996) quanto à rearticulação de discursos e à intertextualidade. Segundo os autores, na perspectiva de Harvey, o discurso seria um momento da realidade social dentre outros, quais sejam, relações sociais, poder, práticas sociais, crenças/valores/desejos e instituições/rituais. Aqui, talvez seja necessário fazer um reparo sobre o uso do termo ‘momento’. Nesse caso, seria mais apropriado falar-se em ‘dimensão’, uma vez que ‘momento’ traz consigo um sentido temporal. Já ‘dimensão’ permite o entendimento de cada uma daquelas realidades como ocorrendo em paralelo ou simultaneamente à ocorrência de outras. Essa relação entre o discurso e essas outras dimensões da realidade social é dialética. Nas palavras de Chouliaraki e Fairclough (1999), o relacionamento entre o discurso e outros elementos das práticas sociais é dialético. Assim, o discurso interioriza e é interiorizado por outros elementos, sem que uns sejam reduzidos ao outro.

Essa perspectiva teórica é tida em Chouliaraki e Fairclough como “um método para analisar práticas sociais em referência especial a seus momentos de discurso” (id.: 16). Essa perspectiva, segundo os citados autores,

reúne uma variedade de teorias em diálogo, em especial teorias sociais de um lado e teorias lingüísticas, de outro, de sorte que sua teoria é uma síntese adaptada de outras teorias, embora o que ela mesma teoriza em particular é a mediação entre o social e o lingüístico (idem, ibidem).

A ADC valoriza a transdisciplinaridade como perspectiva de investigação, em especial na compreensão dos fenômenos sociais que têm sofrido profundo impacto com a modernidade tardia. Chouliaraki e Fairclough (1999: 2) apostam na contribuição de outros campos do conhecimento. Segundo eles, as construções teóricas do discurso que a ADC tenta operacionalizar podem advir de várias disciplinas. Nesse sentido, a ‘operacionalização’ implica teorizar num meio transdisciplinar em que a lógica de uma teoria pode ser “posta para atuar” no desenvolvimento de outra, sem que a segunda se reduza à primeira.

Questões antigas como poder e ideologia são reelaboradas à luz de novos conceitos que emergiram mais recentemente, como identidade e diferença, esfera pública, representação e outros. Para H. Widdowson (2000), a ADC pressupõe uma posição política. Ele cita Caldas-Coulthard e Coulthard:

A Análise de Discurso Crítica é essencialmente política no propósito de seus praticantes agirem no mundo para transformá-lo e desse modo ajudarem a criar um mundo em que as pessoas não são discriminadas em razão de sexo, credo, idade ou classe social (Caldas-Coulthard e Coulthard, 1996: xi, *apud* Widdowson, 2000: 155).

Chouliaraki e Fairclough também defendem esse caráter engajado da ADC. Segundo eles, optar pela ADC é ‘uma questão de democracia’. Isso porque as pesquisas com esse enfoque têm por objetivo “submeter ao controle democrático aspectos do uso social contemporâneo da linguagem que estão freqüentemente fora do controle democrático”, bem como discutir a linguagem como uma forma de diálogo na esfera pública (id.: 9).

Os autores defendem que o objeto de estudo nas ciências sociais é a vida social, em especial a relação entre esferas da vida e atividade social, o econômico, o político e o cultural. Eles caracterizam as práticas como formas de produção da vida social que são localizadas numa rede de relações com outras práticas, relações essas que determinam sua constituição, e dotadas de um caráter reflexivo. As pessoas produzem sempre representações do que fazem como parte daquilo que fazem.

Nessa perspectiva, o discurso envolve a linguagem, a comunicação não-verbal e as imagens visuais, e a vida social é textualmente mediada. Ao discutirem o papel do discurso na modernidade tardia, Chouliaraki e Fairclough apontam para o caráter ativo e híbrido dos textos. E sugerem:

A análise de qualquer discurso nas sociedades contemporâneas com suas interseções complexas de formas e tipos de discurso diferentes deve incluir uma análise ‘interdiscursiva’ de como diferentes tipos de discurso são mesclados juntos (id.: 59).

3.3 – Discurso e imprensa

O livro *Language and control*, de R. Fowler, B. Hodge, G. Kress e T. Trew (1979), é um marco na abordagem de textos da imprensa à luz dos pressupostos da lingüística, priorizando a relação entre discurso e poder. Os autores integram um ramo que ficou conhecido como ‘lingüística crítica’ – cujo objetivo é “revelar relações de poder ocultas e processos ideológicos em funcionamento em textos escritos ou falados” (Crystal, 1993: 90) . Nessa obra, Hodge e Trew, em especial, contribuem com três análises muito pertinentes sobre o discurso de jornais britânicos, utilizando fundamentos da lingüística crítica, sendo eles mesmos alguns dos principais formuladores dessa perspectiva de estudo.

Por sua vez, os analistas do discurso, em suas várias perspectivas de abordagem, vêm se dedicando, nos últimos vinte anos, a examinar o discurso da imprensa, o que sinaliza não somente o fortalecimento da área de estudo como também o relevo de que desfruta a própria instituição imprensa, ou o jornalismo, especificamente, como agente construtor da realidade social.

A imprensa participa – como as demais instituições da mídia – da formação do consenso político que permite a reprodução do poder na sociedade, tendo papel preponderante nesse processo. Constitui-se em um dos tipos de discurso de elite, como o definiu van Dijk (2003). Daí porque examiná-lo é um dos meios privilegiados para se compreender os mecanismos pelos quais a linguagem é usada em favor de determinado segmento da sociedade ou de algum ponto de vista específico. As notícias permitem uma representação do mundo por meio da linguagem. Trata-se de uma construção, “não de um reflexo dos fatos, isento de valor” (Fowler, 1991).

O discurso da imprensa é, portanto, uma construção da realidade, construção essa que visa a atender determinados propósitos. A notícia é tanto o produto resultante do tratamento que se dá a um fato histórico, como se constitui ela mesma um produto que se segue a uma outra elaboração, aquela que é feita do fato em si, o recorte que se faz de determinado acontecimento histórico, como propõe A. P. G. Ribeiro(2000):

Não existe fato histórico 'bruto'. Ele é sempre produto de algum tipo de elaboração teórica que o promove à categoria de histórico. Pressupõe um sistema de referência e uma teoria, no quadro dos quais operam-se a seleção e a valorização dos acontecimentos e processos (id.: 26).

A mesma autora observa que o jornalismo evolui buscando a objetividade, animado por um certo 'espírito científico'. Seu papel nas sociedades modernas é o de construção de uma idéia de história. Ao dispor para os leitores, ouvintes, telespectadores e internautas alguns dos fatos do dia e não outros, fornece uma visão possível da realidade social. Deve-se ressaltar, mais uma vez, que não se trata de um discurso único o veiculado pelos meios de massa. “Não existe discurso puro, monológico, seja burguês ou popular. O discurso é uma zona tensional, na qual o sentido não é nunca dado” (id.: 42).

Nos últimos cem anos, o jornalismo – como instituição social – evoluiu sobremaneira, no desenvolvimento de técnicas de coleta de informações, na padronização de procedimentos quanto à seleção e à representação das fontes das notícias no texto das mesmas, na especialização dos gêneros da imprensa e nas teorias da informação em busca da objetividade, do equilíbrio e da veracidade daquilo que é publicado. No entanto, no dia-a-dia, a instituição tem de lidar com uma série de fatores intervenientes: o funcionamento e a viabilidade como sistema industrial, a dependência da publicidade, a relação com as elites dominantes, as instâncias governamentais e empresas concorrentes e a oferta de informação aliada a entretenimento. Ademais, a imprensa, como qualquer instituição social, está sujeita à formação ideológica vigente na sociedade, sofre os efeitos da luta por hegemonia e contribui para a reprodução do consenso em torno do qual a sociedade se reproduz.

Nesse sentido, o equilíbrio e a busca da imparcialidade funcionam mais como um recurso discursivo de auto-apresentação positiva do que como possibilidade concreta. O equilíbrio na

representação das várias vozes é algo raro. Os sujeitos são representados de modo nada equânime, o que sugere a interferência de fatores ideológicos. Como nota Fairclough (1995):

alguns sujeitos recebem proeminência e outros são marginalizados. Alguns são legitimados ao serem assumidos nas vozes dos repórteres ou produtores de notícias, outros não. Equanimidade e equilíbrio não podem ser avaliados ao se notar simplesmente que as vozes são representadas, e, por exemplo, quanto espaço é dado a cada um; a rede de vozes é freqüentemente um ordenamento e uma hierarquização sutil de vozes (id.: 81).

Em seu livro *Language in the news – discourse and ideology in the press* (1991), o lingüista R. Fowler, destaca a função social das notícias, que operam no sentido de pôr a linguagem a serviço de uma determinada perspectiva de mundo. As notícias figuram, assim, como “uma representação do mundo na linguagem, sendo a linguagem um código semiótico, o que impõe uma estrutura de valores sociais e econômicos na origem, no que quer que seja representado” (id.: 4). Como qualquer discurso, as notícias fornecem padrões de compreensão dos assuntos de que tratam. “As notícias são uma representação nesse sentido de construção; não são, portanto, um reflexo dos ‘fatos’, isento de valor” (idem, ibidem).

Para Fairclough (1995), o jornalismo implica uma complexidade de propósitos sociais. Dizer que os jornalistas apenas reelaboram os eventos é pouco.

Eles também os interpretam e explicam, tentam levar as pessoas a ver as coisas e agir de determinadas formas e têm por objetivo entretê-las. O conceito de uma ‘estória’ sugere essa multiplicidade de propósito, em que normalmente pensamos nas estórias como formas de entretenimento e diversão, e freqüentemente no sentido mais de ficção do que factual (id.: 91).

O discurso da imprensa não é um discurso a mais na Babel do mundo contemporâneo, mas um que desempenha um papel de primeira linha na formação do consenso na sociedade. E isso tanto por que a imprensa ocupa o posto de principal instituição veiculadora de informação, ao dispor de uma estrutura e um aparato que lhe possibilitam atingir milhões de pessoas, como, por conseguinte, pelo grau de dependência que as pessoas e as instituições têm em relação a ela na formação e na sedimentação de uma visão de mundo. Nesse aspecto, van Dijk (1991), por exemplo, observa como, diante da realidade, a maioria das pessoas brancas acaba não sendo confrontada com um sistema de discurso público que favoreça o surgimento de uma ideologia anti-racista.

Voltando a Fowler, o autor nota dois fatores que conferem à imprensa uma relevância peculiar na mediação da ideologia para os indivíduos. Um está relacionado à escala de publicação, ao sucesso de venda e ao sistema de distribuição. O outro tem a ver com os aspectos econômico e político da indústria jornalística que propiciam um interesse considerável em mediar idéias com base em perspectivas específicas. Ele sugere:

A articulação da ideologia na linguagem das notícias preenche, de modo cumulativo e mediante a reiteração diária, uma função prévia de reproduzir as crenças e os paradigmas da comunidade em geral (id.: 124).

A preocupação pelo modo como as notícias afetam os leitores leva van Dijk (1991) a propor uma estrutura teórica com as seguintes hipóteses:

1ª.) “a formação ou a mudança das crenças étnicas dos leitores, como uma função das notícias na imprensa, pressupõem que os leitores realmente *compreendem* tais notícias”;

2ª.) “o que quer que seja que as pessoas compreendam nas notícias, elas só podem usar sua informação relevante mais tarde quando *recordarem* a informação”;

3ª.) “a maioria das teorias em psicologia cognitiva e social supõe que a compreensão, a recordação e empregos adicionais de textos informativos não são nem passivos, nem limitados à informação que as pessoas obtêm do discurso” (van Dijk & Kintsch, 1983).

Salienta, ainda, van Dijk (1991) outros aspectos, como: processos ativos de compreensão e memorização que estão imbricados em um contexto social, cultural e político; a questão das estratégias nos processos de compreensão e memorização do discurso das notícias; a construção de modelos e o modo como as pessoas os expressam; e o fato de que apesar das variações quanto às atitudes expressas e veiculadas pela imprensa, existe um consenso notável sobre os principais pontos e sobre os limites do debate bem como sobre o ordenamento de opiniões subjacentes ao mesmo (id.: 244).

A imprensa – como parte integrante e de maior relevo entre as instituições midiáticas – desempenha, assim, um papel determinante na definição das estruturas do pensamento coletivo. Nas palavras do autor:

Os meios de informação de massa como um todo definem as estruturas internas, os pontos de relevância, e especialmente as fronteiras ideológicas das representações sociais. Eles provêem os modelos prontos, isto é, os fatos e as opiniões que as pessoas usam parcialmente em sobre o que pensar, porém, mais importante, que também usam ao formularem como pensar sobre as questões étnicas (idem, ibidem).

Em suas conclusões, van Dijk observa que a imprensa e, em especial, a imprensa de qualidade, é o meio de comunicação dominante para as elites. Ressalta, ainda, o papel persuasivo que ela desempenha na formação da opinião pública. Segundo ele, a maioria dos leitores brancos obtêm dados sobre as minorias basicamente por meio dos textos da imprensa, o que leva à rejeição da hipótese alternativa – cultivada tanto por jornalistas em cargos de direção como repórteres e editores em geral – de que a imprensa publica aquilo que as pessoas pensam.

Uma categoria relevante no campo da análise do discurso e, em especial nesta pesquisa, é a referente ao gênero discursivo. Bakhtin (1997) define gêneros discursivos como “*tipos relativamente estáveis* de enunciados” [grifo do autor]. O lingüista russo distingue também a

heterogeneidade dos gêneros do discurso, tanto orais como escritos, a distinção entre gêneros simples e complexos, a relação entre a natureza do enunciado e a diversidade dos gêneros e os aspectos estilísticos.

Fairclough (1995) faz uma distinção entre as categorias 'tipo de discurso' e 'gênero'. Enquanto o último está relacionado a "um modo de usar a linguagem que corresponda à natureza da prática social na qual está engajada", aquele pode ser aplicado a "configurações de gêneros e discursos que ocorrem efetivamente e que podem se tornar mais ou menos estáveis e convencionais dentro da ordem de discurso" (id.: 76).

N. F. Pinheiro (2002) observa que os gêneros, "como espaços de permanente mobilidade e transformação, podem ser caracterizados como espaços dinâmicos capazes de incorporar transformações que se impõem historicamente" (id.: 271).

Ao mesmo tempo em que o gênero tende à estabilidade, pelo que expressa um certo caráter regulador, também é influenciado pela mobilidade e dinamicidade. Em sua manifestação, intervêm as categorias espaço/tempo que propiciam transformações na constituição do gênero. Pinheiro considera que não se deve pensar em gênero como uma 'força conservadora'. Uma vez que está ligado à dinâmica de uma cultura, tal aspecto determina sua 'contínua transformação'.

O reconhecimento de regularidades nos textos de um gênero contribui para que produtores e receptores se orientem na instância de produção e de interpretação dos mesmos (id.: 277).

Nesta pesquisa, estudamos os seguintes gêneros da imprensa: reportagens, editoriais, artigos, colunas, entrevistas e cartas dos leitores. Alguns textos selecionados não se classificariam a rigor em nenhum desses gêneros. São os pequenos textos da primeira página, também conhecidos como 'chamadas' ou pequenas notícias, notas ou *boxes*⁶ explicativos. Como a frequência e relevância desses gêneros para a pesquisa são pequenas, optamos por não analisá-los mais demoradamente, o que não significa que não sejam eventualmente considerados. Apresentamos, a seguir, as principais características de cada um dos seis gêneros discursivos, observando que essa caracterização, breve em sua extensão, baseia-se mais em nossa experiência profissional no jornalismo do que em estudos acadêmicos.

a) Reportagem – caracterizada pela prioridade dada à função informativa, a reportagem pode ser vista como o gênero mais básico, essencial e conhecido do jornalismo; seu propósito é o de informar, propiciando, de modo objetivo, uma descrição e, em alguns casos, uma interpretação dos fatos. Variando do texto mais curto ao texto mais longo, da versão simples de um a três parágrafos, sem qualquer subdivisão, até os tipos mais demorados, envolvendo reportagens seriadas, trata-se comumente do gênero mais freqüente na imprensa. A padronização do jornalismo levou à

⁶ Do jargão jornalístico, '*box*' refere-se a um quadro ilustrativo de algo que está sendo abordado na matéria a que alude. Pode vir em forma de gráfico, ilustração gráfica, dados estatísticos entre outras.

consagração de um estilo de texto da imprensa que, no caso da reportagem, implica: o uso do *lead*⁷; a veiculação do contraditório, em especial em matérias com críticas, denúncias, acusações; a busca da objetividade mediante a exclusão ou o emprego mínimo de adjetivos; a restrição quanto a opiniões ou qualificação; linguagem equilibrada, entre outros aspectos lingüísticos.

b) Editorial – texto opinativo de responsabilidade da direção da empresa, dos editoriais se espera que expressem o pensamento dos donos ou dos responsáveis pelo veículo de imprensa; seu propósito é o de defender ou criticar um ponto de vista, de modo a tornar explícita a visão da empresa sobre determinado assunto; por isso, caracterizam-se pela adjetivação forte, linguagem formal, argumentação e engajamento político. A eleição de assuntos recorrentes, os enfoques dados, o perfil mais ou menos brando e outros aspectos estilísticos são alguns dos fatores que caracterizam a linha editorial que acaba por estabelecer uma política geral básica para o veículo; em geral, os editoriais são escritos por jornalistas em cargo de direção ou designados por ela.

c) Artigo – texto opinativo de responsabilidade de jornalistas da própria empresa, de autoridades, especialistas, personalidades de prestígio, ou mesmo pessoas desconhecidas do público; seu propósito é o de fornecer uma visão peculiar, específica de um determinado assunto, contribuindo para o debate público; daí porque se caracterizam pela presença de adjetivos, argumentos, críticas e posições politicamente engajadas, cujo estilo pode variar conforme o veículo e o perfil de cada articulista. Os artigos podem repercutir temas de interesse da direção da empresa, não raro sobre assuntos que figuram nos editoriais ou nas reportagens do dia, como podem ser frutos da escolha específica do(a) articulista.

d) Coluna – gênero jornalístico que mescla aspectos da reportagem – como o caráter informativo – e aspectos dos textos opinativos, como o uso de adjetivos, a manifestação de opinião, a defesa de posições pessoais. Seu propósito é o de propiciar uma visão peculiar da conjuntura em determinadas áreas como esporte, política, economia, valendo-se da experiência e da especialização do(a) colunista, daí porque recorre freqüentemente tanto à informação quanto à opinião. Do(a) colunista – comumente jornalistas renomados ou com especialização em determinado campo do jornalismo – espera-se independência, aspectos estilísticos próprios como textos bem humorados, uso freqüente de figuras de linguagem, expressões clichês, *lay-out* distinto, uso de fotografias ou caricaturas. Observamos ainda que para esta pesquisa, consideramos como coluna o artigo de jornalista ou especialista que aparece com regularidade no jornal, em seção específica.

e) Entrevista – deve-se distinguir a entrevista como método de coleta de informações e a entrevista como gênero, que é a que temos em vista aqui, um texto formado pelas perguntas formuladas por um(a) ou mais jornalistas, o mais comum, ou, às vezes, por especialistas ou pessoas comuns

⁷ Outro termo do jargão jornalístico, 'lead' ou também 'lide', advindo do inglês, refere-se ao primeiro parágrafo de uma reportagem que deve ter o propósito de 'conduzir' o leitor, despertando seu interesse para o essencial da notícia. Para isso, deve concentrar os principais dados do fato que deu ensejo à matéria.

solicitadas a fazê-las, e as respostas apresentadas pela(s) pessoa(s) entrevistada(s). Afora essas características básicas, a entrevista pode variar quanto ao tema, entre um enfoque sobre determinado assunto ou sobre a personalidade em si, quanto à extensão, mais ou menos longa ou quanto à complexidade do assunto. Da parte do(a) entrevistador(a), ainda mais quando jornalistas, espera-se perguntas claras, objetivas e não preconceituosas ou ofensivas. Já quanto ao(a) entrevistado(a), pode-se esperar tanto opinião quanto informação. É comum que antecedendo a entrevista propriamente dita, haja um texto apresentando o(a) entrevistado(a) com enfoque sobre o(s) assunto(s), sobre a personalidade ou sobre ambos.

f) Carta ao(à) editor(a) – um dos mais consagrados gêneros discursivos da imprensa, a carta ao(à) editor(a) é a contribuição de um(a) leitor(a), publicada, em geral resumidamente, com o propósito de manifestar a posição ou a reação do(a) leitor(a) a determinado assunto publicado ou não pela imprensa ou de defender determinada posição diante de algum tema. Caracteriza-se pelo uso freqüente de adjetivos e de figuras de linguagem como a metáfora e a ironia. Fontanini (2002) cita Sotillo e Starace-Nastasi (1999), para quem esse gênero discursivo constitui:

um meio termo entre os domínios privado e público, pois os leitores/escritores expressam suas vozes individuais em um fórum público, a respeito de assuntos de importância para eles. A seleção e editoração das cartas, entretanto, permanece sob o controle de um editor. Embora um certo grau de “limpeza” editorial seja efetuado, para garantir que não sejam difamatórias ou grosseiramente ofensivas, as cartas ao editor podem trazer insights sobre dimensões sócio-culturais de uma comunidade, conforme evidenciadas pelos leitores/escritores (Sotillo e Starace-Nastasi, 1999: 251 *apud* Fontanini, 2002: 227).

Agora vamos considerar brevemente os aspectos gramaticais que têm papel relevante nesse discurso.

Seleção lexical – O uso de termos e expressões específicas em um determinado texto contribui a seu modo para a formulação e a fixação de certos sentidos em um dado processo discursivo. Na fala, os sentidos são construídos não somente mediante as palavras que são ditas como também por meio de uma série de recursos paralingüísticos que também se manifestam, tais como entonação, expressão corporal, volume da voz, pausa.

Nos textos escritos, e especificamente nos textos da imprensa, alguns recursos próprios do processo discursivo na imprensa também contribuem para a constituição de determinados sentidos. Entre eles, notamos os destaques usados como o tipo e corpo da fonte utilizada, o uso de negrito ou itálico, a ocorrência do termo ou da expressão no começo, meio ou fim do texto, ou então no título, subtítulo, intertítulo, legenda ou legenda-foto.

Vale notar, ainda, aspectos como o uso de adjetivos ou expressões qualificadoras em um gênero como a reportagem, no qual o emprego dos mesmos deveria ser evitado, por se tratar de um gênero que se caracteriza pela busca da imparcialidade e objetividade. Tal fato pode sinalizar o grau de engajamento do jornal na defesa de determinada posição, na medida em que a

perspectiva da direção do jornal é de tal forma assumida pelos jornalistas da Casa (repórteres e editores) que estes chegam a se alinhar à mesma, assumindo tal perspectiva no próprio texto.

Títulos – De um modo geral, os títulos desempenham papel relevante no encaminhamento da compreensão de um texto. Nos gêneros discursivos da imprensa, em especial, eles contribuem, em primeira mão, para o enquadramento de perspectivas e podem, já por si, veicularem sentidos que pressupõem uma posição assumida frente ao assunto que anunciam. Para van Dijk (1991), “sua função principal é resumir a informação mais importante da notícia. Ou seja, os títulos expressam o ‘tópico’ principal” (id.: 50).

O autor destaca, entre as funções cognitivas dos títulos, a de fornecer a primeira informação de um texto, o resumo, e manifestar as implicações ideológicas do mesmo. Ele nota como a intervenção do(a) jornalista pode fazer com que um tópico menos importante possa ganhar maior relevância, uma vez destacado no título e, com isso, diminuir a relevância do tópico principal. Para van Dijk, “os títulos não apenas definem ou resumem globalmente um evento, eles também o avaliam. Conseqüentemente, o estilo lexical dos títulos tem implicações ideológicas” (id.: 53).

Uso da negação – O exame da negação nesse discurso torna-se oportuno pela propriedade que as frases negativas têm de manifestar “tipos especiais de pressuposição que também funcionam intertextualmente, incorporando outros textos somente para contestá-los ou rejeitá-los” (Fairclough, 2001a: 157). O mesmo autor também nota como essas frases são usadas, freqüentemente, com finalidades polêmicas. Notamos, na análise, como os apoiadores das cotas mostram-se na defensiva, fazendo uso da negação para contestar questões levantadas pelos críticos da medida e como esses a utilizam para desqualificar as cotas como política pública relevante. Entendemos que, dada essa propriedade de trazer pressupostos consigo, as frases negativas são muito úteis no sentido de estabelecer limites na definição de sentidos e estabelecer enquadramentos para a compreensão de um fenômeno. Por exemplo, a frase “as cotas não resolvem o problema da exclusão” – assertiva com a qual tanto críticos quanto apoiadores da medida podem concordar – ajuda a forjar para as cotas a imagem de política demagógica, irreal, sem fulcro na realidade dos fatos, sobretudo quando a frase é atribuída a ‘especialistas’. Para quem não está muito a par dos acontecimentos, essa imagem pode se firmar, sobretudo quando não se tem um texto que conteste essa perspectiva.

Modalidade – I. Koch (1996: 87) apresenta determinadas marcas lingüísticas como ‘tipos de lexicalização possíveis das modalidades’. Os advérbios modalizadores (como ‘provavelmente’, ‘necessariamente’), os modos e tempos verbais (entre eles, o uso do subjuntivo, do ‘futuro do pretérito com valor de probabilidade, hipótese, notícia não confirmada’), os operadores argumentativos (tais como ‘pouco’, ‘apenas’, ‘mesmo’) e as formas verbais perifrásticas (o emprego combinado de verbos como ‘dever’, ‘poder’, ‘querer’ com o infinitivo de outros verbos) proporcionam alguns tipos de modalidade que examinamos nesta pesquisa.

Argumentação – Como estratégia freqüente no terreno da retórica política, a argumentação é objeto de estudo desde a Grécia Antiga. C. Plantin (2001) traça um percurso nos estudos do tema

desde os tempos gregos até as contribuições mais recentes. Os autores de *Argumentación*, F. H. van Eemeren, R. Grootendorst, S. Jackson y S. Jacobs (2000), destacam o papel da argumentação como um dispositivo para se regular o próprio discurso. Funciona, assim, como um mecanismo usado para localizar e resolver diferenças de opinião.

A análise de qualquer argumentação particular (...) torna-se relativa, uma vez que se localiza dentro do contexto de outro discurso mais amplo que conduz a análise ao definir o que é que está em jogo (id.: 319).

Por isso, consideram os autores:

Dizer que a argumentação surge como uma forma de reparação é dizer também que a organização da argumentação deve ser considerada em termos de princípios gerais de interação (idem, ibidem).

Figuras de linguagem – Como estratégia discursiva, a linguagem figurada desempenha funções como a de qualificar, desqualificar, associar imagens negativas e positivas, fixar ou questionar sentidos e propor limites ou parâmetros de interpretação. O emprego tanto da metáfora quanto da ironia não tem por alvo somente a política em si, mas também seus defensores e oponentes. Elas ajudam a formar uma perspectiva de engajamento no debate sobre as cotas que é feito pela imprensa.

Para uma breve discussão teórica sobre a categoria metáfora recuperamos a contribuição de E. Steinhart e E. F. Kittay (1998) que a definem como “um tropo em que uma coisa é dita como se fosse outra, trata-se de um aspecto ubíquo da linguagem natural” (id.: 576). Ao tratar da interpretação da metáfora, os autores apontam duas perspectivas. A primeira sustenta que enunciados metafóricos teriam um e somente um sentido, o literal. Assim, sua interpretação seria uma questão de pragmática. A segunda considera que além do sentido literal, há um sentido distinto, resultado de um processo interpretativo único para metáforas.

Steinhart e Kittay delineiam três caminhos para a interpretação metafórica, de acordo com a teoria que a prescreve:

(a) De acordo com a Teoria da Símile Elíptica e a maioria delas, mas não com todas as Teorias da Comparação, ‘S é P’ metaforicamente quer dizer S é como P (...)

b) De acordo com a Teoria da Abstração, o sentido metafórico é obtido ao se elevar os predicados metafóricos a um nível mais abstrato no qual não há incongruência semântica (...);

c) De acordo com a Teoria da Analogia, vertentes de uma visão interacionista metaforicamente significam S é análogo a P. Interpretar metáforas requer especificar domínios análogos e os homomorfismos entre os domínios.(id.: 580)

Para G. Lakoff e M. Johnson (1980), a metáfora tem um emprego generalizado no dia-a-dia das pessoas, intervindo não somente na linguagem, mas também no pensamento e na ação das

pessoas. Para esses autores, “a essência da metáfora é entender e experienciar um tipo de coisa em termos de outra” (id.: 5) [grifo no original].

Lakoff e Johnson conceituam o uso da metáfora, explorando o seu caráter sistemático e discutem uma tipologia para as metáforas e o emprego distinto de metáforas de orientação, ontológicas, de personificação e de metonímia, voltando-se, ainda, à questão da coerência metafórica. Quanto à definição e compreensão das metáforas, Lakoff e Johnson asseguram que “os conceitos não são definidos somente em termos de propriedades inerentes; em vez disso, devem ser definidos primariamente em termos de propriedades interacionais” (id.: 125). E arrematam:

A definição não é uma questão de dar um conjunto fixo de condições necessárias e suficientes para a aplicação de um conceito (embora isso possa ser possível em certos casos especiais, como na ciência ou em outras disciplinas técnicas, embora mesmo aí nem sempre seja possível); em vez disso, conceitos são definidos por protótipos e por tipos de relações com os protótipos (id.: 125).

Nesta pesquisa, não propomos uma tipologia para uma análise das metáforas empregadas, embora reconheçamos que elas se distingam entre si pela referência direta às cotas, pela referência à intervenção dos defensores da medida, pelo grau maior ou menor de agressividade, fazendo notar esses aspectos sempre que pertinente. Em referência ao maior ou menor grau de elaboração das metáforas, o professor J. Mey aponta⁸ uma distinção pertinente entre metáforas simples, quando envolvem somente um termo ou conceito, e metáforas complexas, quando englobam dois ou mais deles, o que faremos notar, sempre que necessário, nos exemplos examinados no Capítulo 5.

Quanto à ironia, consideramos aqui a contribuição de M. Marino (1998) para quem a ironia “geralmente envolve intenções e sempre envolve contextos” (id.: 409).

Exemplos de ironia poderiam ser melhor generalizados como sendo estabelecidos por uma representação secundária que está em oposição a uma representação primária do mesmo território; a ironia ocorre na realização de uma discrepância entre as duas (idem, ibidem).

Entre os tipos de ironia, Marino aponta a ‘ironia verbal’, geralmente associada aos vários tropos clássicos como sarcasmo, hipérbole e outros; a ‘ironia dramática’, mais voltada para o contexto teatral, a exemplo da comédia, mas também aplicada a situações em que nem todos os participantes estão conscientes do sentido explorado; a ‘ironia existencial’, vinculada à ‘condição existencial’, a perspectiva da falta de controle do ser humano sobre as situações; e a ‘ironia artefato’, que tem a ver com a produção da ironia para além das intenções irônicas imediatas.

⁸ Em comunicação pessoal feita no Núcleo de Estudos da Linguagem e Sociedade, da Universidade de Brasília, em 19 de outubro de 2004.

Por fim, vale considerar a relevância da questão da recepção dos textos da imprensa. Será que poderíamos falar de uma separação de fato entre a produção do texto e sua recepção, considerando ambos sob a perspectiva de uma mesma realidade social? Propomos que, embora haja uma infinita possibilidade de leituras distintas para um mesmo texto, a localização num mesmo contexto social propicia limites no complexo processo de atribuição de sentidos. Ao tempo em que reconhece a contribuição dos pesquisadores que investigam o aspecto da recepção dos meios – para os quais não haveria sentidos únicos e sim uma variedade, conforme as diferentes audiências e membros, e ainda uma possibilidade variada de efeitos – Fairclough rejeita (1995), no entanto, a desconsideração para com o texto em si. Segundo ele,

embora as leituras possam variar, qualquer leitura é um produto de uma interface entre as propriedades do texto e os recursos e as práticas interpretativas que o(a) intérprete traz ao lidar com o texto. O conjunto de interpretações em potencial será restrito e delimitado de acordo com a natureza do texto (Brunsdon, 1990). Sendo assim, a análise do texto permanece um elemento central da análise da mídia, embora precise ser complementada pela análise da recepção do texto tanto quanto pela análise da produção do texto (id.: 16).

Assim é que não desprezamos a análise específica da recepção dos textos, em especial dos textos da mídia, mas consideramos que a análise particular dos textos como produtos de processos discursivos na imprensa tem sua validade e propicia – considerando os textos, as práticas discursivas e as práticas sociais – uma possibilidade concreta de compreensão do discurso da imprensa.

Nessa perspectiva, ainda segundo Fairclough (1995), “a análise da linguagem pode ajudar a ancorar a pesquisa e a análise social e cultural numa compreensão detalhada da natureza do produto da mídia. Mas somente a análise da linguagem de um tipo específico é capaz de produzir tal contribuição” (id.: 16). E é isso que fazemos ao optarmos pelo exame de um conjunto de textos, selecionados de três jornais num período de tempo determinado e com o enfoque voltado para o racismo no discurso da imprensa.

Vale ressaltar, ainda, que conquanto enunciados específicos sejam apresentados e discutidos de per se, é o texto em sua inteireza que está sendo analisado, em referência a outros textos, à ordem de discurso e ao contexto social abrangente. Por isso, sempre que necessário faz-se referência a outros aspectos do texto em relação com o enunciado examinado.

3.4 – Imprensa e minorias

Como vimos na seção anterior, a imprensa figura como uma instituição fundamental na construção e na reprodução do consenso político que mantém a sociedade. Sendo assim, é relevante examinar qual a relação entre imprensa e racismo e de que modo o racismo se manifesta na restrição do acesso das minorias aos jornais – seja por meio da presença restrita de jornalistas membros de grupos minoritários, seja pelo baixo número de notícias sobre as minorias no

conteúdo das notícias, fora o viés desfavorável de muitas delas. Essa relação imprensa e minorias, fortemente marcada por interesses ideológicos, como veremos, contribui para a construção e a fixação entre os leitores, e na sociedade em geral, de sentidos e imagens sobre as minorias que contribuem para a manutenção do racismo de que são vítimas.

Antes de passarmos ao exame de algumas propostas de estudo sobre essa relação, torna-se oportuno recuperar aqui a discussão que Bourdieu (1989) faz sobre a luta pelo poder simbólico na sociedade, o papel dos agentes e, em especial, do(a) jornalista. Na luta pela imposição de um 'veredicto' da imparcialidade, os agentes lançam mão "de forças que dependem da sua pertença a campos objectivamente hierarquizados e da sua posição nos campos respectivos" (id.: 55). Segundo ele,

o jornalista exerce uma forma de dominação (conjuntural não estrutural) sobre um espaço de jogo que ele construiu, e no qual ele se acha colocado em situação de árbitro, impondo normas de "objectividade" e de "neutralidade" (idem, ibidem).

O prestígio com que se reveste a intervenção de atores sociais na imprensa e a atuação dos jornalistas representam, já por si, uma força considerável na luta pelo estabelecimento de sentidos no processo discursivo. Não sendo os jornalistas agentes despidos de perspectivas ideológicas próprias, mas eles mesmos integrantes da sociedade e também representantes da elite, em sua própria atuação profissional, não de manifestar esses vínculos de pertencimento. Como reconhece o *Manual de Redação da Folha de S. Paulo* (2001):

Não existe objetividade em jornalismo. Ao escolher um assunto, redigir um texto e editá-lo, o jornalista toma decisões em larga medida subjetivas, influenciadas por suas posições pessoais, hábitos e emoções.

Isso não o exime, porém, da obrigação de ser o mais objetivo possível (id.: 45).

Tal constatação, feita pela própria imprensa, leva ao questionamento quanto ao impacto gerado pela ausência de uma diversidade étnica entre os profissionais da imprensa que contribuiu para a pluralidade de percepções e 'posições pessoais, hábitos e emoções' no ambiente mesmo das redações. A discussão, já antiga nos EUA e em outros países, ainda não se impôs no Brasil, o que pode ser visto como mais um sintoma do mal estar relacionado à discussão das relações raciais no país.

Entre os estudos de comunicação sobre a representação de minorias na mídia, apontamos o trabalho de C. C. Wilson e F. Gutiérrez (1985), que analisam a cobertura da mídia sobre grupos minoritários nos EUA. Referindo-se particularmente à cobertura da imprensa, os autores observam:

A ausência de cobertura de pessoas de cor nos meios de informação dos brancos teve o efeito de afirmar sua falta de *status*, uma mensagem social e psicológica poderosa transmitida aos grupos majoritários e minoritários igualmente. Por fim, a exclusão da cobertura da mídia significa exclusão da sociedade americana, porque a função das notícias é refletir a realidade social (id.: 136).

Segundo os autores, a presença de minorias na imprensa americana é fortemente motivada pela possibilidade de ameaça à ordem social. Valendo-se de uma cobertura enviesada pelo paralelismo ‘nós *versus* eles’, a imprensa sinaliza que tais grupos não fazem parte da sociedade americana e que suas ações, portanto, podem se constituir em ameaça à ordem. As notícias acabam servindo ao propósito de reforçar estereótipos existentes. De modo recorrente, integrantes de grupos minoritários são apresentados “como pessoas que ou *têm* problemas ou *causam* problemas para a sociedade” (id.: 139) [grifo do autor].

A representação de grupos minoritários – particularmente as minorias étnicas – em textos da mídia também vem sendo examinada no campo da lingüística. Entre os autores que têm focado essa questão, citamos R. Fowler (1991), T. A. van Dijk (1991, 1992, 1996, 2000a, 2003), T. van Leeuwen (1996) e R. Wodak (1996).

Em seu trabalho sobre racismo e imprensa, van Dijk (1991) desvenda um fenômeno presente nas sociedades contemporâneas, mas enfaticamente negado, qual seja, a articulação de um discurso racista por parte das elites dominantes e a participação engajada da imprensa nesse processo. Ele sugere: 1^o.) um país ou uma sociedade é tão racista quanto suas elites dominantes o são; 2^o.) como representante da estrutura de poder dos brancos, a imprensa – de modo consistente – tem limitado o acesso tanto na contratação quanto na promoção ou veiculação de pontos de vista de grupos étnicos minoritários. Ele demonstra que as minorias ou os imigrantes são apresentados como um problema ou uma ameaça e são retratados preferencialmente em associação com crime, violência, conflito, diferenças culturais inaceitáveis ou outras formas de desvio.

Segundo van Dijk (1991), no racismo em vigor na imprensa e em outros âmbitos da sociedade predominam estratégias de atenuação. Assim, é comum observar pessoas com comportamento racista, mas que, no entanto, buscam apresentar-se a si mesmas, por um lado, como pessoas tolerantes e que defendem uma igualdade diante de um sistema político pluralista, mas por outro lado, não são anti-racistas de modo consistente. O papel da imprensa na reprodução do poder, afirma, não é passivo. “Ela pode veicular interesses conflitantes, representar grupos legítimos de oposição ou ainda algumas vezes falar pelas pessoas” (id.:41).

Referindo-se às sociedades contemporâneas, van Dijk atribui à imprensa um controle quase exclusivo sobre os recursos simbólicos com os quais se produz o consenso popular, especialmente no que diz respeito às relações étnicas. Também van Dijk (1996), em outro trabalho, valoriza a questão do acesso aos meios de massa, identificando nessa disputa por espaço a manifestação do poder, uma vez que são as elites quem mais desfruta do acesso privilegiado ao mundo da mídia como fonte de informação e com a possibilidade de ter suas opiniões divulgadas e mais disponíveis para influenciar o público. O autor tenta mostrar “como a dominação étnica-racial ou racismo é também reproduzida mediante padrões diferenciados de acesso ao discurso para a maioria e para as minorias, e não apenas por causa do acesso diferenciado à moradia, empregos,

aluguéis, educação ou bem-estar”. Ele conclui mostrando que o poder de acesso preferencial à mídia está intimamente ligado ao poder que as elites têm em definir a situação étnica e de, portanto, contribuir para a reprodução do racismo.

Provocado pela questão sobre “como as práticas sociais são transformadas em discursos sobre as práticas sociais”, van Leeuwen (1996) examina a representação dos atores sociais em um texto da imprensa, identificando diversos aspectos lingüísticos que sustentam a representação mediante o uso da exclusão e da inclusão por meio de vários mecanismos. Uma das considerações que faz, mediante a análise do texto, diz respeito ao papel ativo da mídia nesse processo, “a despeito da postura cautelosa de neutralidade sugerida pela forma em que a maior parte da representação é atribuída mais a fontes do que ao próprio escritor” (id.: 69).

Também I. Law (2002) nota um papel chave dos textos da mídia tanto em desafiar identidades fixas e as perspectivas a elas relacionadas como em propor e transmitir idéias e imagens que influenciam e formam novas visões de mundo. No exame das ferramentas conceituais disponíveis para aferir a caracterização racial negativa na mídia, Law observa quatro métodos predominantes:

Essas ferramentas envolveram tanto a medida de atribuição negativa das minorias em relação à branquitude, avaliação da representação racial e cultural em comparação à vida ‘real’, avaliação sobre o privilegiamento e o silenciamento de diferentes vozes culturais em relação a normas eurocêtricas, e, o privilegiamento das percepções de atribuição negativa mantida pelos próprios grupos racializados (id.: 158).

Um dos aspectos notados nesta pesquisa é a estratégia discursiva de exclusão do movimento negro como ator social relevante na discussão sobre a política de ação afirmativa. A comunidade negra – em especial sua liderança e instituições – é subvalorizada. Até mesmo como alvos preferenciais do ataque às cotas, criticam-se legisladores e governantes, intelectuais e proponentes ou defensores anônimos da medida. Não se trata aí de se poupar o movimento negro, mas de excluí-lo da cena pública como ator social que deve ter algo a dizer na discussão.

A estratégia mostra-se eficiente quando até mesmo nas cartas ao(à) editor(a), essa ausência do movimento negro é um dos aspectos distintivos. Parece mesmo que os negros são pessoas dispersas em meio à população abrangente. Ocorre que há sim um segmento social organizado, uma tradição de luta e um ator social a ser considerado. Insistir no contrário equivale a reforçar uma aposta negativa na desorganização e na dispersão desse segmento social, reproduzindo de modo peculiar a crença de que quase não há negros no Brasil. Essa estratégia exemplifica bem o papel privilegiado da mídia na reprodução de crenças e mitos sobre grupos minoritários. Como Gandy (1998) observa, com muita propriedade:

Dentre os efeitos mais importantes dos meios de massa na reprodução de um sistema racializado estaria a reprodução e a transformação de crenças sobre os membros de grupos minoritários raciais e étnicos (id.: 212).

Em *Race, myth and the news* (1995), C. P. Campbell busca investigar a fixação de estereótipos sobre os afro-americanos em notícias da imprensa. Ele descreve o racismo contemporâneo contra os negros americanos e de cujo fomento a imprensa participa.

Essa forma de racismo tem três características básicas: primeiro, uma animosidade geral entre as pessoas brancas contra os afro-americanos; segundo, uma resistência às demandas políticas das pessoas negras – por exemplo, ação afirmativa ou cotas de emprego; e terceiro, uma crença de que a discriminação racial é uma coisa do passado (id.: 89).

O investimento racista por parte da imprensa não é algo cristalino, de fácil percepção ao cidadão comum, uma vez que fenômenos como a presença de âncoras negros nos programas televisivos ajudariam a construir a imagem do racismo como algo do passado (Entman, 1990). Campbell alude a pesquisas que indicam uma forte tendência entre os jornalistas a se conformarem a valores fixados nas redações como uma forma de socialização (Breed, 1960; Dimmick, 1974).

Desenvolvendo mais o que já adiantamos um pouco antes nesta mesma seção, uma das formas de se perceber a relação da imprensa com as minorias é verificar o nível da presença de jornalistas representantes de grupos minoritários nas redações, comparando-se esse número com a proporção que o grupo do qual faz parte tem na sociedade abrangente. Campbell reporta-se a estatísticas de emprego nos EUA que apontam para o fato de que afro-americanos e membros de outras minorias são menos de 8% da força de trabalho da imprensa diária e, ainda, metade dos jornais americanos emprega somente jornalistas brancos.

Outra possibilidade para se examinar a relação da imprensa com as minorias é observar qual a influência advinda da presença maior ou menor do segmento minoritário dentro do conjunto da população abrangente. Para isso, recuperamos aqui o que consideramos na análise do exemplo I-5 no Capítulo 5 quando observamos que o conceito de minoria é adotado nesta pesquisa não no sentido numérico, mas sim de segmento social desfavorecido na partilha dos bens materiais e simbólicos, inclusive com menos acesso ao poder político, tanto no que se refere à representação nas esferas do poder político, quanto à força política necessária para definir a tomada de decisões na esfera pública.

Nesse sentido, consideremos uma pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), realizada por região metropolitana (RM), que corresponde à população da capital e de cidades próximas. Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) referente ao ano de 2003 (Figura 3.1) mostram que das três regiões metropolitanas, onde se localizam as empresas dos jornais examinados neste trabalho, a de São Paulo é a que detém o

menor percentual de população negra⁹, com cerca de 33%. Ainda assim, os números indicam que um terço dos residentes na capital paulista e cidades vizinhas é formado por negros e negras. Na cidade do Rio de Janeiro, o percentual de negros e negras na população total sobe para algo em torno de 42% e em Salvador, aproxima-se dos 80%.

Figura 3.1 - População residente, por cor ou raça, segundo a situação do domicílio e o sexo (Dados: IBGE, PNAD 2003)

Cor, raça / RM	São Paulo	Rio de Janeiro	Salvador
Branca	12.070.295	6.537.640	605.801
Preta	1.153.904	1.229.933	821.265
Parda	5.122.339	3.460.717	1.743.080
Amarela	295.051	12.769	13.817
Indígena	43.364	10.752	11.550
Total	18.884.954	11.251.811	3.195.513

Uma presença maior de afrodescendentes na população local parece não alterar de modo significativo a posição dos responsáveis pelos jornais frente a um assunto relacionado tão diretamente a esse segmento da população. Aventamos duas razões na tentativa de explicar essa quase uniformização do discurso entre os jornais. Uma é que, apesar da presença majoritária de afro-brasileiros em Salvador e uma presença considerável no Rio de Janeiro e em São Paulo, tal fato não tem correspondência proporcional entre as camadas da elite aos quais esses jornais buscam corresponder. Ou seja, as elites são predominantemente brancas, muito mais que a média da população. Os próprios textos da imprensa fazem menção a isso. Só como exemplo, na reportagem *Ufba debate cota para os negros*, do jornal *A Tarde*, de 5 de abril de 2002, o repórter Flávio Oliveira cita estudo, apontando que, em Salvador, enquanto os brancos são menos de um quinto da população, ocupam, no entanto, mais da metade das vagas nas universidades.

Outra razão pode estar relacionada ao fato de que as políticas de ação afirmativa para afrodescendentes são um assunto relativamente recente no país. É possível, então, que a percepção das cotas como um direito devido, justo e necessário esteja ainda em gestação pelos cidadãos em geral como também por aqueles ligados a entidades associativas, igrejas, partidos políticos e ONGs. Tal aspecto pode levar os responsáveis pelos jornais a tomar posição contrária à política com maior liberdade do que teriam se já houvesse uma opinião fortemente consolidada na opinião pública e mesmo entre a população negra, o que parece não ser o caso ainda.

Nesse discurso, notamos como a própria constituição da população brasileira afrodescendente como um segmento étnico distinto é algo sujeito a uma séria disputa, o que envolve a discussão quanto à tonalidade de cor da pele, o assumir-se como negro ou negra diante

⁹ Utilizamos o critério que vem se consagrando nos estudos sobre raça no Brasil, a saber, o que considera como população negra o conjunto das populações preta e parda.

do grupo social, o reconhecimento da realidade do racismo e de seus efeitos sobre os membros dessa população, a necessidade de políticas de ação afirmativa e a legitimidade das cotas como um direito do povo negro e não como uma concessão e, o que é mais grave, indevida.

A emergência do debate sobre as cotas interpela a negros e não-negros, instaurando na esfera pública o desafio quanto a uma tomada de decisão diante do assunto. Considerando só os editoriais, foram treze textos, quase todos com um engajamento explicitamente contrário às cotas, nenhum a favor, o que demonstra não somente a persistência da perspectiva editorial mesmo com a mudança do quadro político, como uma sintonia de política editorial sobre o assunto, independentemente do jornal, da cidade em que este é produzido e do público, elites e, em especial, formadores de opinião, a quem primeiramente se reporta.

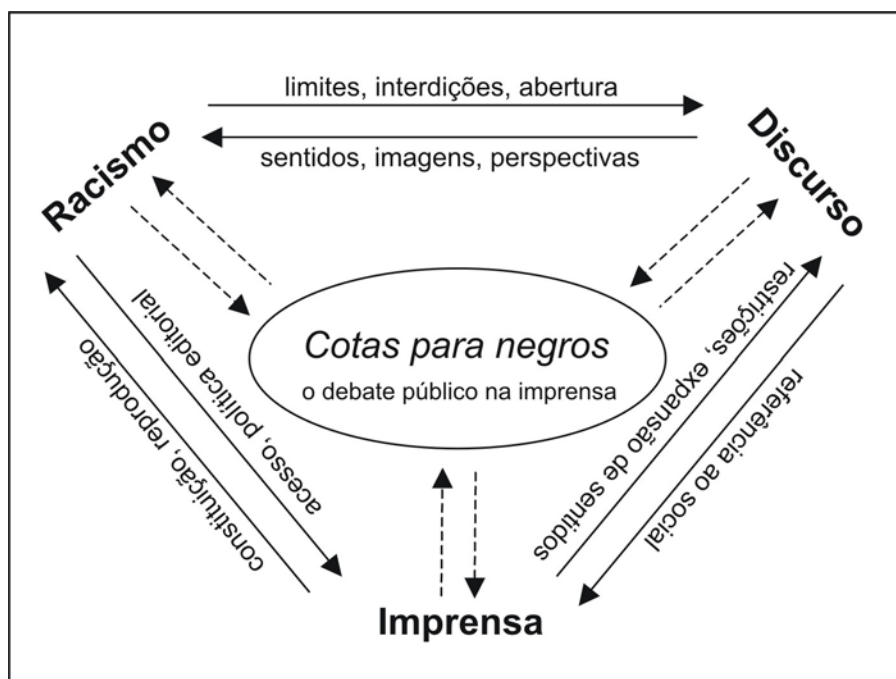
3.5 – Discurso e racismo

Distinguimos, nas cotas para negros, a política de ação afirmativa em si – as iniciativas legislativas e governamentais, os processos de implantação nas universidades, os exemplos pioneiros – e também o debate público que é realizado e no qual a imprensa desempenha um papel fundamental, sendo o objeto da presente pesquisa. Além da imprensa, o debate é realizado também em outras instâncias como escolas, ONGs e igrejas. O foco desta pesquisa, portanto, é o debate das cotas na imprensa.

Como podemos ver no quadro a seguir, esse debate recebe, pois, a influência de três âmbitos ou dimensões sociais: do racismo, do discurso e da imprensa. Quanto ao âmbito do racismo, identificamos ali o conjunto das relações raciais, as estruturas de manutenção das desigualdades raciais, as práticas, as rotinas e os eventos racistas, os preconceitos e a reprodução dessa realidade por diversos modos. Face aos objetivos desta pesquisa, temos em foco especificamente o tipo de racismo vigente na sociedade brasileira dirigido contra afro-brasileiros. Nesse âmbito, identificamos não somente questões relacionadas à reprodução do racismo, mas também ao movimento reverso de contestação e resistência.

No âmbito do discurso, identificamos a operação da linguagem na prática social, possibilitando sentidos e imagens sobre as cotas. O discurso mantém uma relação dialética com a realidade social, intervindo em sua constituição, seja para reproduzi-la, seja para transformá-la. Já a imprensa é vista como uma instituição social que tanto é atravessada pelo discurso, como o restringe e expande, e que desempenha, por isso mesmo, papel central na constituição e na reprodução do racismo.

Figura 3.2 - As cotas para negros e o esquema sócio-discursivo do racismo



A figura permite a compreensão do processo dinâmico pelo qual o debate das cotas realiza-se na imprensa e como o mesmo é determinado pela interação dialética entre racismo, discurso e imprensa. É por meio dessa dinâmica que defensores e opositores da política de cotas intervêm no debate e que os sentidos são mobilizados ou fixados, ganhando força e relevância, conforme o embate das formações ideológicas na perspectiva de se construir uma hegemonia para deter o consenso social.

Ao mesmo tempo em que o debate das cotas realiza-se sob a influência constante e predominante do racismo, do discurso e da imprensa, ele também influencia e modifica essas três realidades. Trata-se, pois, de uma esfera pública, como a concebe J. Habermas, e, sendo assim, um espaço de diálogo, o que não significa que todos os participantes recebam um tratamento justo e equilibrado. Atores sociais distintos ganham espaço diferenciado no debate, práticas e eventos racistas são estimulados ou desautorizados, novas perspectivas são apontadas, sentidos e imagens são mobilizados. Com o debate público sobre as cotas na imprensa e o impacto que ele causou, instaura-se uma nova conjuntura, de tal sorte que o racismo, o discurso e a imprensa já não são as mesmas realidades de antes.

Consideremos agora especificamente as relações entre os três âmbitos da figura que dão o suporte para o debate sobre as cotas. Trata-se de uma relação eminentemente dialética a que é estabelecida entre os três componentes da figura. O racismo intervém sobre o discurso, produzindo, por um lado, limites e interdições na manifestação do mesmo e propiciando, por outro lado, possibilidades de abertura. Por sua vez, o discurso age sobre o racismo, influenciando-o com sentidos, imagens e perspectivas de enquadramento dessa realidade. Do discurso para a

imprensa, o movimento segue no sentido de permitir uma abertura para as práticas sociais. Sua intervenção alimenta a instituição de forma recorrente, com um tipo específico de luta por hegemonia na formação do consenso social. Já a imprensa age sobre o discurso, seja restringindo-o ou ampliando os sentidos, favorecendo enquadramentos e promovendo algumas perspectivas – imagens e sentidos.

Finalmente, a relação da imprensa frente ao racismo implica uma influência específica em sua constituição, reprodução e, em contrapartida, possibilidades de transformação dessa realidade. Por sua vez, o racismo age sobre a imprensa, influenciando-a em questões como o acesso ao poder simbólico, seja mediante a garantia de participação efetiva dos afro-brasileiros como fonte de notícias, seja por meio da presença/ausência de representantes da comunidade negra nas redações, e os limites que impõem sobre a política editorial de cada jornal.

Como esses três âmbitos relacionam-se dialeticamente entre si, a intervenção específica que é feita em um pode trazer contribuições para o desenvolvimento dos demais.

*** **

Vimos neste capítulo a linguagem em relação ao poder, a relevância que a mesma desempenha na prática social. Essa manifestação da linguagem na prática social é chamada de discurso que é considerado em seu papel de construtor da realidade social. Nesse sentido, a ideologia intervém no discurso para pôr a linguagem a serviço do poder. O contexto da modernidade tardia foi examinado em especial pelos desdobramentos que ele tem provocado nas práticas discursivas. Examinamos também a relação discurso e imprensa, a relevância do discurso da imprensa na formação do consenso em que se firma a ordem social e também a relação imprensa e minorias, observando o modo como o discurso da imprensa representa grupos minoritários, particularmente os negros, construindo e reforçando sentidos e imagens negativas sobre os mesmos.

No capítulo seguinte, vamos apresentar o conjunto de textos selecionados para a análise do discurso, o chamado *corpus* da pesquisa e passar à apresentação e análise de algumas das categorias lingüísticas relevantes no discurso da imprensa sobre a política de cotas para negros nas universidades – um debate público que vem se dando no Brasil já há algum tempo. Vamos identificar e analisar fenômenos da linguagem que contribuem para a construção e fortalecimento de determinados sentidos sobre o tema.

Parte 2
Análise do Discurso

Capítulo 4

A polêmica construída

Este capítulo e o seguinte voltam-se para a apresentação do *corpus* da pesquisa, a identificação das marcas lingüísticas¹ encontradas nos textos selecionados e uma discussão desses dados face às opções teóricas e metodológicas que embasam o trabalho.

Esta pesquisa tem por objeto a relação racismo e discurso da imprensa. Não qualquer racismo, mas o racismo voltado contra os negros no Brasil. Já o discurso da imprensa é examinado pela perspectiva da cobertura do debate público sobre a adoção da política de cotas realizada pelos jornais. Chegamos a esse ponto depois que observamos a relevância do tema numa pesquisa prévia sobre a representação dos negros nos textos da *Folha de S. Paulo* relativos ao ano de 2002 em que, de um total de 274 textos identificados, 54 tinham esse assunto como primeiro tema e outros 21 textos também tratavam da questão em segundo plano.

Com base nessas primeiras observações, passamos a identificar e delimitar um corpus que permitisse examinar o problema, isto é, o racismo presente no discurso da imprensa sobre as cotas. De imediato, porém, fixamos como meta selecionar textos que abordassem a questão do(a) negro(a) no Brasil – sua representação na imprensa, a questão do racismo, as iniciativas da comunidade negra e assuntos correlatos. O corpus é formado com a seleção de um conjunto de textos publicados por três jornais diários: *Folha de S. Paulo* (ou simplesmente *Folha*), *Jornal do Brasil* (ou *JB*) e *A Tarde*(ou *AT*).

A escolha dos jornais justifica-se pela proeminência dos dois primeiros como veículos nacionais, estando localizados nas duas maiores metrópoles brasileiras, São Paulo e Rio de Janeiro, respectivamente. Já *A Tarde*, além do fato de ser publicado na terceira maior cidade brasileira e sua relevância como veículo de influência regional, justifica-se ainda pela presença majoritária na população de Salvador de pessoas afrodescendentes bem como pela articulação e ação política de entidades afro-brasileiras naquela cidade, o que possibilita uma variável de comparação quanto ao tipo de cobertura jornalística.

O período de levantamento dos textos – 2002 e 2003 – corresponde não somente ao período de implantação da política de cotas, mas também ao último ano do Governo FHC e ao primeiro do Governo Lula. Entendemos a conjuntura como propícia à identificação de expectativas e considerações de ordem política que o período eleitoral e a transição governamental sugerem

¹ Consideramos marca lingüística o aspecto da gramática do texto que possibilita sentidos específicos na construção do significado textual como um todo. Assim a análise do discurso aqui desenvolvida tem como âncoras o exame de aspectos gramaticais, a investigação no texto como produto de um processo discursivo e a inserção deste na realidade social. O que denomino de modo abrangente como marca lingüística, Fairclough (1989) chama de ‘propriedade formal do texto’ considerando-as como ‘traço’ no âmbito do processo de produção e como ‘pista’ na perspectiva da interpretação.

em meio ao processo de discussão pública de medidas voltadas para a sociedade como um todo e para segmentos específicos como é o caso da comunidade negra.

Recolhemos – com base no acesso ao banco de dados disponível via internet dos referidos jornais – um total de 1537 textos entre os vários gêneros do jornalismo. Desse total, 701 textos são do ano de 2002, estando assim distribuídos: Folha, 274; JB, 203 e A Tarde, 224. O restante, 836 textos são de 2003 e assim se distribuem: Folha, 319; JB, 269 e A Tarde, 248. Agrupados por veículo, os textos provindos da *Folha* são 593, mais de 1/3 do total, o restante aparece igualmente dividido entre o *JB* e *A Tarde*, 472 cada um. O levantamento dos mesmos foi feito entre os meses de novembro/2003 e janeiro/2004 e copiados por meio eletrônico.

Selecionado o *corpus* ampliado, procedemos a uma sucinta análise, identificando o assunto principal de cada texto, os participantes, a seção/editoria do jornal a que pertencia e identificando-os ainda por um número de registro específico em que consta(m) a(s) letra(s) do jornal (F, para *Folha de S. Paulo*; JB, para *Jornal do Brasil* e AT, para *A Tarde*), seguida(s) dos algarismos referentes ao ano (02 ou 03), dos meses e do dia em que o texto foi publicado. O número cardinal, seguido ou não de letra, que vem logo após o hífen distingue entre si os vários textos que abordam a questão do(a) negro(a) publicados em uma mesma edição.

Dessa análise de conteúdo inicial agrupamos os textos em nove núcleos temáticos abrangentes, sempre considerando o tema principal de cada texto. Os 9 núcleos ou grupos temáticos são:

- I) **Desigualdades entre negros e brancos** – textos que tratam das condições de vida dos negros na sociedade brasileira, situação social, dados do mercado de trabalho.
- II) **Propostas, programas e políticas sociais** – aqui o foco é sobre políticas públicas, propostas encaminhadas a governos e instituições, programas de partido político que contemplem demandas da comunidade negra ou a tenham como alvo.
- III) **Questões de raça, negritude, aspectos científicos** – o grupo temático abrange textos que enfocam as questões citadas, em especial sob o viés da perspectiva científica.
- IV) **Personalidades negras** – os textos aqui agrupados enfocam negros em posição de prestígio na sociedade, em especial artistas, esportistas, políticos, empresários, brasileiros ou estrangeiros em visita ao país.
- V) **Racismo, preconceito, discriminação, denúncias** – textos que ou apresentam casos de violação de direitos de pessoas negras ou da comunidade negra ou traçam paralelos entre minorias e a sociedade abrangente.
- VI) **Aspectos históricos e culturais** – o mais abrangente entre os grupos temáticos, aqui estão incluídos textos que abordam desde livros ou debates sobre temas históricos até exposições, incluindo ainda assuntos como TV, cinema, livros, músicas.
- VII) **Cotas para negros** – textos voltados para a discussão das políticas de ação afirmativa, especialmente das cotas para negros nas universidades, incluindo também textos que abordam a implantação das medidas.

VIII) **Saúde, ciência e bem-estar** – o grupo temático com menos textos; o enfoque aqui é sobre textos que tratam desses temas voltados para a realidade dos negros.

IX) **Movimento negro, ONGs, manifestações** – aqui se encontram os textos que enfocam iniciativas da comunidade negra, atos públicos, projetos de parceria etc.

Aqui não vamos estabelecer um paralelo entre os diversos grupos temáticos, uma vez que são muito abrangentes, em especial os de número I e VI. No entanto, a análise levada a cabo permite-nos fazer as seguintes observações:

1ª) Parece-nos grave a sub-representação de textos do grupo temático VIII nos três jornais e nos dois anos da pesquisa. Do conjunto de 1537, só 19 textos propõem um enfoque específico voltado para os negros em questões relacionadas à saúde, às descobertas científicas ou ao bem-estar. Considerando a forte presença de afrodescendentes na população brasileira, o ‘esquecimento’ pode configurar-se em mais um indício do racismo praticado contra os negros, permitindo a interpretação de que os mesmos não demandariam enfoques específicos, ‘invisíveis’ que são no conjunto da sociedade.

2ª) A forte representação do grupo temático VI é compatível com o grau de aceitação e mesmo prestígio que a cultura negra goza na sociedade brasileira, o que pode ser visto tanto na boa acolhida a produtos culturais de origem afro-brasileira, a exemplo dos ritmos musicais e da culinária, como na necessidade de tratar e recuperar temas históricos referentes aos negros e à comunidade afro-brasileira. Sem embargo, tal aspecto manifesta-se lado a lado com expressões de discriminação e racismo.²

3ª) O modesto destaque dado ao grupo temático IX – de um conjunto de 1537 textos, só aparecem 84 textos, pouco mais de 5% – parece constituir, em si, um indicador do espaço restrito que gozam ONGs e entidades da comunidade negra como atores sociais e como fontes de informação sobre a população afro-brasileira, o que pode sinalizar um racismo institucionalizado fortemente enraizado nas práticas e rotinas jornalísticas.

4ª) A relativa e constante presença de textos do grupo temático II nos três jornais e nos dois anos parece ser conjuntural. Pelo exame dos textos, e aludindo ao contexto social e político, sugerimos que a relevância desse tema é motivada pelo calendário eleitoral, pela mudança de governo e a expectativa gerada, pelas iniciativas de discussão e de implantação da política de cotas em algumas universidades e pelo êxito do movimento negro em viabilizar o debate público da ação afirmativa.

² Devemos ao advogado e ativista negro Hédio Silva Júnior – em artigo publicado na *Folha de S. Paulo* (21/12/02), parte integrante do *corpus* desta pesquisa – a lembrança de um trecho de famosa marcha carnavalesca de 1932, de autoria de Lamartine Babo: "O teu cabelo não nega, mulata, porque és mulata na cor; mas como a cor não pega, mulata, mulata eu quero o teu amor". Outro compositor, Gonzaga Jr., nos anos de 1970, compõe um hino em louvor da feijoada, explicitando na música que essa preferência nacional faz com que os brasileiros esqueçam dos seus preconceitos, afinal, “esse crioulo [o feijão] é um velho amigo do peito”. Daí porque o feijão é “o preto que satisfaz.” Esses dois exemplos ilustram o que vimos argumentando anteriormente.

5ª) Nota-se nos três jornais um considerável decréscimo no total de textos do grupo temático I e um incremento proporcional no grupo temático V. Tal constatação requer exame mais acurado para fundamentar qualquer interpretação sobre cada um dos fenômenos e se há co-relação entre eles.

4.1 – Negros e cotas no discurso da imprensa

Com base no *corpus* ampliado, restringimos o foco de atenção, recolhendo tanto os textos em que as cotas figuram como o tema principal – 249 ao todo, ou pouco mais de 16% do total, sendo assim distribuídos, *Folha*, 133; *JB*, 76; e *AT*, 40 – como aqueles em que o assunto aparece secundariamente. É o caso das entrevistas com personalidades negras brasileiras ou do exterior, em que uma das perguntas feitas costuma ser relativa à ação afirmativa. É o caso, ainda, de textos que tratam da política educacional ou de programas e propostas de candidatos a cargos majoritários em que o tema cotas também costuma ser abordado. Esse segundo conjunto de textos – 103 ao todo ou quase 7% do total – é analisado por meio das referências feitas ao tema cotas, em geral, opiniões a favor ou contrárias à política de cotas.

Somando esses dois conjuntos, temos, portanto, 352 textos integrantes do *corpus* restrito, o que vem a ser quase 23% do *corpus* ampliado. É com base nele que vamos desenvolver a análise propriamente dita.

Há algumas particularidades no *corpus* selecionado que valem ser consideradas aqui. Primeiramente, como os textos foram copiados de bancos de dados dos jornais disponíveis na rede mundial de computadores, os mesmos estão sujeitos às limitações e características próprias do sistema (repetição de títulos, sinais de identificação dos termos de pesquisa solicitados). Além disso, notamos que o jornal *A Tarde* não disponibilizou os textos das cartas ao(à) editor(a), o que não nos permitiu ter acesso à contribuição dos leitores desse jornal ao debate sobre a política de cotas, assim como temos dos leitores da *Folha* e do *JB*, sendo, portanto, uma lacuna que cabe registrar.

Nota-se, ainda, no *corpus* da pesquisa que os jornais contribuem de forma diferenciada com os vários gêneros discursivos. Assim, do total de 13 editoriais selecionados, 9, cerca de 2/3 deles são do jornal *Folha de S. Paulo*. Quanto aos artigos, o *JB* contribui com mais textos, a *Folha* aparece em segundo lugar e *A Tarde* quase não fornece textos desse gênero. Também identificamos pouco texto de coluna no jornal *A Tarde* que abordasse a questão, o que, no caso da *Folha*, é bem freqüente. Ora, essas características não se dão ao acaso, sendo antes determinações que atendem à política editorial adotada pelo veículo, seja a perspectiva mais abrangente, seja aquela voltada para o assunto em questão.

Com base nos objetivos e nas questões de pesquisa (confira Seção 1.2), no exame inicial do *corpus* ampliado e do restrito, identificamos algumas categorias lingüísticas e discursivas para análise. Essas opções metodológicas levam em conta os critérios de freqüência e os de relevância para o exame de determinado enfoque. Assim, o exame da seleção lexical possibilita-nos

identificar de que modo a questão vem sendo abordada, a caracterização do problema e de que forma o uso de determinados termos e expressões contribui para a fixação de determinados sentidos. Como recomenda Fairclough (2001):

A ênfase está nas palavras-chave que têm significado cultural geral ou mais local; nas palavras cujos significados são variáveis e mutáveis; e no significado potencial de uma palavra – uma estruturação particular de seus significados – como um modo de hegemonia e um foco de luta (id.: 288).

Vale notar que a seleção lexical é uma das categorias mais importantes no exame dos títulos dos jornais. Optamos, no entanto, por examinar esses aspectos separadamente uma vez que nos títulos manifestam-se ainda outros aspectos gramaticais.

Outra categoria examinada aqui é o uso da negação que cumpre neste discurso funções muito relevantes, contribuindo para firmar sentidos específicos sobre a política de cotas. Mediante o emprego da negação vamos encontrar pistas sobre a motivação de fundo ideológico no combate ou na defesa das cotas nos vários gêneros discursivos em que se manifesta. Fairclough (2001) nota como o emprego de frases negativas presta-se a ‘finalidades polêmicas’. Segundo ele, “as frases negativas carregam tipos especiais de pressuposição que também funcionam intertextualmente, incorporando outros textos somente para contestá-los ou rejeitá-los” (id.: 157).

Ainda neste Capítulo, examinaremos a categoria da modalidade – em especial o emprego de advérbios, formas verbais perifrásticas e tempos verbais – que, assim como a negação, torna-se pista relevante para a identificação de motivação ideológica nos textos examinados. Tal forma de se empregar a linguagem pode ser útil para se compreender as ‘relações sociais no discurso’ e ainda ‘o controle das representações da realidade’ (Fairclough, 2001).

No capítulo seguinte, examinamos a argumentação e a retórica. Quanto à argumentação, procuramos identificar os argumentos utilizados, como são construídos nos vários gêneros, que propósitos desempenham no discurso e como a eles se associam estratégias discursivas para fixar determinados sentidos nesse processo. Dadas as características do processo discursivo na imprensa e o tipo de assunto que é abordado, nota-se como a promoção da polêmica pode servir a interesses específicos, desempenhando a argumentação papel crucial na construção desse discurso. Observamos ainda que – embora categoria muito própria dos gêneros editorial e artigo – a argumentação está presente também nas colunas, nas entrevistas, cartas ao(a) editor(a) e reportagens (por meio das citações de pessoas entrevistadas).

Com relação à retórica, consideramos em especial duas figuras de linguagem, a metáfora e a ironia. No caso da metáfora, para além de uma função estética nos textos, elas servem a propósitos de maior relevância. Como nota Fairclough (2001):

Quando nós significamos coisas por meio de uma metáfora e não de outra, estamos construindo nossa realidade de uma maneira e não de outra. As metáforas estruturam o

modo como pensamos e o modo como agimos, e nossos sistemas de conhecimento e crença, de uma forma penetrante e fundamental (id.: 241).

Quanto à ironia, mediante a análise de seu emprego nos dados da pesquisa, podemos observar o grau de engajamento em favor de certas perspectivas, a caracterização negativa do oponente e de suas idéias e o reforço de opiniões e argumentos. Fairclough (2001) considera como um enunciado irônico pode 'ecoar' o enunciado de um outro e como é necessário para que a ironia seja identificada que os intérpretes sejam "capazes de reconhecer que o significado de um texto ecoado não é o significado do produtor do texto" (id.: 159), o que se torna possível pela falta de combinação entre o significado aparente e o contexto situacional, por indicações como tom de voz e o uso de aspas bem como pressupostos dos intérpretes sobre as crenças ou os valores do(a) produtor(a) do texto.

Finalmente, são necessários dois esclarecimentos. Primeiramente, o fato de – ao longo do livro – usarmos de forma recorrente exemplos de enunciados extraídos dos textos do *corpus*, o que não deve ser entendido como se a análise empreendida tenha se restringido a partes do texto ou mesmo a textos isoladamente. Fizemos assim para facilitar a exposição das categorias em análise, resumindo sua apresentação e restringindo a discussão aos trechos mais relevantes dos textos. No entanto, o texto completo, sua interação com os demais textos e o discurso como um todo estão sempre em perspectiva em cada consideração pontual.

Em segundo lugar, a eleição dessas categorias lingüísticas não significa dizer que somente elas estão sendo consideradas na investigação. É sim que elas desempenham, por sua recorrência e relevância, papel de destaque na construção do discurso da imprensa sobre as cotas e na relação racismo, discurso, imprensa e negros. Assim, aspectos como a pressuposição, a questão da agência, nominalização estão presentes e suscitam sentidos específicos no emprego mesmo dessas categorias e mesmo à parte delas, o que vai ser considerado, sempre que necessário à compreensão do texto.

Feitas essas ressalvas, passamos, a seguir, ao exame de quatro categorias lingüísticas e/ou discursivas: a seleção lexical, o emprego dos títulos, o uso da negação e o emprego de alguns tipos de modalidade.

4.2 – Seleção lexical

No discurso da imprensa sobre as cotas para negros nas universidades, observamos como o léxico é utilizado de forma efetiva para construir determinados sentidos sobre a medida. O uso recorrente de alguns termos ou expressões, sua presença nos vários gêneros discursivos e o uso de recursos paralingüísticos em paralelo cooperam no encaminhamento de determinada perspectiva de interpretação. Nesse sentido, apresentamos e discutimos, a seguir, como a política de ação afirmativa para negros nas universidades é identificada, quais são os termos e as

expressões mais comumente usados para caracterizar tal medida, e qual a contribuição específica dos títulos dos textos nesse processo.

Nesta pesquisa, no exame da categoria seleção lexical, consideramos em especial como a política de cotas é tratada no discurso da imprensa. Isso porque, como veremos, faz diferença se tal medida é apresentada como 'proposta', 'política', 'sistema' ou simplesmente 'cotas'. Também investigamos o emprego de termos e expressões que são aplicados em referência às cotas, caracterizando-as de modo favorável ou desfavorável.

Pelo exame dos textos, nota-se que no ano de 2002, o termo 'cotas' – usado assim mesmo, sem qualquer vocábulo adicional – é, de longe, o mais empregado para nomear a política em questão, com 240 ocorrências (para mais detalhes, confira o Anexo I, tabela 3). Em segundo lugar, vem o termo 'sistema', isoladamente, ou 'sistema de cotas' ou ainda 'sistema de cota', com 60 ocorrências. Em terceiro lugar, aparece o uso do termo 'cota', no singular, 44 vezes.

Em quarto lugar, com 24 casos, aparece o termo política, isoladamente, ou acompanhado das expressões 'de cota' ou 'de cotas'. Em seguida, pela ordem, ocorrem, menos freqüentemente, de modo isolado ou em locuções adjetivas, 'proposta', 14, 'projeto' ou 'lei', 8, 'regime', 7, e termos ou expressões como 'reserva de vagas' e até o termo alternativo 'quota', no total de 6 ocorrências.

Com relação ao ano de 2003, há pequenas, porém significativas alterações na caracterização dessa política. O termo 'cotas' permanece em primeiro lugar com 479 casos, 'sistema' continua em segundo, com 193 ocorrências, 'cota', em terceiro, com 110 casos, e 'política' em quarto, com 62 ocorrências. Em seguida, pela ordem aparecem 'projeto' ou 'lei', 29, 'regime', 14, 'proposta', 9, e outros, 8.

Comparando com o ano anterior, nota-se que, em 2003, a freqüência dos termos 'projeto' ou 'lei' é o que mais cresce, 264%, daí porque pula do 6º para o 5º lugar, enquanto a ocorrência de 'proposta' decai 35%, passando do 5º para o 7º lugar. Essas mudanças são compatíveis com a mudança do quadro político em que o estado do Rio de Janeiro aperfeiçoa a lei que instituiu as cotas em 2002 e o governo federal já anuncia medidas nesse sentido, enquanto algumas universidades públicas em outros estados ou passam a implantar a política ou aceleram o processo de discussão junto à comunidade acadêmica. Ou seja, o que era uma mera proposta passa a ser visto como uma situação de fato.

Observamos que os termos 'cotas', 'cota', 'sistema' e 'regime' bem como seus correlatos são termos ou expressões de interpretação mais restrita, isto é, estão mais associados ao campo do ensino superior ou à estrutura do vestibular – principalmente 'sistema' e 'regime' – ou à idéia de favorecimento aos negros, em especial 'cotas' e 'cota'. Juntos esses quatro termos ou expressões e seus correlatos ocorrem pelo menos sete vezes mais do que os outros termos ou expressões. Opera-se por esse meio, portanto, a cristalização dessas expressões, fixando sentidos para a compreensão do fenômeno.

O termo 'política' favorece a compreensão mais abrangente do assunto, associando 'cotas' à idéia de política pública ou política social, reivindicação de movimento social organizado ou de

parcela expressiva da população ou ainda assunto afeito ao campo governamental. No uso do termo ou expressão 'projeto' ou 'lei', notamos a força do aspecto jurídico-legal. Já quanto ao termo 'proposta', observamos que seu emprego permite uma interpretação mais fluida, num *continuum* que vai desde a associação da proposta ao Partido dos Trabalhadores à idéia de uma proposta surgida ao acaso. No exame dos textos, vemos que a ocorrência do termo 'proposta', que aparece em 5ª posição em 2002, passa para a 7ª posição em 2003 – uma diminuição de 35%, sendo o único termo cuja ocorrência diminui de um ano para o outro – o que sinaliza a perda de relevância em razão da mudança no quadro político.

A expressão 'ação afirmativa' e seus correlatos – certamente uma das mais comprometidas entre as expressões aplicada à política – também se manifesta nesse discurso. Notamos porém que, comumente, sua ocorrência não se dá como termo substituto das cotas. Os contextos em que ocorrem vinculam-se a uma recuperação histórica do surgimento da ação afirmativa, em especial, relatos sobre o caso americano e os desdobramentos recentes e/ou a uma explicação mais abrangente sobre a questão das cotas. Em grande medida, aparecem nas falas de pessoas entrevistadas, em artigos, reportagens e editoriais. Um tipo muito comum de ocorrência da expressão 'ação afirmativa' é quando a mesma é evocada de modo retórico a promover a imagem da pessoa como favorável à luta dos negros, sendo que, de fato, a pessoa manifesta-se contrariamente às cotas. Nos casos em que são citadas políticas de ação afirmativa alternativas às cotas, em geral, são políticas universalistas, que apenas contemplam os negros no contexto geral de segmentos carentes da população, ignorando o recorte racial.

Vejamos alguns exemplos, a seguir:

(1) A inclusão de mais um critério de ação afirmativa deixaria o sistema de ingresso no vestibular ainda mais confuso. [F030209 – 3] (reportagem)

(2) E a reserva de cotas na universidade aparece como uma política pública compensatória de caráter afirmativo para eliminar o estigma social da origem da população negra e acelerar seu acesso a todos os quadros da hierarquia social de forma equitativa e proporcional. [F030307 – 1] (artigo)

(3) As ações afirmativas são mais que a polêmica política de cotas para negros nas universidades. Seu significado é amplo: medidas que podem ser do governo ou de caráter privado com o objetivo de eliminar desigualdades históricas. [AT021114 – 1] (nota explicativa)

(4) Ainda é cedo para avaliar o impacto da medida, já que o processo de seleção ainda não foi concluído, mas implementação da lei, uma das muitas formas de ação afirmativa, tem provocado debates sobre a questão racial no Brasil. [JB021210 – 6] (reportagem)

Quanto aos adjetivos mais comumente usados para caracterizar a política de cotas (confira Anexo II), observamos que no ano de 2002, o mais usado é 'polêmico', que ocorre 14 vezes, sendo 7 vezes na *Folha* e 7 no jornal *A Tarde*. Já o *JB* não registra nenhuma ocorrência desse adjetivo. Em seguida, aparece 'discriminatório', com 12 ocorrências: 9 na *Folha*, 2 no *JB* e 1 no jornal *A Tarde*. Em terceiro lugar, empatados com 6 ocorrências cada, surgem 'racista', sendo 4 na *Folha*, 1 no *JB* e 1 no jornal *A Tarde* e 'injusta', com seis ocorrências, todas na *Folha*. Por fim, o adjetivo 'inconstitucional' ocorre 2 vezes, sendo 1 na *Folha* e 1 no jornal *A Tarde*.

Já no ano de 2003, ao aumento do número total de textos corresponde uma ocorrência mais freqüente de adjetivos. Assim, 'polêmico' aparece 48 vezes, distribuído da seguinte forma: *Folha*, 29; *JB*, 6; *A Tarde*, 13. Já 'discriminatório' ocorre 36 vezes, sendo 7 na *Folha*, 15 no *JB* e 14 no jornal *A Tarde*. O termo 'inconstitucional' pula do último lugar em 2002 para o terceiro, ocorrendo 22 vezes, sendo 8 na *Folha* e no jornal *A Tarde* e 6 no *JB*. 'Racista' ocorre 14 vezes: *Folha*, 5; *JB*, 7; *A Tarde*, 2; e 'injusta', 9 vezes, das quais 8 na *Folha* e 1 no *JB*.

Pelo que vimos, o termo 'polêmico' é o preferido na caracterização da política de cotas, manifestando-se, em primeiro lugar, nos dois anos da pesquisa, sendo que de 2002 para 2003, o número de ocorrências triplica. Outra característica na manifestação desse adjetivo é que ele ocorre nos vários gêneros discursivos, inclusive nas reportagens, e é o mais presente nos títulos. Já o termo 'inconstitucional' tem uma elevação em número de ocorrências entre 2002 e 2003.

No caso do adjetivo 'inconstitucional', ocorre uma mudança de posição no número de ocorrências, que passa do quinto e último lugar em 2002 para o terceiro em 2003. O aumento é da ordem de 1100%, o que sinaliza o novo quadro político, em que as cotas já são um fato concreto em algumas universidades e o governo federal recém empossado começa a discutir a proposta, o que suscita questionamentos quanto ao aspecto legal.

Além dos adjetivos simples aplicados à política de cotas, outras expressões são usadas para caracterizar a medida como: 'manipulação do sistema educacional', 'discriminação positiva', 'ação reparatória', 'benesse do Estado', 'políticas de favorecimento', 'clientelismo inconstitucional', 'racismo puro da mais alta demagogia', 'política compensatória de extrema direita', 'segregação racial', 'subterfúgio que afronta a Constituição' e 'proposta de vagas seletas para negros'.

O debate sobre as cotas na imprensa é assim caracterizado por uma forte adjetivação e por uma opção de apresentação das cotas com referência preferencial ao contexto de mudança do vestibular. Dessa forma, pelo exame específico dessa categoria lingüística e discursiva, o aspecto da alteração do sistema de acesso ao ensino superior torna-se a idéia predominante no discurso da imprensa sobre as cotas, o aspecto com base no qual deriva-se toda a polêmica. Tal opção não se dá ao acaso, sendo resultado do modo como o racismo e as relações raciais são abordadas na sociedade brasileira, de um modo geral, e na imprensa, em particular, e da forma como os negros são representados. Tais escolhas não favorecem nem aos negros nem às cotas. Antes, pelo contrário, atribui a eles sentidos desfavoráveis.

4.3 – Os títulos

Nesta pesquisa, notamos a contribuição específica dos títulos na ‘consagração’ das expressões ‘cotas’, ‘cota’ e ‘sistema’, na associação à política de cotas de adjetivos desfavoráveis e na definição da agência, isto é, como o título constrói e atribui papéis de agente e de paciente na ação apresentada. Considerando que eles são, normalmente, a primeira coisa que se lê em um texto de jornal, não é difícil perceber como sua apresentação pode, já a princípio, encaminhar ou predispor o leitor a determinado tipo de interpretação.

Considerar o título como categoria lingüística e discursiva significa levar em conta de que modo, nele, aspectos gramaticais como o uso de adjetivos e a sintaxe da frase são engendrados de modo a propiciar alguns sentidos e não outros no processo discursivo em apreço. Assim, no título *Política de cotas está na “corda bamba”* [AT030403 – 1], uma expressão metafórica³ é usada para associar às cotas a idéia de política instável, na iminência de ser condenada no julgamento das ações abertas contra as mesmas. Temos também um título em que a própria cota figura na posição de sujeito. Trata-se, assim, de uma escolha que deixa de lado a idéia de processo e os participantes do mesmo.

Nesta pesquisa, notamos a distinção entre título e subtítulo, este último, mais longo, porém, com o tamanho da fonte menor que o primeiro, comumente explica ou fornece uma informação adicional à mensagem que está no título. Optamos por apresentá-los juntos por entendermos que, embora o título tenha sua própria relevância, o conjunto título e subtítulo constrói efeitos específicos que devem ser levados em conta. Na apresentação, procuramos respeitar o original, sobretudo em relação ao aspecto como o uso de letras maiúsculas, mas não poderíamos reproduzir o tamanho da fonte do texto utilizada, embora reconheçamos que esse é um dos destaques possíveis na apresentação de um título e de um texto da imprensa de uma forma geral.

Dos 42 títulos da *Folha* referentes a textos em que cotas são o assunto principal no ano de 2002, em 14 deles, um terço, portanto, os negros ou as cotas aparecem como paciente da ação, contra 9 em que figuram como agentes⁴. Além disso, em 7 deles, as referências às cotas são negativas, incluindo o uso de adjetivos ou expressões como ‘polêmica’, ‘indefinida’ ou ‘do PT’, ‘racismo executivo’ ou associando à proposta aspectos como instabilidade ou vulnerabilidade, ao passo que 3 títulos referem-se de forma positiva às cotas. Dos 11 títulos do *JB* de 2002, em apenas 1, negros ou cotas figuram como agentes, enquanto em 7 são pacientes da ação. Em dois deles, há uma caracterização favorável, enquanto em 2, a referência é negativa ou relacionada a problemas. Já entre os 14 títulos do jornal *A Tarde*, em três deles, negros ou cotas figuram como agentes e em dois como pacientes da ação. Adjetivos ou expressões adjetivadas não são usadas e em apenas um título a caracterização é negativa, enquanto em dois a referência é positiva.

3 Para mais detalhes sobre o emprego dessa metáfora, confira análise dos casos Mt-16 e Mt-17, no Capítulo 5.

4 Aqui, incluímos os títulos que apresentam ‘militantes’ ou ‘movimentos’ no papel de agente.

Apresentamos, a seguir, alguns títulos desse período:

(T-1) Trampolim para a universidade [F020128 - 3]

(T-2) RACISMO EXECUTIVO [F020128 - 1]

(T-3) Questão de cor [F020523 - 1]

PROJETO DE COTAS NAS UNIVERSIDADES, A SER ADOTADO NO RIO NESTE ANO, É
POLÊMICO MESMO ENTRE JOVENS NEGROS
PÁGS. 4 E 5

(T-4) Falta de verba ameaça sistema de cotas [F020525 - 1]

(T-5) Cota para negro volta polêmica e indefinida [F021103 - 3]

Prevista em programa petista, reserva segundo origem escolar e critério racial enfrenta
barreiras políticas e técnicas

(T-6) Direitos Humanos polêmicos [JB020103 - 1]

(T-7) A cor da desigualdade que aumenta [AT020221 - 1]

Analisando brevemente, notamos como os títulos constroem sentidos desfavoráveis sobre a política de cotas. Com exceção dos exemplos (T-6) e (T-7), nos demais a política de cotas é tratada no contexto estrito de mudança na estrutura do vestibular. Em (T-3) temos um título-chamada, que aparece na capa do caderno *Fovest* (voltado para matérias relacionadas ao vestibular), apontando para reportagens sobre o assunto nas páginas internas.

O título sucinto expõe os limites para a interpretação contextual. Em vez da abordagem em torno de raça ou etnia, a perspectiva gira em torno da cor da pele, o que é uma alusão à interminável disputa sobre a diversidade de tons de pele da população brasileira, aliás um dos enfoques do debate público em torno das cotas. O subtítulo que o acompanha, além de assumir o sentido de que o projeto é polêmico, sugere o pressuposto de que não deve ser um bom projeto já que é considerado polêmico até mesmo por aqueles que poderiam vir a se beneficiar dele.

Em (T-5), temos o título de uma reportagem em que o jornal assume, já ali, a perspectiva de uma das partes no debate, associando dois adjetivos que caracterizam negativamente a política de cotas. O subtítulo, por sua vez, segue na mesma perspectiva. Primeiramente, associa a medida ao programa de um partido político. Depois, esvazia a percepção de uma oposição localizada ao projeto, dando vez à idéia de impedimentos. A expressão metafórica “enfrenta barreiras” remete ao mundo físico, sugerindo algo natural, sólido, concreto. A imagem é atenuada pela inclusão do adjetivo ‘políticas’. O fato é que se trata de uma conjuntura, variável segundo os ditames e as intervenções políticas em jogo e não algo permanente ou intransponível, como a imagem da ‘barreira’ pode sugerir.

Quanto aos títulos em 2003, notamos que na *Folha*, de 69 títulos examinados, os negros ou as cotas figuram como agentes em 14 deles, enquanto em 17 são pacientes da ação; há 8 títulos com referência desfavorável contra 5 em que a caracterização é positiva. No *JB*, de 33 títulos, em apenas 3 deles, negros ou cotas figuram como agentes, enquanto em 8, são pacientes

da ação; não se verificam adjetivos no título. Em 6 deles, há uma caracterização desfavorável ao passo que em 4, a referência às cotas é positiva. Quanto aos 24 títulos do jornal *A Tarde*, em 6 deles, negros ou cotas figuram como agentes enquanto em 9 são pacientes da ação. Há uma ocorrência única para os adjetivos 'constitucional', 'ilegítimas', 'provisórias' e 'avançado'. Em 7 dos títulos a caracterização é desfavorável enquanto em 4 é positiva.

Vejamos alguns exemplos dos títulos de 2003:

- (T-8) Na era das cotas, negro é o 1º em medicina [F030208 - 1]
A Uerj, do Rio, divulgou os resultados do primeiro exame com reserva de vagas para estudantes negros e pardos
- (T-9) Aluno de cota entra com nota mais baixa [F030208 - 3]
Na Uerj, do Rio, alguns alunos não beneficiados tiveram nota de corte 11,4 vezes maior do que estudantes negros e pardos
- (T-10) Sistema de cotas pode ser 'desastroso', afirma Uerj [F030209 - 1]
- (T-11) Falta consenso para cotas [JB030311 - 1]
Cristovam diz que medida deveria ter mais apoio popular
- (T-12) Brindeiro: cota para negro fere Constituição [JB030618 - 1]
- (T-13) Critério de cotas para negros pode gerar fraude no vestibular [AT030223 - 2]
- (T-14) Alunos estariam sendo preteridos [AT030224 - 2]
- (T-15) Questão agora é saber quem de fato é negro [AT030309 - 3]
NOVA POLÊMICA - Critério de cotas abre outro debate sobre definição da cor do candidato
- (T-16) Política de cotas está na "corda bamba" [AT030403 - 1]
INSATISFAÇÃO - Crescem críticas contra a medida considerada discriminatória
- (T-17) Mandado garante matrícula de aluna na Uneb [AT030409 - 2]
SEGREGAÇÃO - Processo é contra os 40% das vagas para negros
- (T-18) Cotas para negros são ilegítimas [AT030618 - 1]
Parecer da Procuradoria-Geral da República desautoriza Estados a legislar acerca de bases da educação nacional
- (T-19) Ação afirmativa, reação polêmica
Parte da polêmica é explicada pela dificuldade em se definir quem é negro ou pardo

Em (T-8), temos um caso em que o título reporta-se a um fato positivo e garante ao aluno negro a posição de agente. O fato positivo é a conquista do primeiro lugar no vestibular para medicina – um dos cursos de maior prestígio na sociedade brasileira e que, por isso mesmo, propicia a maior disputa por vaga no vestibular. No entanto, antecedido pelo adjunto adverbial de tempo 'na era das cotas', o feito alcançado e a posição de sujeito da ação ficam em segundo plano diante do pressuposto de que o estudante só conseguiu essa proeza porque teria sido beneficiado pelas cotas.

O pressuposto é sustentado pela polêmica alimentada pela imprensa. Nesse caso, a expressão "na era das cotas" não delimita apenas um simples contexto temporal, mas coopera

para diminuir o mérito do estudante. O fato é que no segundo parágrafo da matéria, a interpretação sugerida no título não se sustenta como se pode ver: “No seu caso, as cotas não foram determinantes para que conseguisse entrar na universidade. Sua pontuação foi de 98,25, sobre um total de 100, apenas um ponto abaixo do primeiro lugar geral.”

O exemplo citado – que expõe uma incongruência entre a mensagem no título e o texto da matéria – ocorre outras vezes nos dados da pesquisa e indica o mecanismo de controle interno nas redações. Ou seja, mesmo quando o repórter desenvolve o texto de modo coerente com o que apurou, o título pode incluir outros sentidos, de acordo com a perspectiva editorial que o veículo vem assumindo, no caso, de condenação à política de cotas.

Em (T-9), não se trata de incongruência entre o título e o texto, mas ao explorar alguns dados estatísticos sobre o vestibular, o texto sequer menciona a informação do outro texto sobre a conquista do primeiro lugar em medicina por um negro, sendo que ambos foram publicados no mesmo dia e na mesma editoria. A inclusão daquele dado demandaria certamente a necessidade de explicar melhor o fato apontado no texto e no título, mas nada disso é feito. Em (T-11), o argumento da autoridade – no caso a do ministro da Educação – é usado, já no título, como forma de depreciar as cotas. Para além de qualquer consideração sobre necessidade, legitimidade, justiça, a idéia no título da reportagem fornece o parâmetro, nem um pouco objetivo: a ‘falta de consenso’ e ‘mais apoio popular’. No texto da matéria, nenhuma informação adicional é trazida sobre o nível desse tal ‘consenso’ e do que seria exatamente ‘mais apoio popular’.

Em (T-15), a resistência às cotas é apresentada através do exame de uma das alegações, considerada como se fosse algo novo. Uma simples pesquisa do que a imprensa havia publicado nos últimos meses não permitiria tal interpretação, feita no subtítulo, que cumpre, assim, a função de realimentar a polêmica. O texto segue a mesma perspectiva, já no *lead*, ao contextualizar da seguinte forma: “Final, quem é negro no Brasil? Esta é a indagação que vem provocando uma das maiores polêmicas no meio acadêmico brasileiro, com o advento da política de cotas para negros nas universidades gratuitas, em todo o País” [AT030309 - 3].

Vale observar que se trata de um texto do jornal *A Tarde*, de Salvador, que, de modo recorrente alude à presença majoritária de pessoas afrodescendentes na população da cidade. Ou seja, não se trata aqui de um jornal de alguma região em que o percentual de negros é menor, mas de um jornal publicado numa cidade em que os negros, reconhecidamente, são maioria, o que remete à questão de que maioria não significa necessariamente visibilidade social, acesso ao poder e legitimidade como ator social reconhecido. Ou seja, o espaço público é local de manifestação de uma luta por hegemonia na construção do consenso social.

Em (T-17), temos outro exemplo do jornal *A Tarde*. Enquanto no título, o jornal informa de forma objetiva que uma medida judicial vai garantir a matrícula de uma aluna que teria sido prejudicada pela política de cotas, no subtítulo, a perspectiva dos contrários às cotas é assumida pelo jornal com o uso do termo ‘segregação’ precedendo a informação de que o processo é contra ‘os 40% das vagas para negros’. O termo ‘segregação’ aparece outra vez no terceiro parágrafo do

texto: “A principal alegação tem sido a inconstitucionalidade da medida. O advogado da família de Giselle, Otto Nunes, diz que esse sistema de cotas é segregação racial e lembra que a Constituição Brasileira proíbe a prática do racismo”. Nota-se aqui como um termo que é fortemente vinculado à formação ideológica de denúncia do racismo é utilizado numa fala para desqualificar as cotas como medida de combate aos efeitos do racismo. Mais grave, o próprio jornal, com o destaque que dá ao mesmo, assume e realça a opinião dos contrários à política de cotas.

Em (T-18), a perspectiva de um parecer da Procuradoria-Geral da República, explicada no subtítulo logo abaixo, é assumida no título do jornal como uma decisão final ou uma verdade absoluta, o que é firmado pelo uso do presente do indicativo. Além disso, ao optar pelo adjetivo ‘ilegítimas’ em vez de ‘inconstitucionais’ (adjetivo usado no *lead* do texto) ou mesmo “ilegais”, o título associa à política um sentido de maior peso negativo do que o sugerido pelas outras expressões.

Finalmente, em (T-19), temos um título de uma reportagem, feita por um jornalista que é apresentado, ao final, como especializado em educação e que “apesar de ter um bisavô negro, acredita que nenhuma universidade o aceitaria pelo critério de cotas”. O título propõe a antítese ‘ação afirmativa’ *versus* ‘reação polêmica’. O subtítulo tenta explicar uma parte da polêmica, aquela que tem a ver com uma alegada dificuldade no processo de implementação da política de cotas, a questão de se identificar quem é negro(a) no Brasil. Desse modo, o título encaminha a compreensão do fenômeno para uma suposta dificuldade prática e embora a apresente como ‘parte da polêmica’, não fica claro porque justamente essa parte é priorizada no texto. A ‘reação’ como um dos aspectos do racismo, ou seja, a manutenção do *status quo* pretendida pelas elites, é preterida em favor da ‘polêmica’ da identificação do público-alvo da política.

Face as funções que desempenham no discurso da imprensa, os títulos usados nos textos da imprensa referentes às cotas para negros desempenham papel relevante, contribuindo a seu modo para a compreensão da questão. Nesse caso, observamos como os títulos – ao realçarem alguns tópicos entre outros, ao valerem-se de modo recorrente de termos como ‘cotas’, ‘cota’ e ‘sistema’ para caracterizar a política, ao recorrerem a adjetivos com sentido negativo e ao favorecerem alguns participantes no papel de agente – fornecem enquadramentos restritos do problema do racismo e da política de cotas. Desse modo, contribuem de modo significativo para o reforço da perspectiva de polêmica, em prejuízo de uma boa aceitação da medida ou, pelo menos, de um diálogo mais equânime na esfera pública.

4.4 – Uso da negação

A negação cumpre várias funções no discurso da imprensa sobre as cotas. Uma característica básica no desempenho das várias funções é a de aludir à fala que é combatida, rejeitada, rechaçada, o que se dá tanto nos enunciados contrários como naqueles em apoio à política de cotas. Outro aspecto distintivo é que, às vezes, a negação ocorre por meio de uma seqüência de 2 a 5 expressões de negação num mesmo texto. Nesta pesquisa, pode-se notar que

a negação é empregada de forma generalizada nos textos dos vários gêneros examinados e tanto nas falas atribuídas a uma ou outra fonte como nos trechos assumidos pelo/a jornalista, colunista, articulista ou editorialista.

Por meio da negação, desqualifica-se o campo adversário, rejeitando fundamentos da política de cotas como a realidade da comunidade negra e do movimento negro como ator social relevante, a existência do racismo, a necessidade da política de ação afirmativa, e a exequibilidade do sistema de cotas.

Apresentamos, a seguir, as funções que o emprego da negação cumpre nesse discurso e exemplos relacionados:

1) Desqualificar e rejeitar a política de cotas como solução para o problema da desigualdade entre negros e brancos:

(N-1) *Isso não resolve o problema, principalmente se a ação não for seguida* de políticas sociais que ampliem o acesso de negros ao mercado de trabalho, dizem eles. [F020124 – 2]

Temos, aqui, uma dupla negação, sendo a segunda antecedida pelo advérbio modalizador 'principalmente'. A avaliação aí expressa tem como pressuposto a tese de que a política de cotas seria um tipo de panacéia, um remédio para resolver as desigualdades entre negros e brancos na sociedade brasileira. O efeito da dupla negação é caracterizar o sistema de cotas como uma política pública apressada, sem o necessário planejamento, e superficial.

2) Defender a política como medida que beneficia uma maioria:

(N-2) Defensor de políticas de inclusão para a população negra, o economista Marcelo Paixão, 35, deixa claro que *essas medidas não são voltadas apenas para um pequeno grupo de pessoas*. [F020106 – 5 A]

A negação é reforçada aqui pelo emprego do operador argumentativo 'apenas', valorizando a percepção dos negros como presença majoritária na sociedade. O fato de os negros – excetuando-se dessa classificação os mestiços ou pardos – serem menos de 10% da população segundo os dados do IBGE, aliado à proposta defendida pelo movimento negro, de se incluir mestiços ou pardos entre o público alvo da medida constituem o pano de fundo dessa opinião. A fonte citada demonstra estar em sintonia com a compreensão mais abrangente de incluir os pardos ou mestiços entre os afro-brasileiros, o que é visto como ponto favorável à política na medida em que beneficia a metade da população.

3) Defender o sistema de cotas como uma entre outras políticas de ação afirmativa possíveis:

(N-3) "Entendemos que as cotas ameniza a situação dos negros, mas *não resolve o problema da exclusão*", disse o coordenador estadual da entidade, Ivonei Pires. [F020722 – 1]

Ao fornecer sua perspectiva, o líder do movimento negro define o sistema de cotas como política de reparação e ajuste, não como solução definitiva, entendida como tendo por alvo o fim da exclusão. A negação coopera, portanto, para a interpretação de que existe uma diversidade de perspectivas no movimento negro, de sorte que as cotas são apoiadas em maior ou menor grau e em alguns casos até rejeitadas pelas lideranças.

4) Propor outro enfoque de avaliação da medida – em vez da questão do acesso, o problema da permanência:

(N-4) "Para nós, *o problema não é o aluno entrar na universidade*. Nosso desafio é mantê-lo no sistema com qualidade. Por isso, liberamos recursos para montar o sistema de suplência nas universidades", disse Vialves. [F020626 – 1]

A opinião é expressa por um secretário de Estado, portanto, uma autoridade na área, e tem como pressuposto a idéia de que alunos beneficiados pelas cotas – sejam negros ou egressos das escolas públicas – terão problemas em acompanhar o nível do ensino. A negação, portanto, aponta para outra realidade presente no debate das cotas, que é a permanência dos alunos beneficiados na universidade.

5) Contextualizar as cotas para negros em um cenário mais amplo:

(N-5) Mais de 200 anos depois da Revolução Francesa, a idéia da igualdade continua a ser revolucionária, especialmente quando se trata de medidas concretas para realizá-la. *Não chega a surpreender* que as cotas para negros nas universidades venham causando tanta celeuma. (...) *Todavia a proposta de cotas não abole a competição*. [F020523 – 4]

Esses dois exemplos de negação do texto – um artigo de uma líder do movimento negro de projeção internacional – operam no sentido de mostrar que as cotas são muito mais do que uma mera alteração no sistema do vestibular. No primeiro caso, a negação busca estabelecer um vínculo entre a resistência às cotas e a ausência na sociedade brasileira da igualdade preconizada pela Revolução Francesa.

O segundo caso volta-se para a situação concreta da mudança no sistema do vestibular. A negação rejeita a opinião muito difundida pelos oponentes da medida de que as cotas eliminam a competição. A autora explora, nesse caso, o binômio 'igualdade de condições' *versus* 'diferença de oportunidades', sugerindo que não pode haver competição, de fato, quando os competidores tiveram ao longo da vida oportunidades diferenciadas que ora têm peso decisivo na definição de quem pode ter acesso ao ensino superior.

6) Caracterizar o sistema de cotas como simples imitação de política semelhante adotada nos EUA:

(N-6) Lamento que, no Brasil, tenhamos nos encaminhado no sentido de imitar os Estados Unidos na questão das cotas "raciais", quando eles já reconheceram os resultados discutíveis dessas iniciativas, as quais, além do mais, *não levam em consideração as diferenças entre a realidade americana e a brasileira. (...) Filhos de brancos e negros não são nem brancos nem negros*, e mulatos abrangem uma população muito diferenciada em termos de presença de traços negróides. [F020523 – 5]

A opinião – veiculada em um artigo de autoria de renomada intelectual – despreza, por sua vez, as semelhanças entre a discriminação contra os negros vigente no Brasil de hoje e nos EUA, em especial no período anterior à adoção de políticas de ação afirmativa. O efeito de sentido aí gerado desqualifica a proposta das cotas no Brasil, sugerindo uma suposta falta de originalidade da proposta e o desconhecimento de suas limitações, evidenciadas nos tais 'resultados discutíveis' do caso americano.

Desenvolvendo sua argumentação, a autora emprega, mais uma vez, a negação, para explorar a complexidade da questão da identidade racial. A opinião traz à discussão o pensamento de que, diferentemente dos EUA, no Brasil não há rigidez na classificação racial e que enquanto no Brasil haveria uma diversidade infinita de cores e traços negróides, nos EUA, a situação seria menos complexa. Com isso, o efeito é fixar o foco do debate numa discussão voltada para a questão de cor e tons de pele em vez de considerar o problema racial num contexto mais abrangente.

7) Apontar a comunidade universitária como foco de resistência às cotas e fornecer explicação para isso:

(N-7) Vendo-se a si mesma como uma elite formada através do mérito intelectual, *a comunidade universitária brasileira não aceita, de modo algum, a pretensão de utilizar qualquer outro critério de ingresso às faculdades que não seja o exame vestibular*. [F021013 – 1]

A opinião – veiculada num texto de coluna da Folha, cujo titular explicita sua opinião favorável às cotas – é, na verdade, um excerto de um livro de autoria de um militante do movimento negro. A negação ocorre três vezes e favorece a interpretação do meio intelectual como um segmento uniforme, resistente ao diálogo aberto e franco com a comunidade negra. O autor do livro mostra a necessidade de que mais intelectuais brancos apoiem a proposta das cotas, haja vista a grande resistência explicitada no meio acadêmico. Ao desenvolver seu pensamento nesse texto, o colunista vai aproveitar a opinião e sugerir que a postura dos intelectuais refratários

às cotas é, no mínimo, suspeita, traçando um paralelo entre a situação de hoje e a do contexto pré-abolição dos escravos.

8) Resguardar imagem de candidatos a cargo eletivo que não defendem as cotas:

(N-8) "A questão das cotas deverá ser ainda objeto de discussão com a sociedade, pois *parece não existir consenso a este respeito*", afirma Rose Neubauer, assessora de Serra. [F020831 – 1]

(N-9) *Não tenho nada contra a adoção de cotas para entrar nas universidades públicas. Mas o problema não é entrar. O problema é sair formado.* Defendo a criação de um fundo que financie o estudo em universidades pagas de alunos de famílias mais pobres. Seria um fundo de aproximadamente R\$ 300 milhões em empréstimos, que depois serão reembolsados pelos beneficiados ao se formarem. [F020823 – 1]

Em (N-8), a opinião – atribuída a uma assessora do candidato a presidente em uma reportagem que apresenta propostas dos quatro principais candidatos na área da educação – explora a ausência de consenso em torno das cotas. A negação, embora atenuada pelo emprego da forma verbal ‘parece’, simplifica a questão. O pressuposto é de que, só com o consenso, a proposta poderia ser objeto de programa de governo. O que tal postura não leva em conta é que a própria dificuldade em se formar o consenso sobre o tema é, em si, uma evidência do racismo. A opinião contrária, de forma atenuada, e o emprego da negação cumprem assim a função de resguardar-se de críticas pelo fato de o candidato a presidente não apoiar as cotas para negros nas universidades.

9) Favorecer determinada medida como alternativa às cotas:

(N-10) *Não se trata, portanto, de abrir uma porta privilegiada de acesso a vagas universitárias.* Trata-se de proporcionar melhores condições de disputa por uma vaga a alunos de estratos sociais historicamente marginalizados. [F020829 – 1]

A opinião é veiculada em um editorial que condena as cotas. O emprego da negação aqui desqualifica a política de cotas valendo-se da expressão metafórica ‘porta privilegiada de acesso’, desconsiderando que cotas para negros só podem ser vistas no contexto mais amplo das políticas públicas de combate ao racismo.

Ao mesmo tempo em que elogia medida alternativa apresentada pelo Governo, o editorial também a considera um ‘paliativo’. Ao final do texto, é dito que a solução definitiva para o ensino público virá com “uma educação básica e média de nível equiparável à das melhores instituições particulares”.

10) Rejeitar as cotas como medida urgente ou mesmo necessária:

(N-11) O ministro Paulo Renato Souza (Educação) é contra as cotas. Ele escreveu, em artigo na Folha, em 2001, que *espera que o Brasil não precise chegar à instituição de cotas raciais na universidade* e que acredita na capacidade de desempenho do estudante brasileiro de qualquer origem social ou racial, quando estimulado e apoiado.

O ministro afirmou que, *se isso não for suficiente*, ele será o primeiro a defender as cotas, porém ressaltou que *não há por que imaginar que alunos pobres, negros ou pardos não entrem na universidade por seus próprios méritos*. [F020828 – 1]

A seqüência de casos de negação aparece na forma de discurso indireto em uma reportagem que traz em destaque a posição do ministro da Educação. No primeiro caso, a negação favorece a idéia de que as cotas são uma medida extrema. A opinião do ministro – dita em outro contexto – é recuperada numa reportagem que trata da decisão recente do Governo de financiar entidades de apoio a minorias na busca de acesso à universidade.

No segundo caso, a negação aliada ao operador ‘se’ vem em apoio à medida alternativa à proposta das cotas. Tal medida surge como resposta do Governo à pressão social, haja vista o debate avançado sobre as cotas na sociedade, as primeiras experiências em implantação e a iminência das eleições gerais. Trata-se, pois, de uma iniciativa que é uma reação à pressão social e à cobrança diante da inércia de longa data.

Nos dois últimos casos, a negação busca acentuar que a proposta das cotas é ruim para os próprios negros pois lhes retira o mérito do ingresso por meio do vestibular. A opinião do ministro, portanto, não considera a realidade do racismo, nem a discriminação estrutural presente na sociedade brasileira, focalizando tão somente o aspecto meramente meritocrático do exame vestibular.

11) Rejeitar a idéia de que a medida seria discriminação às avessas:

(N-12) É preciso repetir: *a adoção de cotas não se contrapõe a outras medidas de cunho social mais abrangente*. (...) *As cotas não são uma "discriminação às avessas"*, mas uma discriminação positiva – no sentido jurídico do termo. (...) *As cotas não acabariam com os vestibulares "gerais"*. (...) A adoção de cotas nas universidades é apenas um passo, *e não uma panacéia*. (...) *As cotas devem ser adotadas em caráter emergencial, com metas, objetivos e prazos definidos – não se trata de uma medida permanente*. [F021202 – 2]

Há cinco casos de negação, não seqüenciados, nesse texto – um artigo, escrito por um militante do movimento negro e articulista esporádico do jornal, no qual responde a críticas quanto à política de cotas – publicado no mês que antecede a posse do novo presidente de cujo governo se esperam medidas sociais como a das cotas. O primeiro caso de negação vem como subtítulo do artigo, sendo adiante repetida no texto. A função aqui é situar o sistema de cotas dentro de um arco mais abrangente de políticas públicas.

No segundo caso, que rejeita o conceito de 'discriminação às avessas', a negação se opõe a uma das acusações mais presentes no discurso de oposição às cotas. Ao focar a perspectiva da antítese, o articulista busca mudar a ênfase do aspecto negativo para o positivo.

Nas três últimas ocorrências, a negação cumpre outras funções, quais sejam: esclarecer que a política de cotas traz uma mudança pontual e específica no sistema de vestibular, com efeitos limitados, portanto; rechaçar a acusação de que a proposta das cotas é tudo o que se reivindica em termos de políticas de ação afirmativa; e reforçar o caráter provisório das cotas.

12) Contrapor o caráter de reparação moral da medida à acusação de simplismo e oportunismo:

(N-13) É lamentável como nós, brancos, estamos assustados com a possibilidade de que sejam estabelecidas cotas para os negros nas universidades. *Não se trata de uma medida simplista nem populista*, trata-se de justiça com um povo que foi tirado à força de sua terra e foi tratado como animal neste país. Ao que parece, todos querem mudanças, mas ninguém quer dividir as suas migalhas. [F021116 – 1]

A opinião é veiculada em uma carta ao(à) editor(a), cujo autor tece críticas à postura dos brancos, entre os quais se inclui, que estariam 'assustados' com a possibilidade de adoção das cotas. A negação refere-se a duas acusações distintas, mas freqüentemente associadas, as cotas como medida simplista e populista. Ela confere peso à perspectiva de justiça histórica que é mostrada como fundamento da proposta das cotas.

13) Esvaziar a medida de seu caráter público relevante:

(N-14) Outras críticas pertinentes em relação à política de cotas incluem o fato de que *ela não traz benefícios para a escola pública em geral...* [F021111 – 1]

A opinião – veiculada em um editorial – apresenta como fato o que é apenas uma opinião. O emprego da negação aí esvazia o sistema de cotas de seu caráter de política pública relevante, ao não reconhecer que uma ação em favor de parcela expressiva da população – política de incentivo a uma presença maior de negros na universidade – é algo que se reverte em benefício da escola pública. Uma coisa é dizer que as cotas não resolvem o problema da escola pública, o que afinal não é seu propósito. Outra bem diferente é assumir que ela não traz benefícios à instituição, o que é certamente uma perspectiva muito limitada e comprometida ideologicamente com a reprodução do *status quo*. Ora, pelo simples exame do compromisso social que uma escola pública deve ter, não resta dúvida de que as cotas vêm para radicalizar a democracia no âmbito mesmo do sistema de ensino. E, especificamente com relação à universidade, um dos ganhos que a adoção das cotas pode trazer é justamente a diversidade racial.

14) Desqualificar as cotas, explicando a desigualdade como fenômeno de classe e não racial:

(N-15) A maioria dos negros *não entram nas universidades não porque são negros, e sim porque são pobres e não têm condições para um estudo mais forte*. É nisso que o governo deve se concentrar: em oferecer a todos os pobres (de qualquer cor de pele) as condições de estudo para que ingressem em um curso universitário. O racismo é muito pequeno no Brasil e tende a desaparecer, por favor não o instiguem. Abaixo a pobreza. [F021105 – 1]

(N-16) Os pobres só terminam a quarta série do primeiro grau. *As cotas ajudam a mudar a cor da universidade, mas não a classe*. No Brasil, *o preconceito mais forte não é de raça e sim de classe*, embora exista um preconceito racial, também.(...) [AT030224 – 3]

Em (N-15), a negação ocorre em uma carta ao(à) editor(a) e faz uso por três vezes, em um curto período, do advérbio ‘não’, para, de forma simplista, sugerir que a política de cotas pressupõe que a identidade negra seria impeditivo direto para o ingresso na universidade. Na verdade, o que os defensores das cotas têm argumentado é que a negação aos negros das ‘condições para um estudo mais forte’ é, em si, um aspecto do racismo institucionalizado na sociedade brasileira, racismo esse que é minimizado na fala do leitor.

Em (N-16), temos a fala do então ministro da Educação em discurso direto, com dois casos de negação. No primeiro, a negação, aliada ao pressuposto de que as cotas deveriam ter o propósito de ‘mudar a classe’, cumpre papel de realçar uma suposta limitação da política das cotas. O efeito é o de desqualificar a medida que aparentemente não atenderia a um propósito considerado louvável. Já no segundo caso, a negação ajuda a fortalecer a idéia de que o preconceito de raça é menos forte que o preconceito de classe, portanto, menos prioritário em termos de política pública.

Nesse sentido, o ministro traz à tona o falso dilema quanto a qual enfoque é o mais importante, se o da questão racial ou o da questão de classe. O ministro explicita sua opção pela segunda perspectiva. O efeito é minimizar a relevância da discriminação e, conseqüentemente, esvaziar a discussão sobre as cotas de sua motivação essencial.

15) Rejeitar a idéia de que o sistema de cotas pressupõe incapacidade dos negros:

(N-17) Os proponentes das cotas *não têm nenhuma dúvida* da capacidade dos negros e têm certeza de que o pequeno número de negros nas universidades *deve-se não à incapacidade*, mas às barreiras sociais concretas, que *não são removidas* espontaneamente. [F020523 – 4]

(N-18) *A política de cotas para o ingresso de negros nas universidades públicas não sinaliza a incapacidade de as pessoas pertencentes a esse grupo ingressarem nessas instituições*. Ao contrário, evidencia que o racismo e a discriminação racial contra o grupo negro, em pleno século 21, são fortes componentes da nossa sociedade. [F021105 – 2]

Em (N-17) temos um enunciado, extraído de um artigo, cuja autora é uma líder do movimento negro. Os três casos de negação aqui – dois outros casos do mesmo texto já foram analisados anteriormente – ocorrem em um mesmo período gramatical. No primeiro deles, a autora rechaça a acusação de que apostar nas cotas é pressupor a incapacidade dos negros para chegarem à universidade. Na segunda ocorrência de negação nesse período, um desdobramento do que é expresso na negação anterior, a autora aponta para o racismo como fator impeditivo da presença de mais negros na universidade. Por fim, a negação busca apontar para a necessidade de políticas públicas no combate ao racismo. Nesses três casos, a negação – ao rejeitar argumentos quanto à incapacidade dos negros – coopera para valorizar a auto-estima dos negros e, em especial, dos militantes do movimento que têm de enfrentar a acusação de que as cotas são paternalistas e que desprezam a capacidade dos negros de se sobressaírem no exame de acesso à universidade.

Em (N-18), a negação rejeita a acusação de que pleitear cotas para os negros é admitir a incapacidade dos negros frente ao desafio de ingressar nas universidades. Note-se que a opinião é veiculada em uma carta ao(à) editor(a) e chama a atenção para a realidade do racismo, encerrando com um apelo implícito que, por conter uma negação com outra função, será analisado logo a seguir.

16) Criticar pretensa neutralidade nessa questão:

(N-19) *Nessa luta não há neutralidade!* [F021105 – 2]

A opinião sugere a necessidade de um engajamento na luta contra o racismo. A leitora critica a pretensa neutralidade de quem não tem se posicionado no debate sobre as cotas. Ela cobra, assim, uma tomada de posição e iniciativas concretas para reverter “o quadro de desigualdades entre negros e brancos”.

17) Atribuir à medida caráter discriminatório:

(N-20) O artifício encerra ainda um dilema ético: se indivíduos carentes ou discriminados devem ser de algum modo protegidos, *isso não é desculpa para criar novas formas de discriminação.* [F030221 – 1]

(N-21) As cotas para negros nas universidades *não passam de uma forma de discriminação.* Tenta-se acabar com a discriminação racial, mas, na verdade, ela somente acaba sendo transferida aos assim chamados brancos. [F030309 – 1]

Veiculada em um editorial – publicado no contexto de início do novo governo – a opinião expressa em (N-20) sugere, por meio da negação, que sob o pretexto de se combater uma discriminação, está-se criando uma política de fato discriminatória.

Na mesma perspectiva, em (N-21), temos uma opinião veiculada em uma carta ao(a) editor(a). Recorrente no discurso dos opositores às cotas, a acusação de que as mesmas são discriminatórias privilegia a perspectiva individual frente ao alcance social da medida e ignora que a baixa presença de negros nas universidades tem raízes mais profundas. Há, portanto, uma estratégia discursiva diversionista na sugestão de que o sistema de cotas possa 'transferir' a discriminação dos negros aos brancos.

18) Negar o protagonismo dos afrodescendentes nessa luta:

(N-22) Certamente é justa a demanda dos afrodescendentes – que *vem sendo feita, no geral, por quem não é afrodescendente*. [F030525 – 1]

A opinião é veiculada em um artigo de um professor de sociologia na Seção Tendências/Debates e busca desvincular o sistema de cotas do contexto das políticas de ação afirmativa reivindicadas pelo movimento negro. Ao tempo em que resguarda o caráter justo da demanda, o articulista sugere que não são os afrodescendentes os maiores interessados na implantação da medida. Nem uma prova é apresentada para justificar a opinião expressa. Assim, tanto os potenciais beneficiados como a liderança do movimento negro têm seu papel diminuído como sujeitos que estão à frente da luta pelas cotas.

19) Negar o caráter de reparação moral da política de cotas:

(N-23) O verdadeiro sujeito dessa questão *não é o negro, é a vítima. Nem toda vítima é negra e, hoje, nem todo negro é vítima. O débito não é primordialmente a injustiça, e sim o empobrecimento da sociedade que na vítima há. É inútil lamentar o passado. É preferível construir o futuro, que não existirá enquanto houver vítimas*. [F030525 – 1]

(N-24) Políticos e governos estão fazendo demagogia na luta contra o racismo, e o exercendo de forma paternalista, clientelista e humilhante. *O negro não é um ex-escravo. Negro é gente igual a gente, porém como todos os pobres e miseráveis deste país, marginalizado. A escravidão não é um problema étnico e sim econômico*. [JB030528 – 1]

O exemplo (N-23) é de um artigo que traz outros casos de negação já analisados anteriormente. Vamos considerar três ocorrências de negação nesse exemplo. No primeiro caso, estamos analisando juntamente as duas orações, a primeira, com o uso do advérbio 'não', e a segunda, com o duplo uso do advérbio 'nem'. O efeito de ambas é rechaçar a essência mesma das políticas de ação afirmativa, na medida em que o articulista considera como vítima tão somente a pessoa que sofre os efeitos da pobreza, ignorando, assim, a realidade concreta e abrangente do racismo. Daí, argumenta, como há negros na classe média, os mesmos não podem ser vistos como vítimas e, por conseguinte, como há não negros pobres e excluídos, já esses também seriam vítimas.

Estudos acadêmicos (Ezorsky, 1991) e a experiência de militantes do movimento negro, no entanto, têm demonstrado que a realidade distinta do racismo atinge a todos os negros, mesmo aqueles que não são pobres. Dito de outro modo, a pobreza tem suas vítimas, nem todos os negros são pobres e muitos não-negros o são; por sua vez, o racismo faz suas próprias vítimas e todos os negros, assim como integrantes de outras minorias, estão incluídos entre essas vítimas. O contexto no qual surgiram as políticas de ação afirmativa foi o do combate ao racismo, não à pobreza. Há, portanto, um sentido diversionista nessa estratégia discursiva.

Algo semelhante ocorre no segundo caso, sendo que aqui a opinião repercute o falso dilema do que seria o problema mais premente a se encarar e resolver. Sugere-se, pois, que esse problema seria 'o empobrecimento da sociedade'. Já no último caso, busca-se desviar a atenção da questão das cotas para outros alvos a serem atingidos na medida em que se atribui às cotas uma fixação equivocada e inútil no passado, ao tempo em que se desprezam os efeitos do passado que persistem no presente, o que desmerece, portanto, a luta contra o racismo.

Em (N-24), há duas ocorrências de negação. Na primeira, rejeita-se a continuidade histórica entre o fenômeno da escravidão e o racismo de hoje e a necessidade de políticas para combatê-lo. Ao não considerar o racismo persistente ainda hoje como um problema grave e resultado da escravidão institucionalizada de séculos anteriores, o articulista tenta mostrar que o sistema de cotas não faz sentido, sendo antes expressão do clientelismo e uma humilhação à dignidade do(a) negro(a); ao reafirmar axiomas, o articulista aponta a igualdade e dignidade intrínsecas a todos os seres humanos como 'prova' de que os negros não são vítimas de racismo, mas tão somente marginalizados em razão da pobreza e da miséria.

A segunda ocorrência de negação propõe nova perspectiva do fenômeno da escravidão. Formulada no presente do indicativo, a opinião propicia uma interpretação que engendra um sentido de reificação ao tomar como perene um fenômeno que tem tido ao longo do tempo realidades históricas concretas e diferenciadas. A perspectiva não leva em conta a escravidão ocorrida de modo concreto no processo histórico brasileiro, atingindo indígenas e negros e esses últimos de forma mais duradoura. Assim, é fato que a escravidão no Brasil teve uma faceta eminentemente étnica. Daí porque faz-se imperiosa a reparação moral aos descendentes dos escravos.

20) Rejeitar a idéia de que as cotas trarão mais discriminação aos profissionais por ela beneficiados:

(N-25) Argumenta-se que os profissionais negros das cotas serão discriminados. *Isso não tem nada a ver com cotas.* Eles já o são! [F031013 – 1]

A opinião – veiculada em um artigo favorável às cotas, publicado na Seção Tendências/Debates – tenta mostrar que a discriminação aos profissionais negros tem a ver com o racismo institucionalizado, sendo algo já presente na realidade desses profissionais. Desse modo,

o articulista sugere que a discriminação está vinculada ao racismo em si e não necessariamente à reação de oposição às medidas para combatê-lo.

21) Rejeitar a medida atribuindo à mesma caráter limitado:

(N-26) Cristovam afirmou que *as cotas para negros nas universidades não resolvem a desigualdade social no país*. Pessoalmente se diz favorável à implementação do sistema. Mas, como ministro, quer esperar os resultados das experiências atuais e as conseqüências perante a opinião pública. [F030710 – 1]

A opinião – atribuída ao então ministro da Educação – integra um box com avaliações de especialistas a diversas propostas apresentadas pelo Governo na área da educação. A negação busca atrelar às cotas o que não é, de fato, seu propósito – ‘resolver a desigualdade social’. Aponta-se, assim, uma suposta fragilidade ou ineficiência da política de cotas.

22) Associar a medida ao campo conservador e lançar suspeita sobre o apoio que a esquerda dá à medida:

(N-27) *"Não é curioso que a direita brasileira apoie o sistema de cotas. O interessante é que a esquerda também o defenda"*, diz. [F031206 – 1]

Tem-se aqui a opinião de um pesquisador que se diz contrário às cotas, veiculada em uma longa reportagem que discute um projeto para as universidades estaduais de São Paulo que objetiva favorecer alunos de baixa renda no acesso ao ensino superior. A negação tem como função vincular a política de cotas ao campo ideológico conservador e reacionário, tornando suspeita a defesa da mesma por pessoas ligadas à esquerda política.

O pesquisador se vale do fato de que muitos intelectuais e políticos à direita têm apoiado o sistema de cotas, o que, em si, não desmerece a medida. Demonstra apenas que, como é válido para outros assuntos, o reconhecimento do racismo e as políticas para combatê-lo são questões polêmicas que dividem opiniões no largo espectro ideológico dos diversos segmentos da população, o que vale, inclusive para o movimento negro. Há no entanto uma tentativa de se desqualificar o sistema de cotas ao se mencionar a associação da medida a determinado setor político, visto como conservador ou retrógrado.

23) Minimizar distinções étnicas na sociedade, propondo uma uniformidade em torno do ser brasileiro:

(N-28) Estou cansado de ler o debate sobre cotas étnicas. *Não sou negro, não sou branco, muito menos pardo, minha cor é brasileira*. [JB030528 – 1]

Tendo como pano de fundo a diversidade étnica da população brasileira, a negação rejeita qualquer outro tipo de afiliação étnica específica. A ênfase sugerida fixa-se na natureza étnica diversificada do brasileiro. A auto-declaração, em forma de negação, pertence ao texto de um artigo, cujo autor assina apenas como cenógrafo, e que traz outros casos de negação alguns dos quais serão comentados a seguir. A opinião favorece o discurso recorrente no Brasil de que a população brasileira é ultra miscigenada. Ao negar qualquer identidade racial e assumir uma cor que denomina como 'brasileira', o articulista sugere que qualquer nomenclatura racial é inconsistente com a realidade do país.

24) Atribuir à medida caráter paternalista:

(N-29) *O cidadão negro não precisa que lhe reservem 40% das vagas nas universidades ou de outras reservas percentuais concedidas por qualquer poder público.* [JB030528 – 1]

A negação minimiza a necessidade da implantação de políticas de ação afirmativa, a exemplo das cotas, ao tempo em que dá ensejo a um paternalismo notório haja vista que o articulista alega saber o que é melhor para o(a) negro(a) no Brasil, desmerecendo a liderança do movimento negro e a luta da comunidade negra ao longo dos anos. A negação também sugere que o sistema de cotas é mais uma concessão do que uma conquista, interpretação aliás bem recorrente na história da relação do poder público com os grupos sociais no Brasil.

25) Rejeitar as cotas como medida necessária para promover o desenvolvimento da comunidade negra, e

26) questionar percentual de negros na população brasileira tomado como base para a política de cotas, questionando sua relevância:

(N-30) Para Garrido, é preciso avançar e *este avanço não passa por uma lei que promova a reserva de uma cota de 20% de vagas nas universidades para estudantes negros*, opina o cantor. *“No Brasil não existem só 20% de negros. O Brasil é 50% negro e 50% branco”.* [AT020517 – 1]

Em (N-30), há dois casos de negação, um em discurso indireto e outro em discurso direto. Trata-se da opinião de famoso artista negro – veiculada em uma reportagem que trata da passagem do artista pela cidade de Salvador. A questão das cotas surge como um dentre outros tópicos no contexto da entrevista. No primeiro caso de emprego da negação, rejeita-se a relevância das cotas como instrumento de desenvolvimento da comunidade negra. No segundo, a função da negação é justificar que a lei de cotas não seria muito eficaz, uma vez que propõe uma reserva percentual aquém da realidade nacional.

É curioso que a primeira parte da opinião do artista sobre as cotas, mais polêmica, seja apresentada em discurso indireto, ou seja, como um resumo do que o entrevistado possa ter dito

ao(à) repórter, portanto sem a necessidade de se registrar a exata expressão do entrevistado. Já a segunda parte, que está na fala do artista em discurso direto, além de ser uma opinião desprovida de dados que a fundamentem, não se configura necessariamente em uma prova do que é dito anteriormente. Assim, que o Brasil tenha mais do que 20% de negros em sua população não inviabiliza ou desmerece a política de cotas. Nesse sentido, seria o caso de se aperfeiçoar a lei. O que parece é que, no discurso indireto, apresenta-se uma possível interpretação para a fala do entrevistado. Em todo o caso, à exceção do discurso indireto, não fica claro se o artista de fato é contrário às cotas e por quê o é; o único efeito aqui parece ser o de se usar o prestígio de um artista negro para desmerecer as cotas raciais.

27) Rejeitar a idéia das cotas como privilégio:

(N-31) “É importante esclarecer que *o sistema de cotas não é um privilégio para os afro-descendentes e sim uma dívida com a raça negra*”, ressalta Luís Alberto. [AT020922 – 3]

A opinião em discurso direto – atribuída a um deputado federal baiano e líder negro – é veiculada em uma reportagem que mostra a cobrança por cotas na comunidade negra baiana e rejeita a acusação de que as cotas sejam um tipo de privilégio para os afrodescendentes. O líder negro estabelece um contraste entre ‘privilégio’, palavra-chave na acusação dos que se opõem às cotas, e ‘dívida’, palavra-chave no discurso dos defensores das cotas.

28) Rejeitar as cotas por um suposto caráter injusto e prejudicial ao sistema de ensino e aos próprios beneficiados:

(N-32) Dornas afirmou também que *os estudantes com melhor preparo não podem ser preteridos* e a lei em vigor é demagógica, já que *não resolve o problema da escola pública*. – Mesmo que conclua o curso superior, *o aluno corre o risco de não adquirir competência na profissão*, já que a base é fraca – afirmou Dornas. [AT030224 – 2]

Das três ocorrências de negação em (N-32), vamos nos deter no primeiro e terceiro casos, já que o segundo é semelhante ao que já foi examinado no item 13. A opinião – em discurso indireto – é atribuída ao presidente da Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino, e é veiculada em uma reportagem que mostra a insatisfação, dos contrários às cotas, com a medida implantada. A opinião privilegia a perspectiva individual sobre a coletiva. No primeiro caso, busca-se rejeitar a possibilidade de que estudantes com melhor preparo sejam preteridos em razão das cotas.

No terceiro caso, a função é a de desqualificar a formação e a competência dos alunos beneficiados pelas cotas. A opinião veiculada vale-se de preconceitos e apresenta conjecturas sem qualquer fundamento, uma vez que o que determina se o(a) aluno(a) possui qualificação mínima para ingressar no ensino superior é a linha de corte estabelecida no vestibular, isto é, a pontuação

mínima no exame. Tal fator não sofre mudança com a implantação das cotas; logo, todos os alunos que forem aprovados no vestibular com cotas ou sem elas é porque têm os requisitos mínimos para fazer um curso universitário. Conjeturar a priori quais alunos vão se sair melhor ao final do curso e, mais ainda, que alunos estarão entre os melhores profissionais é, nesse caso, exercício quimérico e preconceituoso.

29) Resguardar a imagem pública do ministro ao se descartar o uso da lei como forma de implantar as cotas;

30) rejeitar a necessidade urgente e geral da medida;

31) rejeitar a medida, alegando que a discussão não estaria amadurecida; e

32) rejeitar as cotas por não beneficiarem os mais pobres:

(N-33) Como educador e pensador, Cristovam Buarque é um dos defensores das cotas para negros, como ministro, *não propõe a medida como política pública.*[1] *“A adoção das cotas para negros não pode ser imposta, [2] depende de medida que crie antagonismo racial em vez de uma superação de preconceito”, comenta. (...) “A elite brasileira é branca. Temos que mudar a cor da pele dos alunos da universidade, mas não podemos impor isso, [3] nem aos negros nem aos brancos. Acredito que não deve ser uma experiência para o País inteiro, de uma só vez. [4] Vamos experimentar em um lugar, em outro, vamos ver como se faz a identificação. Aos poucos podemos chegar lá”. (...) Para ele, a decisão das cotas não deve, também, ser descartada. [5] Precisa ser discutida devagar. É um assunto que não está maduro. [6] Quanto a entrar na Justiça contra as cotas, entende que é o direito de cada um.(...) Em sua avaliação, as cotas para negros são para os negros que terminam o ensino médio, que em geral não são pobres. [7] [AT030224 – 3]*

Temos aqui vários casos de emprego da negação em diversos trechos de uma reportagem com o então ministro da Educação. Vamos analisar os casos pertinentes às funções explicitadas anteriormente. Nas duas primeiras ocorrências, a negação, ou rejeita o emprego do sistema de cotas como política pública, ou mostra que seria inadequado usar o peso da lei para implantá-lo.

Já antes mesmo de apresentar o pensamento de Cristovam Buarque sobre as cotas, com variadas nuances, a reportagem resguarda a imagem do entrevistado, distinguindo os papéis de educador/pensador e o de ministro. O primeiro seria favorável às cotas, o segundo, não. O que se nota ao longo do texto, no entanto, é a estratégia discursiva de se preservar o ministro de ser mal visto diante da comunidade negra e dos defensores das cotas. No primeiro caso, especificamente, a opinião acentua que as cotas não são uma boa política pública. Ora, o fato é que ao não propor a medida como política pública está-se, na verdade, rejeitando a proposta.

No segundo e terceiro casos, a função da negação é mostrar que seria inadequado usar o expediente da lei para implantar o sistema de cotas e, ao mesmo tempo, resguardar-se de críticas por assumir tal decisão. Na verdade, o que fica evidente aí é que as cotas não seriam oportunas

como política pública imposta pela força da lei para todo o país. Nos EUA e em outros países, cotas para minorias só podem ser feitas com base na legislação, não pode ser de outra forma; no caso, o ministro aponta como negativo o caráter impositivo da lei como se houvesse possibilidade de se adotar cotas de outro modo. Mais adiante no texto, torna-se explícito que o ministro espera que as próprias universidades decidam sobre a questão sem que o ministério tenha de impor algo nesse sentido. Da forma como a questão é explorada aqui, subentende-se que quando se trata de medidas voltadas para a comunidade negra, a lei tem um aspecto negativo de imposição e, por isso, não deve ser utilizada.

No quarto caso, a negação é usada para rejeitar a implantação imediata e geral da política de cotas, alegando seu impacto negativo. O ministro sinaliza cautela e defende uma experimentação gradual; a preocupação parece ser tanto com aspectos do processo quanto com o impacto junto à sociedade.

No quinto e sexto casos, a negação cumpre funções muito próximas. Uma delas, ainda no sentido de se resguardar a imagem do ministro, propicia o reconhecimento da decisão sobre as cotas como uma possibilidade concreta. Como se fosse uma carta de baralho na manga da camisa, o ministro lança a idéia, preservando a si mesmo de ser visto como um ministro contrário às cotas. Outra função é a de apontar para o caráter incipiente da discussão sobre as cotas. Pela análise do texto e do contexto, o que o ministro aponta como prova de que o assunto não está maduro é exatamente a reação contrária de parcela da sociedade, inclusive de lideranças do movimento negro. Enquanto isso, nas universidades estaduais do Rio de Janeiro e da Bahia – dois dos mais populosos e influentes estados do país – a medida já está em fase de implantação.

No último caso a ser considerado aqui, a função da negação é mostrar que os possíveis beneficiados pelas cotas não são pobres. Tem-se aqui como pressuposto o pensamento de que as cotas só deveriam beneficiar alunos carentes. Implicitamente, mostra-se que a política de cotas não é boa uma vez que não está necessariamente vinculada à questão da carência. No entanto, no que diz respeito às cotas raciais o propósito que se busca é que as mesmas atinjam vítimas da discriminação racial, presentes em todas as classes sociais. Sem prejuízo das cotas, outras políticas de ação afirmativa são necessárias para favorecer negros pobres a permanecer e prosseguir nos ensinos fundamental e médio. Ademais, a ação afirmativa, como vimos no Capítulo 2, não deve ser vista como substituto de políticas públicas de cunho universalista, essas sim, voltadas para pessoas carentes, independentemente de outra condição.

No discurso da imprensa sobre as cotas, a negação é utilizada tanto nas falas favoráveis quanto nas contrárias à medida. Em termos de frequência, ela ocorre mais nas falas contrárias às cotas. A negação presta-se a várias funções nesse discurso, de acordo com a formação ideológica à qual esteja vinculado o locutor. Entre as falas contrárias, a negação é usada para rejeitar a presença étnica distinta do povo negro na população brasileira, resguardar a imagem de quem se apresenta como contrário à medida, rechaçar os benefícios da política, combater a medida por suposta ausência de exequibilidade, de relevância pública e de contribuição para o sistema de

ensino em geral e para o superior, em particular. Já entre as falas favoráveis, a negação é empregada como estratégia de defesa frente às acusações lançadas pelos opositores das cotas, rejeitando que as mesmas sejam de pequeno alcance, que sejam racista, discriminatórias ou que pressuponham a incapacidade dos negros e também para contextualizar a política de cotas em termos mais amplos.

4.5 – Modalidade

Nesse processo discursivo, as modalidades que se manifestam nos vários gêneros discursivos – mediante o emprego de advérbios modalizadores, de alguns tipos de modos e tempos verbais, de operadores argumentativos ou de formas verbais perifrásticas – tornam-se marcas lingüísticas relevantes para a construção de sentidos que, aliados a outros aspectos do discurso, contribuem para o estabelecimento e reforço de uma determinada perspectiva ideológica.

Vamos apresentar, a seguir, dois casos ilustrativos de como identificamos e analisamos o emprego da modalidade. Em (M-1) temos o enunciado extraído de uma fala do então futuro ministro da Educação e em (M-1.1) a análise que fizemos da mesma:

(M-1) Enquanto não houver uma aceitação da idéia, a gente não pode impor *algo que poderia ter um efeito de polarizar um conflito de raças*. [F021230 – 2]

(M-1.1) Interpretação: a aceitação da idéia pela sociedade é condição para a adoção das cotas

Pressuposto: lei sobre o tema é imposição

Risco envolvido: gerar um conflito racial

Função da modalidade: apresentar a idéia de que evitar ou adiar a implantação das cotas é uma postura cautelosa e consentânea com a defesa do interesse público, resguardando-se, portanto, a imagem da autoridade pública envolvida no assunto, no caso, o futuro ministro da Educação.

Em sua fala, o entrevistado – futuro ministro da Educação do novo governo – apela a um temor que não é justificado. O efeito prático é minimizar a discriminação já existente e evitar implantar e mesmo discutir medidas específicas para combatê-la.

(M-2) Um sistema de cotas iguais para todo o Brasil vai se chocar, fatalmente, com as diversidades regionais. Na Amazônia, onde a população indígena é maioria, certamente faltariam vagas, por maiores que fossem as cotas. [AT020212 – 2]

(M-2.1) Interpretação: o sistema de cotas teria que levar em conta diversidades regionais

Função da modalidade: reforçar expectativas quanto a problemas que a implantação das cotas pode vir a suscitar.

A preocupação aparentemente legítima, expressa nesse editorial, esconde críticas mais graves quanto à necessidade mesma de se implantar as cotas, o que fica evidente ao longo do texto. As especulações em si não são descabidas, mas o reforço da opinião contrária às cotas é dado pelo grau de certeza que o texto atribui às tais especulações – evidenciado no uso dos advérbios modalizadores ‘fatalmente’ e ‘certamente’ – que assume ares de algo muito provável de vir a acontecer. O advérbio ‘fatalmente’ está ligado ao substantivo ‘fatalidade’ – “destino que não se pode evitar” (Dicionário Houaiss). O que não é o caso por se tratar de uma realidade social, portanto sujeita às injunções políticas. O que é mostrado como algo certo ou fato inquestionável não passa de simples conjectura.

A seguir, vamos apresentar alguns exemplos de modalidade e identificar que função desempenha no texto:

1) Associar e reforçar imagens negativas relativas às cotas, como a de que as cotas seriam inconstitucionais ou trariam prejuízo ao ensino superior:

(M-3) A reserva pleiteada é absolutamente inconstitucional, já que fere o princípio de igualdade de direitos para todos e o de proibição de discriminação de pessoas devido ao credo, raça etc. [F021021 – 1]

A opinião expressa em uma carta ao(a) editor(a) define as cotas como inconstitucionais por afetar questões como a igualdade de direitos entre todos e a discriminação. O emprego do advérbio modalizador reforça, de modo inequívoco, a interpretação, não permitindo, sequer, a percepção de que há visões divergentes na abordagem de tais questões, inclusive no meio jurídico.

Como política pública, a adoção das cotas deve ser vista em contexto próprio que é o de políticas sociais voltadas para a coletividade e não como dispositivo que visa prejudicar indivíduos. Como vimos no Capítulo 2, a tese da inconstitucionalidade da medida não tem respaldo entre muitos juristas que dão apoio às cotas.

(M-4) Para eles, as cotas também não promoveriam a melhora do ensino público e poderiam comprometer a qualidade do ensino superior. [F021103 – 3]

No primeiro caso de modalidade temos o emprego conjunto da negação e do verbo no futuro do pretérito. Além de pressupor a idéia de que as cotas só se justificariam se implicasse melhoria no ensino público, a modalidade empregada aí desmerece a contribuição das cotas ao ensino público em si, aos negros e à sociedade como um todo. No segundo caso, a modalidade ajuda a realçar a idéia de que a adoção das cotas traria um prejuízo ao ensino superior.

O enunciado, em forma de alegações sem fundamento, desconsidera o propósito fundamental das cotas – constituir-se em política pública efetiva de reparação aos descendentes de escravos e de combate à exclusão de negros no ensino superior. As justificativas apresentadas contra as cotas fixam um estreito limite para a compreensão da proposta, sua relação com o ensino público, em geral, e com o ensino superior, em particular.

(M-5) O modelo atual da política de cotas de acesso à universidade *pode fazer com que* o potencial do indivíduo beneficiado fique em segundo plano em função dos aspectos emocionais decorrentes de uma política que mais discrimina do que iguala. [JB030412 – 1]

A intervenção de aspectos emocionais sobre o potencial do indivíduo beneficiado pelas cotas em seu modelo atual dá o ponto de partida para este artigo cuja autora é apresentada como psicóloga. Logo no primeiro parágrafo, o uso do adjetivo ‘atual’ permite a compreensão de que o problema não seria com a política de cotas em si, mas com o modelo adotado. No entanto, ao longo do texto, torna-se claro que se trata de estratégia discursiva visando resguardar a imagem da articulista frente à opinião pública e aos defensores das cotas, haja vista que a mesma não contrasta o modelo atual com nenhum outro, ou mesmo com algum mecanismo alternativo, a não ser a idéia pouco consistente de equiparar em qualidade os ensinos público e privado, o que nada tem a ver com políticas de ação afirmativa.

A modalidade aí presente reforça expectativas negativas quanto aos efeitos das cotas. Mostra-se, no entanto, como uma conjectura sem comprovação alguma. Ademais, muda-se o foco da baixa auto-estima que a população negra já enfrenta no dia-a-dia, em razão de todo o processo social, para um suposto efeito provocado pela política de cotas. Assim, a postura adotada mais atende aos críticos da medida, o que se verifica ao longo do texto, do que vem a contribuir para a compreensão de possíveis efeitos negativos de medidas como essa.

2) Sobrevalorizar aspectos conjunturais do atual sistema de ensino, bem como todo o aparato jurídico-legal que o fundamenta:

(M-6) Como o número de vagas na universidade pública é finito, para cada estudante que entrar pelo sistema de cotas haverá outro que perderá a vaga. *Isso não seria necessariamente um problema se* a filosofia do vestibular *não estivesse* calcada na meritocracia. Se a idéia é que os melhores consigam o posto, fica complicado trazer outros critérios que contrariem esse princípio. [F021111 – 1]

O enunciado integra o texto de um editorial que condena as cotas. A idéia expressa aqui é a de que, sendo finito o número de vagas nas universidades, a entrada de um(a) estudante pelo sistema de cotas corresponde à perda da vaga de outro(a). A modalidade é usada para realçar que

há um problema real, uma vez que a filosofia do vestibular baseia-se na meritocracia, estipulando que as vagas devem ser ocupadas pelos que obtiverem melhores resultados no exame.

A ênfase sobre o princípio meritocrático no sistema do vestibular desvia a atenção da possibilidade mesma de mudança, seja no vestibular ou em outras situações, de modo a atender uma urgente demanda social. O fato de as universidades serem mantidas (no caso das públicas) ou receberem algum tipo de subvenção (as particulares) por meio de recursos públicos propicia uma perspectiva de como priorizar o interesse da coletividade – combater a exclusão racial nas universidades – acima do interesse dos indivíduos.

(M-7) Maria Helena defende manter o exame de acesso sem alteração. "*As instituições de ensino superior são eminentemente meritocráticas, até pela natureza jurídico-legal. O mérito acadêmico é importante no processo de seleção para determinadas áreas*", afirma. [F021103 – 3]

Nesse outro exemplo de modalidade, o efeito é o de tornar as cotas incompatíveis com as instituições de ensino superior em razão do prolapado princípio meritocrático que, supostamente, as caracteriza. Nesse caso, a modalidade contribui para supervalorizar o aspecto meritocrático e o arcabouço jurídico-legal que fundamenta o atual sistema de ensino, que se caracteriza pelo conservadorismo.

O que se propõe com as cotas não é, em primeiro plano, extinguir o mérito acadêmico que tem sua própria relevância, mas sim adicionar outro princípio de avaliação ao sistema de acesso à universidade, por razões de relevante interesse público, como é o caso do combate à discriminação racial no ensino superior. Quanto à natureza jurídico-legal, o que se deve observar é que a política de cotas tem seus próprios parâmetros em termos de legislação e jurisprudência. A experiência de universidades americanas e européias que adotaram sistemas de cotas demonstra que as mesmas permitiram acrescentar diversidade e valores culturais ao dia-a-dia do *campus*. Não consta que, por isso, o princípio meritocrático tenha sido aposentado no ensino superior.

3) Criticar o critério da autodefinição, apelando para o oportunismo de candidatos ao benefício das cotas:

(M-8) O problema da autodefinição é que qualquer um, *para obter mais facilmente a tão desejada vaga, poderá declarar-se negro*, sem que o Estado ou a universidade possam contestar. [F021111 – 1]

A modalidade empregada aqui realça o oportunismo de alguns como barreira à adoção das cotas. O efeito dessa crítica é o de, ao demonstrar que a identificação exata de afrodescendentes não é algo factível na realidade brasileira, desqualificar o sistema de cotas como política pública viável.

A reação às cotas por esse viés de argumentação explicita um rigor nem sempre usado no debate sobre políticas públicas. Mesmo porque uma política pública não deve ser inviabilizada porque o controle contra possíveis oportunistas não é total. Em vez disso, pode ser implantada ao mesmo tempo em que se buscam meios de aperfeiçoar o controle público sobre a mesma. Por outro lado, um dos efeitos colaterais positivos da adoção das cotas pode vir a ser, por exemplo, o de contribuir para dar maior visibilidade aos negros no Brasil, ajudando pessoas a se declararem negras ou afro-brasileiras, o que seria um excelente reforço à identidade e à auto-estima de considerável parcela da população.

4) Atrelar a experiência em discussão no Brasil ao modelo americano, simplificando o debate:

(M-9) O conceito de ação afirmativa é *realmente* justo. É preciso tomar medidas que resultem em menor racismo. A coisa complica-se quando as ações adotadas implicam restrições a direitos de outros grupos. (...) A discussão norte-americana é útil para o Brasil, que agora começa a pensar em políticas de ação afirmativa. *Só que a situação dos EUA não pode ser simplesmente transposta para o país.* [F030630 – 1]

Nesse exemplo, há três ocorrências de modalidade. A primeira, mediante o uso do advérbio modalizador 'realmente', por um lado realça o caráter justo das cotas, por outro, funciona também como uma estratégia discursiva para resguardar a imagem do jornal, por se tratar de um editorial. A idéia fundamental no texto é a de que o sistema de acesso ao ensino superior no Brasil é diferente do modelo norte-americano, de onde provem a experiência das cotas, o que leva, portanto, à consideração de que se deve tomar cuidado ao adotar a mesma política que vigora nos Estados Unidos, ontem e hoje alvo de disputas judiciais, como os próprios textos do *corpus* da pesquisa mostram. A modalidade simplifica o debate, ao tentar fixar o pressuposto de que a discussão das cotas no Brasil está sendo mera imitação da experiência nos EUA.

A luta por cotas no Brasil tem respaldo na realidade vivida pelos descendentes de escravos e evidenciada em dados estatísticos e na experiência de milhões de pessoas. Há semelhanças que não podem ser desconsideradas entre o que sofreram e sofrem os negros nos Estados Unidos e o que tem passado a comunidade negra no Brasil daí porque uma experiência bem testada naquele país poderá sim ser aproveitada aqui, feitas as modificações necessárias. O texto em nenhum momento traz evidências de que "a situação dos EUA" está sendo "simplesmente transposta para o país". Trata-se de um fato que o texto assume como dado, sem a necessidade de fornecer prova sobre o que diz.

5) Desqualificar a política de cotas, atribuindo-lhe como principal mérito o apaziguamento de consciências culpadas:

(M-10) O pensamento *supostamente* "progressista", no entanto, *prefere apaziguar sua consciência* defendendo um sistema que, além de desrespeitar o princípio da igualdade formal entre cidadãos, é ineficiente para combater o que pretende. [F030818 – 1]

A adoção das cotas é apresentada nesse texto, um editorial que condena as cotas, como um mecanismo para apaziguar a consciência de supostos progressistas, constituindo-se em um sistema que efetivamente desrespeita o princípio da igualdade e que é ineficiente. A modalidade cumpre assim a função de desqualificar a política de cotas como medida progressista e transforma uma ação política voltada para parcela significativa da população brasileira em uma medida que visa resolver problemas de consciência.

O caráter progressista da política de cotas fica provado pela luta dos negros nos EUA e no Brasil que tem suas especificidades e que transcende os limites estreitos do pensamento progressista no âmbito político-partidário e mesmo no campo acadêmico, não sendo portanto algo suposto e sim demonstrado. A defesa da política de cotas conquanto possa ter as mais variadas motivações no plano individual é, do ponto de vista sócio-político, fruto de um acúmulo de discussões e de enfrentamentos políticos de toda sorte. Priorizar questões de foro íntimo é desprestigiar o aspecto político mais amplo que permeia essa discussão, o que é feito em prejuízo da sociedade.

6) Associar as cotas a um mundo imaginário (em combinação com o emprego da ironia):

(M-11) Ou, *alternativamente*, é um discurso sobre a "reparação" pelos anos de escravidão do tataravô imaginário do negro de classe média, que transforma *metafisicamente* o branco pobre em representante dos proprietários de cativos e o negro de classe média em representante dos escravos. [F030729 – 1]

Extraído do texto de um artigo – cujo autor é apresentado como doutor em geografia e editor de um periódico – o enunciado caracteriza a proposta de cotas como confusa e desprovida de sentido prático. A modalidade, por meio do emprego de dois advérbios modalizadores e reforçada pela ironia (a ênfase na 'reparação', a expressão 'tataravô imaginário...'), coopera para fixar a idéia de uma proposta hipotética, sem base no mundo real.

As políticas de ação afirmativa têm sido pleiteadas e conquistadas por minorias sociais em muitos lugares do mundo. O fundamento é o entendimento de que situações históricas como a escravidão imposta aos africanos no continente americano teve respaldo legal, configurando-se, portanto, em uma instituição sócio-política que vitimou milhões de seres humanos e cujos efeitos – nocivos à dignidade humana – perpetuam-se até hoje nesses países, atingindo os descendentes daqueles.

O pensamento expresso no enunciado em análise despreza essa perspectiva, tentando se concentrar no plano individual com base no qual busca ridicularizar esse tipo de política partindo

da premissa de que seria impossível reparar erros históricos. O fato é que erros históricos têm sido objeto de reparação moral, como é o caso das vítimas do Holocausto nazista, o que não é sequer mencionado pelo articulista. Por outro lado, o problema não está restrito ao passado. A força e os efeitos do racismo no mundo moderno provam que os erros, ou seja, as injustiças contra o povo negro, de outra forma, continuam sendo perpetrados e, sendo assim, precisam ser enfrentados.

7) Realçar a idéia de que negros e mulatos serão prejudicados com as cotas:

(M-12) As cotas são *particularmente* nocivas para os negros e mulatos, pois, sob pretextos de justiça social, inscrevem o princípio discriminatório no texto legal. [F030729 – 1]

Nesse enunciado, busca-se mostrar que negros e mulatos – justamente o público-alvo da medida – saem perdendo com as cotas raciais. A modalidade reforça como as cotas são nocivas em especial para os possíveis beneficiários. O advérbio ‘particularmente’ ajuda a focalizar negros e mulatos como grupo social que só tem a perder com a medida, mudando o enfoque de benefício para o de prejuízo.

As políticas de ação afirmativa têm por fundamento o combate à discriminação e ao racismo. Sua intervenção no espectro social ataca efeitos do racismo e da discriminação, promovendo suas vítimas. Efetivamente essas políticas dão visibilidade ao problema e às minorias. Apelar a um caráter nocivo dessas medidas é um tipo de estratégia discursiva que visa desacreditá-las perante a opinião pública.

8) Associar e fixar imagens junto aos defensores das cotas, retratando-os como simplistas e diversionistas:

(M-13) Já o pesquisador Demétrio Magnoli pediu cautela para que o debate sobre as ações afirmativas não seja simplificado. "São necessárias mudanças estruturais profundas no sistema. Pensar *simplesmente* em política de cotas é falsear o debate e desviar o foco do que *realmente* está em jogo." [F031206 – 1]

Extraído de uma reportagem que aborda iniciativa de reitores de universidades estaduais de São Paulo em favor de algum tipo de ação afirmativa para minorias, mas não necessariamente cotas, o enunciado veicula o pensamento de um dos participantes. Ele entende que o debate sobre as cotas desvia a atenção daquilo que importa que são as “mudanças estruturais profundas no sistema”.

A modalidade, presente por meio de dois advérbios modalizadores, ajuda a fixar os sentidos de simplificação e de diversionismo que o crítico das cotas associa à ação dos defensores da medida.

A opinião sugere o pressuposto de que, para os defensores das cotas, só as cotas importam. Não se apresentam evidências do que é afirmado. Ao se discutir cotas e políticas de

ação afirmativa de um modo geral, o que está em jogo é a questão do racismo como algo institucionalizado na sociedade e que precisa ser combatido, o que o pesquisador não leva em consideração.

9) Resguardar a imagem dos que se opõem às cotas:

(M-14) O ministro da Educação, Cristovam Buarque, disse ontem, no Rio, que não defende a adoção da política de cotas para negros nas universidades *até que haja um consenso* sobre a questão. Cristovam afirmou que, como pensador e professor, considera o sistema um bom caminho, mas, como ministro, espera que a questão se torne lei *quando estiver mais bem aceita* pela opinião pública. [JB030311 – 1]

Veiculado em uma reportagem, o enunciado traz a opinião – em discurso indireto – do então ministro da Educação, a saber, a implantação das cotas só deve virar lei quando houver consenso na sociedade. A modalidade, nos dois casos do exemplo, evidencia a condição necessária alegada para que as cotas tornem-se lei.

Nota-se a estratégia discursiva de se poupar o ministro, preservando sua imagem diante dos defensores das cotas. Ao encaminhar um projeto de lei favorável às cotas, o governo não estaria fazendo nada inédito, uma vez que muitas políticas públicas têm se tornado lei, mesmo contrariando interesses diversos, ou seja, sem o desejado consenso. De igual modo, o nível ou grau de consenso que é fixado na expressão “mais bem aceita” não é definido pelo ministro, permanecendo algo nebuloso.

(M-15) Sobre o sistema de cotas, *devo reconhecer* que é uma ótima intenção. Porém, esse sistema demonstra que não é tão eficiente *quanto deveria ser*. [F030624 – 5]

O enunciado principia uma carta ao(a) editor(a). No primeiro caso, a modalidade possibilita o reconhecimento de que a proposta é bem intencionada. A forma verbal perifrástica faz notar a concessão por parte do leitor que é levado a admitir a ‘ótima intenção’ contida na medida. Com isso, resguarda-se de ser considerado como alguém contrário a políticas públicas voltadas para a comunidade negra.

No segundo caso, a modalidade aponta para um ideal de eficiência não especificado, ainda não alcançado pelas cotas. Como contraponto, deve-se reconhecer que, enquanto o leitor parece estar preocupado com um certo nível excelente de eficiência, os escravos libertos e seus descendentes desde sempre nunca tiveram políticas de reparação, ainda que pouco eficientes.

10) Defender o princípio do mérito como fundamento imparcial, único e ideal da política de acesso à universidade:

(M-16) Estados como a Bahia e o Rio de Janeiro optaram por essa via que, além de dúvida na origem (como selecionar afrodescendentes ou como garantir que o estudante da escola pública seja *necessariamente* carente?), atenta contra o *princípio meritocrático que deve prevalecer* quando o assunto é ensino superior. [F020829 – 1]

Há dois casos de modalidade nesse enunciado extraído de um editorial. Examinamos o segundo, em que se usa a forma verbal perifrástica (*deve prevalecer*). Ela coopera aqui para fixar a idéia do princípio do mérito como fundamento inquestionável no sistema de acesso à universidade e incompatível com as cotas.

Na prática, as cotas não eliminam o princípio do mérito, mas trazem ao processo do vestibular – porta de entrada para o ensino superior – outros critérios, como o do pertencimento ao segmento de alunos egressos de escola pública (caso do Rio de Janeiro) e ao segmento de afrodescendentes (casos do Rio e da Bahia), desde que alcançado o percentual mínimo de pontos no exame. A afirmação, pretensamente imparcial, ignora todo o debate que denuncia o vestibular sem cotas como mais um dos locais de manifestação do racismo institucionalizado.

(M-17) O mecanismo contradiz o *princípio do mérito, que deveria nortear* a distribuição das vagas: se a seleção se baseia na escolha dos melhores, as cotas distorcem o fundamento do sistema. [F030221 – 1]

Temos aqui outro exemplo do emprego da modalidade para apontar o princípio do mérito como norma única no vestibular e mostrá-lo incompatível com as cotas.

No entanto, as cotas remetem a uma outra contextualização do ensino superior, em que o acesso ao mesmo é visto como um instrumento dos mais valiosos de ação afirmativa no combate ao racismo. Adotar as cotas não significa que o princípio do mérito será desconsiderado, pelo contrário ele permanecerá ao longo do ensino superior. Tão somente no caso do vestibular, ele terá um princípio concorrente que é o fixado pelas cotas e apenas no percentual definido na legislação.

11) Propor alternativa, de modo a garantir direitos dos estudantes brancos:

(M-18) *O governo deveria criar [1] um número de vagas especiais e exclusivas para alunos negros, pardos e vindos de escolas públicas. Desse modo, os estudantes brancos não seriam prejudicados, [2] e a integração daqueles alunos nas universidades ainda seria garantida, [3] diminuindo, assim, as desigualdades entre grupos étnicos e entre diferentes grupos sociais.* [F030624 – 5]

No exemplo, extraído de uma carta ao(à) editor(a), há três ocorrências de modalidade num enunciado que aponta para o que seria uma alternativa ao sistema de cotas. No primeiro caso, a

modalidade por meio da forma verbal perifrástica (*deveria criar*) ajuda a fixar o papel do governo em propor alternativa ao que vem sendo alvo de disputa.

No segundo caso, a modalidade fixa a idéia de que pela medida alternativa sugerida, os estudantes brancos não seriam prejudicados. O pressuposto é que pela proposta atual eles são sim. Com isso, dá-se uma inversão de interesses quanto aos objetivos da política – a prioridade passa a ser não prejudicar os estudantes brancos.

No último caso, a modalidade coopera para o entendimento de que ‘a integração’ dos alunos beneficiados pelas cotas ainda seria satisfeita. Assim, o que seria o cerne de uma política de cotas – o benefício a estudantes negros e/ou egressos de escolas públicas – aparece como um subproduto de uma mudança no sistema de acesso ao ensino superior.

12) Mostrar as cotas como objeto de disputa mesmo entre seus defensores:

(M-19) *Mesmo entre os que apóiam a adoção de cotas, há quem aponte falhas nos sistemas da Uerj (Rio de Janeiro) e UnB (Brasília).* [AT031121 – 14]

O enunciado é extraído de uma reportagem que aborda problemas decorrentes da implantação das cotas nas universidades. A modalidade ajuda a fixar a idéia das cotas como alvo de disputa.

Ao longo do texto, nota-se o reforço da idéia de que as cotas são polêmicas, o que realimenta a polêmica. As possíveis divergências entre os defensores das cotas são apresentadas não como evidência de debate interno em busca de um aperfeiçoamento, mas como sinal de uma medida controversa e que tem gerado muitas reações contrárias.

13) Apontar para possível efeito colateral positivo da política de cotas:

(M-20) *A política de cotas não resolve nem poderia resolver o problema da injustiça social no Brasil e nem sequer no meio educacional, mas somente por colocar temas essenciais em discussão, já teria valido a pena.* [JB030223 – 1]

O enunciado integra o texto de um artigo de um escritor favorável às cotas. A idéia é de que as cotas não vêm para resolver o problema da injustiça social mas estão justificadas pelo efeito positivo que geram – o agendamento de temas essenciais para a sociedade. No primeiro caso, a modalidade ajuda a descaracterizar as cotas como sendo ‘panacéia’ – o que se nota na fala de alguns críticos. No segundo caso, fixa o sentido de que, sejam quais forem as conseqüências a que se possa chegar com as cotas, sua inserção na agenda nacional já é em si um ganho de causa.

14) Rejeitar a idéia de que as cotas prejudicariam a qualidade do ensino:

(M-21) “*Mesmo os alunos inscritos pela cota só devem ser aprovados se atingirem nota superior à de corte*”, explica. [AT031121 – 14]

A fala acima é de um líder negro e integra uma reportagem sobre cotas. A opinião do entrevistado é apresentada como um tipo de parâmetro na implementação da política de cotas, e rechaça a crítica dos opositores das cotas de que as mesmas vão pôr na universidade estudantes sem condições de acompanhar o nível do estudo. O raciocínio expresso é simples. Por meio dos operadores argumentativos ‘mesmo’ e ‘só’, da forma verbal perifrástica ‘devem ser’ e do emprego da condicional ‘se atingirem’, o entrevistado observa que o nível do ensino superior não deve baixar com a introdução das cotas, uma vez que somente os alunos que fizerem a pontuação mínima, ou seja, atingirem o nível mínimo exigido é que serão aprovados.

15) Apontar a necessidade de suporte para o sucesso da política de cotas:

(M-22) “*A questão é saber se essa ação é algo eficaz ou não*”, diz Sergei Soares, pesquisador do Ipea. “*Isso pode funcionar se a ação for seguida de políticas públicas de apoio às minorias*”, diz. [F020124 – 2]

A fala acima, de um pesquisador do Ipea (Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas), pode ser tomada como uma opinião de alguém independente, representante do mundo científico. Por meio da combinação do emprego do operador ‘se’ – primeiramente no contexto do verbo no presente do Indicativo e na segunda vez, com o verbo no futuro do subjuntivo – com a forma verbal perifrástica ‘pode funcionar’, o pesquisador aborda a política do ponto-de-vista de sua funcionalidade ou quanto a seus resultados práticos, sem consideração quanto à relevância ou necessidade.

16) Mostrar as limitações do vestibular nos moldes atuais para avaliar o mérito:

(M-23) O primeiro equívoco desse argumento é considerar que o atual vestibular tenha a capacidade de medir o “mérito do candidato”. O que o vestibular mede é *principalmente* a qualidade do ensino oferecido aos candidatos e as suas condições de estudo e de vida. O vestibular mede *principalmente* o mérito do sistema escolar, das condições sociais e a desigualdade de oportunidades. [F020523 – 4]

O enunciado acima é extraído de um artigo, cuja autora é apresentada, ao fim da matéria, por seus vínculos profissionais, pela militância no movimento negro e por ter sido “relatora-geral da 3ª Conferência Mundial contra o Racismo”. O uso, por duas vezes, do advérbio modalizador ‘principalmente’, em referência ao substantivo ‘vestibular’ em posição de sujeito, constrói o sentido de que o vestibular não julga (mede) exatamente o mérito do candidato – opinião muito difundida pelos contrários às cotas – mas sim o ensino que foi oferecido aos candidatos. Com isso, a autora qualifica as cotas, mostrando que ela aperfeiçoa o sistema, ao recuperar o princípio da justiça na

avaliação dos candidatos. Como diz em seguida, “O sistema de cotas estabelece que a competição deve se dar entre candidatos com igualdade de condições para que se possa medir o mérito dos estudantes, e não a diferença de oportunidades.”

No discurso da imprensa sobre as cotas, alguns tipos de modalidade que o discurso assume contribuem para a fixação e reforço de alguns sentidos. São mais abundantes nas falas contrárias às cotas os usos de advérbios modalizadores, de operadores argumentativos, de alguns modos e tempos verbais com vistas a construir sentidos e associar imagens às cotas. Dessa forma, a modalidade ajuda a associar aspectos negativos à política de cotas, a desqualificá-la, explorando aspectos e situações desfavoráveis, a resguardar a imagem de quem se opõe às cotas, a estabelecer um paralelo com o caso americano, alegando ser o caso brasileiro mera cópia da situação nos EUA. Nos textos ou falas favoráveis às cotas, os mesmos tipos de modalidade do discurso realçam os efeitos positivos das cotas, defendem a política dos ataques lançados contra a mesma e mostram a necessidade de que as cotas sejam apoiadas como políticas públicas.

*** **

Vimos neste capítulo como os negros são representados no discurso da imprensa, em assuntos em que diferenças, contribuições específicas e situações distintas relacionadas aos negros no Brasil são apresentadas como tópicos nos textos dos jornais. Examinamos 1537 textos de três jornais – *Folha de S. Paulo*, *Jornal do Brasil* e *A Tarde* – em um período de dois anos que foram então agrupados em nove núcleos temáticos. Notamos já aí enquadramentos restritos sobre a questão do(a) negro(a) na sociedade brasileira. São notícias que constituem o(a) negro(a) como o outro, o diferente ou estranho, mesmo sendo tão presente na população brasileira.

Discutimos o *corpus* restrito, sua constituição, a seleção dos 352 textos que o integram, sua distribuição por jornal e por ano de pesquisa. E passamos a analisar aspectos lingüísticos e discursivos específicos e relevantes na construção do discurso da imprensa sobre as cotas. Examinamos a seleção lexical, de que modo as cotas são apresentadas nos textos, a que termos e expressões são associadas, e como essas escolhas intervêm no discurso. Analisamos especificamente os títulos, como eles são construídos e como eles conduzem a compreensão do assunto ‘cotas’. Investigamos, por fim, o emprego da negação e de alguns tipos de modalidade do discurso, as funções que desempenham e que sentidos favorecem tanto nas falas e nos textos contrários às cotas quanto naqueles que apoiam a política.

No próximo capítulo, vamos continuar a análise do discurso da imprensa sobre as cotas por meio do exame da argumentação – como são construídas e que sentidos propiciam as estruturas argumentativas – e das figuras de linguagem, em especial a metáfora e a ironia.

Capítulo 5

Argumentação e retórica no debate das cotas

Como vimos no capítulo anterior, o foco sobre a polêmica em torno da política de cotas para os negros serve a determinados interesses. Esses têm a ver com a manutenção do *status quo* reservado aos negros no Brasil com a conseqüente reprodução da discriminação vigente na sociedade. Nesse sentido, temos não somente a reação contrária das elites dominantes como a construção no e pelo discurso da imprensa de sentidos que cooperam a seu modo na reprodução de mecanismos e de estruturas de reprodução ideológica. Numa palavra, a imprensa contribui de forma bem específica para a constituição e a manutenção do racismo.

Tendo examinado no capítulo anterior a intervenção de aspectos como a seleção lexical, o emprego da negação e da modalidade, vamos examinar agora a contribuição de dois aspectos que desempenham papel vital nesse discurso: a argumentação e a retórica. A argumentação é muito forte nesse discurso, manifestando-se nos vários gêneros examinados. Pelo exame das estruturas argumentativas, pode-se delinear o arco de restrições e o de apoios à medida e como a ideologia opera na constituição de alguns desse sentidos. Assim, vamos apresentar a estrutura argumentativa utilizada, mostrar como a mesma é constituída e oferecer uma visão crítica da mesma com base nos pressupostos teóricos que animam esta pesquisa.

Quanto à retórica, vamos examinar basicamente dois tipos de figuras de linguagem: a metáfora e a ironia. Essas são consideradas no contexto restrito de cada enunciado e do texto como um todo e em relação ao processo discursivo amplo. Vamos observar como a primeira é empregada basicamente pelos opositores às cotas veiculando com as mesmas uma série de preconceitos que associam imagens negativas e pejorativas aos negros e à ação afirmativa. Já a ironia é usada tanto pelos opositores como pelos favoráveis às cotas. Nesse caso, os primeiros a utilizam para detrair os possíveis beneficiados, desqualificando-os como sujeitos capazes e merecedores desse tipo de política. Já os últimos a utilizam como instrumento para defender-se e atacar posições no campo adversário. Vamos começar a examinar já na próxima seção o emprego da argumentação no discurso.

5.1 – A argumentação

Uma das marcas lingüísticas recorrentes no discurso da imprensa sobre a proposta de cotas para negros nas universidades é a argumentação, o que não é de surpreender já que, em se tratando de uma política pública voltada para minorias e do contexto da imprensa, a argumentação é uma estratégia discursiva a que comumente se recorre.

Na presente pesquisa, notamos que não somente os textos dos gêneros eminentemente opinativos – editoriais, artigos, cartas ao(à) editor(a), colunas e entrevistas – mas mesmo as

reportagens apresentam inúmeros exemplos de argumentos, não somente nas falas de pessoas entrevistadas como também no próprio texto do(a) repórter.

Para examinar a argumentação desenvolvida nos vários textos do *corpus*, procedemos a sua identificação utilizando para isso o modelo proposto por F. H. van Eemeren, R. Grootendorst, S. Jackson e S. Jacobs (2000), no artigo *Argumentación*, cotejando com os aportes de Plantin e também de V. Lo Cascio (1998). A seguir, vamos apresentar dois casos ilustrativos de estrutura argumentativa e de como a analisamos. O que identificamos como argumento, ou seu núcleo, é, na verdade, uma opinião, baseada na qual, as cotas são apresentadas como positivas ou negativas, adequadas à realidade brasileira ou ineficazes. O enunciado (A-1) provém de um editorial que condena a política de cotas. Em (A-1.1) temos a identificação da estrutura argumentativa, delineando como a argumentação é desenvolvida nesse trecho.

(A-1) HÁ UMA proposta simplista e, ao final das contas, inadequada de combater a desigualdade no acesso ao ensino superior no Brasil: o estabelecimento de cotas em universidades públicas, seja para negros, seja para alunos do ensino médio oriundos de escolas públicas. Estados como a Bahia e o Rio de Janeiro optaram por essa via que, além de dúbia na origem (como selecionar afrodescendentes ou como garantir que o estudante da escola pública seja necessariamente carente?), atenta contra o princípio meritocrático que deve prevalecer quando o assunto é ensino superior. [F020829 – 1]

(A-1.1) Arg.: o sistema de cotas é uma proposta simplista e inadequada de se combater a desigualdade no acesso ao ensino superior:

a - a proposta é dúbia na origem

a.1 - há dificuldade em selecionar afrodescendentes

a.2 - há dificuldade em garantir que o beneficiário da escola pública seja necessariamente carente

b - a proposta atenta contra o princípio meritocrático

b.1 - o princípio meritocrático deve prevalecer no âmbito do ensino superior

A argumentação explora um suposto simplismo e uma inadequação do sistema de cotas como política de combate às desigualdades no acesso ao ensino superior. O argumento seleciona um aspecto da medida – o propósito de eliminar ou reduzir as desigualdades entre negros e brancos ou entre egressos de escolas particulares e de escolas públicas no acesso à universidade, o que, de fato, constitui um dos fundamentos da medida, mas não o único – ao mesmo tempo em que silencia sobre outros aspectos que fornecem os limites de compreensão da proposta: quem é ou quem são os autores da proposta, quais os objetivos da medida, como o movimento negro e parte da sociedade passaram a travar a discussão dessa política nos últimos anos, qual a vinculação entre política de cotas e ação reparatória, vista como uma dívida histórica para com os

descendentes dos escravos, qual o percentual de negros entre os alunos das escolas públicas, entre outros.

Ao núcleo do argumento – a tese inicial que busca caracterizar como negativa a política de cotas, sugerindo de modo implícito a razão pela qual ela não deve (não pode) ser adotada no Brasil – são propostas duas justificativas que, por sua vez, são desdobradas: uma é a dubiedade da medida já na origem e a outra, a incompatibilidade com o princípio meritocrático. Na linha de argumentação desenvolvida, a dubiedade tem a ver com duas supostas dificuldades: como selecionar afrodescendentes e como garantir que o(a) beneficiário(a) da escola pública seja necessariamente carente. A argumentação desenvolvida encerra-se aí.

O jornal apresenta como fato seguro uma suposta dificuldade em selecionar candidatos afrodescendentes ao benefício. Não são fornecidos elementos para embasar essa afirmação. Tendo por base o processo discursivo no jornal bem como a realidade social brasileira, o argumento constrói implicitamente a idéia de que a identidade do(a) negro(a) no Brasil é algo passível de disputa, sujeito a inúmeras interpretações, ainda mais quando o que está em jogo é a competição por escassos recursos culturais e simbólicos (confira Seção 2.2.3), como é o caso do ensino superior no Brasil.

Quanto à suposta dificuldade em garantir que “o beneficiário da escola pública seja necessariamente carente”, firma-se aí um pressuposto, qual seja, a medida só se justifica se estiver voltada exclusivamente para pessoas efetivamente carentes. Trata-se, no entanto, de uma estratégia discursiva pela qual se atribui à proposta determinado propósito que não lhe é necessariamente inerente para, em seguida, mostrar que não há como se atingir tal propósito. Como demonstramos na Seção 2.2.3, além de ter como propósito a integração e o desenvolvimento de pessoas em situação de desvantagem, a política de ação afirmativa – no que diz respeito aos descendentes de vítimas da escravidão – possui um forte componente ligado ao princípio de reparação moral. Assim, ela é devida a todos os afro-brasileiros e não apenas aos carentes.

A segunda justificativa tem por referência o princípio meritocrático. Nesse caso, argumenta-se que o sistema de cotas é uma medida inadequada porque despreza o critério do mérito, pilar do ensino superior. Mais uma vez, pela estratégia discursiva adotada, o argumento restringe o foco sobre um aspecto particular, sem situar o contexto mais amplo, nem descer a detalhes e, com isso, prejudica a compreensão da proposta. Mesmo porque, de uma perspectiva mais ampla, o acesso ao ensino superior no Brasil não é necessariamente meritocrático, já que nem todos os candidatos ao vestibular dispõem das mesmas condições básicas iniciais para disputar as poucas vagas oferecidas. A única condição a nivelar os candidatos é o fato de terem todos concluído o ensino médio, embora com as nuances mais variadas de aproveitamento, possibilitadas não só pelo potencial de cada um, mas também pela qualidade do ensino, variável conforme o tipo de escola, a região ou a cidade.

Uma das imagens mais desfavoráveis que se busca associar ao sistema de cotas passa, dessa forma, pela fixação da idéia de que tal política despreza o critério meritocrático do ensino superior quando, na verdade, a medida associa a esse critério um outro, haja vista, também, o propósito de expandir a democratização no que diz respeito ao acesso a esses recursos que deveriam ser igualmente disponibilizados a toda a sociedade. Além disso, a medida pleiteada não visa suprimir o critério do mérito ao longo do curso acadêmico, como diversas falas chegam a insinuar.

Analisemos outro exemplo. Em (A-2) temos excertos de um mesmo artigo, de autoria de José Carlos Azevedo, apresentado, ao final do texto, como 'PhD em Física' e 'ex-reitor da UnB'. Em (A-2.1) a identificação da estrutura argumentativa ali presente.

(A-2) A reserva de vagas é ofensiva por considerar ineptas para o trabalho e o ensino superior as pessoas de cor negra; gera ainda questões de variadas ordens(...) O que é "raça"? Nem sua etimologia é certa (ver dicionários etimológicos da Língua Portuguesa de A. Nascentes e de J. P. Machado; o Oxford English Dictionary registra "of obscure origin"), o que faz ridícula a algaravia de burocratas que pretendem resolver, de forma simplória e autopromocional, a questão da discriminação. Todos pertencemos à espécie dos humanos e subdividi-la em "raças", como fazia o IBGE (branca, parda, preta, amarela e indígena) ou faz agora com o novo critério, caracteriza o racismo condenado pela Lei Afonso Arinos. Se integrantes do Executivo, responsáveis por essas "injustiças seculares", ora exploradas demagogicamente, quiserem corrigir as crueldades e os desmandos cometidos contra minorias, será mais correto, mais eficaz e mais respeitoso garantir-lhes escolas decentes, condições de trabalho e de moradia condignas e não acenar-lhes com demagogias incoseqüentes. [JB020207 – 2]

(A-2.1) Arg.: a reserva de vagas é ofensiva (e problemática):

- a - considera ineptas para o trabalho e o ensino superior as pessoas negras
- b - gera ainda questões diversas
 - b.1 - o conceito de raça é de nenhuma utilidade
 - b.2 - fixar critérios baseados na questão racial constitui racismo
- c - injustiças seculares contra minorias são de responsabilidade do Executivo
 - c.1 - elas têm sido exploradas demagogicamente
 - c.2 - a correção das mesmas requer medidas de outra ordem

O argumento explora questões conceituais e aponta para o que seriam as fragilidades da proposta, em razão desses problemas conceituais. São basicamente três os problemas. Primeiro, a idéia de que o sistema de cotas considera pessoas negras ineptas para o trabalho e para o ensino superior. Em segundo lugar, a inutilidade do conceito de raça e, por fim, a idéia de que há outros meios para se atingir o fim de corrigir as crueldades e os desmandos cometidos contra minorias.

O artigo, do começo ao fim, ridiculariza a proposta de cotas sem fazer qualquer reconhecimento à realidade do racismo e da discriminação na sociedade brasileira, e é de pouca honestidade intelectual na apresentação da questão e de seu contexto. Em vez do termo 'cotas', prefere usar a expressão 'reserva de vagas'.

Para o articulista, a política de cotas "considera ineptas para o trabalho e o ensino superior as pessoas de cor negra". Nesse caso, as cotas seriam uma ofensa à população potencialmente beneficiada. A afirmação não se faz acompanhar de nenhuma explicação adicional, como se valesse por si, sendo de fato apenas a opinião do articulista. Por essa estratégia, o autor apresenta como se fosse um fundamento da proposta aquilo que, na verdade, é um juízo de valor sobre ela. Para os defensores das cotas, no entanto, não se trata de tomar o povo negro como incapaz ou menos habilitado, mas sim de reconhecer que, no Brasil, secularmente, os negros têm tido muito menos acesso a recursos materiais (bens, renda, condições de saúde, moradia) e simbólicos (ensino superior, bens culturais, poder político), o que os deixa em situação de desvantagem diante do restante da população.

Pelo argumento, além de ofensiva a reserva de vagas também gera "questões de variadas ordens" o que implicitamente equivale a dizer que ela é problemática. Nesse ponto, para o articulista, uma vez que o conceito de raça não tem utilidade alguma, não se pode estabelecer uma política com base na questão racial. Mas se for o caso de o Executivo querer corrigir "as crueldades e os desmandos cometidos contra minorias" deveria sim recorrer a outro expediente que não esse.

Em b.1 temos um sofisma. Do fato de que o conceito de raça não seja válido, não se pode depreender que não haja racismo. Essa estratégia discursiva pretende assim negá-lo, o que, da perspectiva das ciências sociais, não é nada produtor. Tanto é assim que mesmo reconhecendo que, sob a perspectiva da biologia, não existem raças, as ciências sociais continuam a trabalhar com a categoria, face sua relevância no dia-a-dia das pessoas e da política, como discutimos no Capítulo 2. Baseadas em um senso comum, as pessoas continuam a se ver umas às outras e a se distinguir umas das outras como pertencentes a determinada raça.

Já em c, temos a expressão 'injustiças seculares', que o articulista extrai de uma declaração do secretário nacional de Direitos Humanos, citada um pouco antes, e que mostra que o objetivo dessa política é reparar tais injustiças. O articulista, então, atribui a integrantes do Executivo a responsabilidade por essas 'injustiças seculares', acrescentando que são 'exploradas demagogicamente'.

Por outro lado, o articulista também reconhece as "crueldades e os desmandos cometidos contra minorias". No entanto, ao mesmo tempo em que admite essa realidade, não a considera relevante uma vez que defende uma solução como simples possibilidade de atendimento a minorias e não como um imperativo constitucional, próprio de sociedades democráticas, o que se nota pelo uso da condicional 'se'...'quiserem'. Tendo a política de cotas em perspectiva, a mesma seria, por contraste, incorreta, ineficaz, desrespeitosa e demagogia incoseqüente.

Na prática, o que o autor propõe como medida alternativa são, na verdade, direitos mínimos que o Estado deveria garantir a todos – como parte de políticas universalistas – e não um tipo de intervenção nas estruturas sócio-políticas de modo a combater práticas e estruturas sociais racistas em vigor.

5.1.1 – Estruturas argumentativas e estratégias discursivas na construção do discurso das cotas

Ficaria muito extenso e por isso mesmo despropositado, apresentar cada uma das estruturas argumentativas identificadas. Optamos, assim, por agrupá-las por núcleo de estratégia discursiva, de tal sorte que as estruturas argumentativas, ao lado de outras estratégias discursivas – como é o caso do emprego de figuras de linguagem e de outros recursos lingüísticos – cooperam na fixação de sentidos específicos. Não raro, embora sejam postos em um determinado núcleo, os argumentos podem compartilhar nuances de um ou outro núcleo estratégico. São eles:

a) Concessão aparente: Essa estratégia ocorre quando o autor do texto demonstra reconhecer a baixa ou quase nula presença de negros nas universidades brasileiras e/ou outras manifestações de racismo na sociedade, chegando, até mesmo, a defender a adoção de políticas para promover o ingresso de negros na universidade sem, no entanto, admitir a legitimidade das cotas como um instrumento dessa política. Ao contrário, apesar da concessão aparente, o autor condena a política de cotas. É um caso bem típico dos editoriais, manifestando-se também em outros gêneros.

(A-3) O RACISMO é, sem dúvida, uma das graves mazelas que atingem o mundo. E o "racismo cordial" brasileiro não é uma exceção. (...) É mais do que louvável, portanto, o desejo do PT de instituir mecanismos efetivos de combate ao racismo. Mas a proposta de criar cotas para estudantes negros nas universidades públicas, em que pese sua justeza, apresenta tantas dificuldades conceituais e práticas que o bom senso recomendaria reconsiderá-la. No plano operacional, as cotas esbarrariam na definição de quem é negro.(...) [F021111 – 1] (Editorial)

(A-4) A proposta de vagas seletas para negros, muito mais que esbarrar em problemas operacionais sobre a definição do que é ser negro, esbarra em equívocos teóricos (...). Simpatizo com a causa dos negros, mas não será dando vagas que resolveremos esse problema. Teríamos de dar condições para os negros aumentarem seu poder de competição. Por que vamos tentar evitar uma discriminação acarretando outra, uma vez que muitos pobres de quaisquer raças também não conseguem chegar à universidade? [F021112 – 1] (Carta ao(a) editor(a), de Gilson Luiz Volpato, professor universitário (Botucatu, SP))

(A-5) Estou sintonizado com a política de governo de que é preciso mudar a cor da pele das pessoas que estão na universidade para mudar a cor da elite brasileira. Mas percebi, nesses

últimos anos, que muitos líderes de movimentos negros são contra as cotas, porque consideram isso uma forma de discriminar. [F021230 – 2] (Entrevista, feita por Antônio Gois, com o então futuro ministro da Educação)

b) Manobra de desvio: Nesse caso, pode-se ou não reconhecer a existência do racismo ou a necessidade de se instituir políticas de ação afirmativa. O que é relevante aqui, no entanto, é a estratégia de fixar a atenção em aspectos não fundamentais da questão, como as tentativas de fornecer explicação para o problema da baixa presença de negros nas universidades ou de sugerir intervenções em outras estruturas sociais para corrigir tal problema. Como se verá, a estratégia ajuda a desviar o enfoque central da questão.

(A-6) O sistema de cotas segundo o critério étnico, para preenchimento de vagas no ensino público e nas empresas, é insuficiente para resolver o problema das desigualdades no Brasil, conforme reconhece o Ministério da Educação. (...) Um sistema de cotas iguais para todo o Brasil vai se chocar, fatalmente, com as diversidades regionais.(...) Como se vê, a raiz do problema é socioeconômica e não apenas racial. [AT020212 – 2] (Editorial)

(A-7) O regime de cotas em função da cor da pele revela oportunismo ou ignorância de quem a apóia porque não existe "raça" e nem a etimologia da palavra é conhecida; (...) [JB030227 – 4] (Artigo, de José Carlos Azevedo, apresentado como professor)

(A-8) Já se fez a sugestão de cotas para os negros, que estão entre os mais seriamente discriminados pela porta estreita. Mas esse artifício não resolve os problemas educacionais que indiquei, produzidos pelos vestibulares. E é provável que crie uma séria consequência social: será impossível evitar que os "brancos" que "quase entraram" desenvolvam um sentimento de raiva contra "os negros que entraram por favor", culpados de eles terem ficado de fora. [F031028 – 2] (Coluna, de Rubem Alves, apresentado como psicanalista e educador)

c) Referência vaga ou generalização: Ocorre quando a apresentação do problema é feita de modo vago. Por exemplo, dá-se como sendo fato público o que, na verdade, é opinião particular de algumas pessoas ou de alguns segmentos, sem respaldo científico.

(A-9) No plano operacional, as cotas esbarrariam na definição de quem é negro. A única forma democrática de fazê-lo é seguir a prática do IBGE e erigir a autodefinição como critério. O problema da autodefinição é que qualquer um, para obter mais facilmente a tão desejada vaga, poderá declarar-se negro, sem que o Estado ou a universidade possam contestar. [F021111 – 1] (Editorial)

(A-10) Embora favorável às cotas para negros, o ministro da Educação, Cristovam Buarque, disse ontem que a medida "não é adequada do ponto de vista social" porque não garante o acesso de estudantes carentes à universidade.

"Quero chamar a atenção para o fato de que cotas para negros não beneficiam pobres. Beneficiam os negros que terminam o ensino médio, que, em geral, não são pobres", disse o ministro.

Para ele, as cotas "ajudam a mudar a cor da universidade, não a classe social, porque os pobres não terminam a 4ª série". [F030219 – 2] (Reportagem, de Antônio Gois e Luciana Constantino)

(A-11) No Brasil, entretanto, essas políticas vêm sendo formuladas como benesse do Estado, desacompanhadas de uma reflexão sobre a sua aplicabilidade num país onde nunca houve segregação institucionalizada nem um movimento negro forte, e cujo povo é, na sua grande maioria, mestiço. (...) O enfrentamento do problema da desigualdade racial e social brasileira certamente requer muito mais criatividade de nossos líderes, atributo, aliás, que é considerado característico do povo brasileiro e motivo de orgulho nacional. [JB030406 – 1] (Artigo, de Leone Campos de Souza, apresentada como socióloga)

d) Efeito contrário: Nesse caso, trabalha-se com idéias opostas, mostrando que o efeito da política de cotas poderá ser o oposto do pretendido. Por exemplo, uma das idéias mais recorrentes no discurso é a de que as cotas podem fazer crescer o racismo no Brasil ou exacerbar as tensões raciais na sociedade brasileira o que, evidentemente, contribui para minar um propósito fundamental da política de cotas que é o combate ao racismo.

(A-12) Sempre que se percebem distorções tão gritantes, a primeira idéia que vem à cabeça é a criação de cotas para minorias, seja na universidade ou no trabalho. A criação de cotas é problemática. No plano teórico, a medida equivale a tentar reparar uma injustiça criando outra, manobra que raramente dá certo. [F020128 – 1] (Editorial)

(A-13) A maioria dos negros não entram nas universidades não porque são negros, e sim porque são pobres e não têm condições para um estudo mais forte. É nisso que o governo deve se concentrar: em oferecer a todos os pobres (de qualquer cor de pele) as condições de estudo para que ingressem em um curso universitário. O racismo é muito pequeno no Brasil e tende a desaparecer, por favor não o instiguem. Abaixo a pobreza. [F021105 – 1] (Carta ao(à) editor(a), de Mário Nogueira Neto (Ponta Grossa, PR))

(A-14) O que a prática já nos confirma é que a medida reforça ainda mais o preconceito, o sentimento de menos-valia e a rivalidade entre os jovens. Por que alguém precisaria ter acesso facilitado se não possui menos recursos intelectuais? Por que negros e pardos que conseguem ter acesso a escolas particulares são beneficiados? Como os jovens que conseguiram uma pontuação alta, por seus próprios esforços, podem aceitar a perda de

suas vagas apenas pelo critério da cor? O critério da cor da pele não se torna então um fator desagregador e gerador de mais conflitos, uma vez que ele é colocado acima do critério da competência? [JB030412 – 1] (Artigo, de Cláudia Magalhães Cereto, apresentada como psicóloga)

e) Comparação: Por essa estratégia, usa-se a comparação com a realidade do racismo em outros países e com o modelo de ação afirmativa adotado nos anos de 1960 nos EUA, explorando-se o fato de o mesmo enfrentar contestação naquele país, como alerta para que se evite adotar a política de cotas no Brasil. Em geral, fala-se da resistência de setores da opinião pública americana às cotas, tomando-a como um movimento de toda a sociedade.

(A-15) Lamento que, no Brasil, tenhamos nos encaminhado no sentido de imitar os Estados Unidos na questão das cotas "raciais", quando eles já reconheceram os resultados discutíveis dessas iniciativas, as quais, além do mais, não levam em consideração as diferenças entre a realidade americana e a brasileira. [F020523 – 5] (Artigo, de autoria de Eunice R. Durham, apresentada como pesquisadora sênior do Nupes, Núcleo de Pesquisa sobre Ensino Superior da USP, e membro do Conselho Nacional de Educação entre 1997 e 2001)

(A-16) "O problema do Brasil é a injustiça social flagrante, a vergonhosa desigualdade na distribuição de renda – não a obsessão racial. Obsessão racial é coisa de norte-americano. 'Ação afirmativa', de reparação ou compensação racial só faz sentido em países como Estados Unidos ou África do Sul, que enfrentaram décadas inteiras de políticas de apartheid instituídas em lei. Importada assim, toscamente, por uma universidade brasileira (no caso a UFRJ), a política de reparação padece de artificialidade, é mais uma cópia malfeita, mais um cacoete de país colonizado do Terceiro Mundo", criticou, em recente ensaio, a professora da USP e articulista, Marilena Felinto. [AT030403 – 1] (Reportagem, de José Araújo Góes)¹

(A-17) A experiência dos Estados Unidos evidencia a falácia do argumento de que o crescimento do número de "afrodescendentes" diplomados confere poder aos negros. Lá, as cotas para negros nas universidades convivem harmoniosamente com as "cotas" que os tribunais reservam para os negros pobres nas prisões e no corredor da morte. (...)As cotas constituem um elemento das políticas compensatórias e, por isso mesmo, são consistentes com a manutenção ou o aprofundamento das desigualdades de renda. [F030729 – 1] (Artigo, de autoria de Demétrio Magnoli, apresentado como 'doutor em geografia humana pela USP' e como 'editor do jornal "Mundo – Geografia e Política Internacional")

¹ O texto citado aqui é uma versão ampliada de outra reportagem do mesmo repórter publicada em 28/03/03. Há uma série de coincidências nos dois textos, incluindo o trecho que apresentamos como exemplo aqui. Até mesmo os títulos são semelhantes (caso examinado mais adiante nos exemplos Mt-16 e Mt-17 na Seção 5.2.1). Além de um caso explícito de repetição – infringindo as regras do jornalismo – e reiteração da abordagem, a citação de Marilena Felinto, não tendo sido ouvida sobre a questão, é incorporada ao texto sob o manto da autoridade intelectual, reiterando mais uma vez a perspectiva dos contrários às cotas.

f) Antecipação de eventos: Este núcleo engloba estratégias argumentativas e outras em que a política de cotas é criticada com referência a supostos efeitos negativos que ela poderia vir a causar. Como se trata de uma expectativa a médio e longo prazo, quem argumenta se resguarda da responsabilidade de apresentar prova ou sustentação à previsão que faz.

(A-18) Uma lei desse tipo não resolverá problema nenhum. Pelo contrário, criará outros, pois, se o objetivo é combater a discriminação, a reserva de vagas motivará outros grupos étnicos a reivindicar o mesmo direito. [F021021 – 1] (Carta ao(à) editor(a) de, Nivaldo Schiavinatto (Praia Grande, SP))

(A-19) Enquanto não houver uma aceitação da idéia, a gente não pode impor algo que poderia ter um efeito de polarizar um conflito de raças. [F021230 – 2] (Entrevista, feita por Antônio Gois, com o então futuro ministro da Educação)

(A-20) A estratégia de incluir pobres e negros nas universidades à força não vai eliminar as deficiências culturais que tais alunos acumularam em suas vidas. O resultado provável será o aumento da evasão nas universidades. [F030221 – 1] (Editorial)

g) Contra-argumentação: Aqui estão presentes estratégias argumentativas em favor das cotas por meio das quais o autor apropria-se de termos, expressões e opiniões contrárias às cotas e as reelabora mostrando o caráter justo e positivo da medida.

(A-21) As cotas não são uma "discriminação às avessas", mas uma discriminação positiva – no sentido jurídico do termo. Como o concurso de acesso às universidades trata como iguais pessoas que na origem sócio-histórica são desiguais, a política de cotas vem corrigir essa falsa igualdade, dando condições de equidade para os que, de outra maneira, ficam prejudicados na competição. (...) A adoção de cotas nas universidades é apenas um passo, e não uma panacéia. É uma ação reparatória das políticas discriminatórias que inviabilizam a democratização plena da sociedade brasileira, posto que nela ainda sobrevivem, incólumes ou disfarçadamente, traços profundos do sistema escravocrata. [F021202 – 2] (Artigo, de Fernando Conceição, apresentado como 'jornalista e doutor pela ECA/USP' e também como 'professor da Faculdade de Comunicação da UFBA', 'onde coordena o Etnomídia', Grupo de Pesquisa em Mídia e Etnicidades)

(A-22) Acho importante dar acesso a segmentos da população que são os mais desfavorecidos. Ou seja, o segmento de pobres no Brasil é muito grande, e qual a cor da pobreza no país? É negra. Então, uma política de cotas, que se denomina discriminação positiva, que dá acesso aos segmentos da população mais marginalizados, tem sentido. [AT030108 – 1] (Entrevista, feita por Flávio Oliveira, com Jorge Werthein, representante da Unesco no Brasil)

(A-23) (...) a política de cotas para negros não é equivoco e nem ato discriminatório, e sim ação de compensação. Quem tem a pele branca e nunca foi violentado ou violado nos seus direitos constitucionais, e discriminado, não entenderá a questão "do ser negro no Brasil", não entenderá a questão do 14 de maio de 1888, quando 700 mil escravos negros foram colocados no olho da rua e no olho da rua continuam. O Brasil vive falsa democracia racial e as políticas de cotas e de ação afirmativa para negros provocam polêmicas e dão visibilidade à real hipocrisia que permeia o imaginário social da elite brasileira. [JB030227 – 2] (Carta ao(à) editor(a), de Martha de Brito e Darcy Barreto, São João de Meriti, (RJ))

A argumentação desenvolvida no discurso da imprensa sobre as cotas explicita, da parte dos que se opõem à política, um certo desconforto de ter que criticar, rejeitar e assumir-se contrários a uma demanda que é vista senão como resultado de uma reflexão e da luta de parcela expressiva da população brasileira, pelo menos voltada para beneficiar este segmento.

As relações raciais e o racismo como assuntos que têm se constituído em tabu na sociedade brasileira instauram e fazem circular nesse discurso a preocupação quanto a ser acusado de racista, o medo de parecer indiferente à sorte de milhões de brasileiros em situação de carência, excluídos do usufruto de bens culturais. Se o racismo no Brasil de certo modo ainda é tabu, um aspecto da realidade social que não goza de um reconhecimento público geral, se não é priorizado como um problema grave, cujo combate requer políticas públicas, por conseguinte, medidas concebidas com o propósito de combatê-lo carecem de uma certa legitimidade no espaço público. O debate das cotas por meio da imprensa figura, portanto, tanto como uma oportunidade de construção quanto de combate a essa legitimidade. Daí porque, do ponto de vista dos contrários às cotas, a ocasião é propícia para se identificar e explorar aspectos relativos à política de cotas que exponham sua fragilidade e que possam ser utilizados para apresentá-las como uma proposta inconsistente e uma medida deslocada diante da realidade brasileira ou ainda como uma política inexecutável.

É assim, por meio de seis núcleos de estratégia discursiva, que os textos ou falas contrárias às cotas vão tecendo uma argumentação que tanto ataca a legitimidade da política de cotas quanto interfere na construção de perspectivas sobre as relações raciais e o racismo no Brasil. A identificação e a discussão das estratégias discursivas dos tipos concessão aparente, manobra de desvio, referência vaga ou generalização, exploração do efeito contrário, comparação e antecipação de eventos e as estruturas argumentativas que são utilizadas para embasá-las, como vimos, expõem o quanto o movimento negro, líderes negros e todos os que se alinham na luta contra o racismo precisam tomar posição na esfera pública e construir sentidos para reverter um consenso social que nega o racismo como problema grave da sociedade brasileira.

Já a estratégia discursiva de contra-argumentação, utilizada pelos defensores das cotas, opera tanto com vistas a recuperar sentidos lançados no discurso pelos opositores e rejeitá-los,

desconstruindo-os, quanto com o propósito de propor alternativa, visando oferecer um quadro mais amplo de contextualização.

5.2 – Figuras de linguagem

Face um tema que suscita polêmica e paixões, o uso de figuras de linguagem é esperado. Esse é o caso no discurso da imprensa sobre as cotas. Sobretudo artigos, colunas, editoriais e cartas ao(a) editor(a) empregam recorrentemente, sobretudo metáforas, algumas das quais em forma de chavão ou clichê, e também ironia.

5.2.1 – A metáfora no discurso das cotas

O recurso a expressões metafóricas nesse discurso é um fenômeno recorrente. Explicar uma coisa em termos de outra – como é a definição clássica para a metáfora – é uma estratégia muito útil para o propósito de criticar as cotas e negar-lhe legitimidade. Vale ressaltar, porém, o jogo intrincado que as metáforas desempenham no processo, sendo necessário o exame do discurso como um todo e não apenas de um simples enunciado para compreendermos que efeito tal expressão cumpre naquele texto. Por exemplo, o termo ‘abismo’ é utilizado em alguns textos para caracterizar a realidade das desigualdades raciais no Brasil, o que pode ser entendido como o reconhecimento de que a sociedade é racista. No entanto, no debate que a imprensa faz sobre as cotas, sobram críticas à proposta da comunidade negra e faltam contribuições sérias quanto a medidas para superar o problema das desigualdades. Nesse caso, o uso da metáfora serve ao propósito de resguardar a imagem de quem a enuncia, construindo a imagem de interlocutor insuspeito nesse debate.

Entre os dados da pesquisa, selecionamos vinte textos com metáforas, sendo assim a distribuição por gênero: 8 do gênero carta ao(a) editor(a), 6 de reportagens, 3 de artigos, 2 de editorial e 1 de coluna. Passemos agora à apresentação e discussão de alguns exemplos de metáforas e à explicação de que função cumprem neste discurso.

(Mt-1) Especialistas em desigualdade social são unânimes em afirmar que certas “*fórmulas milagrosas*” _como a definição de cotas de participação das minorias em universidades e empresas_ são só ações paliativas para reduzir o *abismo econômico* entre as raças.
(F020124 – 2)

Em (Mt-1) temos um enunciado extraído de uma reportagem (o texto é atribuído à reportagem local), sendo essa, uma das primeiras da *Folha* sobre o assunto dentro do período de dois anos pesquisado. Há duas ocorrências de metáfora no exemplo. A primeira, ‘fórmulas milagrosas’, vem entre aspas, o que indica que a mesma origina-se em outro discurso que não o do(a) repórter, ou seja, da fala de uma pessoa entrevistada. No entanto, não é possível saber pelo texto quem, dos entrevistados, efetivamente referiu-se às cotas dessa forma. A referência é

portanto vaga. Metáfora complexa, a expressão compõe-se de ‘fórmulas’, o que suscita a imagem da receita para elaboração de algum produto, e de ‘milagrosas’, que evoca a imagem do milagre, de uma intervenção sobrenatural, metafísica. Ao referir-se, portanto, à imagem da alquimia, da poção mágica, o texto lança sobre a medida a imagem de algo próprio do mundo da ficção mas que, de fato, não muda a realidade.

É interessante observar que o enunciado formula um pressuposto. A idéia das cotas como ‘fórmulas milagrosas’ já é dada como um fato do discurso. A opinião viria em seguida, ao caracterizá-las como ‘ações paliativas’. Desse modo, já no *lead* da reportagem, gênero discursivo que deveria primar pela objetividade, o texto incorpora um sentido que se origina do discurso dos opositores das cotas, a idéia da política de cotas como ‘fórmula milagrosa’.

(Mt-2) É lamentável como nós, brancos, estamos assustados com a possibilidade de que sejam estabelecidas cotas para os negros nas universidades. Não se trata de uma medida simplista nem populista, trata-se de justiça com um povo que foi tirado à força de sua terra e foi tratado como animal neste país. Ao que parece, todos querem mudanças, mas *ninguém quer dividir as suas migalhas*. [F021116 – 1]

O exemplo (Mt-2) provém de uma carta ao(à) editor(a), cujo autor – Alexandre Hideo Wenichi (Vitória, ES) – tece críticas ao fato de os brancos, entre os quais se inclui, estarem ‘assustados’ com a possibilidade de adoção das cotas. A metáfora ‘dividir as suas migalhas’ evoca a imagem da esmola ou das sobras de um banquete e a atitude de oferecer uma pequena parte a pessoas carentes ou que não têm acesso a determinados bens. A metáfora é aplicada a grupos sociais diante do quadro fixado pelo autor: ‘brancos assustados *versus* negros injustiçados’. As cotas para negros, portanto, são vistas como uma pequena concessão que deve ser feita, e que não prejudicaria a quem já possui recursos abundantes. Com a metáfora, constrói-se também uma ironia à postura nada generosa dos brancos no Brasil.

(Mt-3) O censo revela como se populariza a idéia de que, sem o canudo, as perspectivas profissionais são limitadas.(...) O aumento no número de matrículas nas federais, de 2000 a 2001, foi de apenas 4%, bem abaixo da média nacional de 16%. Nasce aí *a tentação da política de cotas* nas universidades públicas para os mais pobres e negros, fácil de prometer, difícil de realizar sem virar uma asneira educativa. [F021124 – 2]

O enunciado (Mt-3) provém de um texto de coluna de jornal, cujo título é “O Brasil do Dr. Lula”. O colunista Gilberto Dimenstein examina a realidade do ensino superior no país, no rastro da eleição presidencial ocorrida um mês antes e que determinou a troca de comando no governo federal. Apresenta e comenta dados do Censo do Ensino Superior, produzido pelo governo. As cotas figuram apenas como um dos aspectos do texto. Antes do comentário sobre a política, o colunista fala da popularização da idéia de que, sem o curso superior, “as perspectivas

profissionais são limitadas” e apresenta o dado do Censo de que foi de ‘apenas 4%’ o aumento no número de matrículas nas universidades federais, entre 2000 e 2001.

A política de cotas “para os mais pobres e negros” é apresentada como ‘uma tentação’. Note-se aí que o colunista inclui entre os beneficiários da política também os ‘mais pobres’. A metáfora da tentação, que advém do discurso religioso, evoca a idéia do pecado, da transgressão dos preceitos religiosos. A tentação seria assim a forte atração ou sedução para o mal a que uma pessoa é exposta em relação a algum objeto ou situação. Atração essa alimentada pela ‘aparência’ ou pelos ‘encantos’ do contexto. Ao usar a metáfora da tentação, o colunista defende que a política de cotas, embora atraente, seria uma coisa ruim para o sistema de ensino, daí porque os governantes devem resistir à mesma. Em seguida, o colunista estabelece um paralelo entre a facilidade de prometer e a dificuldade de realizar, ‘sem virar uma asneira educativa’. A adoção das cotas é apresentada assim sob a perspectiva do oportunismo político, da demagogia, devendo ser rejeitada por ser uma bobagem.

(Mt-4) Mas começou-se a *construir a casa pelo telhado*, com uma política de cotas mal-ajambrada, o que avilta o princípio do mérito, que deveria nortear a vida universitária. [F030211 – 2]

O exemplo (Mt-4) aparece em um editorial. A metáfora “construir a casa pelo telhado” caracteriza a adoção da política de cotas por parte da universidade como resultante de uma decisão apressada, sem muita reflexão, consistência ou fundamento. Aludindo à imagem da construção de uma casa, a política de cotas é mostrada como algo sem sentido, despropositual, algo absurdo, à semelhança de quem se pusesse a construir uma casa, começando por uma das últimas etapas, a parte do telhado.

(Mt-5) O sistema de cotas em universidades públicas para negros, pardos e alunos da rede pública de ensino é, no mínimo, discriminatório e antidemocrático. Não fará nenhuma diferença para o país admitir em suas universidades alunos que não tenham condições de acompanhar os estudos. Que futuros médicos teremos? *Esse sistema é, na realidade, um ‘tapa-buraco’*, que demonstra a ineficiência da escola que não educa os seus alunos e apenas serve para preencher estatísticas de índices de analfabetismo em queda. [F030213 – 1]

Ao empregar em (Mt-5) – extraído da carta ao(à) editor(a), de Soraya Felix (São Paulo, SP) – a metáfora ‘tapa-buraco’, as cotas são qualificadas como uma medida inócua, ineficaz e improvisada. Aqui, apela-se à conhecida imagem do buraco que põe em risco a vida das pessoas e de um artifício que o esconde ou o fecha provisoriamente, sem, na verdade, corrigir o problema, isto é, eliminá-lo. Com isso, constrói-se a imagem de que as cotas não fazem sentido algum, servindo tão somente para explicitar “a ineficiência da escola que não educa os seus alunos”.

(Mt-6) Por isso, achei bastante interessante um dado que consta da reportagem 'Só 36,6% entram na Uerj fora das cotas' (Cotidiano, 15/2). A reportagem mostrou que 19,7% do total de negros e pardos aprovados não estudaram em escolas públicas. Pelo jeito, *a situação da população negra* – mesmo longe de ser equiparada à da população branca – *não é tão catastrófica* como querem fazer crer os defensores das cotas. [F030217 – 1]

O exemplo (Mt-6) provém da carta ao(a) editor(a), de Ricardo Greber Arini (São Paulo, SP), na qual o autor refere-se a uma reportagem da própria *Folha de S. Paulo*, que apresenta dados sobre o vestibular com cotas da Uerj, e ao focar alguns deles, apresenta-os como indicativos de que muitos negros já ascenderam à classe média, deixando, portanto, de ser excluídos. Há, no texto, uma metáfora que, ao mesmo tempo, veicula um sentido de hipérbole, o que contribui para realçar o problema. A imagem da catástrofe está associada à idéia de desastre natural, acidente grave ou inevitável, tragédia. Certamente, que sendo fruto de um processo histórico, o racismo e a discriminação de que são vítimas os negros no Brasil não são catástrofes. O sentido metafórico permite tomar a situação precária dos negros no país como uma realidade sobre a qual não se atribui responsabilidade social e política.

O leitor apresenta como prova disso o seguinte dado: “19,7% do total de negros e pardos aprovados não estudaram em escolas públicas”. A estratégia discursiva do leitor evidencia um engajamento passional no combate às cotas, ao destacar o dado estatístico de menor peso e desprezar o seu reverso – o de que 80,3% estudaram em escolas públicas – como o mais relevante da situação discutida. Nesse sentido, apelando ao contexto social, entendemos que, com relação aos ensinos fundamental e médio, estudar em escola pública no Brasil, em geral, explícita não exatamente uma opção, mas a falta dela.

Assim, o fato de que quase um quinto dos alunos negros e pardos que entraram pelas cotas não estudou em escola pública é mostrado, de modo implícito, como um sinal de ascensão social da população negra. Se não estudaram é porque puderam exercer o direito de optar por estudar em escola particular. Com base nisso então, ele infere que “a situação da população negra...não é tão catastrófica”. Nesse caso, fica a questão: o que poderia vir a ser então – em se tratando de exclusão de afro-brasileiros – uma verdadeira catástrofe?

(Mt-7) O enfrentamento da questão do racismo exige políticas estruturais, e não *efeitos pirotécnicos*: cabe ao Estado melhorar o ensino público, proporcionando, assim, uma formação mais sólida aos alunos carentes, e elevar o número de vagas oferecidas pelas universidades. [F030221 – 1]

O exemplo (Mt-7) provém de um editorial que condena as cotas. A metáfora dos fogos de artifício evoca a imagem do acontecimento festivo, sendo um expediente usado comumente em comemorações e que alia o uso da pólvora a um espetáculo de cores e barulho e que costuma

prender a atenção das pessoas. Desse modo, o texto associa às cotas a imagem de algo espetacular, adequado ao propósito de provocar o entusiasmo público, mas que, efetivamente, não muda a realidade. Por quê as cotas seriam o tipo de política que provoca 'efeitos pirotécnicos', o texto não explica. Com isso, o editorial sugere que o sistema de cotas não é apropriado como estratégia de luta contra o racismo, pois não se configura em um tipo de política estrutural.

(Mt-8) A política de cotas é transitória, é um *instrumento do resgate* dos que foram e são preteridos e discriminados. Aperfeiçoá-la é compromisso dos que querem um país de homens e mulheres livres, conscientes, desalienados e donos do seu destino, para que a igualdade seja regra geral e não produto de políticas de cotas.[JB030223 – 1]

O exemplo (Mt-8) provém de um artigo que apóia as cotas. O autor, Emir Sader, apresentado como 'cientista político', escreve regularmente no jornal, aos domingos. A metáfora complexa 'instrumento do resgate' pode ser entendida como 'instrumento para pagar o resgate'. Nota-se no enunciado o reconhecimento implícito de uma dívida para com os que "foram e são preteridos e discriminados". No reconhecimento dessa dívida, percebe-se que a mesma é atualizada. Apelando ao contexto social e histórico brasileiro, temos a idéia de que não há apenas uma dívida relacionada ao passado escravista, mas a um racismo que se perpetua. As cotas não são o resgate, mas o instrumento para o resgate. Ou seja, o resgate propriamente dito só virá, propõe o autor, com o fim da discriminação.

(Mt-9) *Enquanto "pipocam" em várias partes do País, principalmente no Rio de Janeiro, ações contra a política de cotas para negros nas universidades*, pesquisadores baianos acreditam no sucesso do empreendimento, principalmente por causa do apoio do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. [AT030223 – 2]

Em (Mt-9), extraído de uma reportagem, de José Araújo Góes, temos uma metáfora em forma de um clichê muito usual. O uso do verbo 'pipocar' – que remete ao contexto de produção da pipoca, com o estouro dos grãos de milho – como sinônimo de 'surgir ou aparecer de repente' (*Dicionário Aurélio*), aliado ao emprego do adjunto adverbial de lugar 'em várias partes do País', sugere a idéia de que está havendo uma forte e generalizada resistência às cotas. As aspas parecem indicar, no caso, a mudança do código da linguagem mais formal para a linguagem coloquial. Ao contrário do que se poderia esperar do gênero reportagem, o texto vale-se de uma metáfora para expressar um fato sem, no entanto, apresentar números, dados estatísticos comparados, a fundamentar a informação de que as tais ações judiciais estariam 'pipocando' em todo o país. E, o que é ainda mais grave, o texto não esclarece o fato de que embora tenha havido no Rio de Janeiro o despacho de um juiz de primeira instância favorável a um candidato que contestou o critério das cotas, tal fato não significa que a decisão judicial será validada em instâncias superiores.

(Mt-10) O sistema de cotas é uma mentira. *Varre o problema do ensino público deficiente para debaixo do tapete*. Negros e pobres estão fora da universidade porque receberam uma má educação pública durante os ensinos médio e fundamental. (...) O que se pretende, afinal? Dar educação aos "negros e pobres" ou negar-lhes à mesma, *fornecendo-lhes um diploma sem mérito, como prêmio de consolação?* [JB030224 – 1]

Nesse exemplo – extraído da carta ao(à) editor(a), de Lola Maria Valério Machado, do Rio de Janeiro – ocorrem duas metáforas complexas. No primeiro caso, “varre o problema do ensino público deficiente para debaixo do tapete” – a imagem evocada sugere que as cotas são um tipo de ardil, engano ou ‘mentira’, expressão também usada no texto como forma de caracterizar a medida. O conhecido dito popular “varrer a sujeira para debaixo do tapete” expressa dois valores negativos que recaem sobre quem é alvo da atribuição, a indolência e a esperteza. Assim, a interpretação possível é a de que resolver o problema estrutural do ensino público no Brasil daria mais trabalho e por isso alguns preferem defender as cotas, como se fosse um atalho.

No segundo caso, a metáfora do ‘prêmio de consolação’ alude à imagem de alguém que recebe um prêmio desprovido de valor objetivo, já que a premiação é motivada por outros fatores que não o mérito. A metáfora ajuda a fixar a imagem de que o título universitário obtido pelo beneficiado pelas cotas não terá valor algum, uma vez que o(a) aluno(a) não teria passado pelo mesmo sistema de mérito quando do acesso à universidade. Trata-se, pois, de uma crítica que busca atingir a auto-estima do público-alvo do benefício, em particular, e da própria comunidade negra, em geral.

(Mt-11) No marasmo político brasileiro, a discussão das cotas para negros é o único assunto que irá mexer de forma mais profunda com os índices sociais. É necessário criar políticas de inclusão sócio-econômica para que a população afro-brasileira não fique à mercê desse *festival de benefícios governamentais e de programas sociais* que são, na verdade, *anestésicos para a miséria brasileira*." [F030227 – 1]

O exemplo (Mt-11) provém da carta ao(à) editor(a), cujo autor, Marco Antonio dos Santos, subscreve como ‘presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento e Participação da Comunidade Negra de Bebedouro’, município de São Paulo. Ele destaca o ‘marasmo político brasileiro’ e a discussão das cotas como a novidade, prevendo que a mesma “irá mexer de forma mais profunda com os índices sociais”. Em seguida, ele defende a criação de ‘políticas de inclusão sócio-econômica’ para a população afro-brasileira, contrapondo-as ao ‘festival de benefícios governamentais e de programas sociais’. Temos aí uma metáfora em que o termo ‘festival’, como sinônimo de ‘grande quantidade’ (*Dicionário Aurélio*), é muito usado para referir-se à distribuição farta de recursos públicos, acentuando-se o caráter de abuso ou de exploração política de tal distribuição. Uma outra metáfora apresenta esses benefícios e programas como ‘anestésicos para

a miséria brasileira'. A referência aqui é ao contexto médico-hospitalar, em que certos medicamentos são usados como forma de suprimir ou diminuir em grande medida a sensibilidade diante da dor. Nesse caso, o emprego da metáfora sugere que tais benefícios e programas do governo agem como anestésicos, ou seja, em vez de levar à solução do problema, agem apenas nos efeitos do mesmo, aliviando a gravidade da situação, sem alterá-la de fato.

(Mt-12) Defender a quota de negros para acesso à universidade é dar às minorias um status superior a todas as outras minorias e à maioria branca. O legislador estadual *criou uma casta e tocou gasolina e fogo na Constituição*. Como um professor da UERJ pode defender semelhante absurdo? [JB030303 – 2]

Em (Mt-12) temos mais um exemplo de metáfora em carta ao(à) editor(a), de autoria de Lenin Cohen, do Rio de Janeiro . Dessa vez, há duas expressões que aparecem combinadas em um mesmo período gramatical. Primeiramente, temos a alusão ao sistema indiano das castas no qual a sociedade experimenta uma rígida hierarquia social. Tem-se, portanto, uma inversão na percepção dos negros como grupo social, que passam, pois, de segmento social discriminado – de que são prova dados estatísticos publicados de modo recorrente pela imprensa – a segmento privilegiado, uma casta, em razão de serem o público-alvo da política de cotas. Assim, a medida é vista como privilégio, negando-se portanto seu caráter de reparação moral.

No segundo caso, a metáfora 'tocar gasolina e fogo' evoca a imagem do incendiário, seja a pessoa portadora de problemas mentais, seja aquela com intenção dolosa. O efeito é o de reforçar a interpretação da política de cotas como inconstitucional, uma lei aprovada sem o devido senso de responsabilidade e seriedade no trato da coisa pública, um disparate, que pode trazer sérios riscos à ordem e ao bem-estar da sociedade.

(Mt-13) A solução é garantir que todos tenham as mesmas chances no vestibular. É promover o acesso universal ao ensino fundamental e médio de qualidade. Não se pode, *colocar a carroça na frente dos bois*, tentando que parta do ensino superior uma reforma que deve ser iniciada pelo ensino fundamental. [F030309 – 1]

O enunciado (Mt-13) provém da carta ao(à) editor(a), de Francisco Mariano Neto, de São Paulo. A metáfora expressa em 'colocar a carroça na frente dos bois' explora, nesse exemplo, uma suposta falta de bom senso por parte de quem defende as cotas. Trata-se de um dito corriqueiro no Brasil usado em contextos em que se acusa alguém ou algo de ir contra a ordem natural das coisas, sugerindo ainda falta de planejamento, improviso e pressa no enfrentamento da questão.

(Mt-14) Queria comentar a opinião da leitora Ana Carolina S. B. da Silva (ed. de 3/3) e aproveitar para esclarecer essa questão da cota para negros nas universidades. Com certeza, existe muita gente que tem forte preconceito contra negros e tem opiniões ridículas

por causa disso. Mas um grande erro da leitora Ana Carolina foi o de cometer a mesma falta, fazendo um comentário pejorativo e preconceituoso contra os brancos em geral. E, para encerrar o assunto, essa cota para negros é simplesmente uma forma fácil de acalmar a população burra, que pensa que 'agora, sim, estamos a caminho da igualdade', quando *isso é apenas um 'tapa-buraco'*, que não adiantará nada, pois o problema real está na educação de base". [F030310 – 2]

O enunciado (Mt-14) é da carta ao(à) editor(a), de Daniel Marques Granato, de São Paulo. O autor refere-se à leitora Ana Carolina S. B. da Silva, cuja carta, publicada uma semana antes, traz um comentário agressivo aos que condenam as cotas, referindo-se a esses como 'branquelos', sendo isso o que dá ensejo à resposta do leitor. Em função da relevância para a compreensão do contexto, reproduzimos em (Mt-14.1) a carta à qual ele se reporta.

(Mt-14.1) Escrevo por dois motivos: primeiro, para parabenizar a Redação pelo "Folhateen explica" sobre o aumento da taxa de juros (ed. de 24/2). Havia vários dias que eu lia reportagens criticando a medida, mas não estava entendendo essa história. Gostaria que vocês falassem sobre a reforma da Previdência, pois é um assunto que não estou compreendendo. Segundo, estou acompanhando a repercussão da polêmica das cotas para negros e percebi que todos os que questionaram o sistema falam dos negros como se fôssemos bichos raros. É duro ter de abrir o jornal e me deparar com opiniões de 'branquelos' que provavelmente nunca foram discriminados e não sabem o que é ser negro no Brasil. [F030303 – 1]

Em (Mt-14) o leitor, de imediato, reconhece a existência de "pessoas que tem forte preconceito contra negros" e mostra sua desaprovação quanto a essa postura ao afirmar que tais pessoas expressam "opiniões ridículas por causa disso". Em seguida, critica a leitora 'X', por expressar o mesmo tipo de atitude preconceituosa ao referir-se aos 'brancos em geral'. No entanto, o mesmo tipo de atitude criticado por ele é veiculado em seguida e isso, a título de "encerrar o assunto". Refere-se, de modo bastante agressivo, à 'cota para negros' como "simplesmente um forma fácil de acalmar a população burra".

E para o fim que tratamos aqui, analisemos a metáfora 'tapa-buraco'. É a segunda ocorrência da expressão em referência às cotas no mesmo jornal, na mesma Seção *Painel do Leitor* e em menos de um mês (confira análise feita no exemplo (Mt-5)). Precedendo a expressão, vem o operador 'apenas', realçando o sentido figurado. O leitor vaticina que "não adiantará nada", uma vez que "o problema real está na educação de base". Vemos assim que, mesmo diante de situações em que se notam e se criticam preconceitos e discriminações, o racismo é tratado como algo residual, pontual, como um aspecto idiossincrático das pessoas. O leitor recusa ver a política de cotas nesse contexto, preferindo discutir a questão da presença de negros no ensino superior como um assunto relativo à 'educação de base'. É lá, e não no racismo, que está o 'problema real'.

(Mt-15) A Universidade do Estado da Bahia (Uneb) está se preparando para *uma avalanche de processos* de candidatos insatisfeitos com a política de cotas para negros, adotada pela instituição, no vestibular deste ano. (AT030328 – 1)

O exemplo (Mt-15), extraído de uma reportagem de José Araújo Góes, assemelha-se ao examinado em (Mt-9) – o emprego de metáfora para reforçar a idéia de uma forte resistência às cotas e o pensamento de que tal oposição estaria gozando de respaldo no meio jurídico. Já no título, que examinaremos em seguida, há a metáfora da ‘corda bamba’. No *lead*, então vem outra metáfora. Dessa feita, a figura usada evoca um acidente da natureza, a precipitação de neve na encosta de uma montanha, que sugere o sentido de movimento forte, crescente e surpreendente. O efeito é o de naturalizar uma situação que se constitui na verdade em uma reação à tentativa de mudança nas estruturas e práticas sociais, processo social e político para o qual pesa inclusive o racismo presente na sociedade brasileira.

(Mt-16) *Política de cotas da Uneb na “corda-bamba”* (AT030328 – 1)

(Mt-17) *Política de cotas está na “corda bamba”* (AT030403 – 1)

Temos em (Mt-16) e em (Mt-17) um caso de quase repetição de título em reportagem, ocorrido no jornal *A Tarde*, em um período de apenas seis dias. Além das semelhanças nos dois títulos, há também várias coincidências nos dois textos, de autoria de José Araújo Góes. Trata-se da mesma situação nas duas reportagens, o começo iminente das aulas na universidade baiana e as ações judiciais que questionam o sistema de cotas. A única diferença fica por conta da referência, no primeiro caso, à Uneb, ausente no segundo. A metáfora da ‘corda bamba’ – um tipo de clichê – evoca a imagem do espetáculo circense em que o(a) equilibrista caminha sobre uma corda ante a expectativa da platéia que acompanha com uma certa tensão o movimento do artista a cada passo. Assim, o recurso lingüístico contribui para associar ao sistema de cotas o sentido de medida política instável, sem amparo jurídico, uma vez que está sendo contestada sistematicamente na Justiça. Reforça, pois, a idéia de ameaça iminente que paira sobre a política de cotas que pode vir a cair, ou seja, ser suspensa, diante do acolhimento do Judiciário a algumas ações de contestação apresentadas por pessoas que se sentem prejudicadas com sua implantação.

(Mt-18) De nada adianta adotar o regime de cotas na universidade, se a escola elementar e a escola média continuarem na indigência em que se encontram. A decadente qualidade de ensino nesses níveis de escolarização é que constitui uma das principais fábricas de injustiça social neste país, e não só de injustiça racial. *A porta dos fundos não fará justiça a ninguém.* [F030525 – 1]

O exemplo (Mt-18) pertence a um artigo, cujo autor, José de Souza Martins, é apresentado como 'professor titular' de 'sociologia da USP' e 'autor de 'A Sociedade Vista do Abismo' (Vozes, 2002), entre outras obras'. A metáfora da 'porta dos fundos' sugere a imagem das cotas como um artifício ilegal e vergonhoso para quem dele se utiliza. A imagem da 'porta dos fundos' remete à realidade de milhões de brasileiros e brasileiras que trabalham em serviços domésticos, sobre os quais recai todo um peso de discriminação e estereótipos negativos. Trata-se de uma realidade que a comunidade negra no Brasil conhece bem, como apontam dados estatísticos de várias pesquisas. Implicitamente, fica a idéia de que a única e legítima 'porta da frente' para o acesso ao ensino superior é o sistema de mérito, tal como aplicado até o momento.

(Mt-19) *As cotas inoculam um "fator racial" na carreira dos profissionais, estigmatizando todos os negros e mulatos com a suspeita de favorecimento acadêmico e, portanto, prejudicando-os no mercado de trabalho. No fundo, as cotas reintroduzem, pela porta dos fundos, a crença racista segundo a qual existe alguma relação entre a capacidade intelectual e a cor da pele. (...) No Brasil, o sistema de cotas foi adotado como política oficial por um governo de esquerda. O paradoxo, que sinaliza a crise do pensamento de esquerda, também tem explicação na conjuntura política. As cotas podem ser aplicadas junto com a produção de superávits fiscais cavalares, a redução dos gastos públicos e o aumento do desemprego. Funcionam como política de resultados imediatos e servem como cortina de fumaça para esconder o "apartheid social" na escola, que decorre do desinteresse do Estado em reerguer um sistema de ensino público de qualidade. [F030729 – 1]*

O exemplo (Mt-19) vem de um artigo, cujo autor, Demétrio Magnoli, é apresentado como 'doutor em geografia pela USP' e 'editor do jornal 'Mundo – Geografia e Política Internacional'. Existem ali três metáforas. No primeiro caso, temos a imagem, advinda do mundo físico, do veneno inoculado pelas serpentes e que pode matar a vítima. Nesse caso, as cotas são comparadas às serpentes, inoculando o 'veneno' do 'fator racial', da 'suspeita de favorecimento acadêmico'. Com isso, o articulista propõe que a política trará prejuízo aos futuros profissionais em razão do estigma que as cotas associarão aos mesmos. No segundo caso, o articulista sugere a idéia de que as cotas pressupõem a crença racista da vinculação entre 'capacidade intelectual' e 'cor da pele'. A expressão 'porta dos fundos' possibilita o sentido de que a política de cotas traz consigo, de modo oculto, pressupostos racistas.

Por fim, a metáfora complexa 'cortina de fumaça' sugere que a política de cotas é uma forma de despistar, desviar a atenção daquilo que seria uma realidade mais básica e estrutural, a saber, o 'apartheid social' (em vez do racial), na escola. Temos assim 'cortina' como 'fileira', 'alinhamento' e fumaça como algo que dificulta a visão. Na realidade do mundo físico, uma cortina de fumaça é um obstáculo à visão, algo que atrapalha a percepção e oculta aspectos do meio onde se manifesta, podendo também ser provocada justamente com esse propósito. Tal seria,

para o articulista, o efeito sobre a realidade social da adoção das cotas para negros na universidade.

(Mt-20) Entre as questões mais polêmicas, fala-se que *as reservas de vagas podem servir como tapa-buracos*, com a manutenção do quadro de desigualdade. [AT031121 – 14]

Temos em (Mt-20) – extraído de uma reportagem, de Manuela Barros, publicada no jornal *A Tarde* no dia seguinte ao 20 de novembro, Dia Nacional da Consciência Negra – outro caso da metáfora ‘tapa-buraco’, evocando a imagem de algo superficial, provisório, limitado. Nota-se nos próprios dados da pesquisa que, tanto no dia 20 de novembro como no dia seguinte à data, o jornal de Salvador costuma publicar reportagens sobre a realidade dos negros na Bahia e no Brasil. O texto em questão, portanto, está acompanhado de outras matérias jornalísticas que falam da situação dos negros, explorando aspectos como avanços sociais, discriminação e contribuições sócio-culturais.

O que é apresentado como justificativa para o uso da metáfora vem por meio de uma nominalização ‘a manutenção das desigualdades raciais’. A interpretação é possibilitada pela intervenção do pressuposto de que as reservas de vagas não alteram o quadro de desigualdade entre negros e brancos. Com isso, ficam de fora considerações sobre o processo social que gera e mantém o tal ‘quadro de desigualdade’ e que atende pelo nome de racismo.

Como vimos ao longo da seção, as metáforas estão bem presentes nesse discurso, sendo usadas para desqualificar a política de cotas e associar estereótipos negativos aos possíveis beneficiados por ela. No emprego desse recurso lingüístico, de modo especial, notamos como a política de cotas é considerada, de forma particular, em referência à estrutura de ensino. Dos dezenove exemplos, em dez deles, a preocupação é basicamente com a mudança trazida pelas cotas ao sistema de acesso ao ensino superior. Com pouquíssimas exceções, em que a referência à situação do povo negro é mencionada, o emprego das metáforas serve para veicular um certo nível de agressividade, indignação e contrariedade diante da possibilidade de uma medida política vir a mudar o sistema de acesso ao ensino superior em detrimento da elite branca que sempre o monopolizou.

5.2.2 – Ironia: da rejeição às cotas à intervenção militante

No discurso da imprensa sobre as cotas, a ironia – em combinação ou não com a metáfora – costuma ser usada para ridicularizar tanto a política de cotas como seus apoiadores. Ela também se constitui em ‘arma’ para os defensores das cotas como forma de rechaçar argumentos contrários ou também para ridicularizar os oponentes. Dos textos selecionados, encontramos exemplos de ironia nos seguintes gêneros: editorial, 1; carta ao(à) editor(a), 3; artigo, 3; e coluna, 3.

Vamos examinar, a seguir, os exemplos de ironia selecionados.

(I-1) Quando se substitui tal método pelo sistema de cotas se estabelece de pronto uma discriminação que deveria ter sido abolida in totum a partir de 1888, mas que lamentavelmente *volta à cena através de tais luminares* que no fundo estão criando mais um problema na sociedade, ao importar o ódio racial que predomina em outras nações. [AT020425 – 1]

O trecho acima figura num texto publicado na editoria de Opinião. Como não está assinado, ele se equipara a um editorial – embora não seja identificado assim – uma vez que a responsabilidade pelo mesmo é da direção do jornal. Subentende que artigos sem assinatura veiculem idéias e perspectivas com as quais os donos do veículo concordam ou querem ver promovidas.

Temos aqui um exemplo de metáfora em forma de clichê – ‘volta à cena’ – combinada com a ironia e o uso do advérbio modalizador ‘lamentavelmente’, cooperando para a fixação do sentido de repulsa às cotas. A metáfora tem a ver com o dia-a-dia da atividade teatral. Toma-se o espaço público como o palco e os defensores das cotas como atores em cena. A ironia fica evidente na caracterização dos mesmos como “tais luminares”. O termo *luminar* admite o sentido denotativo de “aquilo que esparge luz” e também a acepção figurada de “homem proeminente nas artes e nas ciências” e também de “astro” (*Dicionário Aurélio*).

Segundo o texto, a adoção das cotas restabelece a discriminação “que deveria ter sido abolida” por completo com a lei que extinguiu a escravidão. Que a alegação é simplista, pode-se ver nas páginas de jornais e revistas que, de modo recorrente, trazem denúncias de discriminação e de manifestações freqüentes de racismo em diversos setores da sociedade.

A ironia serve, assim, para desprestigiar os defensores do sistema de cotas que, com tal atuação, estariam na verdade “criando mais um problema na sociedade”. A acusação é a de que a defesa das cotas ou de medidas para combater a discriminação dá ensejo à promoção do ódio racial. Os defensores das cotas são acusados de “importar o ódio racial que predomina em outras nações”. Assim, de acordo com o texto, as cotas não têm legitimidade alguma como política pública que visa corrigir um problema secular já que criam ‘mais um problema’. Outra vez, nota-se o simplismo na equiparação da luta pela correção das seqüelas do racismo a um crime.

(I-2) Li com grande satisfação o editorial 'As cotas do PT' (Opinião, 11/11, pág. A2). É fácil concluir, pelos argumentos expostos, que a reserva de vagas, se adotada, se tornará inócua. Haverá um equilíbrio entre a concorrência dos candidatos do grupo da cota e a dos candidatos do grupo fora da cota, e os menos aptos, independentemente da cor da pele, continuarão sem conseguir entrar na universidade.

Mais proveito se teria reservando-se uma cota de seriedade para o enfrentamento do problema do ensino público, fundamental e médio. [F021115 – 2]

O exemplo (I-2) provém da carta ao(à) editor(a), de Harley Paiva Martins, de João Pessoa (PB), na qual é citado o editorial publicado dias antes pela *Folha*. A carta faz um elogio à postura adotada pelo jornal de condenação às cotas. O leitor alega que o sistema se tornará inócuo uma vez que os menos aptos, pelo sistema de cotas ou fora dele, de modo algum conseguirão adentrar a universidade. A ironia encerra o texto.

A preocupação do leitor, que é explicitada ao final, não é com relação ao racismo, evidenciado na desproporção flagrante entre o número de brancos e o de negros no ensino superior, mas sim com o 'problema do ensino público, fundamental e médio'. Mesmo o editorial da *Folha*, em que se baseou o leitor para escrever a carta, reconhece o racismo como 'uma das graves mazelas' do mundo e denuncia o caráter pernicioso do 'racismo cordial' vigente na sociedade brasileira, mas o leitor ignora esse aspecto e comenta apenas a questão do ensino público como se a política de cotas tivesse por fim enfrentar as mazelas do ensino público no Brasil. Claro está que se o problema em questão tivesse a ver tão somente com as mazelas do ensino público no Brasil, outras deveriam ser as soluções propostas.

Valendo-se da ironia, o texto, em primeiro lugar, despreza a realidade do racismo no Brasil, simplesmente interditando o tema: não o menciona, sequer para negá-lo. Em segundo lugar, o texto busca apresentar a política de cotas como se fosse uma piada, uma proposta que carece de seriedade.

(I-3) Cotas e o "jus sperniandi"

(...) A militância negra brasileira nunca foi *um grupo de maria-vai-com-as-outras* e, desde sempre, diverge sobre a implantação de políticas compensatórias para os afro-brasileiros. O debate sobre cotas, que só recentemente ganhou a adesão de setores importantes do PT, *tem sido assim um enxugar de gelo*. Cetrone e outros, incluindo este escrevinhador, nos primórdios das discussões, *pagaram na carne* por sua difusão. (...) É preciso repetir: a adoção de cotas não se contrapõe a outras medidas de cunho social mais abrangente, como o combate à fome, a melhoria do ensino público. *Nem impede que as flores sejam para todos, que haja o fim das classes sociais ou que o homem seja enviado a Marte. A militância negra não acredita mais em Papai Noel. Parte dela até acredita em Lula, como acreditou em Fernando Henrique – que até criou um grupo de trabalho interministerial e outros biscoitos, não é verdade? (...) Os privilegiados de sempre não vão passar o seu bombom sem antes exercer o que em direito se chama "jus sperniandi". É compreensível, portanto, que antes da vitória venha a choradeira.* [F021202 – 2]

Temos em (I-3) três pequenos excertos de um artigo cujo autor, Fernando Conceição, já apresentado no exemplo (A-21), na seção 5.1.1, é militante do movimento negro, jornalista e professor universitário, que frequenta as páginas da *Folha* com uma certa regularidade, sempre contribuindo com artigos sobre o tema do racismo. O texto é uma apologia às políticas de ação afirmativa, de um modo geral, e ao sistema de cotas, em particular.

O autor resgata aspectos da história recente do movimento negro no Brasil, em especial o surgimento das políticas de ação afirmativa. O texto é pródigo em figuras de linguagem, notadamente a ironia, as quais são empregadas em defesa dos militantes do movimento negro e de sua luta ou no enfrentamento dos contrários às medidas de combate ao racismo e das críticas levantadas por esses.

Já no título, há uma ironia no uso da expressão *jus sperniandi*, que é repetida ao final do texto. Numa alusão bem humorada ao latim, o autor ridiculariza a postura daqueles que se opõem ao sistema de cotas, descrevendo-os mais adiante no texto como privilegiados que certamente vão resistir ('espernear') para não abrir mão de seus privilégios em favor dos excluídos.

No texto, a primeira metáfora em forma de clichê – 'um grupo de Maria-vai-com-as-outras' – o autor defende o movimento negro referindo-se por contraste a um provérbio popular que costuma ser associado a pessoas que não têm convicção sobre determinado assunto e que, portanto, estão sempre dispostas a seguir um líder ou uma pessoa que expressa forte convicção. Nota-se aí uma alusão às críticas feitas ao fato de o movimento não se apresentar coeso em um tema, o que é explorado como evidência de que as cotas dividem até mesmo a militância do movimento negro. O autor defende, então, a liberdade de opinião cultivada no seio do movimento, referindo-se a isso não como um sintoma de fragilidade e sim como uma característica positiva. Por conseguinte, o efeito é resguardar a própria política de cotas. Ou seja, o fato de essa política não obter unanimidade, nem mesmo entre os militantes do movimento negro, não representa necessariamente um problema, refletindo, por exemplo, uma divergência normal no interior de qualquer movimento social.

Por meio da segunda metáfora empregada – 'um enxugar de gelo' – o autor qualifica o debate sobre a implantação das políticas compensatórias para afro-brasileiros. A referência a essa situação ressalta o aspecto repetitivo e inglório do trabalho dos defensores das cotas nesse processo. A metáfora contribui para reforçar o argumento do texto de que o debate tem enfrentado, de modo recorrente, críticas, oposição e rejeição, e que o papel dos militantes têm sido nada recompensador. Ainda no mesmo parágrafo, essa idéia é realçada pela terceira metáfora, 'pagaram na carne', que envolve a imagem de um sacrifício, isto é, a idéia de que os apoiadores de primeira hora das cotas – dentre os quais o próprio autor se inclui – foram perseguidos. É feito um reconhecimento, portanto, de que os pioneiros na discussão foram penalizados por defender a política de cotas, que só então passa a ser objeto de debate na opinião pública.

Tais referências à luta pelas cotas e ao sacrifício dos primeiros defensores das políticas compensatórias no Brasil ajudam a fixar uma imagem positiva para o autor do artigo e seus companheiros de luta, apresentados, assim, não como simples simpatizantes de determinada política e sim como militantes que têm feito uso tanto do discurso quanto da ação política e que têm sofrido por tal engajamento.

Mais ironia vem no último parágrafo, quando o autor explica que "a adoção de cotas não se contrapõe a outras medidas de cunho social mais abrangente, como o combate à fome, a melhoria

do ensino público”. Em reforço ao que diz, lança mão de uma seqüência de comparações carregadas de ironia: “Nem impede que as flores sejam para todos, que haja o fim das classes sociais ou que o homem seja enviado a Marte”. A ironia desqualifica as críticas que são lançadas pelos oponentes das cotas que atribuem às mesmas o poder de vir a prejudicar o ensino público, desmobilizar a luta por políticas de cunho universal ou desviar a atenção de uma luta política mais abrangente.

Nessa mesma linha, o autor também manifesta ironia ao afirmar que “a militância negra não acredita mais em papai noel” e mostra que, se há expectativa em relação ao presidente eleito, que tomaria posse dali a alguns dias, como também houve no passado recente em relação ao então presidente esta seria tão somente anseio (ilusão?) de uma parcela do movimento. A ironia serve aí para reforçar o aspecto único e específico da luta contra o racismo e em favor do fortalecimento da comunidade negra, distanciando-se assim de uma postura de submissão ou subserviência a governos passageiros. O termo ‘biscoito’ é associado às medidas governamentais que têm sido lançadas nesse terreno, firmando a imagem de algo paliativo.

O texto se encerra com duas orações em que o autor constrói uma imagem para os oponentes da política de cotas. Há uma simplificação radical do campo adversário. O autor refere-se simplesmente aos ‘privilegiados de sempre’. Ficam de fora aqueles que se opõem às cotas ou que não as endossam e que não são necessariamente integrantes do grupo dos privilegiados, como ele próprio admitiu haver, ao falar das divergências internas do movimento negro.

Ao mesmo tempo, há notórios representantes dos privilegiados que têm se manifestado favoráveis às cotas, sendo, portanto, aliados nessa luta. Usando uma metáfora, o autor compara o acesso quase exclusivo ao ensino superior a um ‘bombom’. As cotas, nesse caso, obrigariam a cessão do ‘bombom’ ao propiciar uma competição mais justa aos excluídos. Outra vez, surge a expressão em latim usada no título com a interpretação de que toda a reação adversa às cotas consistiria em um sintoma da resistência, do ‘esperneio’ dos privilegiados em não querer compartilhar, em condições justas, um recurso cultural de grande prestígio e poder como é o diploma universitário.

No último enunciado, o autor diz acreditar na implantação das políticas compensatórias, qualificando, por meio de outra combinação de ironia e metáfora, a reação às cotas por parte de alguns setores como uma ‘choradeira’ que precede a vitória já antevista. Trata-se mais uma vez de uma simplificação, uma estratégia discursiva de modo a construir para o outro o papel de conservador, sujeito reacionário, alguém que busca manter privilégios. Desse modo, as figuras de linguagem cumprem, nesse texto favorável às cotas, a função de construir uma imagem favorável aos defensores das políticas compensatórias e uma imagem desfavorável para os opositores.

(I-4) Só uma perguntinha: As provas desse pessoal que foi aprovado no vestibular beneficiado pela cota para negros serão corrigidas levando-se em consideração a cor do aluno? Parece que empurraram para dentro das faculdades a seleção por conhecimentos

que deveria ter sido feita na entrada. *Sobrou o abacaxi para os professores universitários, que vão ter de reprovar quem não conseguir acompanhar o curso.* [JB030224 – 4]

O texto acima corresponde a uma carta ao(à) editor(a), cuja autora, Mariúza Penalva, de Niterói, critica o sistema de cotas. Valendo-se tanto de expressões de ironia quanto de metáfora, o texto caracteriza de forma negativa a política de cotas, especulando quanto ao impacto da mesma sobre o sistema de ensino. A ironia explora a perspectiva da política de cotas como um benefício indevido, sugerindo que, com base na mesma, poder-se-ia pleitear uma correção de provas menos rigorosa para os beneficiados, referidos de modo pejorativo como ‘esse pessoal’. A primeira frase é um recurso retórico usado para situar a questão. A ironia está presente no uso do operador argumentativo ‘só’, do numeral ‘uma’ e do substantivo no grau diminutivo ‘perguntinha’. O efeito é o de sinalizar que não é necessário muito para se demonstrar o quanto as cotas são um absurdo, bastando a insinuação das dificuldades que terão os beneficiados para acompanhar com proveito o nível do ensino. Desse modo, há o pressuposto de que os beneficiados não têm capacidade para acompanhar o nível do ensino e sair-se bem nas provas.

O uso da metáfora “empurraram para dentro das faculdades a seleção por conhecimentos” atribui um caráter autoritário à decisão do governo estadual do Rio de Janeiro que teria, assim, contrariado a ordem normal do sistema.

A metáfora do ‘abacaxi’ remete ao mundo da natureza em que a fruta, para ser consumida *in natura*, precisa ser descascada com muito cuidado para evitar desconforto ao consumidor. O chavão ‘descascar um abacaxi’ é muito empregado em contextos em que a pessoa é surpreendida por alguma situação de dificuldade. O emprego, aqui, sugere uma situação difícil para os professores universitários que, com o sistema de cotas, poderão ter que “reprovar quem não conseguir acompanhar o curso.” A metáfora se refere tanto ao pressuposto de que o sistema permitirá o ingresso de alunos menos capacitados quanto ao embaraço que seria, assim, criado para os professores a quem caberia o encargo da reprovação.

O enunciado vem, pois, enviesado por uma perspectiva ideológica de rejeição ao sistema de cotas, tendo por base equívocos e preconceitos. Ao referir-se tão somente à ‘cota para negros’, ignora-se o fato de que o sistema aprovado para as universidades estaduais do Rio de Janeiro também beneficia alunos que cursaram escolas públicas. Nesse caso, para a leitora, o problema do sistema seria o fato de beneficiar os negros. O próprio uso da ironia – ‘as provas desse pessoal (...) beneficiado pela cota para negros’ – reforça essa interpretação. Trata-se, portanto, de um exemplo em que a rejeição a uma política pública específica de combate à discriminação vem dissimulada por uma preocupação com a qualidade do sistema de ensino.

(I-5) A desculpa esfarrapada de que essa medida se justifica pela necessidade *do resgate de uma imensa dívida social* com os negros teria, talvez, algum respaldo em países onde as diferenças raciais fossem facilmente distinguíveis. No Brasil, *onde a maciça maioria*

miscigenada tem um ou os dois pés fincados nas plagas africanas, esse tipo de alegação é risível.(...) Por outro lado, qualquer brasileiro de tez clara pode vir à boca de cena, impostar a voz e anunciar à platéia estupefata: "Senhoras e senhores, eu sou negro". Talvez por receio de represálias, é o que alguns já estão fazendo. Teme-se, entretanto, que, em breve, os brancos supostamente puros sejam obrigados a usar, no peito, uma estrela amarela, para identificação imediata e tratamento consentâneo. [JB030404 – 2]

Os exemplos de ironia e metáfora apresentados acima provêm de dois trechos de um artigo, em que o autor, Antonio Sepúlveda, apresentado como escritor, critica as cotas. Há em (1-5) quatro casos de figuras de linguagem que vamos examinar. Primeiramente, o autor emprega a metáfora do 'resgate da dívida', bastante usada pelo movimento negro, e por defensores das cotas, de um modo geral, que vêem nas políticas de ação afirmativa uma intervenção reparatória do Estado necessária como uma resposta oficial à escravidão e às suas conseqüências sobre o povo negro.

A metáfora é, portanto, própria do discurso que prega medidas de reparação pelo mal perpetrado, mas seu uso ocorre aqui não para legitimá-la e sim para rechaçá-la, sendo mostrada como uma 'desculpa esfarrapada' que "teria, talvez, algum respaldo em países onde as diferenças raciais fossem facilmente distingüíveis". A rigor, portanto, o autor não vê legitimidade no argumento da necessidade de reparação, de pagamento da dívida, o que é marcado pelo uso dos operadores 'teria', 'talvez', 'algum' ('respaldo'). Ou seja, trata-se, na verdade, de uma concessão aparente que o articulista faz dentro de sua estratégia de argumentação que visa negar a necessidade de se implantar tal política no Brasil.

A segunda figura de linguagem usada, uma metonímia, ajuda a mostrar a vinculação da maioria da população com a herança africana. A imagem aludida é a de parte do corpo, os pés, representando ligação fixa ou permanente, o que admite, também, uma medida para o vínculo, 'um ou os dois pés fincados'. Diz-se isso como reforço do forte elo que une os brasileiros aos africanos. Mas o uso recorrente dessa idéia é empregado exatamente para rejeitar o reconhecimento dessa dívida e, por conseguinte, a necessidade de seu pagamento.

Os dados da pesquisa mostram que, para alguns críticos das cotas, uma vez que políticas de ação afirmativa surgem num contexto em que os negros são uma minoria étnica, como é o caso dos Estados Unidos, as mesmas não fariam sentido no Brasil, onde – as pesquisas censitárias mostram – os afro-brasileiros seriam 45% da população. Ora, o fato de os afro-brasileiros não se constituírem em uma minoria em sentido numérico não significa que não sejam minoria do ponto de vista político, considerando que, por exemplo, há uma desproporção imensa, comparando-se o percentual da comunidade negra na população geral em relação a sua presença em setores estratégicos como o poder político, a universidade, o empresariado, as forças armadas e a mídia. Ao tratar como uma 'alegação risível' a demanda em questão, o articulista simplesmente não leva em consideração esse aspecto da realidade.

No terceiro caso de figura de linguagem, temos uma metáfora combinada com o uso da ironia. Advindas do jargão teatral, temos as expressões 'boca de cena', 'impostar a voz' e 'platéia'. 'Boca de cena' é o local do palco mais próximo da platéia, sendo, pois, um lugar de destaque. 'Impostar a voz' relaciona-se ao desempenho do ator em cena, tarefa essa na qual o ator emprega os recursos da voz, conforme o propósito que se requer em determinada cena. Já o uso do termo 'platéia' permite tanto o sentido geográfico de espaço onde está o público, como também o conjunto das pessoas que assistem ao espetáculo e às quais o mesmo se destina.

A metáfora do teatro serve, assim, para firmar a idéia de representação, de 'fazer cena', uma situação de fingimento, irreal, algo próprio do mundo da ficção. Combinada com o conteúdo da fala sugerida – "Senhoras e senhores, eu sou negro" – o efeito é o de estabelecer uma ironia, que despreza e ridiculariza o povo negro e sua luta por auto-afirmação. O autor parece fazer pouco ou nenhum caso da luta de militantes e cidadãos negros para se assumirem como tais, num processo em que intervêm aspectos psicológicos e sociais de muita complexidade. Assumir-se como negro(a) implica adotar postura de resistência frente à imposição da baixa auto-estima, uma das heranças do passado escravista.

Por fim, há ironia na menção à prática nazista de discriminação dos judeus em que os mesmos eram identificados com uma 'estrela' na roupa como recurso simbólico para o propósito de segregação. Para o articulista, portanto, a adoção das cotas tem o poder de suscitar o temor de que os brancos venham a ser perseguidos. O autor recorre assim a temores imaginados, impregna-os de ironia, para, desse modo, ridicularizar a política de cotas para negros.

(I-6) Do ponto de vista científico, não há raças, há uma espécie apenas; todos os humanos pertencem ao reino animal, ao filo cordata, à classe dos mamíferos, à família dos hominídeos, ao gênero homo e à espécie homo sapiens. *Cota* é demagogia que *não redime maus-tratos cometidos*, infligidos a minorias por quem deve assisti-las. *Por isso, importante é a sugestão do Sr. Antônio Sepúlveda no Jornal do Brasil: todos os brasileiros declaram-se negros e todos ficam iguais perante a lei.* [JB030410 – 1]

O exemplo (I-6) provém de um artigo, cujo autor, José Carlos Azevedo, é apresentado aqui como professor. No texto, ele critica o reducionismo presente na discussão das cotas, citando casos de fraude acadêmica, os quais considera vexatórios para o mundo científico, e que teriam ocorrido em universidades no exterior, fornecendo assim o contexto para fundamentar a crítica às cotas.

Conquanto esteja correto ao demonstrar que, sob a perspectiva científica, a espécie humana é uma só e que não existem raças (ver Seção 2.1), o autor ignora a realidade do racismo, cujos fundamentos relacionam-se à utilização do conceito de raça que as pessoas fazem no dia-a-dia. Ele defende que "cota é demagogia", e ao valer-se da expressão 'maus tratos cometidos', refere-se, assim, à metáfora da 'redenção' ou 'reparação moral', rejeitando-a no caso.

Valendo-se da ironia, o autor refere-se a outro artigo (exemplo (I-6), analisado anteriormente) a propósito do expediente da auto-declaração quanto à filiação étnica a ser exigida dos candidatos ao benefício das cotas, apoiando, por sua vez, a idéia expressa pelo outro articulista, que sugere, à guisa de ironia, que todos os brasileiros devem se declarar negros, tornando-se assim iguais perante a lei.

Desse modo, as cotas são apresentadas como um privilégio, um benefício indevido concedido aos negros, o que os tornaria, portanto, um segmento social acima dos demais. Na medida em que todos se declarem negros, um fato absurdo, mas tornado factível diante da liberdade possibilitada pelo expediente da auto-declaração, a questão estaria resolvida. O efeito é o de ridicularizar a política de cotas explorando o que os críticos reputam como uma das fragilidades da proposta.

(I-7) Por cá, sempre se poderá dizer que a ação afirmativa depende do fim do vestibular, assim como a Lei dos Sexagenários deveria depender da construção de asilos, a do Ventre Livre, da existência de creches, e a Abolição, de um mercado de trabalho mais forte. É o deixa-para-depois-para-ver-como-é-que-fica. Fica mal, já se sabe. [F030625 – 1]

Temos em (I-7) uma seqüência de exemplos de ironia – extraídos de um texto de coluna, de autoria do jornalista Elio Gaspari – em um pequeno período gramatical, seguido de uma conclusão do autor em que expressa sua opinião sobre a resistência de muitos, no Brasil, a aceitar a adoção das cotas para negros na universidade. O colunista, nesse e em outros textos – também parte integrante do *corpus* da pesquisa – declara-se favorável às cotas.

A ironia é usada como forma de ridicularizar o conservadorismo dos que resistem às cotas. O autor recorda as três leis que compuseram o processo político-jurídico de libertação dos escravos no Brasil entre os anos de 1871 e 1888. O autor constrói a ironia ao estabelecer para cada lei um pré-requisito que soa como algo ridículo. A construção de asilos seria pré-condição para que se aprovasse a lei de libertação dos escravos a partir dos 60 anos. Para se aprovar a Lei do Ventre Livre – que declarava livres os nascidos de mães escravas a partir da promulgação da Lei – seria necessária a criação de creches e, para a libertação irrestrita de todos os escravos, seria preciso antes a existência de um mercado de trabalho mais forte.

Ao pôr a política de cotas nesse mesmo contexto, o efeito é o de caracterizá-la como uma das medidas necessárias num processo de reparação moral e histórica aos descendentes dos escravos, algo devido desde os tempos da abolição da escravatura. O autor aponta o ‘fim do vestibular’ como pré-requisito para a adoção das cotas, equiparando-o a um daqueles, ridicularizados logo em seguida. Assim, rejeita a oposição às cotas, tratando-as como alegações absurdas, ridículas, conservadoras, compatíveis com a postura de quem realmente não quer a correção de injustiças históricas.

Ao citar as medidas absurdas que funcionariam como contrapartidas para a adoção das leis de libertação dos escravos, o autor expõe as fragilidades do processo social no país, pois, se, por um lado, todas as leis no processo de abolição da escravidão tiveram a contestação e a resistência das elites de então, por outro, elas também se constituíram em medidas sem compromisso com a integração final dos beneficiados na sociedade abrangente. Exemplo disso é a última dessas leis, a Lei Áurea, que aboliu a escravidão em definitivo, e cujo teor referia-se tão somente à extinção da escravidão, sem qualquer menção a medidas de apoio para os escravos.

(I-8) Curso Madame Natasha de piano e português

Madame Natasha tem horror a música e à propensão dos burocratas para empulhar a patuléia. Ela defende as cotas para negros nas universidades e acaba de saber que o Ministério da Educação entregou ao Planalto um estudo para criar um "sistema especial de reserva para negros".

"Sistema especial de reserva para negros" era o que havia na Marambaia. Tratava-se de uma propriedade onde os escravos engordavam, recuperando-se da viagem e aprendendo algum português. A reserva se chamava "viveiro". Serviu de casa de praia a FFHH e poderá servir a Lula.

Sistema especial de reserva é coisa da vinicultura ou de ambientalistas tentando preservar espécies em extinção. [F031228 – 1]

O exemplo (I-8) provém de uma coluna, cujo autor, Elio Gaspari, o mesmo do exemplo anterior, revela-se favorável às cotas. Para expressar sua opinião, o colunista lança mão de uma personagem fictícia de sua própria lavra, a Madame Natasha, identificada como tendo horror tanto à música quanto “à propensão dos burocratas para empulhar a patuléia” e como defensora das cotas. Desse modo, busca-se ridicularizar a resistência de membros da elite que se opõem às cotas, exemplificada no tratamento que o Ministério da Educação está dando à questão. O uso da expressão "sistema especial de reserva para negros" é o motivo para a crítica veiculada logo a seguir.

A título de contextualização, o autor compara o uso da expressão no título do estudo do MEC com o tratamento que se dava aos escravos recém-chegados da África, na localidade de Marambaia. Na referência, inclui o presidente anterior e o atual, sugerindo a omissão de um e a possibilidade de omissão do outro frente à manutenção do status quo que prejudica os descendentes dos escravos no Brasil.

Ao ridicularizar o título do estudo, o autor – mais do que criticar a expressão lingüística utilizada ali – cobra efetivamente o engajamento ativo do governo na mudança da situação social dos afro-brasileiros. A ironia emprega duas imagens. Uma é a seleção ou reserva de safra de uvas para a produção de vinho. A outra refere-se à política de proteção a espécies em extinção, oriunda da prática e do discurso dos ambientalistas. Ambas são próprias do mundo físico e evocam

aspectos como, de um lado, qualidade da safra e objetivos da produção e de outro, exotismo e medidas de proteção. Para o autor, nada disso pode ser aplicado apropriadamente ao sistema de cotas que evoca, como ele deixa claro, uma realidade histórica e social. Nesse sentido, há um reforço – pelo emprego da ironia – de situar as cotas dentro de um contexto mais amplo que é o da luta contra o racismo do passado e o do presente.

(I-9) A política de cotas para negros nas universidades é o exemplo mais claro e patético das nossas trapalhadas sociais. Ela consegue ao mesmo tempo discriminar o negro e o branco, já que este, ainda que igualmente ou mais pobre que o negro, dela não participa. De que adianta pôr os sem-teto num apartamento, se eles não têm emprego nem para pagar a conta de luz? E dar terra a um sem-terra sem dar sementes, fertilizantes, educação agrícola? O Brasil é mesmo o país do "me engana que eu gosto", ou melhor ainda: "o país do futuro!". [JB030806 – 1]

Em (I-9), extraído da carta ao(à) editor(a), de Roberto Ribeiro de Castro, de São Paulo, temos exemplos de ironia na ridicularização das cotas que são mostradas como um exemplo da desorganização do país como um todo. Logo a princípio, as cotas são apresentadas como exemplo 'claro e patético' de 'nossas trapalhadas sociais'. A expressão 'trapalhada' evoca a imagem da 'confusão', 'desordem', 'mistura desordenada de pessoas ou coisas' (*Dicionário Aurélio*). A justificativa que é apresentada é que a medida "consegue ao mesmo tempo discriminar o negro e o branco". No entender do autor, se o branco pobre é preterido em uma política como essa, isso é discriminação.

Reforçando a opinião expressa pouco antes, o autor formula duas questões, equiparando-as à política de cotas. Pelo paralelo estabelecido, as cotas para negros equivaleriam a dar um apartamento a sem-teto que não tem emprego ou dar terra a um sem-terra sem oferecer também 'sementes, fertilizantes, educação agrícola'. Tal idéia expressa um preconceito muito difundido em várias falas, o de que alunos que ingressam por cota têm menos condições de acompanhar o ritmo dos estudos. Por fim, o autor usa duas metáforas para associar ao Brasil idéias como a falta de seriedade, o propalado jeitinho nacional de resolver as coisas ou o adiamento no enfrentamento das questões mais sérias. Nenhuma consideração é feita quanto ao racismo, seus efeitos e a necessidade de combatê-lo. Para o autor, as cotas não são uma política pública séria, mas manifestação de um jeitinho próprio de tratar as questões sociais no país.

(I-10) Surgiu um novo obstáculo. Como seria possível dizer quem é e quem não é negro? Alguém já viu um branco dizendo que é negro? Acreditar que o debate das cotas possa ser interdito por conta de uma imprecisão cromática é algo tão inteligente quanto dizer que há poucos negros nas universidades federais porque nunca se descobriu uma maneira de contá-los.

Para o registro: a porcentagem de negros nas universidades federais brasileiras é menor que o de negros sul-africanos nas escolas superiores ao tempo do apartheid. [F021006 – 1]

Em (I-10), temos mais um exemplo do colunista Elio Gaspari. Mais uma vez, ele ridiculariza a postura de resistência dos contrários às cotas, combatendo especificamente a suposta dificuldade quanto a se identificar quem é negro(a) no Brasil. A ironia construída pelo autor começa pelo lançamento da questão “Alguém já viu um branco dizendo que é negro?” Prosseguindo, ele compara a idéia de que as cotas não poderiam ser implantadas sem confusão em razão da alegada ‘imprecisão cromática’ da população brasileira à conclusão de que se “há poucos negros nas universidades federais” é porque “nunca se descobriu uma maneira de contá-los”, sugerindo, pela ironia, que ambas as idéias são pouco inteligentes. Arrematando, o colunista mostra, a título de registro, que a presença de negros nas universidades brasileiras é menor, em termos percentuais, ao número de negros nas universidades sul-africanas no tempo do regime segregacionista do *apartheid*. Trata-se, assim, de uma comparação que ridiculariza o discurso dos que dizem que o racismo no Brasil não seria cruel como o de países como os Estados Unidos e a própria África do Sul.

Como vimos, mais do que a metáfora, a ironia é recurso lingüístico bem presente nas falas de pessoas favoráveis às cotas. Ainda assim, temos mais exemplos de ironia nas falas contrárias às cotas do que nas falas favoráveis. O emprego recorrente da ironia revela o quanto de engajamento passional o debate público das cotas tem suscitado. O uso desse recurso também permite-nos observar como, por meio das referências explícitas ou implícitas, intenções, motivações e interesses são questionados. No discurso, acusações quanto a oportunismo, demagogia, discriminação e injustiça são feitas por quem critica as cotas. Já quem as defende atribui ao campo adversário a pecha de racismo, indiferença e desrespeito. Tais operações servem de ocasião para que uns e outros sejam ironizados e a política de cotas enfraquecida ou fortalecida.

De um modo geral, as figuras de linguagem – em especial, a metáfora e a ironia – desempenham papel relevante nesse processo discursivo. O emprego de metáforas ocorre com bastante frequência, valorizando o contexto estrito da modificação no vestibular que a implantação do sistema de cotas traz a reboque. Já os contextos mais propícios à manifestação da ironia são aqueles em que se questionam critérios para se reconhecer o público-alvo da política de cotas e a atitude política dos defensores e dos opositores às cotas. Sejam usadas por quem defende as cotas ou por quem as condena, as figuras de linguagem no discurso da imprensa sobre as cotas propiciam ocasião para a manifestação de sentimentos e atitudes como agressividade, desprezo, revolta, ressentimento, indignação e ofensa. Para além da disputa sobre a política de cotas, manifesta-se por meio delas uma zona de tensão na produção do consenso quanto ao reconhecimento dos negros como grupo social e do movimento negro como ator social. Ou seja,

também por meio das figuras de linguagem empregadas nesse discurso, o racismo contra os negros no Brasil mostra sua força e atualidade.

*** **

Vimos neste capítulo como são tecidas a argumentação contrária e a favorável às cotas nos vários gêneros discursivos da imprensa. As estruturas argumentativas alinhadas a estratégias discursivas exploram diversos aspectos da política de cotas, reforçando sentidos presentes no debate, em geral voltados para a apreciação da medida em referência ao contexto restrito da mudança no vestibular. Notamos como a exposição de argumentos contrários às cotas leva com frequência a que os interlocutores do debate – dos editorialistas aos leitores – busquem resguardar a própria imagem, tentando não serem vistos como pessoas racistas ou indiferentes à difícil realidade de milhões de afro-brasileiros.

Também examinamos o papel nesse discurso da utilização de metáforas e ironias. Por meio das metáforas, os contrários às cotas associam às mesmas sentidos e imagens pejorativas, impondo limites na percepção da abrangência da política. Já a ironia revela o quanto de engajamento passional a política de cotas suscita seja por quem as combate, seja por quem as defende. As figuras de linguagem em operação nesse discurso manifestam uma zona de tensão quanto à produção do consenso na sociedade, de sorte que o que está em jogo não é apenas a discussão sobre a política de cotas, mas a própria dinâmica das relações raciais no Brasil.

No capítulo a seguir, vamos estabelecer uma relação entre o discurso da imprensa sobre as cotas e a realidade do racismo na sociedade brasileira. Analisamos como o debate na imprensa propicia uma disputa por sentidos em que as cotas para negros são consideradas, discutidas, defendidas e rejeitadas em meio a dois pólos de interpretação, de política pública a um sistema que veio para mudar os critérios de acesso ao ensino superior no país. Vamos analisar por fim como por meio desse debate, dá-se a representação da comunidade negra na imprensa e como o racismo é considerado nesse contexto.

Capítulo 6

Racismo e discurso da imprensa

Neste capítulo, buscamos estabelecer uma relação entre a análise dos dados desenvolvida nos dois capítulos precedentes e o contexto social e político brasileiro. Partindo da consideração sobre como as cotas foram discutidas na imprensa e como o discurso sobre elas foi construído queremos examinar a representação dos negros na imprensa para chegarmos então à investigação do racismo discursivo.

6.1 – De política pública a sistema de cotas, uma disputa por sentidos

Vimos, já no Capítulo 4, como o debate na imprensa consagrou os termos ‘cotas’ e ‘sistema de cotas’, e como tal opção – entre outras possibilidades de apresentação do assunto (política, projeto, lei, proposta) – é, em si, resultado de um enquadramento da realidade, contribuindo, assim, para uma determinada compreensão do problema.

A seguir, vamos fazer um resumo dos principais argumentos – contra e a favor das cotas – veiculados pela imprensa, extraídos dos dados da pesquisa.

Por que as cotas não devem ser aplicadas:

- 1) ferem a Constituição na questão da igualdade;
- 2) podem atingir direitos de candidatos não-negros aprovados com melhor nota;
- 3) são discriminação ou racismo às avessas, pois privilegiam os negros em detrimento dos demais;
- 4) são discriminatórias, pois anulam o princípio do mérito no vestibular;
- 5) podem fazer baixar o nível de qualidade do ensino superior, ao permitir o ingresso de candidatos aprovados com menos pontos que outros;
- 6) não trazem benefícios para a escola pública em geral;
- 7) podem gerar dois tipos de alunos universitários, ‘os normais’ e os ‘beneficiados pelas cotas’;
- 8) podem suscitar discriminação contra futuros profissionais negros beneficiados pela medida;
- 9) podem fazer surgir ou aumentar o ódio racial contra os negros;
- 10) podem ser inviabilizadas pela realidade brasileira, diante da alta miscigenação, da diversidade de tipos e do oportunismo de alguns;
- 11) estão voltadas para a questão racial, ao passo que o problema mais grave na sociedade brasileira está relacionado à classe social;
- 12) são demagógicas e paternalistas;
- 13) são cópia de política semelhante adotada nos EUA, que não levam em conta as diferenças entre as duas realidades;
- 14) não reconhecem que, nos EUA, as cotas têm sido alvo de contestação e disputa judicial;
- 15) não podem ser impostas por lei, cada universidade deve ter autonomia para tratar do assunto;
- 16) são racistas, ao suporem a incapacidade dos negros de se saírem bem no vestibular.

O grupo de dezesseis argumentos expostos pode ser agrupado em cinco subgrupos, conforme o tema a que dizem respeito.

Subgrupo A (Justiça e legalidade): é o subgrupo mais representativo, envolvendo os argumentos 1, 2, 3, 4 e 15, relacionados a aspectos como legalidade, justiça e direitos individuais;

Subgrupo B (Prejuízos à universidade): engloba os argumentos 5, 6 e 7, referentes a prejuízos que a política de cotas pode trazer ao ensino superior ou ausência de contribuição à escola pública em geral;

Subgrupo C (Prejuízos aos negros): compreende os argumentos 8, 9 e 16, que consideram a possibilidade de que a política de cotas traga prejuízos aos negros;

Subgrupo D (Inadequação): abarca os argumentos 10 e 11, que sustentam que as cotas são inadequadas à realidade brasileira;

Subgrupo E (Oportunismo e demagogia): envolve os argumentos 12, 13 e 14, que acusam a política de cotas de ser oportunista ou demagógica.

Por que as cotas devem ser aplicadas:

17) são um tipo de discriminação positiva necessária;

18) podem acelerar o processo de combate às desigualdades de ordem racial;

19) são instrumento de resgate social para os excluídos;

20) são instrumento para se alcançar a democratização do ensino e a superação do quadro de desigualdades nesse terreno;

21) facilitam o acesso de negros à universidade, visto como fundamental para o ingresso dos mesmos na classe média e para o combate à desigualdade racial;

22) atingem a questão racial, o que as políticas universalistas não conseguem fazer;

23) são a única forma de eliminar o passivo histórico, representado pela ausência de negros e índios no ensino superior;

24) são importantes para dar visibilidade à questão da discriminação, favorecendo uma maior representatividade dos negros nas camadas gestoras da sociedade;

25) atendem à demanda por justiça e reparação, diante do passado escravista;

26) atendem à população negra, que tem tido muito menos oportunidades que os não-negros;

27) são um tipo de ação compensatória.

De igual modo, entre os argumentos favoráveis às cotas, podemos identificar cinco subgrupos, de acordo com a temática pertinente.

Subgrupo F (Combate à desigualdade): aqui estão os argumentos 18, 20 e 26, referentes à questão da luta contra as desigualdades raciais;

Subgrupo G (Resgate dos excluídos): compreende os argumentos 19 e 24, que enfocam a necessidade de resgate dos excluídos;

Subgrupo H (Promoção dos negros): abarca os argumentos 17, 21 e 23, que acentuam a necessidade de promoção dos negros;

Subgrupo I (Visibilidade para os negros): com apenas um argumento 24, cujo foco é sobre a questão da visibilidade social dos negros;

Subgrupo J (Justiça e reparação): envolve os argumentos 25 e 27, relacionados às questões de justiça e reparação;

Examinando os 16 argumentos contrários, pode-se notar que, em pelo menos 11 deles, em dois terços, portanto, o enfoque recai sobre o contexto mais restrito da aplicação da política de cotas que é a questão da mudança no vestibular. É esse o aspecto que mais incomoda, que concentra o interesse das falas, citações e argumentações desenvolvidas nos diversos gêneros discursivos pesquisados. Esse também é o tópico mais presente nos editoriais. Por um lado, o foco sobre a mudança no vestibular emerge como uma questão prática, objetiva, mais fácil de ser tratada. E para a imprensa, sobretudo no caso da reportagem, esse enfoque torna-se bastante oportuno, haja vista a busca do *gancho*¹, que deve animar o trabalho de uma reportagem. Também não é à toa que as cartas ao(a) editor(a), na *Folha* e no *JB*, veiculem bastante esse enfoque.

Por outro lado, essa opção de tratamento do fato é ideologicamente motivada e serve a interesses determinados e ao propósito de manutenção do *status quo*. Na maioria dos textos, a questão do racismo – que é, de fato, o pano de fundo para as políticas de ação afirmativa de cunho racial – só é mencionada de passagem. Assim, sem uma contextualização apropriada, a defesa da política de cotas já entra no debate público desacompanhada de seu maior aliado, o reconhecimento de que há racismo na sociedade brasileira e de que este assume formas específicas e historicamente definidas. Ao se excluir o princípio fundante da política de cotas do debate na esfera pública, torna-se mais fácil combatê-la. A motivação ideológica também se manifesta em outros aspectos desse processo discursivo, como é o caso da seleção lexical realizada, como vimos no Capítulo 4.

Não é raro que políticas públicas anunciadas pela imprensa ou implantadas em áreas de prestígio da sociedade – como é o caso da universidade, por exemplo – suscitem, de imediato, um certo grau de polêmica. No caso da política de cotas, porém, ocorre muito mais do que isso. Uma rotulação agressiva e recorrente forja sentidos que ajudam a fixar limites estreitos para o debate público. Assim, enquanto adjetivos foram usados à exaustão para caracterizar negativamente a política, os defensores das cotas não lograram consagrar uma expressão positiva que servisse como rótulo para a medida. Em geral, articulistas, colunistas, entrevistados e leitores simpatizantes das cotas detiveram-se em negar acusações, explicar os aspectos positivos da proposta e mesmo em ridicularizar o campo adversário como estratégia para ganhar espaço no debate. Até mesmo a expressão ‘ação afirmativa’ tem emprego limitado nos diversos textos, como vimos na Seção 4.2.

¹ No jargão do jornalismo, gancho é a informação nova, com base em fatos da realidade, que dá fundamento ao texto. Reza o *Manual da Redação da Folha de S. Paulo* (2001): “A relação do gancho com uma reportagem não deve ser automática, mas sim passar pelo crivo do jornalista, pela sua análise crítica. Isso deve ser feito porque muitos fatos são “construídos” com o objetivo de conseguir sua entrada na mídia” (id.: 24). O *Manual* alerta para a possibilidade de exploração política do gancho.

Essa falha em formular e fixar rótulos positivos não se deve debitar tão somente ao tipo de intervenção de quem apóia as cotas. A imprensa tem papel crucial nesse ponto. Pois boa parte dos termos e expressões pejorativas e negativas associadas às cotas é encontrada também em um gênero como a reportagem que é o gênero informativo por excelência. Reportagens e até mesmo títulos trazem, de modo recorrente, não somente o termo 'polêmico' e variantes como outros termos e expressões além de destacar o que se aponta como 'fragilidade' ou 'vulnerabilidade' das cotas como proposta e como política em implantação.

Produz-se, assim, um distanciamento entre a realidade que suscitou a proposta, ou seja, o racismo e a discriminação que este provoca no ensino superior, e a proposta em si. O distanciamento é revelador de duas facetas. A primeira é a dificuldade quanto à assimilação de mudanças no sistema de acesso à universidade. Sendo o diploma universitário um recurso de prestígio e chave para se abrirem as portas do mercado de trabalho, e, dado o fato de as universidades públicas em geral terem maior prestígio que as particulares, uma proposta como a das cotas tende a atrair para si a antipatia das elites que usufruem do *status quo* vigente.

A segunda faceta vincula-se à questão do racismo. Desvincular a proposta das cotas de uma realidade discriminatória e excludente a prejudicar os negros no Brasil é tarefa a que se entregam profissionais da imprensa, entrevistados e leitores nos textos dos jornais. Nesse sentido, pessoas contrárias às cotas chegam a reconhecer a desigualdade entre negros e brancos no ensino superior, mas não admitem que tal situação seja expressão direta do racismo, nem que se devam adotar medidas para corrigir essa distorção. No máximo, admitem que as crianças e os jovens negros, assim como as crianças e os jovens dos demais grupos étnicos da sociedade, merecem, ao longo da vida, uma educação de qualidade. Ou seja, continuam a propor iniciativas universalistas para a correção do problema, quando essas já têm se revelado insuficientes para o tratamento da questão racial. E isso pelo fato de que, embora esse tipo de política produza ganhos para todos, a distância entre brancos e negros persiste, o que sugere a necessidade de políticas específicas de enfoque racial.

Assim, a ação de pessoas contrárias às cotas movimenta-se, de modo explícito ou implícito, pela lógica do argumento de classe na explicação do fenômeno das desigualdades sociais no Brasil – a baixa ou quase nula presença de negros na universidade seria uma delas. Ora, se o agente causador dessa desigualdade não é de ordem racial e sim de classe, logo não há racismo ou, pelo menos, ele não se manifesta nesse âmbito. Em contraposição, como demonstramos no Capítulo 2, embora haja aspectos de classe envolvidos na questão, o enfoque racial é de tal sorte relevante que a desigualdade faz-se presente em todos os níveis do espectro social, mesmo quando pessoas negras passam eventualmente de simples operários a jogadores de futebol, artistas e empresários de sucesso. Ou seja, embora a ascensão de negros à classe média seja um aspecto facilitador em muitos sentidos, ainda assim, nessa condição, os negros são preteridos em várias situações, prejuízo esse que só se explica pelo fator racismo.

Finalizando, vamos examinar uma questão de gênero discursivo presente nos dados da pesquisa. No que se refere às reportagens, o engajamento contrário às cotas – embora em menor grau, dadas as características específicas do gênero – é materializado por meio do enquadramento restrito da questão, da escolha de entrevistados para falar do assunto, da edição de suas falas, da seleção vocabular, incluindo o uso de adjetivos como ‘polêmico’ e de títulos que destacam a concessão de medidas judiciais contra o sistema de cotas, explorando, assim, a instabilidade da medida como instrumento legal. O engajamento evidenciado nas reportagens, embora não incomum, se, por um lado, pode explicitar bem o alinhamento de posição dos repórteres à perspectiva editorial do jornal, por outro, pode ser também sintoma de que tal perspectiva é largamente partilhada por grande parcela da população, aí incluídos também os jornalistas.

Nos exemplos apresentados a seguir, chamamos a atenção para aqueles em que a resistência às cotas é manifesta, em especial, no texto mesmo de responsabilidade do(a) repórter em vez de no discurso relatado. Temos também um *continuum* que vai do pólo em que a presença da voz do outro tende a um grau menor (o discurso indireto livre) até o pólo em que a voz do outro tende ao limite máximo (a citação literal)².

(1) Cota para negro volta polêmica e indefinida [F021103 – 3]

(2) As cotas especiais para afro e indíodescendentes no vestibular da Universidade Federal da Bahia (Ufba) prometem ser tema para muita discussão. Mesmo quem defende a medida, anunciada pelo reitor Naomar Almeida, entende que o sistema de cotas para propiciar o ingresso de negros e índios em cursos universitários deve ser provisório, até que o Estado resolva reestruturar e melhorar a qualidade do ensino público. [AT030624 – 2] (Reportagem: Jair Mendonça)

(3) Afinal, quem é negro no Brasil? Esta é a indagação que vem provocando uma das maiores polêmicas no meio acadêmico brasileiro, com o advento da política de cotas para negros nas universidades gratuitas, em todo o País. [AT030309 – 3] (Reportagem: José Araújo Góes)

(4) Depois de três candidatos conseguirem garantir na Justiça direito a ingressar na Uerj, apesar da reserva de vagas para estudantes que se declararam negros ou egressos de escolas públicas, cresce a polêmica sobre a validade do sistema de cotas. [JB030221 – 1]

(5) O governo federal deverá propor uma lei para regulamentar a adoção de cotas para negros nas universidades públicas. A "necessidade" dessa lei faz parte das conclusões de um grupo de nove ministérios que estudou o tema durante três meses. [F031230 –1]

(6) Política de cotas da Uneb na “corda-bamba” [AT030328 – 1]

² Fairclough (2003) distingue quatro formas de relato: o direto, representado pela citação literal; o indireto, em que se observa uma oração de relato em vez da citação literal; o relato indireto livre, uma forma intermediária entre os outros dois, em que há uma mudança gramatical do relato indireto, mas sem usar uma oração de relato, como em “Mary lançou um olhar pela janela. *Ele estaria lá nesse exato instante*. Ela sorriu consigo mesma” (id.: 49), e o relato narrativo do ato de fala, em que se faz o relato de um tipo de ato de fala, mas sem registrar seu conteúdo, como em “Ela fez uma predição” (idem, ibidem).

Em (1), temos o título de uma reportagem, caso em que a oração é de responsabilidade do(a) editor(a). Nele são usados dois adjetivos, 'polêmica' e 'indefinida'. Ambos realçam a resistência à política. Também, o verbo no presente do indicativo sugere reificação, ou seja, a apresentação de uma questão pontual como se fosse permanente. Já em (2), temos um exemplo de discurso indireto, em que se apresenta a opinião de um sujeito indeterminado. Dessa forma, sem identificar a fonte, atribui-se um efeito de generalização ao que é, na verdade, a opinião de alguns. Além disso, temos o adjetivo 'especiais' – cujo uso, aplicado às cotas, ocorre raramente nos dados da pesquisa – que sugere um caráter de excepcionalidade, o que também é reforçado no discurso indireto livre: 'o sistema de cotas (...) deve ser provisório'.

Destacamos nesse caso, a reelaboração feita no texto. Que a política de cotas tenha uma duração limitada é um fato admitido até mesmo por seus defensores, mas a razão que fundamenta essa proposta não é a mesma apresentada no enunciado. Para os defensores das cotas, a medida, uma dentre várias formas de políticas de ação afirmativa, tem motivo, duração e finalidade específicos. Pelo texto, o sistema de cotas permanece "até que o Estado resolva reestruturar e melhorar a qualidade do ensino público". Ou seja, não há qualquer referência à questão racial que é o princípio fundante das cotas. Nesse caso, a avaliação é atribuída, mediante o emprego do sujeito indeterminado 'quem', de modo genérico aos próprios defensores das cotas.

Em (3), o texto começa com uma pergunta que, à luz do contexto social, está comprometida com um viés ideológico, o do *status quo*. A opção por essa construção desvia a atenção do que efetivamente está em jogo: a necessidade e a relevância de se implantar política de cotas para negros no Brasil. A pergunta formulada no *lead*, porém, é apresentada como "a indagação que vem provocando uma das maiores polêmicas no meio acadêmico". Ora, certamente que há polêmica no meio acadêmico, mas ela tem a ver com a resistência de parte do segmento em aceitar as cotas para negros. A indefinição quanto a quem é negro(a) no Brasil é um motivo alegado para mostrar as cotas como inexequíveis. Ou seja, na melhor das hipóteses, se há dúvida quanto a quem é negro(a) no Brasil, essa é uma questão levantada basicamente pelos contrários às cotas e, outra prova do comprometimento ideológico, tão somente depois que as cotas passaram a ser discutidas seriamente no Brasil. Assim, a questão sobre quem é negro(a) no Brasil é apresentada com um grau de seriedade e relevância, na medida em que evoca o 'meio acadêmico', quando, de fato, é uma questão suscitada pelos contrários às cotas e reforçada pela imprensa.

Em (4), mais uma vez o que seria uma reação cabível de pessoas que se sentem prejudicadas pela adoção das cotas é mostrado como evidência de que "cresce a polêmica sobre a validade do sistema de cotas". Além disso, a decisão da justiça ainda é preliminar, o que não é informado no *lead*. Desse modo, o texto apresenta um parâmetro muito alto para as cotas, na medida em que a oposição de alguns, o recurso feito à justiça e eventuais decisões favoráveis aos mesmos são motivos suficientes para se questionar a 'validade' da política. Caberia investigar que postura teria a imprensa adotado com relação a outras 'polêmicas' suscitadas no debate público.

Na figura 6.1, vemos como os gêneros discursivos da imprensa se manifestam em relação à posição diante das cotas. Consideramos, nesse caso, se os textos veiculam vozes contrárias e vozes favoráveis às cotas, o que sinaliza maior ou menor abertura diante da questão.

Figura 6.1 – Relação dos gêneros discursivos e posição sobre as cotas

Gên. Discurs./ Tipo de intervenção	Rejeição	Defesa
Editoriais	+	-
Artigos	+	+
Colunas	+	+
Cartas	+	+
Entrevistas	+	+
Reportagens	+	+

De um modo geral, os editoriais são o gênero por excelência em que as cotas recebem um combate sem trégua. Artigos, colunas e cartas ao(à) editor(a) são gêneros que podem revelar tanto uma quanto outra postura. No caso das entrevistas, o predomínio de uma ou outra perspectiva vai depender do(a) entrevistado (a) e da interação entre esse(a) e o(a) repórter. Já a reportagem, que, em tese, deveria ser o mais neutro dentre os vários gêneros da imprensa, apresenta, no entanto, muitos exemplos de um engajamento bastante explícito.

6.2 – A representação dos atores sociais

No discurso das cotas, o conjunto de atores sociais envolve jornalistas, aí incluídos desde repórteres e editores até integrantes das cúpulas das redações, leitores dos jornais por meio do expediente da carta ao(à) editor(a), governos federal e estaduais, como entidades e por meio de governantes e integrantes da hierarquia (ministros, secretários, diretores), procurador da República, estudantes, tanto os afro-brasileiros e os oriundos de escolas públicas – potencialmente beneficiados pela medida – como os demais estudantes, supostamente prejudicados pela adoção das cotas, advogados dos estudantes prejudicados, entidades estudantis. E também professores, universidades, por meio dos reitores bem como de membros da direção, especialistas, profissionais de diversas áreas, políticos e representantes do Poder Legislativo, representantes do Poder Judiciário, representantes de escolas particulares, personalidades públicas nacionais e do exterior, ONGs, movimento negro e entidades associativas de afro-brasileiros, e o Partido dos Trabalhadores, PT.

A intervenção desses atores manifesta-se de formas diversas. Seja como apoiadores da proposta de cotas, como agentes públicos com participação mais determinante na implantação das

cotas, como críticos da medida, ou ainda como construtores do cenário do debate na imprensa, papel que cabe especificamente aos jornalistas.

Examinando a iniciativa da política de cotas sob a perspectiva de responsabilização dos agentes sociais, podemos notar que, como uma estratégia discursiva freqüente, a medida é citada sem que seja atribuída a algum agente, como se surgisse por geração espontânea. Trata-se, portanto, da supressão do agente. É o caso dos exemplos (7), (8), (9) e (10):

(7) Sempre que se percebem distorções tão gritantes, a primeira idéia que vem à cabeça é a criação de cotas para minorias, seja na universidade ou no trabalho. [F020128 – 1] (Editorial)

(8) O sistema de cotas segundo o critério étnico, para preenchimento de vagas no ensino público e nas empresas, é insuficiente para resolver o problema das desigualdades no Brasil, conforme reconhece o Ministério da Educação. [AT020212 – 2] (Editorial)

(9) O sistema de cotas em universidades públicas para negros, pardos e alunos da rede pública de ensino é, no mínimo, discriminatório e antidemocrático. [F030213 – 1] (Carta ao(à) editor(a): Soraya Felix, de São Paulo)

(10) Chegou a hora de enfrentar o problema criado com a reserva de 30% das vagas para os negros nas universidades. Esse equívoco é a pior das discriminações. [JB030222 – 2] (Carta ao(à) editor(a): Orlando Machado Sobrinho, do Rio de Janeiro)

Às vezes, atribui-se a medida a um sujeito indeterminado. Nesse caso, os ‘defensores das cotas’ são apontados como agentes indefinidos nesse processo, como em (11). Já em (12), por meio da metonímia, sugere-se a ação de sujeitos sem identificá-los, mas atribuindo-lhes um campo político, o das esquerdas. Nesse caso, a combinação do advérbio modalizador ‘supostamente’ e o uso das aspas no adjetivo ‘progressista’ constrói um sentido irônico, que além de acusar os apoiadores das cotas de se autoproclamarem como tais, sugere que a perspectiva que os mesmos cultivam de si estaria equivocada.

(11) Os defensores das cotas para negros e pardos nas universidades sempre justificaram as suas posições alegando que esse contingente da população é o mais desassistido e desprovido de recursos, não tendo condições de competir em pé de igualdade com os brancos. [F030217 – 1] (Carta ao(à) editor(a): Ricardo Greber Arini, de São Paulo)

(12) O pensamento supostamente "progressista", no entanto, prefere apaziguar sua consciência defendendo um sistema que, além de desrespeitar o princípio da igualdade formal entre cidadãos, é ineficiente para combater o que pretende. [F030818 – 1] (Editorial)

Quando determinado, os agentes responsabilizados pela proposta são governos, universidades, ONG, o Partido dos Trabalhadores e as comunidades negras, como em (13), (14), (15) e (16):

(13) O governo do Rio de Janeiro definiu na semana passada as regras sobre as cotas para negros nas universidades estaduais. De acordo com o decreto do governador Anthony Garotinho, negros e pardos terão direito a 40% das vagas... [F020311 –1] (Reportagem)

(14) É o caso da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, que implantou um sistema de cotas para a admissão de candidatos que provieram de escola pública e/ou que se autodeclararam negros ou pardos. [F030211 – 2] (Editorial)

(15) É mais do que louvável, portanto, o desejo do PT de instituir mecanismos efetivos de combate ao racismo. Mas a proposta de criar cotas para estudantes negros nas universidades públicas, em que pese sua justeza, apresenta tantas dificuldades conceituais e práticas que o bom senso recomendaria reconsiderá-la. [F021111 – 1] (Editorial)

(16) As comunidades negras insistem na fixação de cotas como reparação ao histórico preconceito que discriminou negros no mercado de trabalho e no sistema educacional. [AT031120 – 2] (Editorial)

Na figura 6.2, temos o quadro geral de identificação da agência no caso da iniciativa das cotas.

Figura 6.2 – Formas de identificação da agência na iniciativa da política de cotas

Supressão	Nenhum ator é responsabilizado pela iniciativa
Indeterminação	Os agentes apontados são indefinidos
Atribuição da agência	Os agentes apontados são atores sociais específicos

Ao se considerar a quem a política de cotas prejudica, as opiniões também são variadas. Em boa parte delas, o maior prejudicado é o sistema de ensino, a universidade e mesmo a escola pública, como nos exemplos (17) e (18). Mas há quem identifique entre os prejudicados os estudantes não-negros (22) e (23), a sociedade brasileira (19), (20), (24) e (26) e até mesmo os estudantes afro-brasileiros favorecidos pela proposta (21) e (25).

(17) Politicamente, os vestibulares constituem uma ilha de modernidade no oceano do patrimonialismo brasileiro. (...)O sistema de cotas ameaça submergir essa ilha de igualdade formal, destruindo o princípio do mérito acadêmico que regula o ingresso nas universidades. [F030729 – 1] (Artigo: Demétrio Magnoli, confira exemplo (A-17) na Seção 5.1.1)

(18) Os opositores à idéia, entre os quais o ministro da Educação, Paulo Renato de Souza, alegam que a medida é drástica e em parte racista, por supor a incapacidade de negros e egressos da escola pública de passar no vestibular. Para eles, as cotas também não promoveriam a melhora do ensino público e poderiam comprometer a qualidade do ensino superior. [F021103 – 3] (Reportagem: Antônio Gois, Sérgio Duran, Iuri Dantas)

(19) Mas esse artifício não resolve os problemas educacionais que indiquei, produzidos pelos vestibulares. E é provável que crie uma séria consequência social: será impossível evitar que os "brancos" que "quase entraram" desenvolvam um sentimento de raiva contra "os negros que entraram por favor", culpados de eles terem ficado de fora. [F031028 – 2] (Artigo: Rubem Alves, confira (A-8), na Seção 5.1.1)

(20) Quando se substitui tal método pelo sistema de cotas se estabelece de pronto uma discriminação que deveria ter sido abolida in totum a partir de 1888, mas que lamentavelmente volta à cena através de tais luminares que no fundo estão criando mais um problema na sociedade, ao importar o ódio racial que predomina em outras nações. [AT020425 – 1] (Editorial)

(21) Além disso, esse sistema reintroduz um fator discriminatório na carreira de profissionais por elas beneficiados, estigmatizando-os com a suspeita de favorecimento. [F030818 – 1] (Editorial)

(22) O artifício encerra ainda um dilema ético: se indivíduos carentes ou discriminados devem ser de algum modo protegidos, isso não é desculpa para criar novas formas de discriminação. Qual é culpa do estudante que, a despeito de suas qualificações para entrar na faculdade, dela foi excluído? [F030221 – 1] (Editorial)

(23) Em outras palavras, se antes havia um preconceito tácito contra os negros, a nova lei tratou de corrigir a situação ao inverter os papéis e oficializar a discriminação escancarada contra os brancos. [JB030404 – 2] (Artigo: Antonio Sepúlveda, escritor)

(24) À luz da experiência americana, não é difícil prever que os programas de ação afirmativa ora implementados irão intensificar, mais do que erodir, sentimentos racistas nos brasileiros. [JB030406 – 1] (Artigo: Leone Campos de Souza, socióloga)

(25) O que a prática já nos confirma é que a medida reforça ainda mais o preconceito, o sentimento de menos-valia e a rivalidade entre os jovens. [JB030412 – 1] (Artigo: Cláudia Magalhães Cereto, psicóloga)

(26) “Nós sempre visamos a questão social e não a questão negra, que, se abordada como está sendo feita, causa discriminação racial real”, argumentou o diretor do DCE... [AT030403 – 1] (Reportagem: José Araújo Góes)

Na Figura 6.3, temos um resumo da representação dos atores sociais no discurso da imprensa sobre as cotas.

Figura 6.3 – Relação dos atores sociais e intervenção no debate das cotas na imprensa

Atores/Tip. repres.	Proponentes	Prejudicados	Apoiadores	Oponentes
Leitores	-	-	+	+
Governos	+	-	+	-
Procurador Rep.	-	-	-	+
Estudantes benef.	-	+	+	-
Estud. não benef.	-	+	-	+
Advog. dos estud.	-	-	-	+
Entid. Estudantis	-	-	-	+
Professores	-	+	-	-
Universidades	+	+	-	-
Especialistas	-	-	+	+
Profissionais	-	-	+	+
Políticos	-	-	+	-
Poder Judiciário	-	-	+	+
Poder Legislativo	+	-	+	-
Escolas partic.	-	-	-	+
Personal. públ.	-	-	+	+
ONGs	+	-	+	+
Mov. Negro	+	-	-	-
PT	+	-	-	-

Por fim, vale considerar um aspecto do processo discursivo que é ignorado largamente nos textos, a saber, a adesão ou apoio de não-negros à medida. Referimo-nos especificamente às cartas ao(à) editor(a) em que a pessoa faz questão de se apresentar como ‘branca’ e defender o

apoio à medida. Tal aspecto não é explorado, nem como uma questão para exame nas reportagens, nem como uma simples observação nas falas e nos textos opinativos. Ou seja, enquanto a rejeição de líderes ou pessoas negras à política de cotas é mostrada como evidência da ‘polêmica’, inclusive com destaque nos títulos – como vimos no exemplo (T-3), no Capítulo 4, também explorado mais adiante (item c da Seção 6.2.1) – o contrário, isto é, a defesa da medida por não-negros é simplesmente ignorada no discurso.

(27) É para atender à igualdade material de que trata o artigo 5º da Carta que se vem estabelecer uma política de cotas. (...) torna-se urgente reconhecer que o apartheid realizava-se silenciosamente nas universidades públicas até então. Sou aluna (branca) da Faculdade de Direito da Uerj, onde não há mais de cinco ou seis alunos mulatos ou negros. [JB030407 – 2] (Carta ao(à) editor(a): Lia Rossi, do Rio de Janeiro)

(28) Considerando o fato de a esmagadora maioria dos estudantes de escolas públicas serem negros e o fato de a baixa qualidade de ensino nessas escolas ser vergonhosa, nada mais justo que haver uma lei que garanta um espaço nas universidades para essa discriminada parcela da população. Sou um estudante branco que sempre estudou em colégio particular e concordo com essa lei que combate as desigualdades. [F030224 – 1] (Carta ao(à) editor(a): Eduardo Dalpasqual, de Campo Grande, MS)

É desse modo que a intervenção dos atores sociais no debate das cotas na imprensa é explicitada. Nota-se, assim, que não há um protagonismo específico, mas um leque de opções sobre quem é o(a) responsável pela iniciativa das cotas. É nesse contexto que a atuação de pessoas negras, representantes ou não da comunidade aparece, como uma entre outras intervenções. Na seção seguinte, vamos examinar especificamente como se dá a representação dos negros nesse discurso.

6.2.1 – A representação dos negros

No discurso da imprensa sobre as cotas, os negros emergem como o ‘outro’ sobre quem se fala. São eles as vítimas das desigualdades sociais, de um ensino público deficitário e das péssimas condições de vida que os levam a chegar ao vestibular em desvantagem frente aos demais candidatos. São eles também o segmento prioritário como público-alvo das políticas públicas universalistas. De um modo geral, evita-se uma representação explicitamente negativa desse ‘outro’. No entanto, a ausência dos negros e, em especial do movimento negro, como protagonista da iniciativa e as associações desfavoráveis, depreciativas ao público-alvo do benefício das cotas reservam para esse ‘outro’ uma posição de subalternidade no processo.

Como agentes e protagonistas dessa intervenção política, portanto, o papel dos negros é minimizado quando não explicitamente negado. Como fonte de informação sobre a discriminação no ensino superior e formas de combatê-la, os negros são preteridos, nas referências e citações,

em favor de autoridades, representantes do governo e de ONGs, técnicos e especialistas no ensino. Em alguns poucos textos é que líderes, técnicos, autoridades e especialistas negros são ouvidos e contribuem com o debate.

Tal fato reproduz no âmbito da representação discursiva na imprensa uma situação de desequilíbrio na realidade social que vem de longa data. A associação de pessoas negras a posições sociais subalternas, ou mostrando-os preferente e recorrentemente como pacientes de iniciativas e políticas públicas reforça estereótipos existentes contra elas na sociedade e confere a esse aspecto uma amplitude ainda maior, face o poder de penetração do discurso da imprensa.

Considerando especificamente as estratégias discursivas de apresentação da proposta das cotas e de sua discussão por negros notam-se as seguintes:

a) Valer-se de entrevista com personalidades negras no exterior ou em visita ao país e pedir comentário sobre a perspectiva das dificuldades quanto à implantação das cotas no Brasil – Comumente, as perguntas nesse tipo de contexto enquadram a questão com base em aspectos práticos sobre a implantação das cotas, ressaltando uma certa peculiaridade no caso brasileiro. Implicitamente sugere-se a idéia de que a medida não deve ser aplicada ao caso brasileiro. O que são efetivamente dúvidas ou problemas levantados especificamente pelos opositores às cotas é assumido pelos jornalistas como se fossem questões objetivas. Ou seja, as perguntas formuladas – aparentemente de forma objetiva como propõe o bom jornalismo – servem na verdade para ecoar receios e preocupações de setores contrários às cotas.

(29) Folha - Falando em Brasil, o debate sobre a política de cotas para negros tem sido muito presente no começo do governo Lula. A sra. acha que um país mestiço como o Brasil tem condições de implementar as chamadas ações afirmativas? [F030217 – 2] (Entrevista, feita por Cassiano Elek Machado, com a escritora negra e prêmio nobel americana Toni Morrison)

(30) Folha - Como reduzir a desigualdade racial?(...)

Folha - No Brasil, como definir quem é branco e negro? [F031021 – 1] (Entrevista, feita por Fernanda da Escóssia, com o sociólogo americano Edward Telles)

b) Valer-se de entrevista com negros em posição de prestígio no Brasil seja para enfatizar sua opinião contrária às cotas seja para confrontá-los com opiniões muito específicas de pessoas contrárias às cotas – Nesse caso, pessoas negras em posição de prestígio são confrontadas com a questão das cotas e a posição contrária à medida recebe destaque no texto, ainda que o assunto não seja o principal enfoque da matéria. O fato de haver negros em posição de prestígio na sociedade contrários às cotas parece reforçar o pensamento de que não são somente os não-negros que rejeitam as cotas, mas até mesmo integrantes da comunidade afro-brasileira.

(31) Para Garrido, é preciso avançar e este avanço não passa por uma lei que promova a reserva de uma cota de 20% de vagas nas universidades para estudantes negros, opina o cantor. "No Brasil não existem só 20% de negros. O Brasil é 50% negro e 50% branco". [AT020517 – 1] (Reportagem: Sílvia Nascimento; sobre o artista negro Toni Garrido)

(32) Folha - A senhora é a favor das cotas para negros em universidades? (...)

Folha - A entrada de negros sem que seja pelo critério do mérito não é um golpe na auto-estima dos próprios estudantes que se beneficiariam das cotas? [F020325 – 1] (Entrevista, feita por Antônio Gois, com a professora Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, "primeira negra a ocupar uma vaga no Conselho Nacional de Educação")

Em (31), o que parece ser uma ressalva a uma interpretação sobre a proporção de negros na sociedade brasileira é apresentada, em discurso indireto, como sendo uma restrição grave que o artista faz às cotas, o que, efetivamente não fica claro no texto (para mais detalhes, confira os itens 25 e 26 da Seção 4.3, em que o caso é analisado). Quanto ao exemplo (32), extraído de uma entrevista, a segunda pergunta faz ecoar um argumento dos opositores às cotas, volta e meia veiculado no debate. Nesse caso, se é para levar em conta a 'objetividade' da pergunta, é preciso considerar que a mesma atropela uma outra no que diz respeito à oportunidade e relevância, a saber, o que dizer da realidade do racismo? As desigualdades e discriminações sofridas diariamente por milhões de afro-brasileiros não seriam um golpe na auto-estima de cada indivíduo e de toda uma comunidade?

c) Explorar divergências sobre a questão entre os próprios negros – As divergências são exploradas como sintoma da instabilidade da medida, evidenciada pela suposta 'falta de consenso', o que contribuiria assim para enfraquecê-la junto ao público em geral e à comunidade negra, em particular.

(33) PROJETO DE COTAS NAS UNIVERSIDADES, A SER ADOTADO NO RIO NESTE ANO, É POLÊMICO MESMO ENTRE JOVENS NEGROS [F020523 – 1] (título-chamada de uma reportagem)

(34) A questão suscita debates acalorados mesmo entre os próprios estudantes negros. "É uma iniciativa que abre a discussão para a questão do racismo", diz Johnny Brasiliense, 19, que é favorável às cotas e estuda no Cursinho da Poli. Já o estudante Franklin Machado, 20, seu colega de sala, é contra a proposta. "Isso pode gerar um novo tipo de preconceito. Sou a favor de cotas para carentes." [F020523 – 1 A] (Reportagem: Fábio Porto Silva)

(35) Acho que a cabeça brasileira hoje ainda não aceita isso, ainda veria isso como uma forma de discriminação. Vejo isso até mesmo nos meus debates com gente do movimento

negro. Há muitos negros que me dizem que são contra as cotas. Então se eles são contra, muita gente é contra. [AT030511 – 1] (Entrevista, com o então ministro da Educação)

d) Reelaborar as falas de entrevistados favoráveis às cotas em prejuízo do conteúdo – Comentários e avaliações sobre a política de cotas são distorcidos, forçando um alinhamento à posição editorial do jornal.

(36) Contudo Kitwana alerta que essas medidas, arrojadas à época, são hoje insuficientes e quase inócuas para enfrentar os problemas que a globalização tem provocado também nos EUA. [F020818 – 2] (Artigo: Marcos Flaminio Peres, introdução à entrevista com o escritor e teórico negro norte-americano Kitwana, nas páginas seguintes)

(37) Os EUA ainda são uma nação fraturada no aspecto racial e os negros permanecem sub-representados tanto no setor privado quanto no público. O que digo no livro é que a ação afirmativa não deveria ser desmantelada até que algo melhor seja posto em seu lugar. Não acredito que haja uma solução para o passado escravista dos EUA, mas acho que a sociedade americana deveria fazer um gesto decidido de desculpa, compensação e reconhecimento das contribuições que o povo africano trouxe ao país. [F020818 – 3] (Entrevista, feita por Marcos Flaminio Peres, com o escritor Kitwana)

(38) Cota não resolve, diz especialista [F020124 – 2] (título)

Especialistas em desigualdade social são unânimes em afirmar que certas "fórmulas milagrosas" _como a definição de cotas de participação das minorias em universidades e empresas_ são só ações paliativas para reduzir o abismo econômico entre as raças.

Isso não resolve o problema, principalmente se a ação não for seguida de políticas sociais que ampliem o acesso de negros ao mercado de trabalho, dizem eles. (...) "A questão é saber se essa ação é algo eficaz ou não", diz Sergei Soares, pesquisador do Ipea. "Isso pode funcionar se a ação for seguida de políticas públicas de apoio às minorias", diz. "Somos a favor dessas cotas. É uma atitude drástica, mas elas funcionaram em todos os países em que foram utilizadas", afirma Oded Grajew, diretor do Instituto Ethos. [F020124 – 2] (Reportagem)

(39) Mesmo os representantes do movimento negro admitem que a reserva de 40% das vagas no ensino superior para afro-descendentes oriundos de escolas públicas é uma medida paliativa. Mas defendem o sistema como forma de recuperar parte dos prejuízos que a discriminação racial produziu nos últimos 500 anos.

"O Movimento Negro Unificado (MNU) é a favor das cotas. É uma proposta bem-vinda, mesmo porque estimula a discussão sobre a reparação. É uma medida concreta, imediata. Nos Estados Unidos, as cotas são aplicadas há muito tempo e isso fez com que, hoje, haja negros ocupando posições de destaque no governo", disse Ivonei Pires, coordenador do MNU na Bahia. [AT021217 – 1] (Reportagem)

Além das estratégias discursivas discutidas aqui, vale notar que a contribuição de políticos e parlamentares negros como interlocutores do assunto não recebe destaque nos textos da imprensa. Nesse sentido, representantes negros nos Estados e em Brasília quase não são citados no debate, o que contribui para a despolitização do assunto na medida em que se distingue a agenda política – o âmbito do Parlamento, dos Governos e da representação da comunidade negra nessas esferas – da agenda social, o debate público, que, como vimos anteriormente, está ‘contaminado’ pela perspectiva da mudança no sistema do vestibular.

Paralelo a isso, o protagonismo do movimento negro na iniciativa das cotas é algo minimizado no discurso da imprensa. A estratégia discursiva, em grande medida, é a de combater a proposta sem mencionar ou valorizar o agente. O exemplo (40), extraído de um artigo, aponta até mesmo uma suposta fragilidade do movimento.

(40) No Brasil, entretanto, essas políticas vêm sendo formuladas como benesse do Estado, desacompanhadas de uma reflexão sobre a sua aplicabilidade num país onde nunca houve segregação institucionalizada nem um movimento negro forte, e cujo povo é, na sua grande maioria, mestiço. [JB030406 – 1] (Artigo: Leone Campos de Souza, socióloga)

No entanto, de um modo geral, da perspectiva dos críticos da política de cotas, a ênfase não é tanto a de apontar os adversários, ou seja, os responsáveis pela iniciativa ou seus apoiadores, mas quando o fazem, esses são preferencialmente representantes dos governos, intelectuais, partidos políticos. Entendemos que essa estratégia é uma tentativa de não polemizar com a própria comunidade negra, concentrando-se em condenar a medida em si. Ao não vincular as cotas a uma reivindicação desse segmento da população, tenta-se evitar, seja a suspeita de prática de racismo, seja a desconfortável posição de criticar representantes de uma parcela da população historicamente marginalizada.

Aqui, vale a pena considerarmos as referências e as omissões quanto ao movimento negro de acordo com o gênero discursivo. No caso dos editoriais, com exceção de um único exemplo, do jornal *A Tarde*, os demais ignoram por completo a participação do movimento negro na iniciativa. No exemplo (41), a seguir, do jornal *A Tarde*, publicado no Dia Nacional da Consciência Negra, faz-se uma discussão sobre a realidade do racismo no Brasil e de medidas para combatê-lo. O jornal menciona pesquisa que aponta a discriminação, menciona vagamente políticas destinadas a reverter o quadro e, nesse contexto, fala das cotas, apresentando-as como “atropeladas por polêmicas”. Mas, se por um lado, o jornal caracteriza negativamente as cotas, por outro, reconhece tratar-se de ‘reivindicação’ das comunidades negras. A explicação pode estar na realidade social de Salvador, cidade onde o jornal é publicado, que conta com uma presença negra majoritária e uma atuação expressiva do movimento negro e de suas entidades.

(41) As comunidades negras insistem na fixação de cotas como reparação ao histórico preconceito que discriminou negros no mercado de trabalho e no sistema educacional. [AT031120 – 2] (Editorial)

O mesmo jornal, em editorial publicado em abril de 2002 (mais de dezoito meses antes), havia sido bem menos equilibrado – exemplo (42) a seguir. A despeito de que editorialistas com posições divergentes possam ter produzido cada um dos editoriais, podemos ver também no enunciado (41) um recuo estratégico do jornal diante da força que a luta pela política de cotas foi conquistando na sociedade como um todo desde a publicação do primeiro editorial (dentro do período pesquisado). Outro aspecto a se observar, quanto ao primeiro texto, é que a oportunidade de condenar as cotas é utilizada para criticar, de modo agressivo e arrogante, a atuação política do movimento negro, qualificando-o em termos fortes e depreciativos.

(42) Um dos indicadores de que no momento é muito menor o suposto abismo que separa socialmente negros e brancos no Brasil é a forte presença dos afro-descendentes não apenas nas Universidades, mas também em todos os setores da atividade humana. Na Bahia tal presença é mais expressiva, certamente porque aqui se encontra o maior contingente de afro-descendentes do Nordeste.

A despeito dos progressos registrados desde o dia em que a princesa Izabel aboliu a escravidão no Brasil, há setores que se arvoram a representar a comunidade afro-descendente disseminando informações totalmente falsas e alterando ao sabor do fanatismo os fatos históricos, o que só serve mesmo para se violentar a Constituição em vigor que condena o racismo de um modo geral, o que implica em advertir a tais xiitas que o racismo do negro contra outras etnias também é punido com prisão inafiançável, em caso de flagrante. [AT020425 – 1] (Editorial)

A um só tempo, em (42), o editorial despreza a gravidade do racismo – inclusive veiculando uma opinião, sem citar qualquer dado estatístico ou fonte que a justifique, que aponta a existência de uma ‘forte presença dos afro-descendentes’ na sociedade de um modo geral – condena a atuação do movimento negro e rejeita a política de cotas (sobre o mesmo editorial, confira também a análise do caso I-1 no Cap. 5). Ao criticar o movimento negro, o editorial contesta a legitimidade do mesmo, ao falar de forma genérica sobre “setores que se arvoram a representar a comunidade afrodescendente”.

O motivo alegado é que eles estariam “disseminando informações totalmente falsas” e que agiriam movidos pelo ‘fanatismo’. Trata-se aqui de uma opinião agressiva para a qual não se oferece prova alguma. O emprego do advérbio modalizador ‘totalmente’ mostra o grau de reprovação quanto à intervenção política dos tais setores da comunidade negra. Assim, não é que haja divergência de interpretação quanto a fatos históricos e sim, que tudo o que eles dizem é falso. Os fanáticos e ‘xiitas’ precisam ser, de acordo com o texto, advertidos de que estão a

'violentar a Constituição' e a praticar o racismo contra outras etnias. Após todas essas considerações, o editorial vai situar o sistema de cotas dentro da estrutura do vestibular e defender que o mesmo viola direitos dos não-negros.

Nos artigos e colunas, as referências ao movimento negro são raras. Nas entrevistas e cartas ao(à) editor(a), a presença também é bastante tímida. Já nos textos das reportagens, a referência ao movimento negro é comparativamente maior, nem sempre, porém, associada à questão das cotas. Examinemos alguns exemplos a seguir:

(43) O estabelecimento de cotas para negros e egressos da escola pública nas universidades, previsto no programa de governo de Luiz Inácio Lula da Silva, deve gerar cobranças do movimento negro do partido e a oposição de reitores. [F021103 – 2] (Chamada na primeira página)

(44) Vejo isso até mesmo nos meus debates com gente do movimento negro. Há muitos negros que me dizem que são contra as cotas. Então se eles são contra, muita gente é contra. [AT030511 – 1] (Entrevista, com o então ministro da Educação)

(45) O moderador me fez uma pergunta sobre cotas para negros. Eu disse para ele que eu não tinha opinião formada sobre o assunto, achava isso um tema polêmico, eu estava consultando os movimentos negros do Brasil – havia entre eles uma divisão profunda – [sobre] se a melhor solução era o regime de cotas ou não era e que eu, portanto, não tinha como responder afirmativamente àquela pergunta. [F020818 – 1] (Coluna, de Elio Gaspari; citação de Ciro Gomes, então candidato a presidente da República)

(46) Parte do movimento negro, no entanto, considera os que se declaram da cor parda, de acordo com a classificação do IBGE, também negros. Os pardos representam 40,4% da população. Negros e pardos, juntos, somam 46%. [F021103 – 3] (Reportagem: Antônio Gois, Sérgio Duran, Iuri Dantas)

(47) Para adoção das cotas nas universidades, o movimento negro defende que seja utilizado o mesmo critério do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística): a autodefinição. [F021103 – 5] (Reportagem)

(48) A decisão da universidade agradou o MNU (Movimento Negro Unificado), entidade que defende a igualdade racial há mais de dez anos. [F020722 – 1] (Reportagem: Luiz Francisco)

(49) Para Ivair dos Santos, assessor da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e ligado ao movimento negro, a medida é tão afirmativa quanto as cotas e significa um avanço. [F020828 – 1] (Reportagem)

(50) O ponto mais polêmico é referente às cotas nas universidades, antiga reivindicação de movimentos populares ligados ao PT. [F020821 – 1 A] (Reportagem: Fábio Zanini)

(51) Movimento negro cobra governo Lula (título)

Ativistas do movimento negro, dentro e fora do PT, estão descontentes porque o presidente Luiz Inácio Lula da Silva não criou a Secretaria de Estado de Promoção da Igualdade Racial e planejam levar o caso diretamente a Lula. [F030107 – 1] (Reportagem: Fernanda da Escóssia)

(52) Em discurso anterior do ex-deputado Abdias Nascimento, 89, um dos mais antigos líderes do movimento negro no Brasil, a implementação de cotas foi cobrada diretamente de Lula. [F030322 – 1] (Reportagem: Leila Suwwan, Luciana Constantino)

(53) Reparação – a palavra-chave que levou o debate a um impasse no encerramento da conferência de Durban realizada a exatamente há um ano na África do Sul – continua sendo meta do movimento negro baiano. Já que é complicado e até inviável falar em reparação em dinheiro, o movimento exige outras modalidades de compensação pelo que os negros sofrem como descendentes de escravos. [AT020922 – 3] (Reportagem: Nilton Nascimento)

(54) Em sua primeira visita à capital baiana, a ministra apresentou os programas e projetos de sua gestão a representantes da Uneb, Prefeitura de Salvador, governo do Estado e membros de entidades culturais e do movimento dos afro-descendentes, durante uma audiência pública. [AT030715 – 1] (Reportagem: Nikas Rocha)

(55) Lula vinha adiando a idéia de instalação da secretaria, lançada na campanha eleitoral, mas foi pressionado pelo movimento negro a cumprir a promessa. [AT030205 – 1] (Reportagem)

Como se pode notar, a credibilidade do movimento negro e de seus líderes como agentes da iniciativa das cotas não é um ponto pacífico no discurso da imprensa. Sua intervenção é vista no contexto geral, como mais uma dentre outras. O movimento é representado como ator social a cobrar iniciativas para a comunidade negra, chamado a opinar sobre oportunidade e critérios da política de cotas, bem como sobre alternativas à medida, mas é representado também como exemplo de quem discorda da proposta das cotas, o que reforça o caráter polêmico atribuído às cotas. O movimento negro chega a ser apresentado como ‘movimento popular ligado ao PT’, o que põe em segundo plano ou mesmo descaracteriza sua legitimidade como ator social autônomo.

Recuperando aqui a discussão da Seção 3.2, quanto ao diálogo na esfera pública, observamos que, dessa forma, um diálogo efetivo entre os diversos atores sociais sofre graves restrições. Por um lado, a própria identidade de movimento legítimo e representante autêntico de uma comunidade é ameaçada por uma estratégia discursiva de desprestígio e indiferença. Por

outro, a proposta das cotas, em grande medida, é desvinculada do movimento negro. No combate à mesma, evita-se mencioná-lo. Com isso, os contrários às cotas previnem-se do risco de, ao criticar a iniciativa do movimento negro e de seus líderes, serem acusados da prática de intolerância e de discriminação racial contra esse segmento da população.

6.3 – O racismo ignorado

Esta pesquisa busca relacionar a resistência à política de cotas – vista sob a perspectiva do discurso da imprensa – com o racismo na sociedade brasileira. Trata-se, como vimos ao longo da investigação, de práticas, eventos, estruturas e discursos racistas, nem sempre reconhecidos como tais. Essa negação, ou seja, o não reconhecimento do racismo e de práticas discriminatórias parece atingir, em graus variados, todas as camadas e segmentos da população, como podemos depreender com base nas vozes representadas nos textos da imprensa.

As estratégias discursivas variam desde a afirmação de que o racismo é fenômeno em extinção, um aspecto residual, excepcional no conjunto das relações raciais no Brasil até à idéia de que o mesmo, embora existente, não se manifesta no âmbito específico do ensino superior. Uma estratégia bem freqüente é aquela em que se faz um reconhecimento, de modo até bem contundente, das desigualdades raciais na sociedade brasileira, mas tal postura não conduz à defesa de políticas públicas específicas para corrigir esse tipo de distorção, senão políticas de caráter universalista que têm se mostrado insuficientes para o tratamento da questão. Examinemos alguns exemplos:

(56) A maioria dos negros não entram nas universidades não porque são negros, e sim porque são pobres e não têm condições para um estudo mais forte. (...) O racismo é muito pequeno no Brasil e tende a desaparecer, por favor não o instiguem. Abaixo a pobreza. [F021105 – 1] (Carta ao(à) editor(a): Mário Nogueira Neto, de Ponta Grossa, PR)

(57) O Brasil sempre teve o bom senso de evitar o destrutivo caminho seguido pelos Estados Unidos e pela África do Sul, que consistiu em oficializar uma rígida separação preexistente entre brancos e pretos, (...) Não há discriminação por cor nos exames vestibulares das escolas públicas. O pequeno número de negros que ingressa nas universidades se deve a um problema anterior de escolarização. [F020523 – 5] (Artigo: Eunice R. Durham, confira exemplo (A-15), na Seção 5.1.1)

(58) A desculpa esfarrapada de que essa medida se justifica pela necessidade do resgate de uma imensa dívida social com os negros teria, talvez, algum respaldo em países onde as diferenças raciais fossem facilmente distinguíveis. [JB030404 – 2] (Artigo: Antonio Sepulveda, escritor)

(59) A discussão sobre cotas para negros nas universidades vai além do fato da dificuldade de se definir quem é negro no país. Há negros ricos que entram na faculdade e há brancos

pobres que não. O problema é social; a universidade acolhe somente aqueles que frequentaram boas escolas no ensino médio. [F021114 – 1] (Carta ao(à) editor(a): Cinthya Oliveira, de Belo Horizonte, MG)

Em (56), a velha tese do fator social é evocada para explicar as desvantagens e desigualdades experimentadas pelos negros na sociedade brasileira. O racismo é minimizado no enunciado pelo uso combinado do advérbio ‘muito’ e do adjetivo ‘pequeno’. O leitor opina que o mesmo ‘tende a desaparecer’. A defesa das cotas, no entanto, sugere o leitor, poderia provocar o efeito contrário, acusação aliás freqüente entre os contrários à medida, reforçada inclusive pela opinião do então indicado ministro da Educação Cristovam Buarque (ver exemplo M-1, no Cap. 4).

Em (57) e em (58), temos o estabelecimento de parâmetros para o entendimento das relações raciais na sociedade brasileira. O pressuposto é o mesmo. Nada há de tão grave no que diz respeito às desigualdades raciais que precise ser enfrentado com ação afirmativa. Em (57), rejeita-se o entendimento de que o ensino superior é excludente, elitista e racista. Tudo se explica por um certo ‘problema anterior de escolarização’. Já em (58), combate-se a idéia de que há uma dívida para com os negros no Brasil. A idéia é a de que no caso brasileiro tal justificativa é ‘desculpa esfarrapada’; enquanto que em outros países, a justificativa teria, ‘talvez, algum respaldo’. Ou seja, para esse escritor, se até mesmo em outros países, a necessidade de se aplicar políticas de ação afirmativa é algo no mínimo questionável, quanto mais na sociedade brasileira.

Nesse processo discursivo, a postura frente ao racismo serve ao propósito de desqualificar as cotas como uma política de ação afirmativa válida. Mais do que isso, serve para negar a própria necessidade de implantação desse tipo de política. Um bom exemplo dessa situação podemos ver num editorial da *Folha* que reproduzimos em parte, a seguir:

(60) A rigor nem era necessário um trabalho acadêmico para mostrar que negros e mulatos no Brasil vivem pior do que brancos. Mas é perturbador constatar que o fosso que separa esses dois grupos é tão profundo.

Entre as mais urgentes necessidades do Brasil está a de promover a integração racial. Num país em que a cor da pele ainda separa os mais ricos dos mais pobres, resolver o problema do racismo é quase sinônimo de solucionar a desigualdade.

Ações afirmativas devem ser implementadas. O caminho é o da educação. É preciso garantir que negros tenham a oportunidade de estudar e frequentar universidades. Esta *Folha* se opõe à reserva de quotas em instituições públicas, o que apenas criaria novas injustiças, mas defende políticas ativas de inclusão. [F020108 – 1] (Editorial)

O editorial, publicado em 08/01/02, já no título, ‘Abismo racial’, faz um reconhecimento da realidade do racismo, ao caracterizá-lo com o uso da metáfora do ‘abismo’ – que evoca a imagem de ‘grande depressão ou cavidade natural’ – e que, em sentido figurado, pode conotar ‘grande distância, profunda separação’ ou ainda ‘situação difícil, problemática, insustentável’ (*Dicionário*

Houaiss). Nesse caso, o problema não está exatamente em negar a existência do racismo, mas sim em evitar discutir seriamente soluções para a erradicação ou diminuição do mesmo. O editorial chega mesmo a assumir a defesa de 'ações afirmativas'. Em seguida, sugere a educação como o caminho para a implantação de tais ações, defendendo ainda de forma explícita que "é preciso que negros tenham a oportunidade de estudar e frequentar universidades". Concluindo, porém todo o arrazoado, o editorial manifesta posição contrária às 'quotas' defendendo, em contrapartida 'políticas ativas de inclusão'.

O que seriam tais políticas, não é explicado. Mas, a julgar por outros editoriais publicados pela mesma *Folha* no período da pesquisa, essas políticas são nada mais do que políticas de caráter universalista ou programas que, embora motivados pela idéia de ação afirmativa, são de pequeno alcance e de efeitos, quantitativos e qualitativos, limitados. Assim é que, no editorial *Medida afirmativa*, de 29/08/02, a *Folha* defende, a contragosto, programas do governo federal "como a instalação de cursos pré-vestibulares ou a concessão de bolsas de estudo a alunos negros, índios e/ou carentes". Usamos a expressão 'a contragosto', porque o jornal termina por ressaltar, no último parágrafo, que a proposta do governo, "embora conceitualmente melhor que a das cotas, também é um paliativo". Segundo a *Folha*, 'solução definitiva' para a questão da 'desigualdade no acesso ao ensino superior no Brasil'

(61) virá somente quando o Estado brasileiro puder proporcionar uma educação básica e média de nível equiparável à das melhores instituições particulares. Massificar o ensino de qualidade continua a ser um dos maiores desafios para que a democracia no Brasil se enraíze socialmente [F020829 – 1] (Editorial)

Em outro editorial, *Cotas em questão*, de 21/02/03, a *Folha* propõe: "O enfrentamento da questão do racismo exige políticas estruturais, e não efeitos pirotécnicos: cabe ao Estado melhorar o ensino público, proporcionando, assim, uma formação mais sólida aos alunos carentes, e elevar o número de vagas oferecidas pelas universidades". Com o uso da expressão metafórica 'efeitos pirotécnicos' (para mais detalhes, ver o exemplo Mt-7, no Cap. 5), o texto caracteriza as cotas como proposta explosiva em seus efeitos, que produz um espetáculo, mas que não muda as estruturas. Outra vez, o jornal põe em evidência políticas públicas que, embora tenham seu lugar, têm se mostrado ineficazes no Brasil e em outros lugares como forma de combater um tipo específico de desigualdade como o é a racial.

Nesse sentido, para o jornal *Folha de S. Paulo*, o racismo é uma realidade que atinge a comunidade negra no Brasil, impondo-lhe uma série de desvantagens e impedimentos, o que o jornal até reconhece tratar-se de uma situação injusta. No entanto, quanto a propor medidas de combate a essa realidade social, o jornal não prioriza políticas públicas específicas, preferindo recomendar medidas de caráter universalista. Para usar uma expressão metafórica comum no Brasil, diríamos que a *Folha* 'chove no molhado'. Ou seja, o racismo é reconhecido para efeitos de diagnóstico, não para efeitos de receituário de políticas públicas.

Ainda com relação ao exemplo (60), vale considerar a opinião da Folha de que “a rigor nem era necessário um trabalho acadêmico para mostrar que negros e mulatos no Brasil vivem pior do que brancos”. Ora, a despeito desse reconhecimento nos círculos acadêmicos da existência e gravidade do racismo, a sociedade não tem se mobilizado como um todo para enfrentar o problema. E quando alguns setores tomam iniciativa nesse sentido recebem em contrapartida uma resistência organizada – o próprio jornal à frente – que vem no sentido de deslegitimar o diagnóstico e as soluções propostas.

Outra estratégia presente é o recurso bem comum de se alegar insuspeição quanto à prática racista ao se apresentar críticas à política de cotas, mais comum, ou à intervenção política dos negros de uma forma geral.

(62) Martin Luther King sonhava com o dia em que as pessoas seriam julgadas pela força do seu caráter, não pela cor da sua pele. O sistema de cotas frustra esse sonho, pois divide e avalia os cidadãos em função da cor da pele. As cotas são particularmente nocivas para os negros e mulatos, pois, sob pretextos de justiça social, inscrevem o princípio discriminatório no texto legal. [F030729 – 1] (Artigo: Demétrio Magnoli, confira exemplo (A-17) na Seção 5.1.1)

(63) Vi no 'Fantástico' uma reportagem sobre uma faculdade pública do Rio de Janeiro que 'facilitava' a entrada de pessoas de escolas públicas e de negros. À primeira vista, até que não é uma má idéia... mas, lendo bem a frase acima, achei um absurdo. Por quê? Não tenho absolutamente nada contra negros (o meu melhor amigo é negro e o conheço há uns 14 anos), mas até quando vamos diferenciar pessoas simplesmente pela cor? Ora, independentemente da cor, somos todos seres humanos! Toda lei que favorece pessoas de uma determinada cor são leis racistas, pois dão a idéia de que aquela pessoa é diferente de todo o resto só pela cor. [F030217 – 4] (Carta ao(à) editor(a): Daniel Augusto de Souza, de São Paulo)

Em (62), o autor mostra conhecimento de causa. Ao apelar à figura histórica do grande líder negro norte-americano, busca legitimidade para seu propósito de condenar as cotas. A idéia é mostrar as cotas na contramão do sonho do líder negro. Já em (63), o leitor critica o sistema de cotas e, antes mesmo de justificar seu ponto de vista, apela para seu vínculo de relações pessoais, apontando uma amizade, aparentemente forte, com um negro como prova de que não poderia ter nada contra os negros, legitimando sua intervenção no debate.

Notamos, assim, com relação ao tratamento da questão do racismo a intervenção de dois tipos de mobilização de sentidos no processo discursivo. O primeiro é o de reconhecimento limitado quanto à existência e gravidade do racismo na sociedade brasileira. Essa postura, ainda que envolva a defesa de políticas públicas para o enfrentamento da questão da desigualdade entre negros e brancos, não implica compromisso algum com políticas de ação afirmativa, ou seja, que

tenham por pressuposto o recorte racial. O segundo tipo é o de desqualificação do entendimento de que a sociedade brasileira é racista, e funciona da seguinte forma. Aponta-se para casos de países com maior acirramento de conflitos raciais, de forma explícita – citando os exemplos dos EUA e da África do Sul, como em (57) – ou simplesmente fixando um parâmetro hipotético, como em (58). Uma vez que, deduz-se, não sendo esse o caso brasileiro, pode-se concluir que o racismo não é algo tão grave, a merecer política pública tão ‘polêmica’.

Capítulo 7

Considerações finais

O debate sobre as cotas na imprensa revela-se um momento promissor na conjuntura nacional. Sua emergência traz à esfera pública questões que até recentemente estavam excluídas das agendas social e política: o racismo institucionalizado na sociedade brasileira e a necessidade de se adotar políticas públicas para enfrentá-lo.

Depois de mais de cem anos desde que a escravidão foi extinta, o Brasil ainda resiste a enfrentar o dever da reparação moral pela tragédia institucionalizada que vigorou durante a maior parte de sua história e que atingiu milhões de seres humanos trazidos à força da África para construir a riqueza nacional. Se resiste, é porque, em parte, a ignora. Uma ignorância que se reproduz porque conveniente. Se é impossível não enxergar as desigualdades, ainda tem sido possível a muitos formuladores de políticas públicas e a boa parte dos formadores de opinião atribuir às mesmas o rótulo de 'desigualdades sociais' em vez de reconhecer nas mesmas um fator específico de ordem racial. Não se trata de mera escolha semântica. Sendo tão somente desigualdades sociais, torna-se imperiosa a adoção de políticas públicas de caráter universalista. No entanto, vistas sob o enfoque racial, tais desigualdades requerem ação afirmativa de conotação racial, o que nunca freqüentou para valer a agenda política nacional.

À primeira vista, e a considerar os temores manifestados por alguns dos atores sociais nesse debate, o saldo parece desfavorável aos afro-brasileiros e a sua luta. Os dados da pesquisa mostram uma boa medida de incompreensão, raiva, indignação, revolta, desprezo, preconceito, medo. Aliada a isso, a possibilidade de exacerbação de conflitos raciais viria a adicionar mais preocupações, temores e mesmo sofrimento à comunidade negra no Brasil. Não pensamos que essas perspectivas de problemas e sofrimentos devam ser desprezadas, sejam as relativas à sociedade abrangente, sejam as referentes aos negros. Nada indica, porém, que o cenário mais traumático que se possa desenhar para esse futuro próximo seja algo mais dramático e pernicioso do que têm sido as seculares relações raciais no Brasil.

Acreditamos ter respondido ao longo do trabalho às questões que levantamos no início da pesquisa (confira Cap. 1). Recuperamos a seguir, as questões propostas e, resumidamente, elencamos os resultados encontrados:

a) Que sentidos são recorrentes no discurso da imprensa sobre a política de cotas, como eles são fixados e que operação leva à fixação de alguns em detrimento de outros?

a.1) os sentidos recorrentes sobre a política de cotas enfatizam o aspecto da mudança no vestibular, minimizando o enfoque da mesma no quadro das políticas públicas de combate ao racismo; os prejuízos trazidos tanto ao sistema de ensino como a estudantes não-negros; e a idéia de polêmica como algo inerente à política em vez de vê-la como indicativo da resistência em enfrentar o racismo em suas manifestações concretas;

a.2) tais sentidos são fixados pelo emprego de marcas lingüísticas tais como termos e expressões desfavoráveis e mesmo a apresentação dos títulos, a negação, alguns tipos de modalidade, a argumentação, a metáfora e a ironia e de estratégias discursivas associadas como os enfoques na abordagem, a edição das falas dos participantes, a repetição e a representação dos atores sociais;

a.3) a operação que leva à fixação de alguns sentidos em detrimento de outros é de ordem ideológica; o exame das práticas sociais evidencia uma disputa pelo controle do consenso social sobre a questão do racismo na sociedade brasileira e de medidas para combatê-lo.

b) Que lugar social é construído para os negros no discurso da imprensa e de que modo são representados?

b.1) uma posição de subalternidade dos negros no processo social é um dos aspectos distintivos no discurso da imprensa sobre a política de cotas; a intervenção do movimento negro como protagonista da iniciativa ou como ator social determinante nesse processo ou é ignorada ou então minimizada;

b.2) os negros são representados principalmente como o outro, o paciente das políticas públicas, o público-alvo da política de cotas; a participação dos negros como fonte de informação é subvalorizada.

c) Como a imprensa contribui para a reprodução do racismo no Brasil, que mecanismos favorecem o racismo discursivo e como podem ser eliminados?

c.1) a imprensa contribui para a reprodução do racismo no Brasil na medida em que toma partido no debate que se realiza na esfera pública sobre questões como racismo e políticas de ação afirmativa;

c.2) a intervenção conservadora da imprensa, isto é, em favor da manutenção do status quo na sociedade brasileira ajuda a constituir o racismo discursivo;

c.3) pela perspectiva do racismo discursivo, os negros, suas perspectivas e interesses – as cotas entre eles – são representados de modo desfavorável; a linguagem é posta a serviço do poder e de sua reprodução; as possibilidades de superação desse tipo específico de desigualdade envolvem questões mais abrangentes que vamos considerar a seguir.

Sendo esta pesquisa animada pela perspectiva de contribuir para o processo de democratização na sociedade brasileira, ressaltamos que ela sugere a abertura ou o fortalecimento de duas frentes de batalha: uma, o enfrentamento na esfera pública de questões como o racismo na sociedade brasileira, incluindo nesse contexto a reprodução do mesmo por meio do discurso, e a necessidade de políticas públicas para combatê-lo e, no que interessa mais diretamente a esta pesquisa, o respeito às diferenças e a valorização da intervenção dos negros na esfera pública; a outra, a democratização da instituição imprensa, que leve a uma participação mais equilibrada dos segmentos sociais excluídos e a uma representação mais justa no discurso.

Começando pela imprensa, sua intervenção conservadora nesse debate suscita o questionamento sobre o que se pode esperar da instituição quanto à promoção de um diálogo efetivo entre os atores sociais na esfera pública. Em que medida, os jornais desejarão e irão,

efetivamente, abrir-se para atuar em favor do avanço do processo democrático na sociedade brasileira, como já o fizeram no passado, a exemplo da luta pela redemocratização política do país nas décadas de 1970 e 1980?

A imprensa – como uma instituição midiática vital na formação do consenso social – mostra-se a reboque desse avanço político. Na contramão do momento, alinha-se entre os conservadores, tomando partido contra as cotas – como bem evidencia a totalidade dos editoriais examinados (confira Cap. 6, Seção 6.1) – ou restringindo a discussão da medida aos limites estreitos da mudança no vestibular, da perspectiva em torno dos direitos individuais e da interpretação jurídico-formal do sistema de cotas, do que são provas os enfoques das reportagens, os títulos em geral e a seleção vocabular (confira Cap. 4) nos diversos gêneros discursivos, entre outros aspectos lingüísticos.

As distinções entre os três jornais examinados na pesquisa são pouco relevantes no processo de formação do consenso social. Usando a metáfora da harmonia musical, podemos dizer que a performance do trio não desafina.

Desse modo, se a política de cotas dependesse apenas dos responsáveis pelos jornais, a mesma não seria adotada. Parte da conjuntura, as cotas para negros na universidade vão se impondo. Primeiramente, o governo do estado do Rio de Janeiro, quiçá animado pela perspectiva do ano eleitoral, aplica a medida para todas as universidades estaduais. Depois é a vez de outras universidades públicas, de moto próprio – como é o caso pioneiro, entre as federais, da Universidade de Brasília, UnB – ou em aliança com o poder político, desencadearem o processo interno de discussão e implantação da política de cotas. Foi o caso também da Universidade do Estado da Bahia, Uneb e da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Uems. Por fim, o governo federal, já na administração do presidente Lula, leva adiante a discussão e encaminha ao Congresso Nacional projeto que prevê o critério das cotas, apesar da resistência do ministro da Educação do governo.

Nesse processo político, a imprensa contribui a um só tempo promovendo o debate e tomando partido contra as cotas. Curiosa é a intervenção da Folha de S. Paulo. O jornal evidenciava já há um bom tempo uma certa sensibilidade editorial para com o tema do racismo na sociedade brasileira, de que são provas, entre outros aspectos, reportagens especiais sobre a questão, pesquisas sobre o assunto realizadas pelo Instituto DataFolha, da mesma empresa, e o livro *Racismo no Brasil*, da série *Folha Explica*, da editora Publifolha (uma das obras consultadas neste trabalho, citada no Cap. 2). Não obstante, e, apesar de que nenhuma universidade pública do estado de São Paulo tenha tomado a dianteira na discussão, o jornal paulista não se contenta em criticar as cotas, mas o faz açodadamente, publicando o maior número de textos e, especificamente, o maior número de editoriais sobre o assunto, considerando os três jornais pesquisados.

Naturalmente que boa parte dessa intervenção explica-se pela posição da Folha como um dos mais influentes jornais do país. Além disso, comparando os três jornais, as edições da Folha

são mais exuberantes quanto à quantidade de páginas e ao conteúdo da cobertura. Mesmo assim, é de se reparar que a Folha exhibe um engajamento muito peculiar na campanha contra as cotas. E, como que, para contrabalançar tal postura, o mesmo jornal abre suas páginas a líderes do movimento negro em artigos que tecem uma bem elaborada argumentação em favor das cotas e pesadas críticas à corrente contrária. Além disso, o prestigiado colunista Elio Gaspari faz da política de cotas uma causa. Não só a apóia, como o faz de modo sistemático e apaixonado: critica duramente governos e políticos sobre o assunto, entrevista pesquisadores e aponta o racismo institucionalizado na sociedade brasileira.

Sendo assim, nem tudo está perdido na análise do tratamento dado à política de cotas pelo jornal paulista. Há, mesmo, o que aplaudir, como demonstramos no parágrafo anterior. Tal reconhecimento não deve servir de álibi para que o periódico, que desfruta de consagrado prestígio como jornal liberal, não leve a cabo um necessário exercício de autocrítica e aperfeiçoe sua cobertura de assuntos e de perspectivas de maior interesse para a comunidade negra com o correspondente peso político que a mesma deve ter na sociedade brasileira.

Com relação aos outros jornais, notamos que, apesar da presença mais numerosa de afro-brasileiros na população do Rio de Janeiro e na de Salvador, como vimos no Capítulo 3, Seção 3.4, o JB e AT parecem não levar isso em consideração no sentido de darem melhor acolhida ao debate. Ao contrário, fiéis às elites de cada uma das metrópoles, os dois veículos não destoam da Folha e cerram fileiras na condenação às cotas. O diferencial parece se dar quanto ao grau mais ou menos engajado, a depender dos textos e dos gêneros discursivos. Há certamente menos textos sobre o assunto e menos editoriais a tratar das cotas nesses dois jornais.

No caso do AT, apesar do engajamento contrário à política de cotas, uma certa postura de cautela e sensibilidade para com um tema suscetível de gerar opiniões apaixonadas entre os leitores em geral, os representantes da elite e os formadores de opinião, pode ser notada ao longo do período da pesquisa. Os títulos valorizam com frequência a perspectiva da luta no âmbito do poder judiciário, sobretudo em 2003. Há poucos artigos sobre o assunto e apenas três editoriais. Dos três jornais, o JB é o que apresenta menos engajamento explícito nos títulos. Tanto em 2002 quanto em 2003, o jornal do Rio utiliza menos adjetivos, menos perspectivas desfavoráveis. Também nos dois anos da pesquisa, apenas um editorial tratou do assunto e, ainda assim, sob a perspectiva jurídico-formal.

No que se refere especificamente à representação dos negros no discurso da imprensa, como essa situação desigual e desfavorável – a minimização do racismo, a atenuação da agência, a desvalorização do movimento negro – a um só tempo causa e efeito do racismo, pode ser revertida?

Que abertura pode se dar a médio e longo prazo para a presença de mais negros no interior das redações? Qual o espaço que se pode criar para uma discussão interna e com representantes do movimento negro, considerando que a luta contra o racismo será tanto mais eficaz quanto exitosa em forjar alianças entre negros e não-negros?

São questões cujas respostas terão que ser pensadas e cujo teor, espera-se, deve corresponder ao desenvolvimento do processo político no qual a comunidade negra, pessoas comuns e lideranças negras terão, ao que parece em uma espécie de crescendo, mais voz e vez na definição dos rumos da sociedade como um todo e não apenas daquilo que interessa mais especificamente aos afro-brasileiros que, certamente, não são um bloco monolítico, refletindo uma diversidade de práticas, de perspectivas e de interesses políticos.

O debate público sobre as cotas na imprensa parece que ainda vai produzir efeitos na sociedade brasileira por mais tempo, apesar das conquistas já alcançadas. Sua instauração trouxe à esfera pública, de um modo especial, temas tão caros ao povo negro. A discussão inicial, a propósito das possibilidades de adoção das cotas, deu ensejo a que se tratasse também de desigualdades, discriminação, do desequilíbrio perverso das relações raciais no país, enfim, do racismo à brasileira. Assuntos de longa data na agenda do movimento negro, mas sempre difíceis de pautar, e não somente na imprensa. Quanto a uma certa dose de irrealidade quando se discute, por exemplo, a suposta dificuldade de se identificar quem é negro(a) no Brasil, tal aspecto pode ser visto como um indicativo do quanto o debate sobre as relações raciais no país foi deixado de lado.

A emergência do debate sobre as cotas e a possibilidade de que o diálogo na esfera pública avance apontam para o fortalecimento do processo de democratização na sociedade brasileira. Nesse caso, o vaticínio explicitado na imaginação de um articulista do JB, não sem um temor admitido, deve ser tomado como um alvo legítimo e alcançável a médio e longo prazo, ao sabor do amadurecimento do processo político brasileiro. Dizia o referido articulista: “Imaginem se as minorias étnicas passassem a exigir instrumentos semelhantes. Seria um caos” [JB030210 – 1]. Pelo menos no que diz respeito aos povos indígenas, assim como no caso dos afro-brasileiros, o acerto de contas com o passado está mais do que atrasado.

O debate sobre as cotas também impõe uma inadiável reflexão quanto à atuação da instituição imprensa no Brasil. A quem serve? A quem deveria servir? De que modo torná-la um instrumento de fortalecimento da democracia, ajudando a construir um Brasil mais diversificado e propiciando uma representação mais equânime de suas várias etnias?

Por fim – e como corolário de tudo o que vimos alinhavando à guisa de conclusão – o debate público sobre as cotas tende a fortalecer a luta contra o racismo no Brasil, na medida em que impõe uma pauta de assuntos que, no dia-a-dia, a força de práticas e eventos racistas intervém para interditar.

Com relação a obstáculos a superar e desafios a encarar, dentre esses, encontra-se o de manter viva na opinião pública a necessidade de políticas de ação afirmativa, não se deixando levar pela satisfação com o sucesso inicial e, ainda assim parcial, das cotas nas universidades. As cotas, é bom que se ressalte, devem ser vistas não como a única, mas uma dentre outras políticas necessárias. O movimento negro deve ser mantido na ordem do dia da esfera pública, não como um mero coadjuvante, chamado para salvar as aparências, mas sim como um ator social que, conquanto não seja o único a definir os rumos das políticas públicas no país, de recorte racial ou

não, há que ter seu protagonismo legítimo reconhecido e valorizado como um dos pontos de fortalecimento da esfera pública.

Observamos, ainda, que, embora tenha crescido o interesse acadêmico sobre questões como racismo, cultura e presença negras no Brasil, a produção científica precisa avançar ainda mais na valorização das perspectivas negras. Entre os enfoques para pesquisas e estudos acadêmicos, sugerimos:

a) o levantamento quanto à disseminação entre os vários segmentos da população (etnias, grupos sociais e faixas etárias) do conhecimento sobre a história específica dos africanos vindos para o Brasil e de seus descendentes, como um instrumento para se avaliar em que medida os estereótipos têm fundamento na ignorância de aspectos históricos;

b) o impacto da adoção do sistema de cotas na comunidade universitária e na sociedade como um todo, a geração de expectativas, o grau e a extensão da resistência às cotas, o efeito sobre as relações raciais, como uma forma de avaliar possíveis avanços e recuos nas relações raciais;

c) a presença de profissionais negros em setores específicos da economia – incluindo as empresas jornalísticas – como é vista por negros e não-negros, com vistas a identificar setores mais refratários à diversidade e à inclusão racial e buscar meios para a correção das distorções;

d) os níveis da presença de afro-brasileiros na mídia e, especificamente, na televisão, não apenas como artistas mas também como produtores, diretores e técnicos especializados; as possibilidades de reserva de vagas no setor e o impacto junto à opinião pública, como uma forma de examinar mais detidamente e propor ações específicas para um setor tão estratégico na modernidade tardia, por trabalhar com a imagem e com a construção das representações de identidades;

e) a pesquisa sobre expectativas profissionais de crianças, adolescentes e jovens afrodescendentes e também estudos comparativos com representantes das mesmas faixas etárias de outras comunidades étnicas, como uma forma de acompanhar a evolução desse aspecto básico na formação das pessoas, identificando meios de fortalecer o surgimento e o amadurecimento de vocações e talentos em diversas áreas;

f) no campo da linguagem, mudanças no português do Brasil (em suas diversas variantes) relacionadas à intervenção política dos afro-brasileiros e de suas entidades na esfera pública; a persistência de sentidos e imagens pejorativas e preconceituosas associadas à comunidade negra e aos integrantes da comunidade, como uma forma de intervir politicamente numa área tão estratégica com ações propositivas e de conscientização.

Além do desenvolvimento da produção científica e de sua divulgação, é importante que os assuntos sejam levados a toda a população, pautados pelos meios de informação de massa, discutidos na esfera pública e considerados nas agendas dos governos. Já há uma série de proposições legislativas no Congresso Nacional e nas casas legislativas de estados e

municípios. Importa que se faça um exame acurado de cada uma, por meio de audiências públicas, e que boa parte delas, pelo menos, resulte em legislação prática, eficaz e efetiva.

No campo específico da linguagem, a luta anti-racista deve se somar a outras iniciativas no sentido de buscar eliminar, nas instituições midiáticas em geral e das televisões, rádios e jornais, particularmente, expressões de conteúdo racista, preconceituoso e ofensivo.

A partilha de uma mesma comunidade territorial, política e cultural – em que as opressões e desigualdades de várias facetas imprimem sua marca deletéria – conduz à constatação de que não é somente a população negra que acumula prejuízos com o racismo, mas a sociedade como um todo. Tal reconhecimento, por conseguinte, deve comprometer a todos os brasileiros com a dívida da superação dessa realidade de desigualdades e discriminações.

Daí porque a luta contra o racismo há que ser um compromisso público de estado – governos e sociedade – e não uma opção específica dos mais prejudicados e de alguns outros sensibilizados com a questão.

Nosso propósito inicial com esse trabalho era pôr o instrumental teórico da ADC ou Teoria Social do Discurso para identificar mecanismos lingüísticos e discursivos que contribuem para a reprodução do racismo discursivo na sociedade brasileira e, ao fazê-lo, contribuir para sua superação. Acreditamos ter atingido esse objetivo. Consideramos, ainda, que a pesquisa lança luz sobre a relação racismo, discurso e imprensa, desvendando um espaço dinâmico na esfera pública em que a linguagem – a um só tempo, fator que constitui e instrumento a serviço do poder – serve para reproduzir e perpetuar estruturas sociais de opressão.

Analisamos um processo político em curso, a intervenção do discurso – ‘linguagem como prática social’ – na esfera pública e uma disputa por sentidos que revela uma zona de tensão na sociedade brasileira, manifestada no racismo como um problema social grave, não resolvido e alvo de disputa pelos atores sociais quanto a sua extensão, conseqüências e mecanismos de superação. Para além de uma discussão de idéias, o que se vê no debate público na imprensa sobre a política de cotas é uma luta por hegemonia na construção do consenso social, luta essa na qual a linguagem, como vimos, desempenha papel preponderante.

A luta pela democratização no Brasil há que priorizar o combate ao racismo em todas as suas formas de manifestação e a abertura da imprensa, como instituição social, à representação justa e equilibrada de todos os grupos sociais. Nosso trabalho é uma tentativa de contribuir nesse sentido, na medida em que apontamos o emprego ideológico da linguagem na construção do racismo discursivo e o engajamento da imprensa em favor da manutenção do status quo no que se refere às relações raciais na sociedade brasileira.

Anexo I – Termos e expressões usados para caracterizar a política de cotas

Tabela 1: Relação específica de cada termo ou expressão referente à política de cotas, de acordo com o ano e o jornal (o percentual entre parênteses indica o aumento no número de ocorrências entre 2002 e 2003)

Cotas

Ano/ Jornal	Folha de S. Paulo	Jornal do Brasil	A Tarde
2002	151	39	50
2003	319 (111%)	60 (54%)	100 (100%)

Cota

Ano/ Jornal	Folha de S. Paulo	Jornal do Brasil	A Tarde
2002	22	03	19
2003	94 (327%)	12 (300%)	04 (- 375%)

Sistema (de cotas)

Ano/ Jornal	Folha de S. Paulo	Jornal do Brasil	A Tarde
2002	33	08	19
2003	105 (218%)	44 (450%)	44 (132%)

Política (de cotas)

Ano/ Jornal	Folha de S. Paulo	Jornal do Brasil	A Tarde
2002	15	01	08
2003	15 (0%)	19 (1800%)	28 (250%)

Projeto/lei (das cotas)

Ano/ Jornal	Folha de S. Paulo	Jornal do Brasil	A Tarde
2002	05	02	01
2003	17 (240%)	09 (350%)	03 (200%)

Regime (das cotas)

Ano/ Jornal	Folha de S. Paulo	Jornal do Brasil	A Tarde
2002	05	02	Ø
2003	05 (0%)	01 (-50%)	08

Proposta

Ano/ Jornal	Folha de S. Paulo	Jornal do Brasil	A Tarde
2002	08	01	05
2003	04 (-50%)	02 (100%)	03 (-40%)

Outros

Ano/ Jornal	Folha de S. Paulo	Jornal do Brasil	A Tarde
2002	03	02	01
2003	04 (33%)	Ø (-100%)	04 (300%)

Tabela 2: Termos/expressões referentes à política de cotas, de acordo com o jornal

Termos/Jornais	Folha de S. Paulo	Jornal do Brasil	A Tarde
Cotas	470	99	150
Cota	116	15	23
Sistema	138	52	63
Política	30	20	36
Projeto/lei	22	11	04
Regime	10	03	08
Proposta	12	03	08
Outros	07	02	05

Tabela 3: Termos/expressões referentes à política de cotas, de acordo com o ano

Termos/Ano	2002	2003
Cotas	240	479 (99,5%)
Cota	44	110 (150%)
Sistema	60	193 (221%)
Política	24	62 (159%)
Projeto/lei	08	29 (264%)
Regime	07	14 (100%)
Proposta	14	09 (35%)
Outros	06	08 (33%)

Tabela 4: Ocorrência dos termos ação/ações, medida(s), política(s) afirmativa(s) (o percentual entre parênteses indica o aumento no número de ocorrências entre 2002 e 2003)

Ano/ Jornal	Folha de S. Paulo	Jornal do Brasil	A Tarde
2002	16	9	19
2003	100 (625%)	32 (355,5%)	25 (31,6%)

Tabela 5: Relação de termos e expressões referentes à política de cotas (incluindo 'ação afirmativa'), de acordo com o ano e o jornal (o número entre parênteses indica a respectiva posição em ordem de ocorrência, do mais ao menos freqüente)

Termos/Jor.	Folha 2002	Folha 2003	JB 2002	JB 2003	AT 2002	AT 2003
Cotas	151 (1)	319 (1)	39 (1)	60 (1)	50 (1)	100 (1)
Cota	22 (3)	94 (4)	03 (4)	12 (5)	19 (2)	04 (6)
Sistema	33 (2)	105 (2)	08 (3)	44 (2)	19 (2)	44 (2)
Ação afirm.	16 (4)	100 (3)	09 (2)	32 (3)	19 (2)	25 (4)
Política	15 (5)	15 (6)	01 (6)	19 (4)	08 (3)	28 (3)
Projeto/lei	05 (7)	17 (5)	02 (5)	09 (6)	01 (5)	03 (7)
Regime	05 (7)	05 (7)	02 (5)	01 (8)	∅	08 (5)
Proposta	08 (6)	04 (8)	01(6)	02 (7)	05 (4)	03 (7)
Outros	03 (8)	04 (8)	02 (5)	∅	01 (5)	04 (6)

Anexo II – Relação de adjetivos atribuídos à política de cotas

Polêmica(o/s)

Ano/Jornal	Folha de S. Paulo	Jornal do Brasil	A Tarde
2002	07	Ø	07
2003	29	06	13

Discriminatório(a/s)

Ano/Jornal	Folha de S. Paulo	Jornal do Brasil	A Tarde
2002	09	02	01
2003	07	15	14

Racista(s)

Ano/Jornal	Folha de S. Paulo	Jornal do Brasil	A Tarde
2002	04	01	01
2003	05	07	02

Inconstitucional(is)

Ano/Jornal	Folha de S. Paulo	Jornal do Brasil	A Tarde
2002	01	Ø	01
2003	08	06	08

Injusta(s)

Ano/Jornal	Folha de S. Paulo	Jornal do Brasil	A Tarde
2002	06	Ø	Ø
2003	08	01	Ø

Anexo III – Íntegra de alguns dos textos (versão eletrônica) examinados nesta pesquisa, conforme o gênero discursivo

Editorial (todos os editoriais pesquisados seguem abaixo)

1) ABISMO RACIAL [F020108 – 1]

NUM EXERCÍCIO eloquente, um pesquisador calculou as diferenças na qualidade de vida de brancos e negros no Brasil. Brancos ocupam o equivalente ao 46º lugar no ranking do IDH, o Índice de Desenvolvimento Humano, criado pela ONU; negros e mulatos estão na 101ª posição. Na classificação oficial, sem distinguir os dois grupos, o Brasil fica em 69º. O IDH leva em consideração indicadores como educação, expectativa de vida e renda per capita.

A primeira constatação que se impõe a partir do trabalho de Marcelo Paixão, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, é a de que a população branca tem um nível de vida compatível com o de países relativamente ricos. No ranking das Nações Unidas, quem ocupa a 46ª posição entre as 162 nações avaliadas é a Croácia. Em 45º lugar estão os Emirados Árabes Unidos. Ambos são apontados pelo IDH como países de alto desenvolvimento humano.

Já negros e mulatos ficam ao lado de nações como Vietnã (101º lugar) e Argélia (100ª posição), que têm índice de desenvolvimento de médio para baixo. Em bom português: são países subdesenvolvidos. A rigor nem era necessário um trabalho acadêmico para mostrar que negros e mulatos no Brasil vivem pior do que brancos. Mas é perturbador constatar que o fosso que separa esses dois grupos é tão profundo.

Entre as mais urgentes necessidades do Brasil está a de promover a integração racial. Num país em que a cor da pele ainda separa os mais ricos dos mais pobres, resolver o problema do racismo é quase sinônimo de solucionar a desigualdade.

Ações afirmativas devem ser implementadas. O caminho é o da educação. É preciso garantir que negros tenham a oportunidade de estudar e frequentar universidades. Esta Folha se opõe à reserva de quotas em instituições públicas, o que apenas criaria novas injustiças, mas defende políticas ativas de inclusão.

2) RACISMO EXECUTIVO [F020128 – 1]

QUE MULHERES e negros são discriminados, não é novidade. Estão sub-representados no trabalho, nas escolas, na distribuição de renda. Negros "vencem" em mortalidade infantil, analfabetismo etc.

Pesquisa inédita realizada pelo Instituto Ethos com dados do IBGE mostra agora o tamanho da discriminação nas empresas brasileiras. Negros e pardos ocupam apenas 6% dos cargos de direção das companhias, quando respondem por 46% da população geral. A situação das mulheres é semelhante. Elas também respondem por apenas 6% dos postos mais elevados das empresas ao passo que constituem 50,8% da população brasileira.

Sempre que se percebem distorções tão gritantes, a primeira idéia que vem à cabeça é a criação de cotas para minorias, seja na universidade ou no trabalho. A criação de cotas é problemática. No plano teórico, a medida equivale a tentar reparar uma injustiça criando outra, manobra que raramente dá certo. O combate às diferenças socioeconômicas entre grupos é um imperativo das sociedades democráticas. O racismo e o sexismo precisam ser eliminados, mas isso não pode dar-se a qualquer custo.

Não bastasse essa dificuldade de princípio, a criação de cotas esbarra em sérias dificuldades práticas. Um exemplo: como definir um negro no Brasil? O IBGE utiliza o critério da autodefinição, que, no fundo, é o único democrático. Se um branco disser ao recenseador que é negro, assim será considerado pelo instituto. O que impediria alguém de declarar-se negro para ter acesso às cotas? Mesmo que todos fossem absolutamente honestos, quão negro alguém precisaria ser para fazer jus às cotas?

O Brasil precisa envidar esforços para promover a integração racial. Ações afirmativas devem ser consideradas e implementadas. O limite deve ser o da justiça. Admitir que se deve reparar uma injustiça com a criação de outra, uma variação de "os fins justificam os meios", é um argumento filosoficamente tibio.

3) Sistema de cotas [AT020212 – 2]

O sistema de cotas segundo o critério étnico, para preenchimento de vagas no ensino público e nas empresas, é insuficiente para resolver o problema das desigualdades no Brasil, conforme reconhece o Ministério da Educação.

O ministro Paulo Renato de Souza deseja que o problema da desigualdade seja resolvido antes do ingresso na Universidade. Por isso, o MEC está firmando um convênio com o Banco Interamericano do Desenvolvimento (BID) para criar uma rede de cursinhos pré-vestibulares destinada a grupos socialmente desfavorecidos, visando prioritariamente às populações negras e indígenas.

Quase 40 anos após a Lei dos Direitos Cívicos, que proíbe nos Estados Unidos a discriminação no mercado de trabalho, a renda dos negros cresceu e isto influenciou decisivamente na composição do corpo acadêmico de todas as universidades. Ao contrário, na África do Sul, onde se estabeleceu um sistema de proporcionalidade e onde a população negra é majoritária, não há um número de professores negros suficiente para ocupar tantas vagas.

Na última pós-graduação que fez em Universidade norte-americana, o atual ministro da Cultura, Francisco Weffort, testemunhou que nunca havia visto no Brasil um número tão elevado de estudantes e professores negros no ensino superior semelhante ao que presenciava nos Estados Unidos. Um sistema de cotas iguais para todo o Brasil vai se chocar, fatalmente, com as diversidades regionais. Na Amazônia, onde a população indígena é maior, certamente faltariam vagas, por maiores que fossem as cotas. Mas o que dizer de Estados onde a população negra é minoritária, a exemplo do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Nesse caso as cotas não seriam preenchidas. A legislação eleitoral fixa um sistema de cotas para mulheres candidatas nos partidos políticos. A elas são destinadas 20% das vagas, mas simplesmente não houve um número tão grande de mulheres dispostas a se beneficiarem da legislação.

Talvez, sob influência de uma candidata mulher à Presidência da República, as mulheres possam se arriscar a disputar vagas em um território onde os homens vêm falhando sucessivamente. Os números de várias fontes (Ipea, IBGE, ONU, Dieese e MEC) têm um denominador tristemente comum. Os negros continuam no Brasil sobrevivendo com uma qualidade de vida incrivelmente inferior aos brasileiros de outras etnias. Como se vê, a raiz do problema é socioeconômica e não apenas racial.

4) Abismo menor [AT020425 – 1]

Um dos indicadores de que no momento é muito menor o suposto abismo que separa socialmente negros e brancos no Brasil é a forte presença dos afro-descendentes não apenas nas Universidades, mas também em todos os setores da atividade humana. Na Bahia tal presença é mais expressiva, certamente porque aqui se encontra o maior contingente de afro-descendentes do Nordeste.

A despeito dos progressos registrados desde o dia em que a princesa Izabel aboliu a escravidão no Brasil, há setores que se arvoram a representar a comunidade afro-descendente disseminando informações totalmente falsas e alterando ao sabor do fanatismo os fatos históricos, o que só serve mesmo para se violentar a Constituição em vigor que condena o racismo de um modo geral, o que implica em advertir a tais xiitas que o racismo do negro contra outras etnias também é punido com prisão inafiançável, em caso de flagrante.

O sistema de cotas para negros entrarem na universidade vem sendo condenado porque até recentemente o critério para acesso era o da existência de vagas e de candidatos preparados para preenchê-las. Quando se substitui tal método pelo sistema de cotas se estabelece de pronto uma discriminação que deveria ter sido abolida in totum a partir de 1888, mas que lamentavelmente volta à cena através de tais luminares que no fundo estão criando mais um problema na sociedade, ao importar o ódio racial que predomina em outras nações.

5) MEDIDA AFIRMATIVA [F020829 – 1]

HÁ UMA proposta simplista e, ao final das contas, inadequada de combater a desigualdade no acesso ao ensino superior no Brasil: o estabelecimento de cotas em universidades públicas, seja para negros, seja para alunos do ensino médio oriundos de escolas públicas. Estados como a Bahia e o Rio de Janeiro optaram por essa via que, além de dúvida na origem (como selecionar afrodescendentes ou como garantir que o estudante da escola pública seja necessariamente carente?), atenta contra o princípio meritocrático que deve prevalecer quando o assunto é ensino superior.

Felizmente, na esfera federal houve resistência à idéia das cotas. O atendimento à justa demanda pela ruptura da segregação social no acesso ao ensino superior, nessa instância, começa a dar-se de outra maneira. Em medida provisória editada na terça-feira, criou-se um programa federal para transferir recursos a iniciativas _seja na área pública, seja na privada_ como a instalação de cursos pré-vestibulares ou a concessão de bolsas de estudo a alunos negros, índios e/ou carentes.

Não se trata, portanto, de abrir uma porta privilegiada de acesso a vagas universitárias. Trata-se de proporcionar melhores condições de disputa por uma vaga a alunos de estratos sociais historicamente marginalizados. Trata-se, também, de ajudar financeiramente um aluno pobre que já tenha conquistado a vaga, dando-lhe um incentivo para que faça o curso até o fim.

Evidentemente esse tipo de iniciativa, embora conceitualmente melhor que a das cotas, também é um paliativo. A solução definitiva virá somente quando o Estado brasileiro puder proporcionar uma educação básica e média de nível equiparável à das melhores instituições particulares. Massificar o ensino de qualidade continua a ser um dos maiores desafios para que a democracia no Brasil se enraíze socialmente.

6) AS COTAS DO PT [F021111 – 1]

O RACISMO é, sem dúvida, umas das graves mazelas que atingem o mundo. E o "racismo cordial" brasileiro não é uma exceção. Ao contrário até, ele conspira para esconder o problema e, dessa forma, eternizá-lo. É mais do que louvável, portanto, o desejo do PT de instituir mecanismos efetivos de combate ao racismo. Mas a proposta de criar cotas para estudantes negros nas universidades públicas, em que pese sua justeza, apresenta tantas dificuldades conceituais e práticas que o bom senso recomendaria reconsiderá-la.

No plano operacional, as cotas esbarrariam na definição de quem é negro. A única forma democrática de fazê-lo é seguir a prática do IBGE e erigir a autodefinição como critério. O problema da autodefinição é que

qualquer um, para obter mais facilmente a tão desejada vaga, poderá declarar-se negro, sem que o Estado ou a universidade possam contestar.

Outras críticas pertinentes em relação à política de cotas incluem o fato de que ela não traz benefícios para a escola pública em geral e o risco de que ela acabe por gerar duas classes de alunos universitários: os "normais" e os que só conseguiram uma vaga por ser negros.

Em termos teóricos, a adoção das cotas é problemática por envolver discriminação. Como o número de vagas na universidade pública é finito, para cada estudante que entrar pelo sistema de cotas haverá outro que perderá a vaga. Isso não seria necessariamente um problema se a filosofia do vestibular não estivesse calcada na meritocracia. Se a idéia é que os melhores consigam o posto, fica complicado trazer outros critérios que contrariem esse princípio.

Mesmo reconhecendo que é legítimo, necessário e urgente criar condições para que negros e brancos, pobres e ricos disputem vagas nas universidades públicas em condições de igualdade, esta Folha é contrária à política de cotas. Para além dos problemas operacionais que cria, ela tem como pressuposto a noção equivocada de que se combate uma injustiça criando outra.

7) COTAS E NADA MAIS [F030211 – 1]

A SIMPLICIDADE com que alguns formuladores de política pública enxergam o mundo por vezes leva a situações inusitadas. É o caso da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, que implantou um sistema de cotas para a admissão de candidatos que provieram de escola pública e/ou que se autodeclararam negros ou pardos. A Uerj se apercebeu de que, sem uma estrutura de apoio aos estudantes mais carentes, o sistema de cotas corre o risco de se tornar um factóide que alimenta os fenômenos de evasão escolar e deficiência de aprendizado.

No Brasil, a política pública para inclusão social por vezes prefere os passos de maior impacto midiático ao trabalho de base. Cotas não vão sanar o déficit de formação acumulado pelo aluno. Tampouco garantirão a permanência do estudante pobre durante anos em cursos que não raro exigem dedicação integral. É como se o problema de consciência dos legisladores estivesse resolvido com a presença de alunos pobres na lista de aprovados do vestibular.

Uma política efetiva para o ingresso de jovens carentes nas boas universidades deveria começar no ensino médio, com a melhoria de sua qualidade e a disseminação de cursos pré-vestibulares para essa faixa de renda. Ao jovem cuja família não tivesse condições de sustentá-lo durante o curso deveria ser garantido um estipêndio mínimo, que poderia ser a contrapartida de um serviço acadêmico ou comunitário.

Mas começou-se a construir a casa pelo telhado, com uma política de cotas mal-ajambrada, o que avilta o princípio do mérito, que deveria nortear a vida universitária. No vestibular da Uerj, os aprovados pelo sistema especial conseguiram entrar com médias inferiores (em alguns casos gritantemente inferiores) às dos que concorreram no modelo tradicional.

É preciso agregar mais racionalidade ao debate sobre cotas por mais que alguns áulicos do politicamente correto não hesitem em tachar de racista qualquer crítica ao sistema.

8) COTAS EM QUESTÃO [F030221 – 1]

A JUSTIÇA começou a conceder liminares a estudantes lesados pela adoção do sistema de cotas na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Um deles obteve o 110º lugar entre os candidatos a uma das 304 vagas do curso de direito, mas não estava incluído na cota de 50% para alunos da rede pública nem na de 40% para negros ou pardos. Ficou sem vaga. Um juiz determinou que ele seja aceito na universidade.

A decisão expõe o ponto fraco do modelo: a discriminação. Como as vagas nas universidades públicas são finitas, as vantagens concedidas a uma categoria social implicam prejuízos para todas as demais. O mecanismo contradiz o princípio do mérito, que deveria nortear a distribuição das vagas: se a seleção se baseia na escolha dos melhores, as cotas distorcem o fundamento do sistema. O artifício encerra ainda um dilema ético: se indivíduos carentes ou discriminados devem ser de algum modo protegidos, isso não é desculpa para criar novas formas de discriminação. Qual é culpa do estudante que, a despeito de suas qualificações para entrar na faculdade, dela foi excluído?

Ninguém duvida que a intenção de combater os efeitos do racismo é louvável. Mas enganam-se os que crêem que a manipulação do sistema educacional é suficiente para corrigir desigualdades sociais arraigadas. A estratégia de incluir pobres e negros nas universidades à força não vai eliminar as deficiências culturais que tais alunos acumularam em suas vidas. O resultado provável será o aumento da evasão nas universidades.

Cabe registrar a ponderação do novo ministro da Educação, Cristovam Buarque, que, embora favorável às cotas para negros, reconhece que a medida "não é adequada do ponto de vista social". O enfrentamento da questão do racismo exige políticas estruturais, e não efeitos pirotécnicos: cabe ao Estado melhorar o ensino público, proporcionando, assim, uma formação mais sólida aos alunos carentes, e elevar o número de vagas oferecidas pelas universidades.

9) Reservas de Vagas [JB030323 – 1]

O Supremo Tribunal Federal foi afinal provocado para estabelecer os limites legais das chamadas ações afirmativas. No Brasil, tais ações passaram a significar, apenas, o estabelecimento de cotas especiais, em concursos públicos e até nas empresas privadas, para a ascensão sociocultural de negros ou pardos. E agora, também, com o objetivo - em tese louvável - de facilitar o acesso a universidades públicas de estudantes que não puderam cursar escolas particulares.

A Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Confenen) ajuizou no STF uma ação de inconstitucionalidade contra três leis estaduais do Rio de Janeiro que, conjuntamente aplicadas, podem produzir o seguinte efeito num vestibular para a Uerj: os candidatos que não se autodeclararam negros ou pardos e que, de outro lado, não tenham estudado em escolas públicas municipais ou estaduais, só podem concorrer a 30% das vagas disponíveis. Ou seja, o favorecimento de minorias acaba criando outro tipo de discriminação.

Além do argumento básico dos advogados da Confenen, segundo o qual as leis atacadas ferem os princípios fundamentais da isonomia e da razoabilidade, há que se discutir ainda a questão do mérito e o próprio conceito de "ação afirmativa".

O princípio do mérito é, desde Aristóteles, a pedra angular da idéia da República. Só pelo mérito é possível alcançar o justo. Por sua vez, juristas do quilate de Canotilho anotam que leis limitativas devem atender ao princípio da proporcionalidade ou da "proibição do excesso".

No caso da reserva de vagas em universidades públicas, a desproporcionalidade é inegável. Se o legislador tem, para atingir o fim desejado, outros meios que sacrifiquem menos os direitos fundamentais, o princípio da proporcionalidade é invocável para arguir a inconstitucionalidade da lei restritiva desses direitos.

Quanto à confusão entre cotas e ação afirmativa, o professor José Murilo de Carvalho escreveu com propriedade: "Cota é apenas uma forma de ação afirmativa (...). Ação afirmativa é toda política voltada para a correção de desigualdades sociais geradas ao longo do processo histórico de cada sociedade. Baseia-se na convicção de que a justiça social exige que a igualdade não seja apenas legal e formal (...)".

Uma boa ação afirmativa das universidades seria, por exemplo, utilizar seus colégios de aplicação na preparação de estudantes de grupos minoritários para competir no vestibular, em pé de igualdade, com os mais afortunados.

10) AÇÃO LIBERADA [F030630 – 1]

APÓS 25 anos, a Suprema Corte dos Estados Unidos voltou a pronunciar-se sobre políticas de ação afirmativa contra o racismo. A exemplo do que já ocorrera em 1978, a principal instância do Judiciário norte-americano deu uma resposta ambígua: considerou válido o princípio da ação afirmativa, mas julgou abusiva a prática de uma universidade de atribuir pontos extras a candidatos de minorias étnicas.

A aparente hesitação da corte não foi sem razão. O conceito de ação afirmativa é realmente justo. É preciso tomar medidas que resultem em menor racismo. A coisa complica-se quando as ações adotadas implicam restrições a direitos de outros grupos. Foi assim, por exemplo, que a Suprema Corte decidiu, em 1978, que as universidades não poderiam estabelecer cotas predefinidas para negros ou outras minorias.

A idéia que parece animar a maioria dos magistrados, tanto em 78 como agora, é a de que as políticas de promoção da igualdade não podem ser tomadas "in abstracto", ou melhor, precisam ser consideradas individualmente. O fato de pertencer a um determinado grupo étnico pode beneficiar um candidato na mesma medida em que ele pode ser favorecido por saber uma língua estrangeira ou ter participado de projetos sociais, por exemplo. O que não é válido é traçar políticas que considerem apenas características étnicas, sem considerar os indivíduos de forma personalizada. É um critério. E, como todo critério, é discutível.

A discussão norte-americana é útil para o Brasil, que agora começa a pensar em políticas de ação afirmativa. Só que a situação dos EUA não pode ser simplesmente transposta para o país. A principal diferença está na forma como as universidades selecionam seus alunos. Enquanto lá cada instituição é livre para definir os critérios que bem entender, aqui a legislação exige a realização de provas objetivas. Seria impossível no Brasil, com as atuais leis, estabelecer uma diretriz como a americana, colocando a questão racial como mais um critério, entre outros.

11) COTAS UNIVERSITARIAS [F030818 – 1]

A ASSEMBLÉIA Legislativa do Rio de Janeiro alterou as regras que orientam a concessão de cotas nas universidades estaduais para negros, pardos, carentes, deficientes ou egressos de escolas públicas. A nova lei reduz o percentual das cotas e evita sobreposições de critérios. Embora mais inteligente, a sistemática continua esbarrando na rejeição do princípio do mérito, da igualdade formal entre cidadãos e da universalidade dos direitos.

Em artigo publicado nesta Folha no mês passado, Demétrio Magnoli, doutor em geografia humana pela Universidade de São Paulo, observava que as políticas compensatórias, entre as quais se inserem as cotas, surgiram na moldura do pensamento ultraliberal norte-americano, que enxerga a sociedade como conjunto de consumidores.

O princípio da igualdade realiza-se, segundo essa vertente, na esfera do mercado como direito de consumir e vender trabalho. A finalidade da ação afirmativa seria justamente corrigir desvios exagerados do mercado através da concessão de benefícios a grupos específicos. "As cotas" _nota Magnoli_ "constituem um elemento das políticas compensatórias e, por isso mesmo, são consistentes com a manutenção ou o aprofundamento das desigualdades de renda."

Além disso, esse sistema reintroduz um fator discriminatório na carreira de profissionais por elas beneficiados, estigmatizando-os com a suspeita de favorecimento.

O acesso de negros ou de populações carentes à educação é um problema a ser enfrentado pelo país e deveria originar reivindicações e pressões para que o investimento no ensino público fosse multiplicado para gerar qualidade e quantidade. O governo deveria, além disso, assegurar cursos pré-vestibulares gratuitos e bolsas para os mais carentes.

O pensamento supostamente "progressista", no entanto, prefere apaziguar sua consciência defendendo um sistema que, além de desprezar o princípio da igualdade formal entre cidadãos, é ineficiente para combater o que pretende.

12) Racismo resiste [AT031120 – 2]

As garantias constitucionais das Cartas de 1946 e de 1988 de igualdade racial no Brasil são desmentidas pelo mercado de trabalho, principalmente em Salvador, considerada a cidade mais negra fora da África. Na capital da Bahia, é recorde nacional o desemprego entre os negros. E também entre as trabalhadoras negras.

Desenhada sob o calor das cinzas da Segunda Guerra, a Constituição de 1946 reconheceu direitos humanos em sua plenitude, mas entre o que dizem os dispositivos constitucionais e a realidade existe um largo abismo. Denominada de Constituição Cidadã por aquele que mais lutou pela sua promulgação, o presidente do Congresso Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, a atual Carta Magna ampliou os direitos humanos da carta de 1946, mas a baixa escolaridade da população negra faz com que as mais indesejáveis funções e os mais baixos salários sejam pagos aos trabalhadores negros.

Na véspera do Dia da Consciência Negra que se comemora hoje, o Dieese divulgou que, em cinco grandes capitais brasileiras, o desemprego é maior entre os trabalhadores negros: Salvador, Porto Alegre, Recife, São Paulo, Distrito Federal e Belo Horizonte.

Políticas destinadas a reverter o quadro de discriminação têm sido implementadas ao longo dos últimos anos. Nem sempre com sucesso. Outras iniciativas são atropeladas por polêmicas. Neste caso, figura a reivindicação de cotas para preenchimento de vagas nas universidades e no mercado de trabalho.

As comunidades negras insistem na fixação de cotas como reparação ao histórico preconceito que discriminou negros no mercado de trabalho e no sistema educacional. Há quem defenda que o critério deve continuar sendo o da competência e não o étnico.

Outra mudança positiva pode ser detectada na interpretação histórica de fatos relativos à comunidade negra. Amplos setores dessa comunidade rejeitam os festejos oficiais do Dia da Abolição da Escravatura e criaram o Dia da Consciência Negra. Em termos culturais, tem sido expressiva a mudança de comportamento da maioria dos negros, com pioneirismo na Bahia, assumindo a sua negritude e superando o complexo de inferioridade inoculados ao longo de séculos de racismo por uma sociedade desigual que ainda está longe de ser realmente democrática e multirracial.

Tanto Constituições quanto acordos internacionais que o Brasil assinou condenam o racismo com determinação. Mas políticas sérias visando a uma igualdade de fato ainda estão por acontecer, tanto pela sociedade como pelas instituições, entre elas o Estado.

13) AVALIAÇÃO DO ENSINO [F031207 – 1]

A PROPOSTA do novo sistema de avaliação do ensino superior apresentada pelo Ministério da Educação (MEC) parece bastante razoável. Ela preserva o essencial do sistema anterior e traz algumas novidades que poderão revelar-se úteis. Em que pesem alguns traços populistas, aparentemente contornáveis, o projeto é uma tentativa de aprimorar o sistema, que poderá dar resultados.

O plano, batizado de Ides (Índice de Desenvolvimento do Ensino Superior), mantém o provão, alterando sua periodicidade e, nos cursos mais populosos, utilizando apenas uma amostragem de alunos, e não a totalidade do corpo discente. De fato, não há necessidade de realizar o provão anualmente. Como as avaliações anuais já demonstraram, mudanças importantes nos cursos só são perceptíveis em prazos mais dilatados. Três anos é uma aposta aceitável. É também interessante a sugestão de submeter o aluno a uma avaliação no primeiro ano e a outra quando deixa o curso. Com isso, poderá aferir-se quanto a faculdade de fato agregou à formação do estudante.

A utilização de amostragem recebeu algumas críticas. Elas podem ou não proceder. Tudo dependerá de como a amostra será selecionada, o que tem conexão direta com a forma final da lei e, principalmente, com a sua regulamentação.

Será preciso que o aluno que faz a prova tenha sua nota registrada no histórico escolar, de modo a evitar sabotagens. Note-se que ficará prejudicada a idéia da gestão anterior de que um dia o mercado utilizasse as notas do provão para selecionar profissionais. Isso só seria possível se todos os formandos tivessem notas, o

que não ocorrerá com a amostragem. A vantagem do novo sistema seria o custo. Com a redução das despesas, a avaliação poderia ser estendida a outros cursos que hoje não passam por nenhum escrutínio.

O novo projeto também mantém a avaliação das condições de oferta, como instalações físicas, bibliotecas, laboratórios, produção científica, pós-graduação, qualificação do corpo docente etc. Outra novidade, mais polêmica, fica por conta do "comprometimento social da instituição". A idéia aqui é premiar faculdades que tenham maior envolvimento com a "comunidade". Os avaliadores deverão considerar itens como cotas para negros, ensino à distância, preocupação em dar resposta a problemas nacionais e regionais etc. São critérios que, a título de revestir a avaliação de caráter "politicamente correto", parecem propensos a demagogias e desvios. É claro que é importantíssimo formar, por exemplo, engenheiros capacitados para resolver problemas de transporte público. Mas o país também precisa de profissionais aptos a projetar aviões e foguetes. Será que pela lógica educacional petista a universidade que forma o segundo tipo de engenheiro deve ser "punida"?

Para que esse aspecto discutível do Ides não se transforme em fonte de deformações, cada item avaliado precisa ter a sua nota divulgada separadamente. Essa, aliás, é uma exigência básica. Se, ao contrário, todos os aspectos considerados forem fundidos numa única nota, sem oferecer à população a oportunidade de julgar cada elemento em separado, então a burocracia terá triunfado sobre a transparência, e o Ides, lamentavelmente, representará não um avanço, mas um retrocesso.

Artigo

14) Problema de escolarização surge no ensino básico [F020523 – 5]

EUNICE R. DURHAM

ESPECIAL PARA A FOLHA

Lamento que, no Brasil, tenhamos nos encaminhado no sentido de imitar os Estados Unidos na questão das cotas "raciais", quando eles já reconheceram os resultados discutíveis dessas iniciativas, as quais, além do mais, não levam em consideração as diferenças entre a realidade americana e a brasileira. O Brasil sempre teve o bom senso de evitar o destrutivo caminho seguido pelos Estados Unidos e pela África do Sul, que consistiu em oficializar uma rígida separação preexistente entre brancos e pretos, forçando que cada um optasse por uma ou outra condição: quem não é branco é negro. Entre nós, há de fato muito poucos negros e poucos brancos puros. A imensa maioria da população é mestiça, e o nosso caminho para enfrentar a discriminação consiste em reconhecer essa realidade e valorizar a mestiçagem.

Filhos de brancos e negros não são nem brancos nem negros, e mulatos abrangem uma população muito diferenciada em termos de presença de traços negróides. Como estabelecer o critério de classificação? Um mulato claro que se classificou como negro para entrar na faculdade terá de manter essa classificação quando procurar um emprego ou se casar? E os filhos de uma mesma mãe, alguns dos quais são muito claros e outros mais escuros serão separados em termos de raça?

Não há discriminação por cor nos exames vestibulares das escolas públicas. O pequeno número de negros que ingressa nas universidades se deve a um problema anterior de escolarização. Precisamos atacar o problema no nível no qual ele é criado, que é no ensino público básico.

Cabem sem dúvida ações afirmativas de compensação de discriminações anteriores. A sociedade civil brasileira já havia encontrado uma solução mais condizente com a nossa cultura: os cursos de suplementação escolar para vítimas de discriminação, de forma a que elas pudessem competir no vestibular em igualdade de condição com os demais estudantes e não só entrar na universidade mas ser bem-sucedidas nos estudos. O que faz sentido é ampliar iniciativas governamentais ou das próprias universidades nessa direção, assim como apoiar financeira e pedagogicamente ONGs que realizam essa tarefa.

Eunice R. Durham é pesquisadora sênior do Nupes (Núcleo de Pesquisa sobre Ensino Superior da USP). Foi membro do Conselho Nacional de Educação (1997-2001).

15) Efeitos perversos [JB030227 – 4]

José Carlos Azevedo

Professor

A Lei nº 3.524/2000, sancionada em 2001 pelo governador do Rio de Janeiro, reservou 50% das vagas em universidades estaduais para candidatos oriundos de escolas públicas, e o decreto nº 30.766/2002 reservou 40% para estudantes negros; na prática, destinaram entre 50% e 90% das vagas às duas categorias. Resta aos alunos das escolas particulares, aos brancos, asiáticos, índios, mamelucos, cafuzos, judeus, árabes e o que mais houver, disputar as restantes por ordem de classificação no vestibular; se todos fossem de cor negra nas escolas públicas, disputariam 50% das vagas e, no caso contrário, apenas 10%.

O IBGE adotou o critério da autodeclaração, segundo o qual cada pessoa tem a cor da pele que quiser e nada proíbe, se for branca, dizer-se negra, ou vice versa; ninguém tem nada a ver com isso. É critério melhor que o lembrado pelo secretário Nacional de Direitos Humanos do governo anterior que, à semelhança de nazista ferrenho, admitiu que exames da pele e do sangue revelariam a "raça" de uma pessoa; deve supor esse sábio que as pessoas de cor negra, em vez de glóbulos vermelhos, têm cubos pretos.

A adoção dos dois sistemas de cotas beirou o limite de 90% no curso de desenho industrial da UERJ; as

36 vagas oferecidas foram preenchidas por 18 alunos das escolas públicas, entre os quais havia um negro, e 14 alunos negros das escolas particulares; restaram quatro vagas (cerca de 11%) para os auto-declarados não-negros das escolas particulares. Na mesma instituição, uma estudante foi classificada em 168º lugar mas, por dizer-se negra, passou para o 9º e foi admitida; outra, inscrita como branca, foi classificada em 10º lugar e não foi admitida.

O regime de cotas em função da cor da pele revela oportunismo ou ignorância de quem a apóia porque não existe "raça" e nem a etimologia da palavra é conhecida; a primeira edição da Encyclopaedia Britannica (1771) registra apenas "uma linhagem extraída de pai para filho", a última nem lhe faz menção independente, e o Oxford English Dictionary diz ser "de origem obscura" a palavra. Do ponto de vista científico, não existem "raças" humanas; existe a espécie humana, que é uma só, e os estudos de genética das populações são conclusivos a esse respeito.

Todos os humanos têm origem comum no período Cambriano, há mais de 500 milhões de anos; somos parentes de todas as formas de vida e primos muito próximos dos gorilas e chimpanzés; por isso, está certa a Bíblia ao dizer "Pois tu és pó e ao pó retornarás", conclusão a que chegou, cientificamente, o grande astrofísico de Harvard Harlow Shapley: "Somos irmãos das pedras e primos das nuvens". Além disso, todos descendemos dos poucos hominídeos que, há centenas de milhares de anos, saíram da África, colonizaram toda a Terra e eram, talvez, descendentes de uma só mulher; as aparências exteriores dos oriundos de diferentes regiões são explicadas pela geografia e a física e nada têm a ver com "raça" (ver o livro recente de Ian Tattersall, Curador de antropologia, do American Museum of Natural History, *Extinct Humans*; 2001).

O sistema de cotas para auto-proclamados negros é iníqua e inconstitucional, pura demagogia ignorante, e gerou um dos "efeitos perversos" da educação, cujas boas providências levam tempo a surtir efeito e as ruínas têm consequência imediata. Ao garantirem 50% das vagas aos oriundos de escolas públicas no curso citado acima, favoreceram apenas a pessoa que se disse negra; além disso, sendo o ingresso em escola superior feito mediante classificação no vestibular, resta ao Judiciário mandar matricular todos os classificados. Uma barafunda A culpa pelo ocorrido é do Estado do Rio e da União, que estimulam a corrida ao diploma de doutor e determinam reservas de mercado profissionais. Isso fez incharem as universidades - até para escaparem de prisão em celas comuns -, sumirem os recursos para os níveis anteriores de ensino, ampliar a desordem educacional e os baixíssimos níveis econômico e intelectual desta incorrigível Terra dos Papagaios.

José Carlos Azevedo (jcaaz@uol.com.br) escreve nesta página às quintas-feiras

16) Cotas e conflitos [JB030412 – 1]

Cláudia Magalhães Cereto

Psicóloga

Todos os esforços para eliminar ou diminuir preconceitos e a discriminação contra o ser humano são urgentes. A proposta de cotas para acesso à universidade parte de uma reivindicação justa. O número de negros e pardos nas universidades, considerando-se as características raciais da população, é absurdamente baixo. Como psicóloga, minha atenção se concentra nos aspectos e impactos emocionais sobre negros e pardos favorecidos por essa proposta, a partir da necessidade que o ser humano tem de ser igual, sentindo-se parte e não à parte.

O modelo atual da política de cotas de acesso à universidade pode fazer com que o potencial do indivíduo beneficiado fique em segundo plano em função dos aspectos emocionais decorrentes de uma política que mais discrimina do que iguala. Determinar acesso à universidade pelo critério da cor e não pelos próprios méritos é um modelo de busca de igualdade equivocada, pois incentiva ainda mais a discriminação racial contra as pessoas negras ou pardas. Fatores como o desenvolvimento da auto-estima, confiança em si mesmo e no outro, integração aos grupos, reconhecimento dos próprios recursos e potenciais, essenciais para a formação da identidade, são prejudicados pela frustração constante de sentir-se discriminado.

Precisamos de mudanças profundas e não de paliativos. Oferecer as condições para que todos, desde criança, possam desenvolver seus recursos internos, intelectuais e emocionais para aprender a pensar, a questionar, a lutar para a realização de projetos pessoais, considerando possível a ocupação de posições de relevância na sociedade, deve ser a proposta. Tentar corrigir essa distorção através de políticas de favorecimento não parece o melhor caminho. Atitudes superprotetoras só favorecem a insegurança e o sentimento de desvalorização. Por exemplo: como uma pessoa negra ou parda, que foi favorecida, irá lidar emocionalmente com possíveis sentimentos de vergonha e de constrangimento por sentir-se inferiorizada dentro da sociedade e com o medo de ser discriminada pelos colegas por ter sido beneficiada? Como se sentir igual como indivíduo, colega, cidadão, se a pessoa está consciente de que seu ingresso na universidade foi facilitado por sua cor ou declaração de cor e não por sua inteligência e capacidade intelectual?

Reconhece-se a urgência do resgate de uma posição de igualdade e importância para o negro e para os discriminados dentro da sociedade, mas questiona-se também se a política de cotas é uma proposta justa. O que a prática já nos confirma é que a medida reforça ainda mais o preconceito, o sentimento de menos-valia e a rivalidade entre os jovens. Por que alguém precisaria ter acesso facilitado se não possui menos recursos

intelectuais? Por que negros e pardos que conseguem ter acesso a escolas particulares são beneficiados? Como os jovens que conseguiram uma pontuação alta, por seus próprios esforços, podem aceitar a perda de suas vagas apenas pelo critério da cor? O critério da cor da pele não se torna então um fator desagregador e gerador de mais conflitos, uma vez que ele é colocado acima do critério da competência?

Um caminho justo para garantir a todos o acesso às escolas públicas e universidades seria eliminar a diferença de qualidade de ensino entre as escolas públicas e privadas. Por que não tornar urgente uma mudança dessa condição investindo no ensino público de qualidade desde a pré-escola?

Entrar na universidade é importante. Mas como parte de um processo, e não o seu início ou fechamento.

Reportagem

17) Cota não resolve, diz especialista [F020124 – 2]

DA REPORTAGEM LOCAL

Especialistas em desigualdade social são unânimes em afirmar que certas "fórmulas milagrosas" _como a definição de cotas de participação das minorias em universidades e empresas_ são só ações paliativas para reduzir o abismo econômico entre as raças.

Isso não resolve o problema, principalmente se a ação não for seguida de políticas sociais que ampliem o acesso de negros ao mercado de trabalho, dizem eles.

Alguns países, como EUA e Malásia, determinaram cotas de participação de até 100% em faculdades públicas. Com isso, as escolas seriam obrigadas a reservar um certo número de vagas para serem preenchidas apenas por negros. O mesmo ocorreu em companhias de grande porte. Algumas determinaram que, em futuras contratações, uma parcela de vagas deveria ser destinada para negros.

"A questão é saber se essa ação é algo eficaz ou não", diz Sergei Soares, pesquisador do Ipea. "Isso pode funcionar se a ação for seguida de políticas públicas de apoio às minorias", diz.

"Somos a favor dessas cotas. É uma atitude drástica, mas elas funcionaram em todos os países em que foram utilizadas", afirma Oded Grajew, diretor do Instituto Ethos.

(AM)

18) Política de cotas da Uneb na "corda-bamba" [AT030328 – 1]

José Araújo Góes

A Universidade do Estado da Bahia (Uneb) está se preparando para uma avalanche de processos de candidatos insatisfeitos com a política de cotas para negros, adotada pela instituição, no vestibular deste ano. As aulas só começam no próximo dia 14, mas a julgar pelo que está sendo feito e repensado sobre a questão - que no Rio de Janeiro causou grande polêmica e vem sendo derrotada nos tribunais - na Bahia a situação pode ser ainda pior. Já houve decisão contra as cotas, na unidade de Barreiras, e a reitora Ivete Sacramento, a grande responsável pela política de cotas, tem se mantido longe da imprensa. Na última segunda-feira, ao ser procurada, não foi encontrada e, o pior, conforme alguns professores, ordenou que ninguém falasse sobre o assunto até segunda ordem.

Os integrantes do Diretório Central dos Estudantes, ao contrário, vêm debatendo a questão e lembram que se fossem ouvidos, na época que foi estabelecida a política de cotas, nada disso teria acontecido. Conforme o diretor do DCE, Anderson Oliveira Santos, a proposta de implementar cotas no vestibular da Uneb partiu dos estudantes, por ocasião do Consu (Conselho Superior de Ensino), do ano passado. "Mas nós reivindicamos as cotas (40%) para alunos de escola pública independente da questão racial, foi a reitora quem insistiu que, além de escola pública, o termo afrodescendente fosse incluído como prerrogativa", lembra o estudante. Para ele, se se mantivesse apenas o conceito "aluno de escola pública", as cotas cumpririam sua função social, que era a de possibilitar a inclusão social de muitas pessoas, que, por não terem melhor preparação escolar, estariam alijadas da universidade. "Nós sempre visamos a questão social e não a questão negra, que, se abordada como está sendo feita, causa discriminação racial real", argumentou o diretor do DCE, acrescentando que ficou patente, na época da inscrição do vestibular, que muitas pessoas ficaram em dúvida se se inscreveriam como afrodescendentes ou não, a depender da melhor forma de concorrência. "Como está, aqui na Bahia, onde quase todo mundo é negro, provavelmente, nos próximos anos, vai haver mais concorrência nos 40% estabelecidos para cotas do que nos 60% de fora", previu.

Fim das cotas

Devido à confusão provocada, segundo o vice-coordenador do DCE, Eduardo Lisboa, muitas entidades ligadas aos docentes está pedindo o fim de todas as cotas no Brasil. "Nós sabemos que a sociedade é preconceituosa, mas a coisa da forma como foi feita, em vez de melhorar a situação está provocando, na verdade, um retrocesso", disse o estudante, que de certa forma reconheceu os argumentos de muitos intelectuais, para os quais as cotas, no Brasil, não podem vigorar.

"O problema do Brasil é a injustiça social flagrante, a vergonhosa desigualdade na distribuição de renda - não a obsessão racial. Obsessão racial é coisa de norte-americano'. Ação afirmativa', de reparação ou compensação racial, só faz sentido em países como Estados Unidos ou África do Sul, que enfrentaram

décadas inteiras de políticas de apartheid instituídas em lei. Importada assim, toscamente, por uma universidade brasileira (no caso a UFRJ), a política de reparação padece de artificialidade, é mais uma cópia malfeita, mais um cacete de país colonizado do Terceiro Mundo”, criticou, em recente ensaio, a professora da USP e articulista Marilena Felinto.

19) Na era das cotas, negro é o 1º em medicina [F030208 – 1]

A Uerj, do Rio, divulgou os resultados do primeiro exame com reserva de vagas para estudantes negros e pardos

ANTÔNIO GOIS

SABRINA PETRY

DA SUCURSAL DO RIO

Um estudante de 25 anos, que se autodeclarou negro e concluiu os ensinos fundamental e médio em escolas públicas da zona oeste do Rio, conseguiu o primeiro lugar em medicina e a terceira posição no ranking geral do vestibular da Uerj (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), o primeiro com reserva de vagas para estudantes negros e pardos ou que estudaram em colégios públicos.

Daniel Araújo Fernandes, morador de Bangu (zona oeste do Rio), inscreveu-se no vestibular pelo sistema de cotas, mas o considera uma "muleta". No seu caso, as cotas não foram determinantes para que conseguisse entrar na universidade. Sua pontuação foi de 98,25, sobre um total de 100, apenas um ponto abaixo do primeiro lugar geral.

"Eu me inscrevi pelas cotas para ter uma certa tranquilidade. Sabia que passaria por causa do meu preparo e dedicação. Mas não acredito que as cotas sejam capazes de resolver o problema." Na sua opinião, o sistema é "um paliativo", que pode até ajudar muitas pessoas de imediato, mas não resolverá a questão da inserção do negro na sociedade. "O que precisa acontecer mesmo é a recuperação da escola pública. Sem isso, não haverá sistema de cotas que resolva", completa. Este foi o quarto vestibular de Fernandes. Na sua avaliação, a conquista só foi possível porque ele fez um curso preparatório durante todo o ano passado. O cursinho, feito com bolsa, é um dos mais conceituados do Rio.

"Se dependesse só do que aprendi na escola pública, não teria a menor chance, assim como não tive nos outros anos. O aluno de colégio público não tem como concorrer com os que estudaram em colégios particulares."

Filho de pais aposentados pelo Estado _a mãe, professora de ensino fundamental, e o pai, inspetor de um colégio público_ e que não têm diploma de curso superior, ele sabe que terá dificuldades para terminar a faculdade.

Como os irmãos _a mais velha, de 30 anos, formada em pedagogia, e o irmão, que cursa matemática na Uerj_, ele teve que trabalhar assim que concluiu o ensino médio, apesar do incentivo dos pais para que fizesse uma faculdade. Fernandes entrou para o Exército e começou a juntar dinheiro para ajudar a família e também para fazer uma poupança que seria usada nos anos em que estivesse tendo aulas na faculdade e não pudesse trabalhar.

Mesmo sendo o curso de medicina integral, ele sabe que precisará trabalhar para custear seus gastos, uma vez que os pais não têm dinheiro para bancá-los. Dará aulas de mergulho nos finais de semana e trabalhará como auxiliar de enfermagem _ocupação adquirida no Exército_ em regime de plantão em alguns hospitais. Depois de saber do resultado, Fernandes foi à praia da Barra da Tijuca comemorar com uma amiga a classificação.

Contrastes

O primeiro lugar geral no vestibular na Uerj, Renato Turita Paes Leme, 18, tem um perfil bastante diferente. Morador de Botafogo, bairro da zona sul da cidade, ele estudou a vida inteira numa escola particular bastante conceituada, também da zona sul.

Paes Leme nem precisou fazer um cursinho para o vestibular. Nesta sua primeira tentativa, para a faculdade de matemática, conseguiu um total de 99,25 pontos. Paes Leme não seguiu a carreira dos pais, ambos médicos, e nunca precisou trabalhar.

Entrevista

20) "A universidade é filha do regime militar com o governo americano" [AT030511 – 1]

Cristovam Buarque é, antes de tudo, um educador. No dia em que tomou posse como ministro da Educação do governo Lula prometeu acabar com o analfabetismo em quatro anos. Sonho? Não para ele. Em entrevista exclusiva à repórter Regina Bochicchio, o precursor do Bolsa-Escola traça a formação da atual instituição acadêmica, fala do drama da educação no Brasil e conclama os estudantes à luta contra o analfabetismo e a fome.

A TARDE – Qual é a maior preocupação do ministro da Educação hoje?

Cristovam Buarque – Há muitas, mas a maior é conseguir que o professor seja bem informado, remunerado e motivado. Ou seja, a maior preocupação no singular é na verdade, uma santíssima trindade, dividida em três:

a cabeça, o coração e o bolso do professor. Se a gente resolver isso, teremos dado um grande passo para mudar a educação brasileira.

Essa preocupação coincide com o resultado da pesquisa apresentada pela Unesco, que diagnosticou que os professores e alunos são desmotivados, apontavam também problemas com a estrutura dos prédios... Você perguntou a maior de todas. Agora, ao lado dessa, eu tenho uma grande quantidade de preocupações, como os equipamentos pedagógicos, os edifícios. E é claro que antes de entrar no ensino básico, a gente tem que ter uma preocupação com milhares de crianças que não se alimentam bem, não têm os brinquedos pedagógicos da primeira infância. Grande parte da repetência que nós temos é porque as crianças não tiveram desenvolvimento psicológico dos primeiros anos. Sem falar nisso, nós temos que lembrar também que sem uma universidade boa, não há ensino básico bom, não há país soberano, desenvolvido. Pensar do pré-natal até a universidade.

As vagas das universidades públicas normalmente são ocupadas por estudantes não-pobres. Esse fosso entre poder aquisitivo e ensino superior público decorre de quê?

Decorre do abandono da escola pública. O dia que a escola pública for de qualidade e segurar todos os brasileiros até o final do ensino médio com qualidade, a disputa para entrar na universidade não fará diferença de raça, de gênero, e nem de classe social. O que faz com que hoje na universidade entre sobretudo filhos dos ricos é porque a escola pública exclui o aluno. Nós nos preocupamos muito com a dificuldade das pessoas entrarem nas universidades. Mas tem uma preocupação que tem que ser anterior a essa, que é a dificuldade de terminar o ensino médio.

Quais números da educação no Brasil são mais dramáticos?

Para você ter uma idéia, só 42% da população com 15 anos completa a oitava série. Quase 70% dos jovens entre 18 e 24 anos não concluem o ensino médio. Então quando a gente fala de mais vagas na universidade, precisa de mais vagas para 33% dos brasileiros jovens, porque os outros 67% não vão nem fazer vestibular. É uma tragédia absurda que o País vive e isso decorre de décadas sem dar a devida importância à escola pública. A elite brasileira resolveu o problema da educação de seus filhos na escola privada e abandonou a pública. Como a universidade é muito cara, a elite fez uma pública para ela e deixou os pobres sem escola e sem universidades públicas.

E o que o governo propõe para mudar essa realidade?

Nós temos três grandes pilares para mudar essa realidade. Primeiro é valorizar, formar e motivar o professor. Segundo é universalizar a escola até o final do ensino médio. O terceiro é abolir o analfabetismo, o que significa abolir o analfabetismo de adultos, que são 20 milhões, o que é possível, em quatro anos. Reafirmo essa promessa todo dia. E se não conseguir tenho que pedir desculpas e dizer que não consegui, e não dizer que consegui uma parte. Alfabetizar todos os adultos mas também as crianças no Brasil, porque não adianta alfabetizar os adultos e deixarmos abertas a torneira que produz analfabetismo, que é uma escola que não alfabetiza as crianças. Uma parte de nossas crianças está com dez anos na 4ª série e não é capaz de ler.

Em relação à alfabetização de adultos há algumas críticas que dizem que a escola deveria estar preparada para receber essas pessoas e dar continuidade ao processo educativo...

Eu não admito essa argumentação de dizer: como não tem vaga na escola, vamos deixá-los analfabetos. Então, como tem vaga na universidade, vamos fechar as escolas do ensino básico? Não é argumento. No fundo, isso é um grande elitismo, de achar que não precisamos alfabetizar os analfabetos porque os analfabetos são os outros, não somos nós. Eu não admito esse argumento, que é preconceituoso e reacionário. Dizer que não vai alfabetizar porque depois não vai ter escola para eles. É mesmo que dizer: devemos fechar as universidades porque não vai ter emprego para engenheiros, por exemplo.

No caso da melhoria da qualidade do ensino básico e médio, o senhor acha que os Estados estão preparados para isso?

Nenhum Estado tem uma situação boa, mas alguns estão melhores. Os do Nordeste estão piores do que os Estados do Sul. Do mesmo jeito em relação aos analfabetos: 50% estão no Nordeste. O Nordeste está numa situação pior e precisa de duas coisas. Uma, que a União apoie mais o Nordeste. Duas, que os governadores e prefeitos queiram também ajudar a mudar esse quadro. Porque se for só o governo mandar mais o dinheiro não adianta nada. As escolas são dos prefeitos e dos governadores. Agora, o que não pode continuar é o governo federal apoiando, financiando apenas 7% a 8% do ensino básico brasileiro. Hoje a carga está quase

toda em cima dos Estados e municípios, temos que mudar isso. O interesse do presidente Lula, do governo dele e meu, é que a participação da União aumente.

O senhor é a favor da política de cotas para negros?

A discriminação racial é muito forte no Brasil. A criança brasileira negra tem duas vezes menos chance de freqüentar a escola do que a branca. A maneira de superar isso é por meio da escola pública, de qualidade, para todos. Se a gente fizer isso, resolve um problema vergonhoso de um país quase africano, e a universidade quando a gente vê a cara das pessoas parece quase européia. Mas vai levar 15 anos, 20 anos para resolver isso. Até lá, eu sou favorável a que algumas universidades que desejarem, dentro da autonomia que têm, utilizem o critério de cotas para negros ou para alunos de escola pública. Mas não é idéia do MEC, pelo menos por enquanto, transformar isso numa política nacional. Acho que a cabeça brasileira hoje ainda não aceita isso, ainda veria isso como uma forma de discriminação. Vejo isso até mesmo nos meus debates com gente do movimento negro. Há muitos negros que me dizem que são contra as cotas. Então se eles são contra, muita gente é contra. Seria uma medida que, ao meu ver, em vez de reduzir, acirrar a discriminação. Mas eu acho positivo que aqui e ali algumas universidades façam isso.

Ministro, há notícias de universidades cujos professores têm pedido a aposentadoria por conta da reforma previdenciária. O que vai acontecer, de fato?

É verdade. Há uma crise atingindo os professores. Mas o ministro Benzoini já disse e repetiu: não haverá perda de direitos adquiridos. Vai mudar sim, porque se não mudar acaba a Previdência e acaba a própria universidade. O MEC esse ano tem R\$18 bilhões e quase R\$3 bilhões vão para inativos. É verdade que as pessoas se aposentam cedo demais no Brasil e não tem quem segure isso. Como é que pode um professor universitário de aposentar aos 50 anos. Nós vamos ter um cuidado para que os que têm os direitos não percam. Para que eles não saiam, ou o governo vai ter que descobrir uma maneira de abrir uma vaga para cada professor que se aposente.

Ao que parece, o senhor quer sensibilizar os estudantes universitários para uma espécie de mutirão contra o analfabetismo. Chegou a declarar um dia desses que não seria um bom ministro se o movimento estudantil estiver parado.

Vejo o papel do estudante universitário de dois lados. Primeiro, participando de programas como o de alfabetização. Bastaria que 24%, ou seja, um em cada quatro universitários, quisessem dedicar seis horas semanais durante um semestre, que são 100 horas de todo o seu curso de cinco anos. A gente ia poder erradicar o analfabetismo no Brasil inteiro em quatro anos. E o estudante alfabetizador nunca vai esquecer a experiência. Daqui há cinco, dez, 20 anos, ele vai se lembrar que fez isso pelo País. Na verdade a gente vai dar uma chance a ele de participar disso. Eu não acredito que só professores e funcionários vão mudar a universidade, que tem que mudar seu perfil. A última vez que se mudou a universidade foi em 1968, os militares e a Usaid! Ou seja, a universidade que está aí, ela é filha do regime militar com o governo americano. Temos que mudar, mas eu não acredito que essa reforma virá se os estudantes não se mexerem. Temos que fazer aquilo que não fizemos nesses quase 100 anos da universidade brasileira: ter uma universidade realmente comprometida com os destinos nacionais. A mudança será feita pelos professores, jovens e mais ainda pelos estudantes. Foram eles que fizeram em maio de 68, a reforma de Córdoba na Argentina. Ou os estudantes carregam a bandeira da reforma universitária ou vão continuar com a universidade fora do momento que vive o Brasil e o mundo.

Coluna

21) O Brasil do Dr. Lula [F021124 – 2]

Autor: Gilberto Dimenstein

OS BRASILEIROS que já se aproximam da fronteira da chamada "terceira idade" são uma das principais novidades sociais do país.

Segundo o Censo do Ensino Superior, divulgado na semana passada, proporcionalmente, nenhum segmento expandiu-se tanto, nas faculdades, como os estudantes com mais de 50 anos de idade _a faixa etária do presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva.

São trabalhadores que, teoricamente, poderiam estar pensando em vestir o pijama, mas decidiram voltar para a sala de aula, perder noites e finais de semana, gastar dinheiro para pagar mensalidades e sentar, em igualdade de condições, com jovens que poderiam ser seus filhos.

É uma situação que, tempos atrás, seria vista como humilhante, mas hoje é sinal de modernidade e, mais, motivo de orgulho. Em nosso imaginário, a diferença de idade, mesmo de um ano, numa sala de aula, indica o vexame da repetência.

*

Entre 2000 e 2001, as matrículas daqueles com mais de 50 anos cresceram 23%. Na faixa dos que têm de 40 a 49 anos de idade, a tendência também é visível: o aumento foi de 22%. Média nacional no período: 17%. Um país que fez a opção presidencial por Lula, um político com baixa escolaridade formal, depositando nele a esperança da redenção social, cultiva a febre do diploma universitário, como um mecanismo de redenção individual _a tal ponto que os mais velhos voltam para a faculdade e assiste-se, no geral, ao crescimento de matrículas jamais visto, várias vezes maior do que o aumento da população. Temos hoje 3 milhões de universitários; pouco em termos absolutos, muito na velocidade da expansão. Provavelmente por causa dessa tendência, somada aos preconceitos, o reitor da Universidade Federal de Pernambuco, Mozart Neves, informou a Lula, na sexta-feira passada, que ele receberia o título de doutor honoris causa por aquela universidade; uma homenagem que já tinha sido anunciada pela Universidade Federal da Bahia.

A aposta do eleitorado em Lula é aposta _assim como da universidade que vai dar-lhe o título_ no notório saber, a ser testado, obviamente, a partir de janeiro.

*

O censo revela como se populariza a idéia de que, sem o canudo, as perspectivas profissionais são limitadas. Nos últimos oito anos, dobrou o número de universitários que frequentam cursos noturnos; eram 711 mil em 1995, agora são 1,4 milhão.

Isso se deve, basicamente, às instituições privadas, onde a maioria de seus estudantes (70%) trabalha de manhã e frequenta as aulas à noite _e vive fazendo contas para pagar as mensalidades. O fato: a ampliação do acesso ao ensino superior só ocorre devido às faculdades privadas. O aumento no número de matrículas nas federais, de 2000 a 2001, foi de apenas 4%, bem abaixo da média nacional de 16%. Nasce aí a tentação da política de cotas nas universidades públicas para os mais pobres e negros, fácil de prometer, difícil de realizar sem virar uma asneira educativa.

*

Um estudo do IBGE sobre o perfil do mercado de trabalho brasileiro, também divulgado na semana passada, explica a febre do canudo, revela as mudanças estruturais do país e expõe ainda mais ao ridículo o discurso desinformado de que o Brasil não mudou socialmente.

Abrangendo o período de 1990 a 2002, o estudo informa que as pessoas mais velhas, dos 40 aos 59 anos, ganharam espaço no mercado de trabalho. É o mesmo segmento que avançou nas universidades. Os trabalhadores desse grupo ocupavam, em 1990, 27% dos empregos e pularam para 36%. Embora mais tímidas, boas notícias também para quem já passou dos 60 anos: no período, a posição saltou de 3,8% para 4,4%.

*

Cruzando-se as duas pesquisas (Censo do Ensino Superior e IBGE), vemos o seguinte: como o mercado pede trabalhadores mais bem educados e experientes, os mais velhos são beneficiados. Sentem-se seduzidos a estudar, num ciclo que vai alterando o patamar das exigências e expectativas de quem emprega. Tais pessoas investiram duro na sua formação, trabalhando de dia e estudando à noite, cultivando ainda maiores expectativas _esse é o Brasil, mais crítico e exigente, do Dr. Lula. Essa esperança deveria dar medo em Lula _daí vão surgir talvez as maiores pressões.

*

P.S. - Para entender a violência no Brasil, basta ler a pesquisa do IBGE. A participação dos jovens de 15 a 17 anos no mercado de trabalho, naquele período, caiu de 4,8% para 1,8%. Os que não têm instrução diminuíram de 6,8% para 2,7%. Juntem-se menos empregos para jovens e ainda menos vagas para quem não têm escolaridade para nascer o risco da delinquência.

22) Os radicais estão no FMI e na Corte Suprema [F030625 – 1]

Autor: Elio Gaspari

ESTÃO RUINS os tempos para o andar de cima de Pindorama. Primeiro, o FMI diz que a banca brasileira é ineficiente e oligopolística. Logo a mãezona onde se aninhou a ekipekonômica que destruiu (e continua destruindo) a produção nacional. Dias depois, vem a Corte Suprema dos Estados Unidos e diz que são constitucionais os mecanismos de admissão da Faculdade de Direito da Universidade de Michigan destinados a forçar a entrada de negros nas suas turmas. Para um país onde as cotas para negros são vistas como uma reedição de Palmares, nada melhor que um banho de Corte Suprema.

Reanimou-se o voto dado em 1978 pelo juiz Lewis Powell, um conservador sulista, em cujo escritório não havia advogado negro. Agora, com um voto escrito por Sandra O'Connor, a primeira mulher a entrar na Corte, abriu-se uma nova época para a ação afirmativa na sociedade americana. Diversos pontos que Powell deixara deliberadamente obscuros em 1978 foram agora esclarecidos, em benefício do direito dos negros. Como o Supremo Tribunal Federal deverá julgar a constitucionalidade dos sistemas de cotas para negros instituídas em algumas universidades públicas brasileiras, o debate americano pode reduzir o grau de racismo e rancor que ronda a discussão nacional.

Nos Estados Unidos, como no Brasil, discute-se uma maneira capaz de aumentar a percentagem de negros nas universidades públicas. A idéia é essa. Portanto, se ela faz com que um branco deixe de entrar na universidade porque um negro ocupou o seu lugar, isso não é uma anomalia, é o objetivo. A Faculdade de Direito da Universidade de Michigan tem 3.500 candidatos para 350 vagas. Se a escola não forçasse a entrada de negros, em 2000 eles teriam sido 4% do corpo de alunos. Com a ação afirmativa, foram 14,5%. Não há estatísticas desse tipo nas grandes universidades públicas brasileiras, mas estima-se que na Universidade de São Paulo os negros nunca tenham chegado a 3%.

O sistema de admissão de um garoto numa universidade americana difere em muito do brasileiro. Lá não existe o vestibular. Tomando-se o caso do curso de direito na Universidade de Michigan, o estudante passa por duas baterias de testes. Numa, entram suas notas do curso de graduação. Noutra, um exame específico da escola. Além dessas notas, vão para a panela da seleção dotes pessoais e até cartas de recomendação. Uma nota alta nos testes não assegura a admissão, assim como uma nota baixa não significa exclusão. É nesse coquetel que a Universidade de Michigan botou o ingrediente racial, com o propósito de formar uma "massa crítica" de estudantes negros, capaz de ensinar aos brancos que não existe uma coisa chamada opinião dos grupos minoritários, mas uma diversidade de opiniões. Nesse sentido, o ingrediente racial dá ao corpo docente um "plus" (nas palavras de Powell, repetidas por Sandra O'Connor).

A Corte Suprema declara inconstitucionais as cotas automáticas desde 1978. Voltou a fazê-lo na segunda-feira, julgando os mecanismos de acesso de outra faculdade da Universidade de Michigan, onde os negros largavam com 20 pontos numa escala de 150.

Num processo de seleção como o americano, pode-se praticar uma ação afirmativa sem cotas. No sistema público brasileiro, isso é praticamente impossível. O problema não está nos negros ou na Constituição. Está na anomalia pedagógica do vestibular.

As cotas brasileiras vão ao Supremo. A Corte americana confirmou que julga constitucionais mecanismos que forcem a entrada dos negros nas escolas. (À custa dos brancos, dos verdes ou dos azuis.) Por cá, sempre se poderá dizer que a ação afirmativa depende do fim do vestibular, assim como a Lei dos Sexagenários deveria depender da construção de asilos, a do *Ventre Livre*, da existência de creches, e a Abolição, de um mercado de trabalho mais forte. É o deixa-para-depois-para-ver-como-é-que-fica. Fica mal, já se sabe.

Cartas ao(à) editor(a)

23) Discriminação

"Está em curso na sociedade, com apoio de políticos, um movimento que visa reserva de vagas em universidades e empresas públicas para negros. Ao que parece, estão confundindo soluções humanitárias, como reserva de assentos em coletivos, com uma questão complexa.

A reserva pleiteada é absolutamente inconstitucional, já que fere o princípio de igualdade de direitos para todos e o de proibição de discriminação de pessoas devido ao credo, raça etc. Uma lei desse tipo não resolverá problema nenhum. Pelo contrário, criará outros, pois, se o objetivo é combater a discriminação, a reserva de vagas motivará outros grupos étnicos a reivindicar o mesmo direito.

Não há dúvida de que existe discriminação em alguns setores, mas essa questão deve ser resolvido por políticas próprias e dirigidas para os problemas, como tem acontecido, em muitos casos, em movimentos muito bem conduzidos pelas entidades representantes das comunidades negras.

Nivaldo Schiavinatto (Praia Grande, SP) [F021021 – 1]

24) Espaço nas universidades

"A discussão sobre cotas para negros nas universidades vai além do fato da dificuldade de se definir quem é negro no país. Há negros ricos que entram na faculdade e há brancos pobres que não. O problema é social; a universidade acolhe somente aqueles que frequentaram boas escolas no ensino médio. Por que, então, não elevar o nível de ensino das escolas públicas ao mesmo do das escolas particulares? Aí, sim, todos estariam garantidos, negros ou não."

Cinthy Oliveira (Belo Horizonte, MG) [F021114 – 1]

25) Cotas

"Parabéns ao escritor Antonio Sepulveda pelo magnífico artigo O direito à negritude, publicada na edição de 4/4. Como ele diz, essa lei oficializa um "apartheid às avessas". E como ficam todos os outros pobres do Brasil, brancos, amarelos, índios e outros, que não tiverem acesso a um ensino de qualidade? E depois, como definir o negro no Brasil? Segundo o sociólogo Gilberto Freire, todo brasileiro (e é precisamente o meu caso, que tenho ascendentes que chegaram há mais de 100 anos), por mais branco que seja, tem pelo menos uma gota de sangue negro, o que nos Estados Unidos basta para ser considerado negro. Esse sistema de cotas é uma solução muito simples para os governantes, que deveriam tudo fazer para que todos tivessem as mesmas oportunidades no Brasil, melhorando o ensino público, pagando melhor os professores e não sucateando perversa e sistematicamente as universidades públicas."

Sonia Maria Delgado, Rio de Janeiro, por e-mail. [JB030407 – 1]

Referências bibliográficas

- Amdur, R. 1995. Compensatory justice; the question of costs. In S. M. Cahn (org.) *The affirmative action debate*. Nova Iorque: Routledge, pp. 91-104.
- Balibar, E. 2002. The nation form; history and ideology. In: P. Essed e D. T. Goldberg.(orgs.) *Race critical theories, text and context*. Malden & Oxford: Blackwell Publishers, pp. 220-230.
- Barcelos, L. C. 1999. Struggling in paradise; racial mobilization and the contemporary black movement in Brazil. In: R. Reichmann (org.) *Race in contemporary Brazil; from indifference to inequality*. University Park, PA: The Pennsylvania State University Press, pp. 155/166.
- Barker, M. 2002. The problems with racism. In: P. Essed e D. T. Goldberg.(orgs.) *Race critical theories, text and context*. Malden & Oxford: Blackwell Publishers, pp. 80-89.
- Barros, N. C. de. 2002. Estratégias de ataque à face em gêneros jornalísticos. In: J. L. Meurer e D. Motta-Roth (orgs.) *Gêneros textuais e práticas discursivas; subsídios para o ensino da linguagem*. Bauru: Edusc, pp.199-214.
- Barton, D. 1994. *Literacy; an introduction to the ecology of written language*. Oxford: Blackwell Publishers.
- Bastos, E. R. 1986. Gilberto Freire e a questão nacional. In: R. Moraes, R. Antunes e V. B. Ferrante (orgs.) *Inteligência brasileira*. São Paulo: Brasiliense, pp. 43/76.
- Bayles, M. D. 1995. Reparations to wronged groups. In: S. M. Cahn (org.) *The affirmative action debate*. Nova Iorque: Routledge, pp. 15-17.
- Bento, M. A. S. 2003. A cor do silêncio. In: Ashoka empreendedores sociais e Takano cidadania (orgs.) *Racismos contemporâneos*. Rio de Janeiro: Takano, pp. 99-110.
- Bhabha, H. K. 1996. 'Culture' in-between. In: S. Hall e P. Du Gay (orgs.) *Questions of cultural identity*. Londres: Sage, pp.53-60.
- Blajberg, S. 1996. As idiosincrasias raciais brasileiras na formulação das políticas públicas em vista da eliminação do *apartheid* formal na África do Sul. In: K. Munanga (org.) *Estratégias e políticas de combate à discriminação racial*. São Paulo: Edusp, pp.35/44.
- Bonilla-Silva, E. & Forman, T. A. 2000. "I am not racist but ..."; mapping white college students racial ideology in the USA. *Discourse & Society*, 11(1), pp. 50/85.
- Bourdieu, P. 1974. *A economia das trocas simbólicas*. Trad. e org. S. Miceli. São Paulo: Perspectiva.
- Bourdieu, P. 1989. *O poder simbólico*. Trad. F. Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand.
- Boxill, B. R. 1995. The morality of reparation. In: S. M. Cahn (org.) *The affirmative action debate*. Nova Iorque: Routledge, pp. 107-114.
- Campbell, C. P. 1995. *Race, myth and the news*. Thousand Oaks: Sage.
- Cardoso, E. 2001. O desafio de controlar a própria explosão. In: S. Pantoja (org.) *Entre Áfricas e Brasis*. Brasília: Paralelo 15 ; São Paulo: Marco zero. pp.179-190.

- Carneiro, S. 2001. Entrevista. *Democracia Viva*, 11: pp.18-27.
- Carneiro, S. 2003. Ideologia tortuosa. In: Ashoka empreendedores sociais e Takano cidadania (orgs.) *Racismos contemporâneos*. Rio de Janeiro: Takano, pp. 117-122.
- Chouliaraki, L. e Fairclough, N. 1999. *Discourse in late modernity; rethinking critical discourse analysis*. Edimburgo: Edinburgh University Press.
- Conceição, F. 1996. Mordendo um cachorro por dia; no Brasil a mídia retrata a imagem do negro com três "Il"; lúgubre, lúdico e luxurioso. In: K. Munanga (org.) *Estratégias e políticas de combate à discriminação racial*. São Paulo: Edusp, pp.253/259.
- Cottle, S. 2000. Media research and ethnic minorities; mapping the field. In: S. Cottle (org.) *Ethnic minorities and the media*, Filadélfia: Open University Press, pp 1-30.
- Cowan, J. L.1985. Inverse discrimination. In: S. M. Cahn (org.) *The affirmative action debate*. Nova Iorque: Routledge, pp. 5-7.
- Cunha Jr., H. 1996. As estratégias de combate ao racismo; movimentos negros na escola, na universidade e no pensamento brasileiro. In: K. Munanga (org.) *Estratégias e políticas de combate à discriminação racial*. São Paulo: Edusp, pp.147/156.
- Eagleton, T. 1997. *Ideologia*. Trad. S. Vieira e L.C. Borges. São Paulo: Unep; Boitempo.
- Essed, P. 2002. Everyday racism; a new approach to the study of racism. In: P. Essed e D. T. Goldberg.(orgs.) *Race critical theories, text and context*. Malden e Oxford: Blackwell Publishers, pp 176-194.
- Essed, P. 1991. *Understanding racism; an interdisciplinary theory*. Newbury Park: Sage.
- Ezorsky, G. 1991. *Racism and justice; the case for affirmative action*. Ithaca: Cornell University Press.
- Fairclough, N. 1989. *Language and power*, Londres: Longman.
- Fairclough, N. 1992. *Discourse and social change*. Cambridge: Polity Press.
- Fairclough, N. 1995a. *Media discourse*. Londres: Edward Arnold.
- Fairclough, N. 1995b. *Critical discourse analysis; the critical study of language*. Londres: Longman.
- Fairclough, N. 1996. Technologisation of discourse. In: C. R. Caldas-Coulthard e M. Coulthard (orgs.) *Texts and practices; readings in critical discourse analysis*. Londres e Nova Iorque: Routledge, pp. 71-83.
- Fairclough, N. 1997. Discurso, mudança e hegemonia. In: E. R. Pedro (org.) *Análise crítica do discurso*. Lisboa: Caminho, pp. 77-103.
- Fairclough, N. 2000a. *New labour, new language?* Londres e Nova Iorque: Routledge.
- Fairclough, N. 2000b. Dialogue in the public sphere. In: S. Sarangi e M. Coulthard (orgs.). *Discourse and social life*. Harlow: Pearson Education Limited, pp.170-184.
- Fairclough, N. 2001a. *Discurso e mudança social*. Trad. I. Magalhães et al. Brasília: Unb.
- Fairclough, N. 2001b. Critical discourse analysis as a method in social scientific research. In: R. Wodak e M. Meyer (orgs.) *Methods of critical discourse analysis*. Londres: Sage, pp. 121-138.

- Fairclough, N. 2001c. The dialectics of discourse. In: *Textus*, XIV (2): 3-10.
- Fairclough, N. 2003. *Analysing discourse: textual analysis for social research*. Londres e Nova Iorque: Routledge.
- Featherstone, M. 1997. *O desmanche da cultura: globalização, pós-modernismo e identidade*. Trad. C. E. M. de Moura. São Paulo: Studio Nobel; SESC.
- Fontanini, I. 2002. Cartas ao editor; a linguagem como forma de identificação social e ideológica. In: J. L. Meurer e D. Motta-Roth (orgs.) *Gêneros textuais e práticas discursivas; subsídios para o ensino da linguagem*. Bauru: Edusc, pp.225-238.
- Foucault, M. 1986. *A arqueologia do saber*. Trad. L. F. B. Neves. Rio de Janeiro: Forense-Universitária.
- Foucault, M. 1977. *Discipline & punish*. Londres: Allen Lane.
- Foucault, M. 1988. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal.
- Foucault, M. 1996. *A ordem do discurso*. Trad. L. F. de A. Sampaio. São Paulo: Loyola.
- Foucault, M. 2002. *Vigiar e punir; nascimento da prisão*. Trad. R. Ramalheite. Petrópolis: Vozes.
- Fowler, R. et al. 1979. *Language and control*. Londres: Routledge.
- Fowler, R. 1991. *Language in the news; discourse and ideology in the Press*. Londres: Routledge.
- Fowler, R. 1996. On critical linguistics. In: C. R. Caldas-Coulthard e M. Coulthard (orgs.) *Texts and practices; readings in critical discourse analysis*. Londres e Nova Iorque: Routledge, pp. 3-14.
- Freire, G. 1990. *Casa-grande e senzala*. São Paulo: Círculo do Livro.
- Gandy, O. H. 1998. *Communication and race; a structural perspective*. Londres: Edward Arnold.
- Giddens, A. 1997. *Modernidade e identidade pessoal*. Trad. M. V. de Almeida. Oeiras, Portugal: Celta.
- Gilroy, P. 2002. The end of antiracism. In: P. Essed e D. T. Goldberg.(orgs.) *Race critical theories, text and context*. Malden & Oxford: Blackwell Publishers, pp 249-264.
- Goldberg, D. T. 2002. Modernity, race and morality. In: P. Essed e D. T. Goldberg.(orgs.) *Race critical theories, text and context*. Malden e Oxford: Blackwell Publishers, pp 283-306.
- Goldberg, D. T. e Essed, P. 2002. From racial demarcations to multiple identifications. In: P. Essed e D. T. Goldberg.(orgs.) *Race critical theories, text and context*. Malden e Oxford: Blackwell Publishers, pp. 1-11.
- Gray, H. Black representations in the post network, post civil rights world of global media. In: S. Cottle (org.) *Ethnic minorities and the media*. Filadélfia: Open University Press, pp. 118-129.
- Goldman, A. H. 1995. Reparations to individuals or groups? In: S. M. Cahn (org.) *The affirmative action debate*. Nova Iorque: Routledge, pp. 35-37.
- Gomes, J. B. B. 2002. Ações afirmativas; aspectos jurídicos. In: Abong (org.) *Racismo no Brasil*. São Paulo: Peirópolis, pp. 123-143.
- Gonçalves e Silva, P. B. 2001. Negros, reparações, educação. In: Martins, J. e M. J. R. Lima (orgs.) *Educação, etnias e combate ao racismo; contribuição ao debate*, Cadernos de Educação, 3: 96-99.

- Guimarães, A. S. A. 1999. Measures to combat discrimination and racial inequality in Brazil. In: R. Reichmann (org.) *Race in contemporary Brazil; from indifference to inequality*. University Park, PA: The Pennsylvania State University Press, pp. 139-153.
- Guimarães, A. S. A. 2002. *Classes, raças e democracia*. São Paulo: Editora 34.
- Guimarães, A. S. A. 2003. Racial insult in Brazil. *Discourse & Society*, 14 (2): 133-151.
- Hall, S. 1997. *Identidades culturais na pós-modernidade*. Trad. T. T. da Silva e G. L. Louro. Rio de Janeiro: DP&A.
- Hall, S. 2002. Race, articulation, and societies structured in dominance. In: P. Essed e D. T. Goldberg.(orgs.) *Race critical theories, text and context*. Malden e Oxford: Blackwell Publishers, pp 38-68.
- Halliday, M. A. K. 1975. Estructura y funcion del lenguaje. In: J. Lyons (org.) *Nuevos horizontes en la lingüística*. Madri: Alianza, pp. 145-173.
- Harvey, D. 2000. *Condição pós-moderna*. Trad. A. U. Sobral e M. S. Gonçalves. São Paulo: Loyola.
- Heringer, R. 2002. Receitas contra o racismo. *Democracia Viva* 13: 78-83.
- Hill Jr., T. E. 1995. The message of affirmative action. In: S. M. Cahn (org.) *The affirmative action debate*. Nova lorque: Routledge, pp. 169-191.
- Hook, S. 1995. Reverse discrimination. In: S. M. Cahn (org.) *The affirmative action debate*. Nova lorque: Routledge, pp. 145-152.
- Husband, C. 2002. Media and the public sphere in multi-ethnic societies. In: S. Cottle (org.) *Ethnic minorities and the media*, Filadélfia: Open University Press, pp 199-214.
- Keever, B. A. D. 1997. The origins and colors of a news gap. In: B. A. D. Keever; C. Martindale e M. A. Weston (orgs.) *U. S. News coverage of racial minorities; a sourcebook, 1934-1996*. Westport: Greenwood press, pp. 1-21.
- Kleiner, B. 1998. *The modern racist ideology and its reproduction in "pseudo-argument"*. *Discourse & Society*, 9 (2): 187-215.
- Koch, I. G. V. 1996. *Argumentação e linguagem*. São Paulo: Cortez.
- Kress, G. 1996. Representational resources and the production of subjectivity; questions for the theoretical development of critical discourse analysis in a multicultural society. In: C. R. Caldas-Coulthard e M. Coulthard (orgs.) *Texts and practices; readings in critical discourse analysis*. Londres e Nova lorque: Routledge, pp. 15-31.
- Lakoff, G. e Johnson, M. 1980. *Metaphors; we live by*. Chicago e Londres: The University of Chicago Press.
- Law, I. 2002. *Race in the news*. Nova lorque: Palgrave.
- Lo Cascio, V. 1998. Gramática de la argumentación. Trad. D. Casacuberta. Madri: Alianza editorial.
- Magalhães, I. 1996. Linguagem e identidade em contextos institucionais e comunitários. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, 2(1): 42-61.
- Magalhães, I. 1995. A critical discourse analysis of gender relations in Brazil. *Journal of Pragmatics* 23: 183-197.

- Magalhães, I. 2000a. *Eu e tu; a constituição do sujeito no discurso médico*. Brasília: Thesaurus.
- Magalhães, I. 2000b. O discurso do outro e a identidade da mulher; da colonização à década de 1990. In: D. L. P. de Barros (org.) *Os discursos do descobrimento*. São Paulo: Edusp; Fapesp, pp. 207-222.
- Magalhães, C. M. 2001. A análise crítica do discurso enquanto teoria e método de estudo. In: C. M. Magalhães (org.) *Reflexões sobre a análise crítica do discurso*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras, pp. 15-30.
- Marable, M. 2002. Affirmative action and the politics of race. In: P. Essed e D. T. Goldberg.(orgs.) *Race critical theories, text and context*. Malden e Oxford: Blackwell Publishers, pp 344-54.
- Marino, M. 1998. Irony. In: J. Mey (1998).
- Martindale, C. e Dunlap, L. R. 1997. The african americans. In: B. A. D. Keever; C. Martindale e M. A. Weston (orgs.) *U. S. News coverage of racial minorities; a sourcebook, 1934-1996*. Westport: Greenwood press, pp. 63-145.
- Martins, A. R. N. 1992. O discurso da imprensa sobre os militares. Dissertação de mestrado inédita. Universidade de Brasília.
- Martins, A. R. N. 1996. Intertextualidade e identidade social; a construção de um papel para os militares em textos da imprensa. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, 2(1): 62-84.
- Martins, A. R. N.2003. Linguagem como prática social. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, v.6: 31-43.
- Mey, J. L. 2001a. *Pragmatics; an introduction*. Malden e Oxford: Blackwell.
- Mey, J. L. 2001b *As vozes da sociedade; seminários de pragmática*. Trad. A. C. de Aguiar. Campinas: Mercado de Letras.
- Meyer, M. 2001. Between theory, method, and politics; positioning of the approaches to CDA. In: R. Wodak e M. Meyer (orgs.) *Methods of critical discourse analysis*. Londres: Sage, pp. 14-31.
- Miles, R. 1993. *Racism after 'race relations'*. Londres e Nova Iorque: Routledge.
- Moreira, D. 2003. Reflexões sobre mudança sócio-racial no Brasil. In: Ashoka empreendedores sociais e Takano cidadania (orgs.) *Racismos contemporâneos*. Rio de Janeiro: Takano, pp. 63-92.
- Morrison, T. 2002. Black Matters. In: P. Essed e D. T. Goldberg.(orgs.) *Race critical theories, text and context*. Malden e Oxford: Blackwell Publishers, pp 265-282.
- Munanga, K. 1996. O anti-racismo no Brasil. In: K. Munanga (org.) *Estratégias e políticas de combate à discriminação racial*. São Paulo: Edusp, pp.79/94.
- Newton, L. H. Reverse discrimination as unjustified. In: S. M. Cahn (org.) *The affirmative action debate*. Nova Iorque: Routledge, pp. 115-120.
- Nickel, J. W. 1995a. Discrimination and morally relevant characteristics. In: S. M. Cahn (org.) *The affirmative action debate*. Nova Iorque: Routledge, pp. 3-4.
- Nickel, J. W. 1995b. Should reparations be to individuals or to groups. In: S. M. Cahn (org.) *The affirmative action debate*. Nova Iorque: Routledge, pp. 27-33.

- Norvell, J. M. 2002. A brancura desconfortável das camadas médias brasileiras. In: C. B. Rezende e Y. Maggie (orgs.) *Raça como retórica; a construção da diferença*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, pp.245-267.
- Nunn III, W. A. 1995. Reverse discrimination. In: S. M. Cahn (org.) *The affirmative action debate*. Nova Iorque: Routledge, pp. 23-25.
- Oliveira, E. H. P. 2001. Um país tropical, abençoado por Deus e racista não por natureza. *Democracia Viva* 11: 8-15.
- Paixão, M. 2002. Brasil; retrato em branco e negro. *Democracia Viva* 13: 84-87.
- Paula, C. A. R. de. Direito e relações raciais. In: S. Pantoja (org.) *Entre Áfricas e Brasil*. Brasília: Paralelo 15 ; São Paulo: Marco zero, pp.165-177.
- Pedro, E. R. 1997. Análise crítica do discurso; aspectos teóricos, metodológicos e analíticos. In: E. R. Pedro (org.) *Análise crítica do discurso*. Lisboa: Caminho, 19-46.
- Pedro, E. R. 1997. O discurso dos e nos *media*. In: E. R. Pedro (org.) *Análise crítica do discurso*. Lisboa: Caminho, pp. 293-312.
- Pereira, J. B. B. 1996a. Racismo à brasileira. In: K. Munanga (org.) *Estratégias e políticas de combate à discriminação racial*. São Paulo: Edusp, pp.75/78.
- Pereira, J. B. B. 1996b. O retorno do racismo. In: L. M. Schwarcz e R. da S. Queiroz (orgs.) *Raça e diversidade*. São Paulo: Edusp, pp. 17-27.
- Pereira, J. B. B. 2002. O negro e a identidade racial brasileira. In: Abong (org.) *Racismo no Brasil*. São Paulo: Peirópolis, pp. 65-71.
- Pinheiro, N. F. 2002. A noção de gênero para análise de textos midiáticos. In: J. L. Meurer e D. Motta-Roth (orgs.) *Gêneros textuais e práticas discursivas; subsídios para o ensino da linguagem*. Bauru: Edusc, pp.259-290.
- Plantín, C. 2001. *La argumentación*. Trad. A. T. Valls. Barcelona: Ariel.
- Reichmann, R. 1999. Introduction. In: R. Reichmann (org.) *Race in contemporary Brazil; from indifference to inequality*. University Park, PA: The Pennsylvania State University Press, pp. 1/26.
- Rezende, C. B. e Maggie, Y. 2002. Raça como retórica; a construção da diferença. In: C. B. Rezende e Y. Maggie (orgs.) *Raça como retórica; a construção da diferença*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, pp.11-24.
- Ribeiro, A. P. G. 2000. A mídia e o lugar da história. In: *Lugar Comum; estudos de mídia, cultura e democracia*. Rio de Janeiro: UFRJ (Núcleo de Estudos de Projetos em Comunicação da Escola de Comunicações), nº11: 25-44.
- Root, M. P. P. A bill of rights for racially mixed people. In: P. Essed e D. T. Goldberg(orgs.) *Race critical theories, text and context*. Malden e Oxford: Blackwell Publishers, pp 355-368.
- Rose, N. 1996. Identity, genealogy, history. In: S. Hall e P. Du Gay (orgs.) *Questions of cultural identity*. Londres: Sage, pp.128-150.
- Ross, K. 1996. *Black and white media; black images in popular film and television*. Cambridge: Polity Press.

- Rufino, A. 2003. Configurações em preto e branco. In: Ashoka empreendedores sociais e Takano cidadania (orgs.) *Racismos contemporâneos*. Rio de Janeiro: Takano, pp. 29-38.
- Santos, H. 1996. Uma visão sistêmica das estratégias aplicadas contra a discriminação racial. In: K. Munanga (org.) *Estratégias e políticas de combate à discriminação racial*. São Paulo: Edusp, pp.113/120.
- Santos, H. 2000. Uma avaliação do combate às desigualdades raciais no Brasil. In: A. S. A. Guimarães e L. Huntley (org.) *Tirando a máscara; ensaios sobre o racismo no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, pp. 53-74.
- Santos, N. B. 2003. As políticas públicas e a questão racial. In: Ashoka empreendedores sociais e Takano cidadania (orgs.) *Racismos contemporâneos*. Rio de Janeiro: Takano, pp. 111-116.
- Santos, R. dos. Reflexões sobre o racismo no contexto da mídia e das concessões dos meios de comunicação no Brasil. In: Ashoka empreendedores sociais e Takano cidadania (orgs.) *Racismos contemporâneos*. Rio de Janeiro: Takano, pp. 203-212.
- Schwarcz, L. M. 2001. *Racismo no Brasil*. São Paulo: Publifolha.
- Shiner, R. A. 1995. Individuals, groups, and inverse discrimination. In: S. M. Cahn (org.) *The affirmative action debate*. Nova Iorque: Routledge, pp. 19-22.
- Silva, M. A. da. 2002. Ações afirmativas para o povo negro no Brasil. In: Abong (org.) *Racismo no Brasil*. São Paulo: Peirópolis, pp. 105-121.
- Silva, M. P. da. 2002. Identidade e consciência racial brasileira. In: Abong (org.) *Racismo no Brasil*. São Paulo: Peirópolis, pp. 53-64.
- Silva, N. do V. e Hasenbalg, C. A. 1992. *Relações raciais no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Rio Fundo.
- Silvério, V. R. 2002. Sons negros com ruídos brancos. In: Abong (org.) *Racismo no Brasil*. São Paulo: Peirópolis, pp. 89-103.
- Skidmore, T. 1994. *O Brasil visto de fora*. Trad. S. Semler. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Steinhart, E. e Kittay, E. F. (1998) Metaphor. In: J. Mey (1998).
- Taylor, P. W. 1995. Reverse discrimination and compensatory justice. In: S. M. Cahn (org.) *The affirmative action debate*. Nova Iorque: Routledge, pp. 9-14.
- Teixeira, M. D. P. 2003. *Negros na universidade; identidade e trajetórias de ascensão social no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Pallas.
- Teo, P. 2000. Racism in the news; a critical discourse analysis of news reporting in two Australian newspapers. *Discourse & Society*, 11 (1): 7-48.
- Teodoro, M. de L. 1996. Elementos básicos das políticas de combate ao racismo brasileiro. In: K. Munanga (org.) *Estratégias e políticas de combate à discriminação racial*. São Paulo: Edusp, pp.95/111.
- Thompson, J. B. 1998a. *Ideologia e cultura moderna; teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Trad. P. A. Guareschi et al. Petrópolis: Vozes.

- Thompson, J. B. (1998b) *A mídia e a modernidade; uma teoria social da mídia*. Trad. W. de O. Brandão. Petrópolis: Vozes.
- Touraine, A. 1999. *Crítica da modernidade*. Trad. E. F. Edel. Petrópolis: Vozes.
- van Dijk, T. A. 1991. *Racism and the Press*. Londres: Routledge.
- van Dijk, T. A. 1992. Discourse and the denial of racism. *Discourse & Society*, 3 (1): 87-118.
- van Dijk, T. A. 1993. Principles of critical discourse analysis. *Discourse & Society*, 11 (1): 249-283.
- van Dijk, T. A. 1996. Discourse, power and access. In: C. R. Caldas-Coulthard e M. Coulthard (orgs.) *Texts and practices; readings in critical discourse analysis*. Londres e Nova Iorque: Routledge, pp. 84-104.
- van Dijk, T. A. 1997. Semântica do discurso e ideologia. In: E. R. Pedro (org.) *Análise crítica do discurso*. Lisboa: Caminho, pp. 105-168.
- van Dijk, T. A. 1998. *Ideology; a multidisciplinary approach*. Londres: Sage.
- van Dijk, T. A. 2000a. New(s) racism: a discourse analytical approach. In: S. Cottle (org.) *Ethnic minorities and the media*. Filadélfia: Open University Press, pp 33-49.
- van Dijk, T. A. 2000b. El discurso como interacción en la sociedad. In: T. A. van Dijk (org.) *El discurso como interacción social*. Barcelona: Gedisa.
- van Dijk, T. A. 2001. Multidisciplinary CDA; a plea for diversity. In: R. Wodak e M. Meyer (orgs.) *Methods of critical discourse analysis*. Londres: Sage, pp. 95-120.
- van Dijk, T. A. 2003a. *Racismo y discurso de las élites*. Barcelona: Gedisa.
- van Dijk, T. A. 2003b. *Ideología y discurso*. Barcelona: Ariel.
- van Dijk, T. A. 2003c. *Dominación étnica y racismo discursivo en España y América Latina*. Barcelona: Gedisa.
- van Eemeren, F. H.; Grootendorst, R.; Jackson, S. e Jacobs, S. 2000. Argumentación. In: T. A. van Dijk (org.) *El discurso como interacción social*. Barcelona: Gedisa, pp. 305-33.
- van Leeuwen, T. 1996. The representation of social actors. In: C. R. Caldas-Coulthard e M. Coulthard (orgs.) *Texts and practices; readings in critical discourse analysis*. Londres e Nova Iorque: Routledge, pp. 32-70.
- Werneck, J. 2003. A era da inocência acabou, já foi tarde. In: Ashoka empreendedores sociais e Takano cidadania (orgs.) *Racismos contemporâneos*. Rio de Janeiro: Takano, pp. 39-48.
- West, C. 2002. A genealogy of modern racism. In: P. Essed e D. T. Goldberg (orgs.) *Race critical theories, text and context*. Malden e Oxford: Blackwell Publishers, pp 90-112.
- Widdowson, H. 2000. Critical practices; on representation and the interpretation of text. In: S. Sarangi e M. Coulthard (orgs.). *Discourse and social life*. Harlow: Pearson Education Limited, pp.155-169.
- Wilson, C. & Gutiérrez, F. 1985. *Minorities and media*. Beverly Hills: Sage.
- Wodak, R. 1996. The genesis of racist discourse in Austria since 1989. In: C. R. Caldas-Coulthard e M. Coulthard (orgs.) *Texts and practices; readings in critical discourse analysis*. Londres e Nova Iorque: Routledge, pp. 107-128.

Wodak, R. 2001. What CDA is about; a summary of its history, important concepts and its developments. In: R. Wodak e M. Meyer (orgs.) *Methods of critical discourse analysis*. Londres: Sage, pp. 1-13.

Wodak, R. 2001. The discourse-historical approach. In: R. Wodak e M. Meyer (orgs.) *Methods of critical discourse analysis*. Londres: Sage, pp. 63-94.

Woodruff, P. 1995. What's wrong with discrimination? In: S. M. Cahn (org.) *The affirmative action debate*. Nova Iorque: Routledge, pp. 39-42.

Obras especializadas

- Crystal, D. 1993. *A dictionary of linguistics and phonetics*. Oxford e Cambridge: Blackwell.
- Ferreira, A. B. de H. 2004. *Novo dicionário Aurélio século XXI*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. Versão eletrônica.
- Folha de S. Paulo 2001. *Manual da redação*. 3ed. São Paulo: Publifolha.
- Houaiss, A. 2004. *Dicionário eletrônico da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva.
- Mey, J. (org.) 1998. *Concise encyclopedia of pragmatics*. Oxford: Elsevier.
- Silva, B. 1986. *Dicionário de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.